

# Ofícios e Práticas do Profissional de História

Art by Renato Drummond Tapioca Neto

## XXIV CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DA UESC

De 21 a 23 de Agosto de 2013

# Caderno de Resumos

DFCH - Colegiado LAHIGE PARFOR  
UESC de História



**XXIV Ciclo de Estudos Históricos da UESC**

Ofícios e Práticas do Profissional de História

21 a 23 de agosto de 2013

# **CADERNO DE RESUMOS**

**Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC**

**Ilhéus – Ba**

## **XXIV Ciclo de Estudos Históricos da UESC**

Ofícios e Práticas do Profissional de História

### **Realização**

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)  
Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH-UESC)  
Colegiado de História da UESC  
Laboratório de Ensino de História e Geografia (LAHIGE-UESC)  
Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR-UESC)  
Laboratório de Pesquisa Histórica (LPH-UESC)

### **Comissão Organizadora**

Luiz Henrique dos Santos Blume (UESC)  
Marcelo Henrique Dias (UESC)  
Teresinha Marcis (UESC)  
Monitores Bolsistas:  
Renato Drummond Tapioca Neto  
Leide Rodrigues dos Santos

### **Comissão Científica:**

Graciela Rodrigues Gonçalves (UESC)  
Luiz Henrique dos Santos Blume (UESC)  
Marcelo Henrique Dias (UESC)  
Maristela Toma (UESC)  
Teresinha Marcis (UESC)

### **Caderno de resumos**

Leide Rodrigues dos Santos  
Renato Drummond Tapioca Neto  
Teresinha Marcis

**Design Gráfico do cartaz:** Renato Drummond Tapioca Neto ([drummond.renato@yahoo.com.br](mailto:drummond.renato@yahoo.com.br))

**Observação:** a adequação técnico-lingüística dos textos é de responsabilidade dos autores.

XXIV° Ciclo de Estudos Históricos: Ofícios e Práticas do Profissional de História. CADERNO RESUMOS. Ilhéus-BA: UESC/DFCH, 21 a 23 de agosto de 2013. 231p.

Página do evento: < [http://www.uesc.br/dfch/index.php?item=conteudo\\_eventos.php](http://www.uesc.br/dfch/index.php?item=conteudo_eventos.php)>

Blog: <http://ciclodehistoriauesc.wordpress.com/>

ISSN: 2177-2983

# APRESENTAÇÃO

## Ofícios e Práticas do Profissional de História

O Ciclo de Estudos Históricos é um evento acadêmico tradicional da UESC e tem se consolidado como espaço de discussão a respeito dos vários aspectos que envolvem a formação e as práticas dos profissionais de história, seja na educação, na pesquisa ou na promoção cultural. Além de promover o debate de temas pertinentes, com a participação de profissionais de destaque no cenário acadêmico nacional, o Ciclo de Estudos Históricos tem se constituído numa vitrine para os pesquisadores da região, que têm nas sessões de comunicações um canal de troca de experiências e resultados de pesquisas.

Na sua vigésima quarta edição, o Ciclo debateu o estatuto profissional do historiador; os lugares institucionais de sua prática profissional e as especificidades do conhecimento histórico acadêmico face aos problemas sociais contemporâneos.

2013 é o ano da regulamentação da profissão de historiador. Regulamentar uma profissão é definir exclusividades de exercício, de maneira que o desempenho profissional na área dependerá de uma comprovada capacidade técnica e teórica, obtida em formação acadêmica, como ocorre em relação a outras profissões.

Essa questão tem gerado um intenso debate, tanto no Congresso Nacional, quanto no meio acadêmico e profissional. É muito comum a ideia de que para ser historiador basta uma grande erudição e capacidade de organizar dados na perspectiva diacrônica, de maneira que não haveria a necessidade de uma formação específica para isso. Em decorrência, a regulamentação representaria um cerceamento do pensamento, impedindo a produção historiográfica de profissionais de outra formação. Entretanto, é preciso que se esclareça que a regulamentação não impede a produção historiográfica de outros profissionais ou mesmo autodidata, mas apenas define espaços de trabalho apenas aos formados em história, como o ensino da disciplina nos níveis fundamental e médio e o exercício profissional em instituições voltadas à história, à memória e ao patrimônio histórico, por exemplo.

As questões que se colocam no debate sobre a regulamentação são as seguintes: que especificidades existem na formação acadêmica dos historiadores que justificam a exigência

desta formação para a prática do ensino de história e para o trabalho em instituições ligadas à memória, à pesquisa histórica e ao patrimônio histórico? Em que lugares institucionais deve ser exigida a formação em História? Que contribuições esse profissional pode dar no enfrentamento de problemas contemporâneos, sobretudo aqueles que promovem movimentos de lutas sociais, tais como a questão da terra, direitos humanos, direitos das populações tradicionais, educação e etc.?

A discussão desses temas nos permite refletir também sobre a formação que se pretende e a que se está efetivamente praticando no nosso curso de Licenciatura em História. Portanto, a realização do XXIV Ciclo de Estudos Históricos com a temática em questão teve por objetivo expandir seus resultados para além do evento em si, sobretudo na reflexão permanente sobre o nosso projeto pedagógico e nossa prática formadora.

Para isso, foi fundamental a presença dos alunos de graduação, na modalidade regular e PARFOR – Plataforma Freire, e dos professores que abraçaram este projeto, bem como, o colegiado do Curso de História e o DFCH, na disponibilidade de equipamentos, pessoal e logística necessária. Agradecemos ao empenho da reitoria da UESC, no momento em que fomos pegos pelos efeitos do decreto estadual 14.170, de contenção de gastos do governo do estado, o que dificultou a compra de passagens de alguns palestrantes do evento.

O XXIV Ciclo de Estudos Históricos: ofícios e práticas do profissional de História tem como balanço a participação de 264 ouvintes, sendo 56 inscritos com resumos, com 51 resumos publicados. Além disso, ocorreram oito sessões de comunicações de pesquisas em andamento dos estudantes de graduação, pós-graduação e de alunos egressos e nove minicursos.

Acreditamos que o esforço conjunto resultou na concretização plena dos objetivos apresentados na proposta do XXIV Ciclo de Estudos Históricos, qual seja, o de expandir a discussão sobre o estatuto profissional do historiador, os lugares institucionais de sua prática profissional, as especificidades do conhecimento histórico acadêmico face aos problemas sociais contemporâneos e, sobretudo articular as pesquisas acadêmicas realizadas no âmbito da Universidade com a comunidade acadêmica e os professores de História do ensino básico.

E que venha o XXV Ciclo de Estudos Históricos!

Saudações históricas.

Comissão organizadora

# PROGRAMAÇÃO

| DIA                         | MANHÃ: 8:00h – 12:00h   | TARDE: 13:30h – 17:30h   | NOITE: 18:40h – 22:00h  |
|-----------------------------|---|--|---|
| 21/8/2013<br>(quarta-feira) | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Credenciamento</li> <li>▪ Exposição de material didático e folder</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Credenciamento</li> <li>▪ Seminário de pesquisa da Pós: Especialização em História do Brasil</li> <li>▪ Exposições</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Credenciamento</li> <li>▪ Lançamento de livros</li> <li>▪ Exposições</li> </ul>  |
| 22/8/2013<br>(quinta-feira) | <p><b>Abertura oficial</b> – (8:00h – 8:45h) Palestra e debate: (9:00h – 11:30h)<br/><b>O lugar do profissional de história hoje</b></p> <p><b>Local:</b> Auditório Jorge Amado, Pav. Jorge Amado, 1º andar.</p> <p><b>Palestrante:</b><br/>Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira – UFRN; Vice-Presidente da ANPUH-Brasil (gestão 2011-2013)</p> <p><b>Mediador:</b><br/>Dr. Marcelo Henrique Dias – UESC</p>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comunicações coordenadas</li> </ul>   | <p><b>Mesa-redonda: O ensino de história e as novas diretrizes curriculares do MEC</b></p> <p><b>Local:</b> Auditório Jorge Amado, Pav. Jorge Amado, 1º andar.</p> <p><b>Palestrantes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dra. Maria Cristina Dantas Pina – UESB</li> <li>▪ Msc. Ronaldo Lima da Cruz – professor de História, Colégio Modelo / Canavieiras-BA</li> </ul> <p><b>Mediadora:</b><br/>Drª. Teresinha Marcis – UESC</p> |
| 23/8/2013<br>(sexta-feira)  | <p><b>Mesa-redonda: Lugares institucionais: perfil e práticas do historiador</b></p> <p><b>Local:</b> Auditório Jorge Amado, Pav. Jorge Amado, 1º andar.</p> <p><b>Palestrantes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Msc. Almir Félix Batista de Oliveira – Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Norte.</li> <li>▪ Msc. Rosana Miziara – Museu da Pessoa / São Paulo</li> <li>▪ Msc. Lielva Aguiar – UNEB - Caetité</li> </ul> <p><b>Mediador:</b><br/>Dr. Luiz Henrique Blume – UESC</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Minicursos</li> </ul>   | <p><b>Mesa-redonda: O historiador e as lutas sociais</b></p> <p><b>Local:</b> Auditório Jorge Amado, Pav. Jorge Amado, 1º andar.</p> <p><b>Palestrantes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dr. Francisco Cancela – UNEB-Eunápolis</li> <li>▪ Dr. Wilson Roberto de Mattos – UNEB – Sto. Antônio de Jesus / CEPAlA</li> </ul> <p><b>Mediador:</b><br/>Dr. Carlos José Ferreira dos Santos – UESC</p>                                |

## MINICURSOS

| <b>MINICURSO</b>  | <b>MINISTRANTE</b>   |
|---|--|
| Normalização ABNT aplicada a trabalhos técnico-científicos              | Genebaldo Ribeiro – Editus/UESC                                |
| Elaboração de projetos culturais no terceiro setor                      | Rosana Miziara – Museu da Pessoa /SP                           |
| História Oral   | Ivaneide Almeida - IFBA/Porto Seguro                           |
| Introdução à concepção de poder em Foucault: O conceito de biopolítica. | Paulo Rodrigues dos Santos – UESC                              |
| Perspectivas atlânticas do Candomblé na Bahia                           | Flávio Gonçalves dos Santos – UESC                             |
| Metodologia do ensino de História                                       | Robson Dantas – UESC   |
| Transcrição paleográfica de manuscritos                                 | Rafael dos Santos Barros e Victor Santos Gonçalves – UESC/UFBA |
| História da África: ensino e pesquisa                                   | Laila Brichta – UESC   |
| Introdução à Arqueologia  | Elvis Barbosa – UESC   |

# SUMÁRIO

## **Sessão Temática 01 .....P. 11**

### “Ensino de História e formação de professores”

- “10 ANOS DA LEI 10.639/03: UM BREVE ENSAIO SOBRE A TRAJETÓRIA E AS PERSPECTIVAS DA LEI.” Camile dos Santos Lessa. ....P. 12
- A APLICABILIDADE DA LEI 11.645/2008 NOS LIVROS DIDÁTICOS (HISTÓRIA) – ENSINO MÉDIO. Raidiluar Rocha Santos..... P. 17
- HISTÓRIA, ESCRAVIDÃO, NEGRO: SABERES DE CRIANÇAS NAS SÉRIES INICIAIS. Livia Gomes Côrtes.....P. 21
- A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO FUNDAMENTAL. Richard Batista Silveira.....P. 26
- A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA E O LUGAR DO ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Alexandre Victor dos Santos Cruz.....P. 29
- O ENSINO DE HISTÓRIA: CONSTRUÇÃO DOS SABERES PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA. Aline Oliveira de Moraes; Helga Pinheiro Dias; Hilter Fernando Porto Cruz; Jaimelinda Santos da Silva.....P. 32
- A ABORDAGEM DA DIVERSIDADE CULTURAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BARRO PRETO-BA. Raquel Cristina Santos; Lucineide Libarino de Oliveira Souza; Norma Pinto.....P. 36
- DISCIPLINA MILITAR: COMO OS ALUNOS PERCEBEM O ENSINO E APRENDIZAGEM NO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA. Ramon Queiroz Souza.....P. 42

## **Sessão Temática 02 .....P. 46**

### “Experiências de iniciação à docência e o PIBID/História/UESC”

- EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NAS TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO EUSÍNIO LAVIGNE (IME), ILHÉUS-BA. Louise Emilie Nascimento Marques Pinto; Joelma Palmeira Alves; Ana Paula Oliveira de Jesus.....P. 47
- PIBID DE HISTÓRIA: ENTRE EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NA SALA DE SALA. Rosana Neves de Moura; Raquel Nery.....P. 50
- INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID NA ESCOLA MUNICIPAL DO PONTAL, ILHÉUS-BA. Kalyane Barbara Oliveira Novaes; Maria Luiza de Oliveira Menezes.....P. 53
- UM BREVE PANORAMA EDUCACIONAL EM DUAS ESCOLAS DE ILHÉUS: DIAGNÓSTICOS E POSSIBILIDADES. Bruna Marques Ribeiro Drisostes; Railan Barbosa do Nascimento.....P. 56
- RELATO DE OBSERVAÇÃO DE AULAS DE ENSINO DE HISTÓRIA. Messias Laranjeira dos Santos.....P. 59
- A COPARTICIPAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA ENRIQUECEDORA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO GRADUANDO DE HISTÓRIA. Alana dos Santos Moreira; Flavio Miranda.....P. 62
- A EXPERIÊNCIA DO FEMINISMO EM SALA DE AULA. Camila de Moraes Mota; Laís da Silva Martins....P.64
- CRIACIONISMO E EVOLUCIONISMO NA ESCOLA. Herbert Farias Barreto Mendes.....P. 68

## **Sessão Temática 03 .....P. 73**

### “Ensino, linguagem e representações: diálogos com o cinema”

- SOMOS TODOS DIFERENTES: UM DISCURSO INCUTIDO NA REPRESENTAÇÃO DO PROFESSOR HERÓI. Leide Rodrigues dos Santos.....P.74

- ESTEREÓTIPO DA FIGURA DO PROFESSOR TRANSMITIDO PELO CINEMA BASEADO NO FILME “*UMA PROFESSORA MUITO MALUQUINHA*”. Micheli Silva.....P. 78
- PROFESSOR: O SUPOSTO SABER QUE SEDUTORAMENTE DISCURSA. Michael Silva Roseno.....P. 82
- A IMAGEM DO PROFESSOR DIANTE MÍDIA TELEVISIVA. Luana Nascif Galvão.....P. 87
- ESCRITORES DA LIBERDADE: PENSANDO A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO COTIDIANO ESCOLAR. Márlon Silva Tavares.....P. 90

#### **Sessão Temática 04.....P. 96**

##### “Escravidão e liberdade”

- FAMÍLIA ESCRAVA NA ILHÉUS OITOCENTISTA (1806-1888). Victor Santos Gonçalves.....P. 97
- O BATIZADO DA PEQUENA BALBINA: ALGUMAS NOTAS SOBRE A FAMÍLIA ESCRAVA NAS MINAS DO RIO DE CONTAS, 1840 A 1860. Fernanda Gomes Rocha.....P. 100
- DE ESCRAVO A LIBERTO: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE ONOFRE LAVIGNE DE SOUZA, ILHÉUS – SÉC. XIX/XX. Ronaldo Lima da Cruz.....P. 105

#### **Sessão Temática 05.....P. 110**

##### “História, portos, cidades e Atlântico”

- CONSTRUÇÃO DE ACERVO VIRTUAL – PORTOS, CIDADES E ATLÂNTICO (ILHÉUS 1914 – 1977). Orley dos Santos Mota; Victor Ismael Santos Silva.....P. 111
- TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS NO CENTRO DE ILHÉUS COM A IMPLANTAÇÃO DO PORTO NO BAIRRO DO MALHADO (1959-1971). Miralda Benevides Almeida.....P. 114
- UMA BREVE HISTÓRIA PORTUÁRIA DE ILHÉUS, BAHIA, DE 1971 A 1977: OS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DURANTE A AMPLIAÇÃO E TRANSIÇÃO DAS ATIVIDADES PORTUÁRIAS OCORRIDAS NA DÉCADA DE 1970. Manoel Tomé Santos Neto.....P. 118
- ILHÉUS E O ATLÂNTICO: DO INÍCIO AO DECLÍNIO, ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA DO PORTO FLUVIAL DE ILHÉUS (1920 a 1942). André Fontes Dantas.....P. 120

#### **Sessão Temática 06.....P. 126**

##### “História indígena”

- O ALDEAMENTO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DOS ÍNDIOS GREN DO RIO ITAÍPE: VILA DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS (SÉC. XVII A XIX). Ana Paula Oliveira de Jesus.....P. 127
- ÍNDIOS GUERENS NA SESMARIA DOS JESUÍTAS: ARRANJOS E CONFLITOS NA BARRA DO RIO DE CONTAS. Rafael dos Santos Barros.....P. 130
- O EXERCÍCIO DO GOVERNO CIVIL DA VILA DE ÍNDIOS DE OLIVENÇA - 1794. Teresinha Marcis...P. 135
- O ALDEAMENTO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE CACHOEIRA DE ITABUNA (BAHIA), 1814-1877. Ayalla Oliveira Silva.....P. 140
- O SPI E A CRIAÇÃO DO POSTO INDÍGENA PARAGUAÇU: HISTÓRICO QUADRO DE VIOLÊNCIA. Talita Almeida Ferreira.....P. 145

#### **Sessão Temática 07.....P. 150**

##### “História, cultura e religiosidades”

- A RELAÇÃO ENTRE A DIOCESE DE ILHÉUS COM A POPULAÇÃO INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX. Bruno de Melo Santana.....P. 151
- AÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA EM ILHÉUS DURANTE A DÉCADA DE 1930. Lucas G. Melgaço.....P. 157
- NOMEAÇÃO E POSSE DO BISPO DOM FREI EDUARDO JOSÉ HERBERHOLD, OFM CAP., NA DIOCESE DE ILHÉUS – BAHIA (1931). Oslan Costa Ribeiro.....P. 160
- MOVIMENTO PENTECOSTAL EM ILHÉUS ENTRE 1991 E 2010. Tiago Nascimento Souza.....P. 164

- “ONDE A FEITIÇARIA DOMINA”: O SABER MÉDICO E A PERSEGUIÇÃO ÀS PRÁTICAS DE CURA DO CANDOMBLÉ EM ITABUNA (1930-1950). Michelle Caroline Moreira Mansur.....P. 168
- UMA ENTREVISTA COM MAKOTA VALDINA. Camila Nunes Sena Silva.....P. 172

### **Sessão Temática 08.....P. 176**

#### “Leituras e diálogos no campo da História”

- *RIO CACHOEIRA (ITABUNA-BA): REPRESENTAÇÕES E PERCEPÇÕES EM DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA AMBIENTAL.* Alyne Martins Gomes.....P. 177
- D. AMÉLIA DE LEUCHTENBERG, SEGUNDA IMPERATRIZ DO BRASIL. Renato Drummond Tapioca Neto.....P. 183
- ANÁLISE DOS ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIOCULTURAIS NAS FESTIVIDADES DO CINQUENTENÁRIO DE ITABUNA (1960). José Fagner Silva dos Santos.....P. 188
- AS CARTAS DO CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS EM 1967. Jéssica Silveira Souza.....P. 192
- OS COMUNISTAS BRASILEIROS E AS QUESTÕES DE GÊNERO ENTRE 1922 E 1949. Alane Sousa Ferreira.....P.195
- PRÁTICAS POLÍTICAS DE VEREADORAS EM ITABUNA (1993-1997). Kaliana Oliveira da Hora.....P. 200
- REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA PROPAGANDA DE CERVEJA NO DEBATE ENTRE A HISTÓRIA E A PUBLICIDADE: ANALISANDO A PROPAGANDA “SKOL DE ROUPA NOVA”. Rodrigo Silva Santos.....P. 205
- AS AÇÕES DO SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS NA DÉCADA DE 1990, NA IMPRENSA. Marcelo Fontes Assunção.....P. 208

### **Seminário de Especialização em História do Brasil .....P. 213**

- ESPAÇO, CULTURA E MEMÓRIA: A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ESCADA, OLIVENÇA/BAHIA. Ramaiana Batista de Menezes.....P. 214
- A CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS NO PRIMEIRO REINADO (1823-1831): COMPOSIÇÃO E PERFIL POLÍTICO. João Lins Costa Sobrinho.....P. 216
- HISTÓRIA DO MOVIMENTO UNDERGROUND NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA (1980-2013). Rômulo Nunes Macêdo.....P. 219
- O DISCURSO DA REAL SOCIEDADE BAHIENSE DOS HOMENS DE LETRAS EM 1810. Fabiana de Santana Andrade.....P. 224
- NEGÓCIOS E CLIENTELA: A TRAJETÓRIA DE UM COMERCIANTE DE ILHÉUS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX. Zidelmar Alves Santos .....P. 228

## **SESSÃO 01:**

Ensino de História e formação de  
professores.

---

## **“10 ANOS DA LEI 10.639/03: UM BREVE ENSAIO SOBRE A TRAJETÓRIA E AS PERSPECTIVAS DA LEI.”**

Camile dos Santos Lessa <sup>1</sup>

Exatamente neste ano de 2013, completam-se 10 anos de existência da lei 10.639. E teoricamente, como uma boa comemoração é sinônima de festa, costumamos refletir e questionar melhor nesses períodos acerca de impactos e contribuições. Faz-se necessário ainda ponderar o que de bom nos trouxe essa lei, sua importância, lembrar ou conhecer sua trajetória, e verificar se de fato a sua efetividade tem ocorrido.

No dia 09 de janeiro de 2003 com a promulgação da Lei Federal 10.639, torna-se obrigatório, em todos os níveis do ensino no Brasil, o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira integrada nas diferentes disciplinas do currículo escolar.

Esta lei, que por sua vez é fruto da luta de diversos setores da sociedade brasileira - meio universitário, movimentos sociais negros e áreas da educação-, está relacionada a uma série de medidas de ação afirmativa que começaram a ser implantadas no Brasil a partir do reconhecimento, especialmente pelo Estado, da existência de desigualdades e discriminação baseada ainda na concepção de raça e da necessidade de superá-las.

Desta maneira, cabe ressaltar de antemão o que eu entendo por ações afirmativas. Em poucas palavras, compõem o conjunto de políticas públicas ou privadas com vistas a diminuir a desigualdade enfrentada por determinados grupos sociais que, por serem historicamente discriminados, se encontram em posição desvantajosa em relação à sociedade abrangente. São, portanto, medidas que buscam aumentar o acesso destes grupos a oportunidades e serviços visando promover a igualdade e a cidadania não apenas na dimensão formal, mas também no aspecto substantivo.

Partindo dessa perspectiva, a luta pela inclusão do segmento afrodescendente no ensino formal é parte de um projeto político mais amplo que defende a implantação de ações afirmativas como a via mais eficaz para a superação do racismo e da exclusão do segmento negro na sociedade brasileira. Todavia, tem havido uma intensa luta pela implementação

---

<sup>1</sup> Discente do 6º semestre do curso de História da UESC e Bolsista de Iniciação à Docência do Programa de Apoio Ensino de Graduação da UESC. Flávio Gonçalves dos Santos (Orientador)

destas ações, não somente no sistema educacional, mas também no mercado de trabalho, nas áreas de saúde e habitação, na produção de dados estatísticos (com a inclusão do quesito raça/cor e o cruzamento dos quesitos de gênero e raça), no combate à violência policial, no monitoramento das representações sobre o negro em veículos de comunicação, entre outras políticas. Além disso, a trabalhada lei altera de forma significativa e dá um novo olhar dimensional à pesquisa e ao ensino sobre África realizada no Brasil, de uma forma mais específica.

Deste modo, trataremos neste texto de forma breve a trajetória que esta lei percorreu até ganhar as proporções que hoje vemos, seu contexto e importância social, bem como suas problemáticas e perspectivas.

### **Um breve comentário da trajetória da lei**

Como citado anteriormente, o surgimento da lei 10.639 estar pautada como produto da luta de movimentos sociais, dentre eles o Movimento Negro.

A militância deste movimento traz em seu bojo muitos frutos, principalmente pelo seu caráter esquerdista, nacionalista e de afirmação cultural, sem mencionar a luta contra o racismo.

O protagonismo negro foi de grande relevância na conquista desta lei, visto que coube a esses movimentos a pressão pela mudança dos currículos escolares, de modo que se incorporasse a história do continente africano e seus descendentes na formação social brasileira.

Primeiramente, no início do século XX, o maior objetivo da luta era o acesso deste segmento a educação, sem considerar nesse momento se era inadequado ou excludente. Percebemos a valorização da educação para o movimento neste trecho de Sales Augusto do Santos:

“A valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos negros para ascender de status. Houve uma propensão dos negros em valorizar a escola e a aprendizagem escolar como um ‘bem supremo’ e uma espécie de ‘abrete sésamo’ da sociedade moderna.”<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Vários 2005. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Coleção Educação para Todos (Brasília: SECAD/MEC). Cap.1, P.21-22.

No entanto, historicamente percebemos que mesmo sendo estritamente precisa a escola ou a educação formal não foi e nem é a solução para os problemas do povo negro no Brasil. Todavia, logo a militância e os intelectuais negros descobriram que a escola também tem responsabilidade na difusão e perpetuação das desigualdades culturais.

Constatado isso e levando em consideração as pressões antirracistas, políticos de diversas tendências ideológicas, em vários estados e municípios brasileiros, reconheceram a necessidade de reformular as normas estaduais e municipais que regulam o sistema de ensino. Através de leis orgânicas municipais conseguiram a inclusão de disciplinas sobre a História dos Negros no Brasil e a História do Continente Africano nos ensinos fundamental e médio das redes estaduais e municipais de ensino.

Este foi, em minha opinião, um importante passo em relação ao trajeto que a lei percorreu. Porque pouco tempo depois de instauradas essas leis orgânicas, viu-se a necessidade de aprimorá-la e torná-la federal, percebendo também que era demanda do contexto histórico-social.

Desta maneira, no início de 2003 o então presidente da república em exercício, Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas dos movimentos sociais negros, bem como as injustiças e discriminações raciais contra o segmento negro no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a cultura dos povos que participaram da construção do Brasil, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sancionando a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. A Lei nº 9.394/96 passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1ª - O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2ª - Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Educação. 2004. Parecer CNE/CP 003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília

A luta e a conquista da lei são imprescindíveis para a história dos negros no Brasil, mas a luta não acaba por aí. Uma vez instituída a lei, surge outras problemáticas referentes à aplicabilidade prática da mesma. Comentaremos a seguir.

### **A despeito das problemáticas e perspectivas da lei**

Analisando esta legislação federal, a mesma possui um tom bastante genérico. E, por conta disso, não se atenta para uma implementação adequada do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Também, não estabelece metas para implementação da lei, não se refere à necessidade de capacitar o corpo de professores que já atuam em sala de aula dos ensinos fundamental e médio, para ministrarem as disciplinas referentes à supracitada lei.

Infelizmente essa realidade também afeta as universidades, existe uma grande necessidade de estas reformularem os seus programas de ensino e cursos de graduação, especialmente os de licenciatura, para formarem professores aptos a ministrarem ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Ao que parece, a lei federal, indiretamente, transfere a responsabilidade do referido ensino para os professores. Ou seja, vai depender da vontade e dos esforços destes para que o ensino seja ministrado em sala de aula. Essa lei também não indica qual é o órgão responsável pela implementação adequada. Portanto, faz-se necessário pensar uma mudança profunda tanto nos ensinos fundamental e médio, quanto nos currículos das licenciaturas universitárias, uma vez que atualmente elas não são capazes de cumprir os objetivos da lei em questão.

Nesta perspectiva, os movimentos sociais negros, bem como muitos intelectuais negros engajados na luta antirracismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira. Todavia, torná-los obrigatórios, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para a sua implementação de fato. A lei federal, concomitantemente, indica certa sensibilidade às reivindicações e pressões históricas dos movimentos negro e antirracista brasileiros, como também indica certa falta de compromisso com a sua execução.

Com a perpetuação desses problemas e aparecimento de outras reivindicações, em 2008, vê-se novamente a alteração do Art. 26 A, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a lei 11.645/08. A nova lei repara o imperdoável lapso, ao incluir como item curricular obrigatório o ensino de história e cultura indígena. Entretanto, a justa inclusão desse

novo item curricular amplia ainda mais a necessidade de ações concretas que visem a implementação do ensino da História e culturas afro-brasileira e indígena.

No entanto, ao longo desses 10 anos da lei 10.639 os benefícios trazidos não se podem deixar de lado. Esta vem possibilitando o financiamento de iniciativas para a formação e capacitação de professores e produção de material didático que aborde o tema. Na universidade, por exemplo, impulsionou a criação de vagas para professores e pesquisadores em História da África , Literaturas Africanas e Estudos afro-brasileiros. Porém não se implementam novos conteúdos e formas de ensino sem pesquisa qualificada.

Deste jeito, os avanços vieram de forma lenta e gradual, com certeza se pode fazer mais e melhor, entretanto não se pode deixar de celebrar a grande conquista que consistiu a lei.

## **Conclusão**

Sendo assim, lembrar-se dos 10 anos da Lei Federal 10.639/03 é de grande importância, visto que conquistá-la já foi um grande passo, tendo em vista que a mesma é fruto de difíceis lutas e reivindicações; mesmo estando ciente que ainda há muito a se fazer.

Posto isto, o objetivo deste texto foi contribuir para o acréscimo do debate, abordando de forma sucinta e em um tom festivo a trajetória e as problemáticas que implicam à lei.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. . 2004.

----- Lei nº 10.639, 09 de janeiro de 2003.

----- Lei nº 11.645, 2008.

----- Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

----- Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2000.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *História e Cultura afro-brasileira na Educação básica: origens e implicações da lei 10.639/2003*. Salvador. Cadernos do CEAS, janeiro/ março, 2007.

Vários 2005. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Coleção Educação para Todos (Brasília: SECAD/MEC.)

---

## **A APLICABILIDADE DA LEI 11.645/2008 NOS LIVROS DIDÁTICOS (HISTÓRIA) – ENSINO MÉDIO**

SANTOS, Raidiluar Rocha<sup>4</sup>; REIS, Luíza<sup>5</sup>

### **RESUMO**

A Lei 11.645/2008 torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em “todo currículo escolar”, o que engloba sua aplicação nos livros didáticos. Este presente trabalho tem como objetivo principal verificar o cumprimento da referida lei nos livros didáticos da Editora Moderna, destinadas aos alunos do Ensino Médio da Rede Pública do Estado da Bahia. De acordo com a Lei 11.645/2008 há a possibilidade de se aplicar diversas temáticas na disciplina de História: surgimento e colonização do Continente Africano, colonização da África, história dos povos indígenas, resistência dos povos indígenas e africanos a dominação europeia no Brasil. Em síntese, sua contribuição para a sociedade e economia, principalmente no que se refere à história do Brasil. Essa pesquisa dará prioridade e enfoque a aplicação da Lei no que tange os povos africanos e aos afro-brasileiros.

**Palavras-chave:** Lei 11.645/2008, Livro Didático, Ensino, África e Afro - brasileiro.

### **INTRODUÇÃO**

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o livro didático deve ser considerado pelo professor como material de apoio em suas aulas.

“Um material de apoio didático de qualidade faz grande diferença no processo de ensino-aprendizagem” (MEC p.9)<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BA

<sup>5</sup> Professora Orientadora.

<sup>6</sup> Ministério da Educação. Introdução Geral, p 09;

Visto que ele é para ser tido como um material de *qualidade*, temos o dever de analisar se ele está de acordo com as Leis que regem os PCNs. Levando em consideração que o livro didático é o principal colaborador e aliado do professor ainda hoje, embora ele não seja o transmissor absoluto de conhecimento, ele tem sido a base pedagógica do professorado que na sua maioria, apenas o tem como único instrumento de fonte para ministrar suas aulas.

Desse modo um bom livro de História para o Ensino Médio deve dispor de conteúdos atualizados, principalmente no que tange a História de construção e atualidade do povo brasileiro. Levando em consideração a apresentação dos africanos e afrodescendentes, esses não mais devem ser transmitidos ao leitor/aluno/professor apenas por seus traços culturais – dança capoeira, acarajé, feijoada. É preciso muito mais!

Dentro deste enfoque está a construção da identidade brasileira a partir de análises dadas através dos livros didáticos. Circe Bittencourt pauta suas análises nesse artigo<sup>7</sup> às críticas relacionadas ao ensino de história no Brasil em relação à identidade nacional e os valores de nacionalidade. Circe propõe identificar as perspectivas que há para a formação intelectual dos alunos a partir do ensino de História.

O ato de ensinar é “um ato político” de acordo com Paula Freire. Assim, ensinar História requer entender/compreender as organizações das sociedades em seus processos de transformação ao longo dos séculos e o surgimento do homem político (transformador de sua sociedade).

O tema globalização e o Brasil no ensino de História tem sido polêmico. O nacionalismo é confrontado e apontado pela globalização como conservador e limitado da modernização, pois, um mundo globalizado requer modernização e tecnologia. Nesse tópico pode se relacionar o capitalismo globalizado contrapondo as empresas de capital nacional (Petrobrás). Como país emergente, estamos nos acostumando a lidar com o neoliberalismo. Nesse sentido o ensino de História do Brasil integra o ensino de História Geral, outrora separados por série. Assim podemos compreender nossa condição de país considerado periférico (emergente) no sistema capitalista a partir do ensino de expansão marítima europeia.

Retomando a ideia anterior, Circe Bittencourt, faz uma breve análise de algumas obras didáticas que se encaixam no ensino de História Integrada com volume único para o Ensino

---

<sup>7</sup> BITTENCOURT Circe - Identidade Nacional e Ensino de História no Brasil-

Médio apresentado em 42 capítulos, desses apenas 12 contém conteúdo de História do Brasil. Esse alerta nos fez fazer uma rápida consideração na nossa fonte de base: livro didático de História dedicado aos alunos do último ano do Ensino Médio<sup>8</sup>. O livro possui 15 capítulos, desses, 10 é destinado a relatar a História do Global, restando apenas 05 capítulos para abordar a História do Brasil desde a proclamação da República ao Governo Lula. O que nos mostra uma clara diluição dos conteúdos em detrimento de uma política capitalista.

E o que há de “errado” nesse modelo? Ainda de acordo com Circe Bittencourt, pode-se cair na retomada da teoria da dependência (1996) que demonstrava que o atraso da América latina estava relacionada a dependência colonial tecnológica e financeira. A partir de 1980 entende-se que o não desenvolvimento estava relacionado aos modelos de colonização (espanhóis, portugueses e ingleses): de exploração e povoamento distintas entre si. Quem não se lembra da velha comparação entre o surgimento do Brasil e dos EUA? Onde o professor demonstrava e repassava que nosso território surgiu com o objetivo de exploração e no caso dos EUA, esse surgiu para ser povoado. Raramente era mostrado que nos EU também houve colônias de exploração. A partir dessa análise, era mostrado e provado que os EUA hoje se constituem uma nação bem sucedida economicamente devido à forma como ele surgiu, e que, o Brasil é uma nação considerada atrasada economicamente e socialmente porque desde cedo fomos explorados.

Com esse tipo de ensino a construção de identidade nacional não fortalecida, pois mostra a história nacional como dominada por seu colonizador e, portanto não desenvolvida junto ao mundo globalizado e capitalista. Conclui-se que a geração atual está sendo conduzida a um desprestígio da História Nacional por não se reforçar a ideia de conflitos internos e seus agentes sociais desempenhavam na construção da nação Brasil.

(“... desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (PCN 9394/96 art.22).

Assim começa Bezerra<sup>9</sup> a descrever a importância do desenvolvimento da capacidade e aprender e adquirir conhecimento e desenvolver valores morais. Deste modo, o art. 22 descrito acima nos traz atenção para importância de não apenas transmitir conhecimento ao aluno, mas contribuir significativamente no processo de formação moral do aluno para que ele

---

<sup>8</sup> Livro: Conexões com a História, vol. 3. Editora Moderna.

<sup>9</sup>BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: Conteúdos e conceitos básicos.

consiga transformar a sociedade em que vive. Como auxiliar os alunos a se tornarem cidadãos conscientes de seus direitos e críticos?

Bezerra volta a nossa atenção para a seleção de conteúdos que iremos contemplar, essa seleção será elaborada para atender as necessidades da escola e dos alunos para que possam contribuir na comunidade em que vivem. Os professores de História têm consciência que não basta apenas transmitir conhecimento. Esse deve vir acompanhado de crítica, conscientização política e social.

Os conteúdos selecionados devem auxiliar *“os alunos a produzir bens culturais, sociais e econômicos e dele usufruir”*. (P.39)

A forma como esse conteúdo selecionado será apresentado aos alunos também deve ser planejado. Estamos acostumados a transmiti-los de acordo com a temporalidade (Historia Antiga, Medieval, Moderna, e Contemporânea).

Bezerra nos sugere a linha da Historia integrada - onde Historia da *“América e Brasil figuram juntamente com povos da Pré-História, assim como a presença da História da África”*. (P.39). Outra sugestão são os eixos temáticos, onde os professores tem maior liberdade em selecioná-los e transmiti-los. Lembrando que o aluno deve ser acompanhado sempre, independente do método utilização de ensino, para que se possa verificar seu desenvolvimento em competências e habilidades.

*“A preocupação não é com a quantidade dos conteúdos a serem apresentados ou com as lacunas de conteúdo de Historia que ficariam por serem preenchidas (...)”*. (P.41)

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

A metodologia utilizada neste trabalho de conclusão de curso será exploratória com abordagem descritiva e bibliográfica, se fundamentará de pesquisas em legislações escolar, livros, normas e manuais técnicos, artigos científicos, consulta em site do Ministério da Educação, Secretaria de Educação do Estado da Bahia, entrevista oral com alunos e professores.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

Ministério da Educação. **Introdução Geral**. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>(acesso em 05/08/13)

BITTENCOURT, Circe. **Identidade Nacional e ensino de história no Brasil**. IN KARNAL, L. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Heitor. **Luís Gama e a Consciência Negra na Literatura Brasileira**. Disponível em: [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n17\\_p87.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p87.pdf) (acesso em 24/06/11)

MATTOS, Hebe Maria. **A Face Negra da Abolição**. In: Revista Nossa História. Maio de 2005.

Conexões com a História, **vol. 3**. Editora Moderna.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **Conceitos básicos: Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos**. In.: Karnal, Leandro (Org.). **História na sala de aula: práticas e propostas**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

---

## **HISTÓRIA, ESCRAVIDÃO, NEGRO: SABERES DE CRIANÇAS NAS SÉRIES INICIAIS<sup>10</sup>**

Lívia Gomes Côrtes<sup>11</sup>; Maria Cristina Dantas Pina<sup>12</sup>.

### **INTRODUÇÃO**

Notadamente, a partir das décadas de 70 e 80 do século XX a produção historiográfica brasileira avançou e diversificou nas análises referentes à escravidão ao longo da história do Brasil. A questão do negro escravo, o seu papel social e o seu lugar na História ganharam novos parâmetros a partir da revisão do próprio modo de construção da História. Novas perspectivas de utilização de fontes, novos meios de investigação, novos sujeitos históricos trazem à tona eventos, particularidades e personagens antes desvalorizados. Em conversação com estas abordagens, foi proposto o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa que visa analisar as apropriações que crianças do Ensino Fundamental I, na disciplina História, fazem do tema “Escravidão”, por este ter sido um evento de suma importância na construção do Brasil atual tornando, portanto, pertinente a verificação da referente História e de como este conhecimento é apropriado.

---

<sup>10</sup> Este resumo é parte do Trabalho Monográfico de conclusão de curso em desenvolvimento pelas autoras.

<sup>11</sup> Estudante do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Campus Vitória da Conquista; email: lygotes@hotmail.com.

<sup>12</sup> Orientadora, Doutora em Educação, Professora Adjunta do Departamento de História da UESB e do Mestrado em Educação da UESB; email: mcristina.pina@gmail.com.

Observando e investigando crianças da 4ª série (5º ano) no seu ambiente escolar objetiva-se perceber como é apreendida a História, como alunos e conhecimento histórico interagem com base na historiografia regular, pretendendo compreender o percurso do raciocínio do aprendizado das crianças, do que e como se apropriaram desse conhecimento disponibilizado e, juntamente com suas experiências exteriores, como constroem o conhecimento interligado, ou seja, o que as crianças sintetizam como experiência escrava brasileira fundamentando-se numa reflexão sobre a continuidade das investigações históricas.

Utilizando como campo de estudo escolas da rede de ensino particular e público da cidade de Vitória da Conquista – Bahia pretende-se enriquecer ainda mais a análise deste recorte com a discussão de como as diferenças sócio-culturais presentes em cada espaço interferem no ensino-aprendizagem e relativizam os métodos educacionais na produção do saber escolar. A realidade na qual o aluno está inserido, seja relacionada à instituição que deva ensiná-lo as disciplinas regulares ou à sua vida domiciliar e comunitária, e mais a formação do professor, devem ser aspectos considerados na análise do processo educacional como colaboradores da compreensão do aluno, de sua existência nestes universos e da conexão entre tais, para uma necessária construção da consciência histórica.

## **METODOLOGIA**

Entendendo que acentuar as novas percepções da História da escravidão desde as primeiras séries de ensino é uma maneira de iniciar a construir na criança a sensibilidade de perceber ao longo de seu crescimento na sociedade os desdobramentos e efeitos que este processo causou e causa no espaço em que ele próprio é agente, vê-se primordial o estudo da escravidão negra no Brasil por ser a origem do processo histórico que ocasiona debates recorrentes no cotidiano nacional. O dia da Consciência Negra, o preconceito racial, o programa de cotas em diversos setores sociais, o movimento de religiões de matrizes africanas, a necessidade do estudo da História da África, dentre outras temáticas, são problematizações que estão intrínsecas a formação do brasileiro.

Diante dessa dinamicidade de conhecimentos que vem se produzindo, é interessante analisar como se trabalha os novos descobrimentos na escola, pois

Mais recentemente, as preocupações dos historiadores do ensino tem se voltado para as práticas que o envolvem historicamente, atentando para sua inserção no cotidiano escolar, suas relações com o imaginário, suas múltiplas formas de apropriação na escola e suas

relações com outras instâncias de circulação e difusão de saberes, como os meios de comunicação de massa e as artes, por exemplo. (FONSECA, 2006)

Para tanto, planeja-se observar no ambiente escolar alguns aspectos que interferem no percurso do ensino-aprendizado: quais docentes são indicados para o trabalho de ensino na série especificada e como são assistidos estes profissionais em relação à estrutura pedagógica do ensino, quais materiais são utilizados pelos professores para o ensino da temática e no tempo que é direcionado a disciplina História e ao assunto em questão. Refletir sobre os arredores da prática de ensino faz-se necessário para considerar além do saldo final da aprendizagem, mas também o percurso da construção da mesma na identificação de quais concepções foram direta ou indiretamente influenciadoras do discurso apreendido.

Num segundo momento, em que se espera obter um maior material para a efetivação da pesquisa, foram elaborados cinco blocos de atividades a serem desenvolvidas nas turmas pré-selecionadas objetivando abarcar diferentes ângulos do aprendizado sobre a escravidão. Aplicaremos uma enquete com questões abertas e fechadas para os alunos responderem.

No primeiro bloco será solicitado ao aluno que desenhe o escravo em alguma situação que ele compreenda como uma realidade escrava e que explique o motivo daquele específico desenho, podendo até funcionar como ativação de suas lembranças sobre. Após, será feita mais indagações:

1. Você acha que todos nós precisamos estudar a escravidão negra como parte da História do Brasil?
2. Por quê?

Iniciando com esta pergunta pretende-se incentivar o aluno a pensar e formular uma resposta que lhe pareça lógica de acordo as suas experiências até então, em que poderá ser analisado se há somente um aspecto influente para tal consciência ou não, podendo alongar, talvez, nossa reflexão sobre a importância que o aluno atribui ou não ao estudo da História em geral. O desenho irá nos auxiliar na compreensão de como, em suma, o aluno visualiza o escravo no Brasil.

No segundo bloco uma atividade de múltipla escolha será dada ao aluno e nela terá três figuras: a primeira o negro está sofrendo castigos físicos, na segunda retratando o negro dentro da casa-grande participando da vida íntima dos senhores, e uma terceira mostrando os negros no ambiente urbano. Deve-se explicar que as imagens representam essas proposições, dizendo exatamente “negro” em vez de “escravo” para que se tente não atribuir pré-concepções às imagens. Com isso os alunos responderão se acham que as situações mostradas

podem ter acontecido num mesmo momento. Marcarão um “X” na opção desejada e completarão a resposta: Sim. Em qual momento?/ Talvez. Por quê?/ Não. Por quê?.

Propondo este exercício procura-se observar se o aluno compreende que a realidade escrava compreendeu diversos espaços na sociedade brasileira em diferentes interações no decorrer da escravidão, podendo assumir variadas posições, funções e importâncias para a sociedade colonial.

O terceiro bloco contém perguntas em que se visa verificar se há no aluno influência de algum tipo de mídia no aprendizado, neste caso será perguntado sobre filmes e novelas. Com isso, propõe-se concluir se este conhecimento exterior fortalece o que o aluno aprendeu na escola ou contradiz e se o aluno eventualmente chega a perceber essas diferenças.

Prosseguindo com o quarto bloco, estão listados os questionamentos sugeridos:

1. Quais os costumes dos negros neste período (da escravidão)?
2. Você acha que no seu dia-a-dia há algum destes costumes ou algo parecido?
3. (Se “sim” na anterior) Dê um exemplo.
4. (Neste momento poderá ser utilizado um espelho antes da pergunta) Você acha que você tem alguma característica física que seja negra?
5. (Se “sim” na anterior) Qual?

O importante nestes questionamentos é perceber se o aluno consegue visualizar os costumes dos negros escravos nas relações entre si, fora do contexto de servidão, mesmo que sua condição social seja de escravo (manifestações religiosas, comportamentos, etc). Diante desta interação do negro com o social pela rotina de trabalho e na presença em outros ambientes, aspira-se saber se o aluno compreende que o negro conseguiu deixar seus costumes naturais ou adaptados inseridos na sociedade e que estes se perpetuaram na formação do Brasil, inclusive na própria formação do aluno e de sua comunidade, somada a miscigenação. O interessante é constatar se o aluno consegue se aproximar deste tema histórico ou não.

No último bloco o estudante será perguntado sobre o dia da Consciência Negra caso seja um assunto trabalhado no currículo de sua respectiva escola. Buscando levantar o debate sobre o estereótipo da História memorizada, analisando as respostas dos alunos sobre seus saberes sobre o dia em que se comemora a Consciência Negra, o foco é verificar se o alunado está construindo conexões com a representatividade da data e os temas afincados ou somente concebe como uma data comemorativa que é obrigado a lembrar.

Produzido este planejamento considerando os aspectos referentes ao ensino de História nas séries iniciais e a escravidão negra no Brasil, deseja-se compreender com mais detalhes como a História é ensinada/aprendida nas séries iniciais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FONSECA, T. N. de L. e. *História e ensino de História – 2ª ed., 1ª reimp.* – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- LARA, S. H. *Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa.* IN: BICALHO, M. F. e FERLINI, V. L. A. (orgs). *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no império português.* São Paulo: Alameda, 2005.
- LUCINDO, W. R. S. *Desvitimizar para humanizar: uma análise sobre a escravidão nos livros didáticos.* IN: *Revista Antíteses.* Vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, p. 879-897. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>> Acesso em Fev/2013.
- OLIVEIRA, S. R. F. de. *O tempo, a criança e o ensino de História.* IN: ROSSI, V. L. S. de e ZAMBONI, E. (orgs.). *Quanto tempo o tempo tem! Educação, filosofia, psicologia, cinema, astronomia, psicanálise, história... .* Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.
- PEREIRA, J.C. C. *O ensino de história nas séries iniciais.* Jornada HISTEDBR. Campinas, SP, Vol. 2, nº 2, Jul/2011.
- SCHLEUMER, F. *Cenários da escravidão colonial: História e historiografia.* IN: *Revista Ultramares – Dossiê,* Vol. 1, nº 1, jan/jul2012. Disponível em <<https://sites.google.com/site/revistaultramares/cenarios-da-escravidao-colonial-historia-e-historiografia>> Acesso em Jul/2013.
- SCHWARTZ, S. B.. *A historiografia recente da escravidão brasileira.* IN: \_\_\_\_\_. *Escravos, roceiros e rebeldes.* Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SIMAN, L. M. de C. *A temporalidade história como categoria central do pensamento histórico: Desafios para o ensino e a aprendizagem.* IN: ROSSI, V. L. S. de e ZAMBONI, E. (orgs.). *Quanto tempo o tempo tem! Educação, filosofia, psicologia, cinema, astronomia, psicanálise, história... .* Campinas, SP: Editora Alínea, 2003

---

## A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Richard Batista Silveira <sup>13</sup>

O ensino de História sempre foi o palco de calorosos debates acerca de como deveria ser seu processo pedagógico, a temática a ser abordada e a cronologia que essa temática deveria respeitar. Nas décadas de 80 e 90 diversos professores de História do Brasil legitimaram a denúncia de que seriam impossível transmitir o conhecimento de toda a história da humanidade, alguns defendendo que deveria ser criada uma ordenação sequencial e processual que intercalassem assuntos da antiguidade até os dias atuais, outros por sua vez, defendiam a necessidade de dividir a disciplina de história em “História Geral” e “História do Brasil” (que é o modelo mais aceito pelas escolas de ensino fundamental atualmente), entretanto, ainda no âmbito da crítica a abordagem Eurocêntrica no ensino de História, alguns professores defenderam que os estudos deveriam ser iniciados a partir da análise dos povos da América para assim “avançar” para a análise do “resto do mundo”.

Porém, uma grande parcela de professores e pesquisadores ainda defenderam a tese de inserir conteúdos relacionados a História local e regional, dividindo por temas. Aos que optaram pelos conteúdos locais ainda restou o debate sobre as questões relacionadas ao tempo histórico, revendo concepções de linearidade e progressividade, bem como noções de evolução e decadência, o que deveria render bastante tempo e pesquisa haja vista até o momento as pesquisas em história regional ficavam a cargo dos memorialistas, muitos deles sequer eram historiadores.

Em 1929 nasce uma nova tendência de pesquisa e uma nova concepção metodológica denominada “*nova história*”, a partir desta nova abordagem historiográfica, passou a existir uma diversificação no conceito de fonte histórica, bem como uma dinamização no objeto de estudo do pesquisador, nessa nova perspectiva foram levadas em considerações aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ideológicos que até o momento não eram considerados em pesquisas acadêmicas como afirma Peter Burke:

---

<sup>13</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC.

(...) a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana, nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis, de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem, como por exemplo: A infância, a morte a loucura, o clima, os odores, a sujeira, os gestos, o corpo (...) O que eram considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo como no espaço. (Burke, 1992, p.11)

Partindo dessa análise podemos perceber a importância do estudo de História Local, esse estudo aproxima o historiador do seu objeto de estudo e por sua vez a narrativa deixa de ser fundamentada em temas distantes e passa a ser incorporado aos fenômenos históricos da região, conseqüentemente cria-se um sentimento de pertença no pesquisador, professor ou aluno que esteja pesquisando tais temas. O estudo da história local abre novas perspectivas como um importante instrumento de recuperação e preservação das memórias e identidades locais, entretanto, ainda existem diversos percalços que “impedem” a suficiente aplicação desses conhecimentos em sala de aula, tais como o desconhecimento por parte dos professores, que de certa forma são embasados pela não obrigatoriedade de cursar tais disciplinas durante sua preparação para a docência, no ensino superior; Os livros didáticos não privilegiam a pesquisa e os estudos em história local por serem, em sua maioria, produzidos em grande escala por editoras centralizadas, fato que impede que a história local de uma determinada região possa ser “inserida” nesse material. E muitas vezes o livro didático é o único recurso que o professor e a escola tem acesso ou pode oferecer aos seus alunos, portanto, gerando assim mais uma dificuldade no estudo da história local.

Segundo o Parâmetro Curricular Nacional, existe uma grande necessidade e “demanda” de pesquisa acerca da história local, além de fomentar o sentimento de pertença, esse conhecimento tende a ser importante também para a formação crítica do cidadão:

Para se formar cidadãos conscientes e críticos da realidade em que estão inseridos, é necessário fazer escolhas pedagógicas pelas quais o estudante possa conhecer as problemáticas e os anseios individuais, de classes e de grupos – Local, regional, nacional e internacional – que projetam a cidadania como prática e ideal; distinguir as diferenças do significado de cidadania para vários povos; e conhecer conceituações históricas delineadas por estudiosos do tema em diferentes épocas. (Parâmetro Curricular Nacional de História do 5º ao 8º ano)

Ainda no âmbito do sentimento de pertença oriundo do conhecimento adquirido através do conhecimento da história local é salutar citar que esse sentimento “acomete” de forma mais acentuada as populações mais pobres, pois, durante bastante tempo essas populações não se viam como sujeito transformador da história e as obras artísticas “favoreciam” essa invisibilidade social:

Filmes, vídeos, noticiários veiculados por agências estrangeiras e outras, novelas, publicidade e demais programas de rádio e televisão raramente citam o

papel que as populações pobres têm na geração de riqueza na sociedade. (Guareschi, 1983, p.23)

Portanto, devemos considerar que o ensino de história deve passar da fase de “mecânico” para um ponto mais aplicável, haja vista, hoje os alunos do ensino básico aprender praticamente tudo sobre a segunda guerra mundial, seus “heróis” e “monstros”, porém, praticamente nenhum aluno sabe fazer um paralelo entre a história da sua cidade e da Segunda Guerra mundial, como o fato de a F.E.B. ter recrutado e enviado diversos soldados da cidade de Itabuna e Ilhéus para as batalhas na Itália. As relações de poder que também são bastantes estudadas pelos alunos de história ficam sempre na esfera nacional, porém, é preciso levar em consideração que o coronelismo que reinou no sul da Bahia durante o século XIX gerou diversas estruturas sociais bem como deu origem a diversas obras literárias nas mãos do grande escritor – também nascido no sul da Bahia – Jorge Amado.

É importante que levemos em consideração que a história regional não esvazia um vínculo com um contexto maior, de região e nacionalidade, ou maior, no âmbito da internacionalidade, teoricamente as possibilidade de fontes para se pesquisar história local é imensa, pois, essas pesquisas podem ser feitas em arquivos públicos e particulares, atas de repartições públicas, jornais, entrevistas, filmes e outros, porém, levando em consideração a realidade dos arquivos públicos do sul da Bahia, essas pesquisas ficam cada vez mais difíceis e com fontes cada vez mais escassa, porém, através de entrevistas pode-se adquirir o máximo de informações, haja vista, o cotidiano das pessoas demonstra ser uma infinidade de fontes históricas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992.

Parâmetros curriculares nacionais. 2. História :Ensino de quinta a oitava séries. I. Título.

História e didática – Simone Selbach (supervisão geral). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONROE, Paul. *História da educação*, nova tradução e notas de Idel Becker. 10ª edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1974.

COTRIM, Gilberto Vieira. *Fundamentos da Educação: História e Filosofia da Educação*, Gilberto Cotrim, Mário Parisi. – 9ª edição, São Paulo, Ed. Saraiva, 1984.

---

## A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA E O LUGAR DO ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Autor: Alexandre Victor dos Santos Cruz<sup>14</sup>

### RESUMO

O presente trabalho busca discutir o preparo profissional que o licenciando em História recebe na universidade, tendo em vista este preparo recebido na universidade, nos propomos a discutir de que forma todo esse arcabouço irá refletir no exercício da profissão docente. Quando se debate o preparo atual e a formação de profissionais licenciados em nossas universidades, vêm a tona a discussão quanto as prováveis metodologias inovadoras que são “aprendidas” e as possibilidades da sua aplicabilidade em sala de aula com o intuito de dinamizar o ensino de história, haja vista que, as antigas metodologias são extremamente criticadas por todos nós, novos licenciandos. Para além de tais problemáticas, voltamos à questão da finalidade do ensino de história para esse aluno que recebe uma formação generalizada.

**Palavras chaves:** Formação docente; Ensino de história; Educação superior; Educação básica;

### INTRODUÇÃO

Acredito que em se tratando da temática de ensino de história, e de forma peculiar, acerca do ensino de história na educação básica, torna-se necessário voltar a reflexão sobre o papel do professor, refletir sobre a sua profissionalização e a razão pedagógica que faz com que esse profissional exerça esse ofício. A raiz do problema, se encontra na formação recebida na universidade, pois em primeira instância, os licenciados irão ministrar aulas para os públicos de ensino fundamental e ensino médio, por isso, emergencialmente iremos, se não já estamos, para as salas de aula.

---

<sup>14</sup> Graduando do VI Semestre do curso de História – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus – BA. Bolsista do CNPq. [alexandrevictor\\_14@hotmail.com](mailto:alexandrevictor_14@hotmail.com)

Propor reflexões acerca da preparação profissional que recebemos durante a graduação é muito importante, rever o diálogo que a universidade mantém com a escola de educação básica é fundamental, aqui está a quebra da dicotomia entre o saber erudito e um saber inferior, são saberes que se complementam. Para tanto, é fator primordial reconhecer a escola de educação básica como um espaço autônomo de produção de conhecimento, sendo a universidade, mais um local onde se produz o conhecimento, não o único, e não um saber maior. Sendo assim, o lugar do profissional de história se coloca como o lugar da contradição ao se pensar a escola, o profissional de história em sua formação crítica, cujo olhar é capaz de perceber uma razão pedagógica para a prática docente, deve pensar a escola como uma instituição que produz conhecimento, quebrando a imposição como sugere Marcos Silva:

“Frequentemente, atribui-se à Universidade a produção de um saber erudito e ‘desinteressado’ aferido a partir do reconhecimento entre pares, e à escola de 1º e 2º graus a elaboração de um saber instrumental [...] Caberia ao professor de História de 1º e 2º graus divulgar para os alunos passivos o conhecimento produzido naquele mundo da erudição.”

O professor de história na educação básica, apresenta os fatos como sabemos, não tal qual aconteceram, mas uma reconstituição a partir dos vestígios históricos de diversas origens, e deve ser facultado ao aluno a liberdade para escolher entre as hipóteses apresentadas sobre o mesmo assunto, por esse motivo as várias possibilidades não se podem ser ocultadas, o posicionamento ideológico, político, religioso, a opção historiográfica não pode ser motivo de interferência para que os vários vieses sejam apresentados, e o aluno escolha qual o posicionamento ele terá diante das análises feitas. Através desse posicionamento, onde a figura do aluno é a principal, onde ele é o protagonista, se combate o ensino bancário mencionado pelo grande educador FREIRE (1987). O que tem sido feito atualmente é colocar “remendos novos em panos velhos”, continuamos a ensinar de forma tradicional, ainda não vemos o aluno como autônomo, ele sempre responde, nunca formula por si mesmo, as perguntas.

Como professor de história, sugere-se o reconhecimento do outro como sujeito. Reconhecer o outro como sujeito implica reconhecer o aluno como construtor ativo, e o professor se reconhece como aquele que facilita as vias do conhecimento. O lugar do professor de história, encontra-se demarcado entre ver o sistema educacional como um sistema impositor, e uma instituição que legitima uma imposição por parte dos dominantes, sendo assim reprodutora, como apontam BOURDIEU e PASSERON (1975), porém, esse profissional também deve analisar esse mesmo sistema, dentro de uma autonomia relativa

como também propõem na mesma obra. A reflexão quanto a prática pedagógica, a reflexão sobre a ação, fará com que o professor de História desempenhe o seu papel com autonomia e responsabilidade, como expõe PERRENOUD (2002).

## **METODOLOGIA**

Leitura de obras relacionadas a ensino de história e a formação e prática docente. Através dos debates realizados no evento que marcou a I Semana de História da UNEB Campus XIV – Conceição do Coité-BA, a análise de alguns trabalhos se constituiu como fator motivador para o início deste trabalho.

## **RESULTADOS E CONCLUSÃO**

Considero como resultado desse trabalho, a real participação nos simpósios da I Semana de História da UNEB Campus XIV – Conceição do Coité-BA. Lá estive apresentando um trabalho de autoria própria, e apreciando outros trabalhos na área da temática de ensino de história, o que me motivou a escrever acerca dessa discussão. A proposta entretanto, não se encerra nesse pequeno trabalho, sendo por objetivo principal, fomentar tais discussões no tocante ao ensino de história, área que vem crescendo bastante na academia.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador** / Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Scharcz; tradução, André Telles, - Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed, 2001

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J.C. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1975, Rio de Janeiro, RJ.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção leitura)

PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica / Philippe Perrenoud; trad. Cláudia Schilling. – Porto Alegre: Artmed Editora, 2002

SILVA, Marcos A. DA (Org). Repensando a história. São Paulo: Campus da UNESP, Ed. Marco Zero, 1982

---

## **O ENSINO DE HISTÓRIA: CONSTRUÇÃO DOS SABERES PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA**

Por: Aline Oliveira de Moraes<sup>15</sup>; Helga Pinheiro Dias; Hilter Fernando Porto Cruz; Jaimelinda Santos da Silva; Orientadora: Isabel M<sup>a</sup> de Jesus Pacheco<sup>16</sup>.

### **RESUMO:**

A presente pesquisa aborda sobre a importante contribuição que o ensino de história pode dar para a formação do cidadão, com o objetivo de proporcionar aos educadores uma reflexão sobre o ensino de história e sua contribuição na construção dos saberes e da consciência histórica. Utiliza-se o método dedutivo e uma metodologia baseada em pesquisas exploratórias, através de fontes bibliográficas selecionadas para elaboração das análises e reflexões. O trabalho apresenta uma abordagem de como, em geral, tem se desenvolvido o ensino de história nas instituições de ensino das séries finais da educação básica e como os educadores, possivelmente, formam consciência se posicionam frente ao processo ensino-aprendizagem. Enfatizando, também, as realidades sociais, as buscas constantes de respostas aos anseios, a afirmação de valores que sustentam os diversos grupos procura-se perceber os motivos que provocam o distanciamento entre familiares e entre família e escola. Aponta algumas correntes teóricas que chama atenção dos educadores sobre o fazer pedagógico no ensino de história, o qual requer quebra de paradigmas e mudanças de postura. Corrobora a pesquisa que as competências se desenvolvem a partir de um conjunto de aspectos que dar suporte para o desempenho do indivíduo, enquanto que habilidades estão relacionadas aos pilares do conhecimento: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver e aprender a

---

<sup>15</sup> Projeto de pesquisa para a conclusão do curso de História do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores) Graduandos do PARFOR- História I.

<sup>16</sup> Mestre em Cultura e Turismo - UESC/UFBA - [bel\\_pacheco@yahoo.com.br](mailto:bel_pacheco@yahoo.com.br). Integrante do Grupo de Pesquisa Identidade Culturais e Expressões Regionais ICER/CNPq. Prof<sup>ª</sup> assistente do DFCH da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC – BAHIA.

ser. Espera-se contribuir para que os educadores repensem na relação professor-aluno-conhecimento, sua concretização, bem como admitam que a prática pedagógica possa fazer a diferença na formação do discente quanto à construção dos saberes significativos para uma mais clara consciência histórica.

**Palavras-chave:** História; Conhecimento; Consciência histórica

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a cerca do ensino de História, objetivando contribuir para os educadores na sua prática pedagógica, tendo em vista que o contexto educacional do século XXI requer a quebra de paradigmas nas diversas áreas do conhecimento. A exigência é por uma nova postura, bem como um repensar crítico sobre a educação no país, levando em consideração que a educação tem a princípio como finalidade, promover mudanças desejáveis e relativamente permanentes no homem e na sociedade. Para tanto se faz necessário que a educação atinja a vida das pessoas e da coletividade em todos os âmbitos.

Reflete-se aqui, sobre os saberes e práticas no ensino de História e sua contribuição para a construção da consciência histórica, pontuando-se a relação entre o ensino e saberes históricos fomentados nas instituições de ensino e o contexto social atual. Analisa-se a prática do profissional de História como objeto de reflexão frente às novas abordagens educativas e a complexidade cultural do ambiente escolar, bem como, a relação entre o ensino de História e o educando como sujeito capaz de formar consciência histórica no atual contexto social.

Utilizar-se da metodologia de pesquisas exploratórias, coletando os dados a partir de fontes bibliográficas: livros, artigos, revistas, textos da internet, seguido de análises e reflexões sobre as propostas teóricas e estudos envolvendo várias correntes teóricas, entre estas, o construtivismo e o interacionismo, com os seus representantes Piaget e Vygostsky, alertaram os educadores para a possibilidade de dar maior dinamicidade ao ensino de história em sala de aula, fazendo com que o professor não tenha a função única de transferir o conhecimento para o aluno e, sim a de ajudá-lo na construção da consciência e dos saberes históricos. Com essa visão é que pretendemos desenvolver uma pesquisa acerca do tema apresentado, acreditando contribuir para que o ensino de história favoreça na formação do estudante como cidadão, assumindo formas de participação social, política e posturas críticas diante da realidade atual.

Considera-se a pesquisa viável e de relevância, tanto cientificamente quanto socialmente, posto que foi elaborada tendo em vista aquelas pessoas engajadas no processo ensino-aprendizagem, especialmente no ensino de História das séries finais da educação básica, que consideram indispensável refletir continuamente sobre suas práticas enquanto educador, visando contribuir de maneira efetiva no processo de mudança do indivíduo.

### **O ENSINO DE HISTÓRIA COMO UMA CONSTRUÇÃO CONCEITUAL.**

Falar sobre o ensino de História na atualidade sócio/histórica brasileira significa refletir sobre a dinâmica social e a sua relação direta com o processo de formação e atuação profissional do professor, pois esta dinâmica, composta pelas questões sociais, políticas, econômicas, culturais, pelos conflitos e contradições, pelas rupturas, pelas lutas de classes, estão diretamente ligadas ao processo de formação do alunado e na construção do saber.

Na atual conjuntura educacional, não é possível continuar vendo a escola como um campo de atuação das manifestações culturais dominantes, uma vez que a escola tem como princípio básico a formação dos cidadãos nas suas concepções mais amplas e democráticas, pois vivemos numa sociedade em que as manifestações políticas e culturais são múltiplas e variadas e nesse contexto, é indispensável a construção de uma prática pedagógica que privilegie as diferenças existentes no próprio ambiente de sala de aula.

O ensino de História, em geral, esteve voltado para quatro eixos principais: datas, personagens, causas e consequências. Era apenas um ensino feito de forma linear e cronológico que até em pouco tempo, vinha sendo praticado em sala de aula. Um ensino pautado no uso de documentos oficiais e que não possibilitava a abertura da criatividade e do senso crítico, sendo considerado pela grande maioria dos estudantes, como algo monótono, do passado, como se não tivesse nada a ver com o presente deles, visto que os professores desenvolvem suas aulas de forma conteudista e tediosa. Por muito tempo essa idéia tem predominado, mas com as constantes mudanças nas pesquisas historiográficas, não é justo que esse tipo de situação permaneça. Os professores de História não podem confundir informação com educação, pois para transmitir informação estão à mão jornais, revistas, televisão e internet.

Além desse contexto, a família e a escola dissociadas podem comprometer substancialmente a formação do indivíduo, uma vez que a responsabilidade institucional de

ensinar é da escola e a responsabilidade de educar na plenitude é da família. Entretanto, o papel do professor é fundamental, por isso as atitudes pedagógicas necessitam ser repensadas.

O docente pode promover a ascensão do sujeito aprendiz à sociedade usando o ensino de História como instrumento de luta e transformação social, levando os educandos a uma consciência crítica que supere o senso comum para que possam não somente ver os acontecimentos, mas enxergá-los de maneira mais crítica e reflexiva. Não se pode esperar que uma sociedade mais justa brote normalmente, mas por meio de uma educação que caminhe com a prática política do povo, isso é possível. Sendo assim, o professor de História assume um papel, sobretudo político e social para formação de um sujeito historicamente consciente.

Também é fundamental que se análise com rigor os novos rumos projetados pelos currículos para discernir o que está em processo de mudança e como de fato educandos que frequentam as escolas assimilam e se aproximam do objeto do conhecimento. O professor pode ser agente transformador e pesquisador de saberes da prática docente, que irá proporcionar prazer e alegria ao educando que busca o conhecimento, incansavelmente. Assim, acredita-se ser este o papel ético do professor de História. Como diz Moacir Gadotti: “os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas.” (GADOTTI, 2000. p. 38).

Esta pesquisa, ainda em desenvolvimento, pretende contribuir no pensar sobre a relação professor-aluno-conhecimento que, por sua vez, para se efetivar de forma eficaz, requer que o professor inclua em suas estratégias de ensino as possibilidades de reflexão dos conflitos e problemas a respeito do seu objeto de estudo. A prática pedagógica eficaz passa por orientar o aluno a trabalhar no sentido de ultrapassar contradições e insatisfações, bem como, continuamente rever essa prática enquanto professores de História, acreditando que se pode fazer a diferença quando se contribui com os alunos na construção de saberes significativos para construção da consciência histórica.

#### **REFERÊNCIAS:**

- ANTUNES, Celso. **A sala de aula de geografia e história:** inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competência no dia-a-dia. Campinas: Papirus, 2001.
- BEZERRA, Holien G. **Ensino de História:** conteúdo e conceitos básicos. São Paulo: Contexto, 2003.

- BITTENCOURT, Circe Maria F. (org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1993. p. 193.
- BORGES, Vary Pacheco. **O que é História**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.
- DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: \_\_\_\_\_. **Educação: Um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez. p. 89 -102.
- FONSECA, Selma Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. 7. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003. p.60 - 71.
- \_\_\_\_\_. **Didática e Prática de Ensino de História**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004. p. 255.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra. São Paulo. 17. ed. 1996. p. 52.
- \_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1983. p. 26.
- \_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 15. ed. 1984. p. 67.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. p. 38.
- KARNAL, Leandro. (org.). **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.216.
- PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 1994.
- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: SICIPIONE, 2004.

---

## **A ABORDAGEM DA DIVERSIDADE CULTURAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: a construção da cidadania nas escolas municipais de Barro Preto – BA.**

Por: Lucineude Libarino de Oliveira Souza<sup>17</sup>; Norma Pinto da Silva Alvarenga; Raque; Cristina dos Santos; **Orientadora: Isabel M<sup>a</sup> de Jesus Pacheco<sup>18</sup>**

### **RESUMO**

Este estudo tem por objetivo analisar como se dá a abordagem da diversidade cultural no ensino de História nas escolas municipais de Barro Preto e sua articulação para a

---

<sup>17</sup> Projeto de pesquisa para a conclusão do curso de História do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores) Graduandos do PARFOR- História I

<sup>18</sup> Mestre em Cultura e Turismo - UESC/UFBA - [bel\\_pacheco@yahoo.com.br](mailto:bel_pacheco@yahoo.com.br) Integrante do Grupo de Pesquisa Identidade Culturais e Expressões Regionais ICER/CNPq. Prof<sup>ª</sup> assistente do DFCH da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC - BAHIA

construção da cidadania na escola. É inegável a importância que tem assumido atualmente os estudos e discussões acerca da abordagem cultural no âmbito social e escolar que perpassa necessariamente pela aplicação das novas propostas de se trabalhar transversalmente as questões étnico-raciais na formação social brasileira e de como isto tem sido implementado ou não nas realidades escolares. A educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Desta forma, busca-se cumprir o estabelecido nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. Para a concretização do estudo, o método de abordagem a ser utilizado será o método dedutivo, que se apresenta adequadamente para o tipo de investigação que será realizada, pois não discorre unicamente sob o foco da observação, antes vale-se, fundamentalmente, para a obtenção e coleta de dados de forma sistemática de questionários, documentos e literaturas, os quais se configuram como fontes de informações, que serão tratadas para análise das questões propostas. Será feita também, análise da produção documental das unidades escolares (PPP, Proposta Curricular, projetos didáticos), a observação em sala de aula; visitas “*in loco*”; entrevistas que contará com um roteiro semi-estruturado tudo que se constitui num procedimento sistemático para a pesquisa.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Diversidade cultural; Cidadania.

## INTRODUÇÃO

Os aspectos legais que giram em torno da obrigatoriedade no ensino de História no que diz respeito às abordagens comprometida com a diversidade e pluralidade cultural são ainda cercados de equívocos e amadorismo. O papel da escola é de uma instituição socialmente responsável, não só pela democratização do acesso aos conteúdos culturais historicamente construídos, mas também pelo desenvolvimento individual de seus membros em todos os aspectos, objetivando sua inserção como cidadãos conscientes em uma sociedade plural e democrática. (AQUINO, 1988)

Ao discorrer pela história do ensino de História como disciplina no Brasil é notória a grande influência da cultura matriz européia por força da colonização brasileira. Apesar das grandes mudanças que vem recebendo o ensino desde 1837, quando se tornou disciplina no

Colégio Pedro II no Rio de Janeiro ainda trazendo vestígios do ensino dos Jesuítas criado apenas para ensinar a ler e escrever, agora, porém, num modelo francês com estudos literários para filhos de nobres.

Com a introdução da metodologia dos Estudos Sociais a história como disciplina perde sua autonomia e durante muitas décadas história e geografia não se separavam, para isso os professores precisavam ser formados na área. Em 1986 o município de São Paulo propõe um ensino por eixo temático que serviu de referência para elaboração dos PCNs anos depois, com a extinção dos estudos sociais, os especialistas começam a pensar sobre as especificidades de cada disciplina.

Com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo MEC, um cumprimento a Constituição Federal são definidos os objetivos por área. Ainda em consonância com a C.F/88, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) em seu artigo 26, inciso 4º, diz que “O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as matrizes indígenas, africana e européia”.

Frente às renovações teóricas metodológica da história se faz necessário que tanto o professor quanto o livro didático da área estejam preparados para lidar com uma realidade escolar marcada pela traição, no seu direito de ser diferente. A demanda por *reparações* visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e intolerâncias no meio escolar e a toda sorte de discriminações.

A formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas na escola que é por excelência um espaço de promoção da pessoa humana, intercâmbio entre etnias, religiões, culturas e outros vínculos de identidade nacional. “Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha”. (FREIRE, 1999, p107).

Esta pesquisa busca analisar, refletir e discutir o ensino da abordagem da diversidade cultural no espaço escolar como garantia da construção da cidadania na escola. Diante deste contexto, um questionamento básico informa o presente estudo, que tem como objetivo

contribuir para a discussão em pauta: como as escolas públicas de Barro Preto têm enfrentado o desafio de proporcionar aos alunos um ensino de história que respeite o multiculturalismo, formando uma consciência crítica do real papel do ser humano, enquanto cidadão e sujeito de direitos, na sociedade que vive? Analisar as formas de abordagens sobre diversidade cultural no ensino de História nas escolas municipais de Barro Preto e sua articulação para a construção da cidadania na escola.

Visa-se apresentar subsídios de forma a incentivar ações pedagógicas que reflitam nas escolas e comunidades o exercício do respeito e da valorização da diversidade étnico-racial; Levantar os aspectos legais que giram em torno da obrigatoriedade no ensino de História no que diz respeito às abordagens comprometida com a diversidade e pluralidade cultural; Perceber de que forma se dá a formação e atuação de professores de História da Rede municipal de Barro Preto para a garantia da contemplação da temática da pluralidade cultural; Compreender, através de análise documental escolar, o movimento de reestruturação das bases curriculares e pedagógicas nas escolas, ressaltando as concepções e abordagens e os conteúdos trabalhados em sala. Investigar as principais dificuldades, ainda encontradas, no sistema educacional de ensino de Barro Preto para o trabalho com a consciência multicultural para construção da cidadania na diversidade e pluralidade cultural no ensino de História.

Considerando-se os objetivos já citados, será utilizada uma abordagem qualitativa, mais especificamente, o estudo de caso, porque permite estudar uma realidade singular, mesmo que apresente semelhanças com outras situações cotidianas. Isto se deve ao fato de considerá-lo eficiente e adequado à investigação, ou seja, por permitir uma melhor apreensão da realidade concretamente vivenciada pelos sujeitos da pesquisa.

O método de abordagem a ser utilizado no presente trabalho será o dedutivo, pois este método procura, a partir de verdades universais, inferir conclusões particulares e por se apresentar adequado ao tipo de investigação realizada na pesquisa, pois não discorre unicamente sob o foco da observação, antes apóia-se, fundamentalmente, em fontes coletadas de forma sistemática através de questionários, documentos, literaturas, os quais se configuram como fontes de dados (GIL, 2002).

Área de Estudo que será constituída para a concretização deste estudo serão as escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Barro Preto – BA. Participarão da pesquisa 10 (dez) professores das unidades de ensino. Ainda participarão também 04 (quatro) coordenadores pedagógicos e o diretor. Para o profissional participar da pesquisa, será necessário estar atuando nas unidades de ensino da rede municipal.

Dessa forma, todos os profissionais selecionados que atuam nas unidades de ensino, bem como os próprios diretores que participarão da entrevista, serão sujeitos potenciais dessa pesquisa. Como procedimento para a obtenção e coleta de dados das informações, será utilizado, análise documental das unidades escolares (PPP, Proposta Curricular, projetos didáticos, etc.), a observação em sala de aula, que se constitui num procedimento sistemático; visitas “in loco”; entrevistas que contará com um roteiro semi-estruturado, aplicado de forma individual aos participantes. As entrevistas contarão com a devida autorização dos participantes e constará de certa flexibilidade que possibilite atender as necessidades do pesquisador no decorrer do processo de investigação.

## **A CONSTRUÇÃO DA TEMÁTICA DA PLURALIDADE CULTURAL NO ENSINO BÁSICO**

As sociedades ao longo de sua história movem-se em bases de preconceito sociais, raciais, religiosos, políticos e cultural dificultando muitas vezes o respeito às diferenças e a integração necessária ao desenvolvimento humano. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) para o ensino fundamental nos ensina que o estudo histórico desempenha um papel importante, na medida em que contempla pesquisas e reflexões das representações constituídas socialmente e das relações estabelecidas entre os indivíduos, os grupos, os povos e mundo social em uma época. A escola como espaço privilegiado para o encontro de diversas culturas precisa optar por processos pedagógicos que garantam a todos os alunos participarem como cidadãos autênticos, tendo respeitado seus direitos e a garantia da liberdade de expressão cultural.

A crença dessa pesquisa toma como suporte a afirmação de Freire (1999): “Como professor crítico sou aventureiro, responsável, predisposto a mudança e a aceitação das diferenças”. Neste sentido propor uma reflexão sobre a abordagem do tema Diversidade Cultural no Ensino de História e analisar como as escolas públicas de Barro Preto vêm trabalhando a questão da diversidade e pluralidade cultural, respeitando um ordenamento constitucional (BRASIL, 1988, 1986) que acena para um ensino voltado para a cidadania e o multiculturalismo, torna-se relevante para que se estabeleçam bases para uma educação inclusiva que se deseja ver acontecer em todas as escolas brasileiras. Permitindo também o acesso aos conhecimentos básicos tidos como fundamentais para uma vida em sociedade, afirmado pelo Parecer CNE/ CP nº 003/2004. (BRASIL,2004)

Pretende-se nessa pesquisa, ainda em andamento, a partir dos objetivos traçados, responder satisfatoriamente à temática em questão dando visibilidade a abordagem da

diversidade cultural no ensino de História nas escolas municipais de Barro Preto e sua articulação para a construção da cidadania na escola. O processo de Investigação procurará levantar as principais dificuldades, ainda encontradas, no sistema educacional de ensino do município para o trabalho com a diversidade cultural. O estudo pretenderá ainda compreender o movimento de reestruturação das bases curriculares e pedagógicas nas escolas, ressaltando os conteúdos trabalhados em sala de aula e a base teórica empregada.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

COUTO, ARAUJO, 2000S Regina Célia do & Selva Guimarães. **Formação de professores/as e ensino de história: a perspectiva multicultural em debate.**

BRASIL, Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: s/n pluralidade cultural.** Ensino de 5ª a 8ª série, Brasília/DF, 1997.

**Constituição da República Federativa do Brasil (1888)** Editado por Antônio de Paulo. 13. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

**Lei de diretrizes e bases da educação nacional:** lei 9.394/96/. 6. ed., Rio janeiro: DP&A, 2003.

Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico- raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.**Brasília: [s.n], 2003.

FLORESCANO, Enrique. **A função social do historiador.** Tempo. Rio de Janeiro, vol. 4, 1997, pp.65-79.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Susane R. **A nova LDB, os PCNs e o ensino de História.** Curso de Pedagogia: Metodologia do Ensino de História, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções às ações.** Porto Alegre: Artemed, 2000.

---

## **DISCIPLINA MILITAR: COMO OS ALUNOS PERCEBEM O ENSINO E APRENDIZAGEM NO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Ramon Queiroz Souza<sup>19</sup>; Maria Cristina Dantas Pina<sup>20</sup>

### **RESUMO:**

Propomos aqui uma discussão a cerca da disciplina militar no Colégio da Polícia Militar –CPM- Eraldo Tinoco de Vitória da Conquista - BA, bem como entender em que medida essa Disciplina infere nos processos de ensino e aprendizagem. Para isso utilizamos da abordagem etnográfica discutida por LUDKE e ANDRÉ, 1986 apud LIMA 1986. Nosso objetivo é perceber qual a visão que os alunos dessa Instituição têm da Disciplina Militar que lhe é cobrada, diferente da praticada nas demais Escolas Estaduais. Percebe-se que de forma geral os alunos apresentam uma boa convivência com a Disciplina, muitos relatam que a mesma é necessária para manter a “ordem” durante as aulas. Em contrapartida percebemos muitas queixas por parte dos alunos a algumas regras impostas pelo Regimento, bem como algumas interferências que este faz em detrimento das demais atividades.

### **INTRODUÇÃO**

Tendo como referência as novas formas metodológica de abordar e compreender a educação de José Luís Sanfelece (2006), propomos aqui uma discussão a cerca da Disciplina Militar no Colégio da Polícia Militar- CPM- Eraldo Tinoco de Vitória da Conquista – BA. Nosso objetivo é perceber qual a visão que os alunos dessa Instituição têm da Disciplina Militar que lhe é cobrada, a qual é orientada pelo Regimento Disciplinar.

Segundo informações presentes no site do Colégio da Polícia Militar - BA, a Instituição foi criada através do Decreto nº 525, de 23 de dezembro de 2005, por meio de uma parceria firmada entre a Secretaria Pública e a Secretaria Estadual de Educação. Seu primeiro dia de aula ocorreu em 6 de fevereiro de 2006, possuindo turmas desde a 5ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio.

---

<sup>19</sup> Graduando pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, bolsista do Programa de Iniciação a Docência, PIBID. [Mom.queiroz@hotmail.com](mailto:Mom.queiroz@hotmail.com)

<sup>20</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, professora Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Coordenadora do PIBID História da UESB. Orientadora.

A partir de dados obtidos na secretaria do Colégio da Polícia Militar - CPM- Eraldo Tinoco de Vitória da Conquista – BA<sup>21</sup>, os alunos que fazem parte da Instituição, cerca de 1023 distribuídos em três turnos; matutino, vespertino e noturno, hoje, têm acesso ao Colégio por meio de uma inscrição seguida a um sorteio, tendo contudo algumas critérios de “preferência” para alunos filhos de militares. Os estudantes que compõem o quadro do Colégio são provenientes dos mais variados bairros da cidade de Vitória da Conquista, bem como de algumas cidades vizinhas.

Esses dados nos leva a perceber o quanto é diversificado os níveis sociais dos mesmos, uma vez que muitos residem no centro da cidade e outros em áreas periféricas. Assim, têm-se no ambiente escolar, como não poderia deixar de ser, os diversos reflexos de uma sociedade na qual os anseios e necessidades dos indivíduos são marcados pelas diferenças.

A Instituição, localizada na Avenida Brasília, 273, Kadija, no município de Vitória da Conquista, além de oferecer a educação de ensino médio e fundamental, oferece também a Instrução Policial Básica, conhecida como Instrução Pré-Militar e Noções de Direito, com a preparação para o ingresso na Academia da Polícia Militar (Colégio da Polícia Militar - CPM- Eraldo Tinoco de Vitória da Conquista – BA (Projeto Político Pedagógico, 2010). E esta é justamente uma das peculiaridades desse tipo de Instituição, que difere das demais da rede Estadual de ensino devido ao fato de orientar os seus alunos para a carreira Militar através de uma rigorosa Disciplina<sup>22</sup>, no que se refere aos horários, ao comprimento das atividades escolares propostas, e, sobretudo a ordem. Tudo regido pelo Regimento Disciplinar, o qual orienta a forma de conduta dos alunos e corpo docente, além das questões referentes ao planejamento didático pedagógico.

## **MATERIAL E MÉTODO**

Compreendemos a escola como uma construção social, podendo ser apreendida pela pesquisa em seu movimento histórico, logo, a Instituição Escolar não é a mesma em todo o mundo capitalista (Ezpeleta; Rockwell, 1989 apud GARCIA, 2011).

A partir desse pressuposto, propomos aqui a utilização da pesquisa etnográfica, a qual (LUDKE e ANDRÉ, 1986 apud LIMA 1996) combina vários métodos de coleta, sendo os

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Z, Santos Pereira. (Entrevista I. [março. 2013]. Entrevistador: Ramon Queiroz e Diego Marques. Vitória da Conquista- BA. 4 arquivos (60min).

<sup>22</sup> Segundo Foucault, (2009) “[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade [...]”.

principais utilizados para a construção desse trabalho as observações participantes e as entrevistas, além da utilização de fotografias, as histórias de vida, e a análise de documentos. Assim, foi de fundamental importância a presença constante no espaço do Colégio da Polícia Militar –CPM- Eraldo Tinoco de Vitória da Conquista - BA, não para coletar dados, ou informações, mas para produzi-los a partir das observações envolvendo os diferentes agentes sociais que fazem parte desse ambiente, numa tentativa de se estabelecer um diálogo entre o empírico e o campo teórico (GEERTZ, 2003 apud GARCIA, p.179).

## RESULTADOS

Em pesquisa feita com 100 alunos das turmas da 6<sup>a</sup>, série 9<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> ano, para os quais foi perguntado por meio de um questionário como eles analisam o Regimento Disciplinar do Colégio. Grande parte das respostas foi no sentido de questionar o mesmo, contudo, percebe-se que o Regimento tem uma boa aceitação por parte dos estudantes, que o julga necessário para “a formação do bom aluno”. Mesmo mostrando-se receptivos ao Regimento os estudantes deixam claro que muitas das regras são inviáveis, pois as mesmas não os ajudam em nada. Um aluno do 3<sup>a</sup> ano chamou a atenção: “É um código muito bem feito, porém muita coisa fica só na teoria e outras passam despercebidas [...]”.

Quando perguntados como a disciplina exigida pelo Regimento lhes ajuda e como atrapalha na compreensão dos conteúdos, grande parte dos alunos pontuou que manter a ordem na sala é preciso, pois facilita o trabalho dos professores, fazendo com que os discentes prestem mais atenção nas aulas, o que contribui para os bons rendimentos nas atividades.

Por outro lado, os estudantes chamaram atenção para as cerimônias de solenidade realizadas pelo Corpo Militar, os ensaios, assim muitos alunos vêm essas atividades como sendo as principais responsáveis por desviar-lhes a atenção dos conteúdos escolares, fazendo com que muito tempo seja gasto em detrimento ao tempo de estudo.

Ao longo dos estudos realizados é possível perceber sobre um ponto de vista, que mesmo sendo “[...] a disciplina, que fundamenta a obediência mais absoluta, é o núcleo sobre o qual são erigidas as diversas facetas de uma cultura militar, tais como honra, coragem, força, lealdade, precisão, raciocínio estratégico, etc.” (ALVES, 2010,p.228). Todos os fundamentos visivelmente perceptíveis no Colégio da Polícia Militar - CPM- Eraldo Tinoco de Vitória da Conquista – BA são, entretanto, transgredidos das mais diversas maneiras pelos estudantes. Assim, se hora a “Disciplina” contribui para a formação de “bons cidadãos”, reflete como sendo a responsável pelos bons índices alcançados pela Instituição, ou ainda facilita o

trabalho dos professores percebemos também que os estudantes, apesar de estarem inseridos num contexto de rigorosa Disciplina e tentativa de homogeneização em massa, burlam constantemente as regras que lhes são impostas de cima para baixo, e que lhes nega qualquer direito de questionamento. Assim, na maioria das vezes, os mesmos não permitem que a sua individualidade seja substituída por uma coletividade que tenta a todo o momento os enquadrar num mesmo padrão, seja ele comportamental ou institucional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cláudia. Exército e cultura escolar no Brasil do século XIX. NEPONUCENO, Maria de Araújo e ALVES, Cláudia (org). *Militares e Educação em Portugal e no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quatet, 2010.

Colégio da Polícia Militar Bahia. Polícia Militar da Bahia. Disponível em: <<http://www.pm.ba.gov.br>>. Acesso em: 11/06/2013.

Entrevista concedidas por Z, Santos Pereira. (Entrevista I. [março. 2013]. Entrevistador: Ramon Queiroz e Diego Marques. Vitória da Conquista- BA. 4 arquivos (60min).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão, tradução de Raquel Ramallete. 36.ed. Petrópolis,RJ. Vozes, 2009.

GARCIA, Tânia Mria Figueiredo Braga. Pesquisa em educação: confluências entre Didática,História e Antropologia. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n.42, p.173-191. Out/dez. 2011.Editora UFR.

LIMA, C.M.G de, Dupas, G, Oliveira, L. de, KAKEHASHI, S. Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão. Ver. Latino-am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v.4, n.1, p. 21-30, janeiro, 1996.

Polícia Militar do Estado da Bahia Coordenadoria dos Colégios da Polícia Militar, Colégio da Polícia Militar- Eraldo Tinoco, Avenida Brasília, nº 273- Kadija, Vitória da Conquista. Projeto Político Pedagógico, 2010.

SANFALECE, José Luís. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.20–27, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584.*

## **SESSÃO 02:**

Experiências de iniciação à

docência e o

PIBID/História/UESC

---

## EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NAS TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO EUSÍNIO LAVIGNE (IME), ILHÉUS-BA.

Por: Louise Emilie Nascimento Marques Pinto<sup>23</sup>; Joelma Palmeira Alves<sup>24</sup>; Ana Paula Oliveira de Jesus<sup>25</sup>; Robson Dantas<sup>26</sup>.

O objetivo deste resumo é discutir as contribuições do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) – Subprojeto de História para o aluno-bolsista na sua formação docente. Analisar as relações metodológicas aplicadas pelo professor-supervisor, bem como o desenvolvimento cognitivo, competências e habilidades dos estudantes da escola pública de ensino fundamental II.

Dentro deste espaço, analisamos as formas e possibilidades de um professor com formação em História que leciona em uma escola da rede municipal do município de Ilhéus, de nome Instituto Municipal de Ensino Eusínio Lavigne - IME, localizada próximo ao centro da cidade e que atende a alunos dos bairros vizinhos, como também de distritos. Ele é responsável por oito turmas de 6<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> séries, entre os períodos da manhã e tarde, além de atuar em outra escola da rede estadual.

Como instrumento auxiliar, é utilizado pelo docente o livro BOULOS, Alfredo Júnior. **História: Sociedade e Cidadania**, 7<sup>o</sup> ano. São Paulo: FTD, 2009 e BOULOS, Alfredo Júnior. **História: Sociedade e Cidadania**, 8<sup>o</sup> ano. São Paulo: FTD, 2009. Por meio de aulas expositivas, o livro didático é entendido como material norteador de suas aulas. Por vezes, é solicitado aos estudantes que apresentem tópicos do assunto a ser trabalhado. Esta atividade tem como ferramenta motivadora, o amadurecimento e desenvolvimento das habilidades cognitivas de observação e de interpretação, bem como o aprimoramento da fala dos estudantes. Em outro sentido, entendemos que aulas construídas apenas com os recursos oferecidos pelo livro didático inviabilizam a criação de atividades que tornem os alunos capazes de atuarem mais incisivamente no processo educacional. Como forma de contornar a

---

<sup>23</sup> Estudante de História e bolsista do PIBID, pela Universidade Estadual de Santa Cruz, e-mail: [louise.marques26@gmail.com](mailto:louise.marques26@gmail.com);

<sup>24</sup> Estudante de História e bolsista do PIBID, pela Universidade Estadual de Santa Cruz, e-mail: [jopalmeira@hotmail.com](mailto:jopalmeira@hotmail.com);

<sup>25</sup> Estudante de História e bolsista do PIBID, pela Universidade Estadual de Santa Cruz, e-mail: [yosoy-paulita@hotmail.com](mailto:yosoy-paulita@hotmail.com);

<sup>26</sup> Professor orientador, pela Universidade Estadual de Santa Cruz, e-mail: [robsondantas1304@gmail.com](mailto:robsondantas1304@gmail.com)

carência de aulas mais lúdicas, o professor propõe atividades feitas em grupos, como a montagem de um telejornal, por exemplo. Como afirma Karnal,

Que seja dito e repetido que à exaustão que a aula pode ser conservadora e ultrapassada contando com todos os mais modernos meios audiovisuais: Uma aula pode ser muito dinâmica e inovadora utilizando giz, professor e aluno. Em outras palavras podemos utilizar meios novos, mas é a própria concepção de História que deve ser repensada (KARNAL, 2008, p. 9).

Nossas observações também atentaram sobre a metodologia empregada pelo professor-supervisor para trabalhar com os alunos as noções de tempo, semelhanças/diferenças, permanência/mudança, duração/simultaneidade e a constituição dos sujeitos sociais. Arelada a estas noções, de que forma ele pretende desenvolver as capacidades cognitivas dos adolescentes. E mais uma vez o livro didático é protagonista no processo. As imagens contidas nas páginas iniciais do livro são exploradas como elemento comparativo entre o conteúdo abordado e a realidade atual, por meio da observação de seu próprio meio, além de cada tópico ser analisado e discutido entre os alunos com a contribuição do professor. Desta maneira, as capacidades cognitivas de observação, identificação, comparação e interpretação, necessárias a formação dos sujeitos históricos, são construídas ao longo do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que tais capacidades não podem ser adquiridas em um só tempo. De acordo com Raths,

O pensamento apresenta algo de inquietante. Apresenta perguntas sobre a situação existente. Sugere que o manual, o professor ou o diretor não consideraram adequadamente todas as alternativas. Sugere que os aprendizes terão uma oportunidade para acrescentar alternativas próprias, antes de decidir. Para que as alternativas sejam consideradas, pesadas e escolhidas, há necessidade de tempo (RATHS, 1977, p. 16).

As exigências de um sistema neoliberal impulsiona o profissional da educação a tornar-se mera ferramenta do Estado. Reduzindo a sua autonomia e seu tempo para um melhor planejamento de suas atividades. Obriga-o a distanciar-se dos educandos e impossibilita a elaboração de aulas que os tornam cada vez mais agentes no processo educacional. Para a disciplina histórica, as perdas são significativas. O que nos leva a compreender que o tempo dividido entre as duas escolas, pelo professor, afasta-o do contato mais presente com os alunos da escola em questão.

O espaço escolar é construído com o auxílio de todo os funcionários junto ao corpo docente e o IME corresponde a essa prática. Em reuniões de AC (Atividade Completar), constantemente pudemos contar com a participação e colaboração da coordenadora pedagógica que muito nos ajudou a entender melhor aquela realidade. Relatou-nos as carências e as possibilidades para um melhor aproveitamento dos estudantes, como também

de professores em suas atividades diárias no ambiente escolar. Diagnosticou os alunos, em sua maioria, tem dificuldade em ler os textos propostos e, conseqüentemente, interpretá-los, para “driblar” esta deficiência foi solicitado a todos os docentes, em um trabalho interdisciplinar, para que reservassem 10 minutos de suas aulas para que fossem feitas leituras de textos, correspondentes a sua disciplina. Uma vez que, de acordo com (Raths, 1977), “a responsabilidade pela mudança é dos alunos. A responsabilidade por experiências ricas é dos professores”. Desta maneira, seria possível analisar e detectar as dificuldades de cada aluno na leitura e interpretação de textos.

### **A contribuição do PIBID na formação profissional e a nossa contribuição na sala de aula**

O PIBID tem proporcionado efeito positivo em nossa formação profissional, isso porque, compreendemos o quanto é importante o papel do professor na formação de cidadãos, os quais construirão a sociedade que vive. Assim, nesse programa a experiência vivida é significativamente enriquecedora, pois temos a oportunidade de contribuir com as aulas do professor ao buscar ampliar o conhecimento crítico e analítico dos alunos. Além disso, temos aprendido, agora com experiências mais práticas, que a disciplina de História não é apenas aprendizagem de conteúdo, mas também é geradora de um pensamento crítico social e faz com que os alunos se identifiquem como sujeitos históricos. Nesse sentido, o PIBID proporciona motivação e capacitação para atuar na educação básica pública.

Uma parte bastante interessante na coparticipação foi a aplicação de atividade e a atribuição de pontos para cada uma das tarefas desenvolvidas em sala de aula. Isso porque reconhecemos o quanto é necessário a atenção no critério de avaliar os alunos, pois em cada aula foi aplicado uma atividade avaliativa relacionada ao conteúdo trabalhado na aula, cujo objetivo era saber se aqueles alunos estavam compreendendo, realmente, os assuntos abordados.

O resumo pretendeu abordar a nossa experiência como alunas-bolsistas no PIBID e nossos olhares, respaldado pelos teóricos da educação, sobre o ensino de História no contexto da escola pública de educação básica. Pretendeu ainda relatar que a dificuldades de ministrar aulas mais lúdicas não impossibilita o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos, necessárias para seu bom desempenho na assimilação dos conteúdos históricos, bem como seu convívio social. Por fim, esperamos que as observações e vivências nos auxiliem de forma contundente, a pensar e repensar diariamente nossas práticas pedagógicas.

### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

- BOULOS, Alfredo Júnior. *História: Sociedade e Cidadania*, 7º ano. São Paulo: FTD, 2009.
- \_\_\_\_\_. *História: Sociedade e Cidadania*, 8º ano. São Paulo: FTD, 2009.
- KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos e práticas propostas*. 5ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2008.
- RATHS, Louis E. *et al. Ensinar a Pensar: Teoria e Aplicação*. Tradução de Dante Moreira Leite. 2. Ed. São Paulo, 1977.
- ROSA, Zita de Paula. “Um Bom Começo...”, in: SILVA, Marcos A. da. (org). *Repensando a História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1986, pp. 127/130.

---

## **PIBID DE HISTÓRIA: ENTRE EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NA SALA DE SALA**

Por: Rosana Neves de Moura<sup>27</sup>; Raquel Nery<sup>28</sup>; Robson Dantas<sup>29</sup>.

O Presente trabalho tem como finalidade relatar as experiências vivenciadas por bolsistas do PIBID/HISTÓRIA da Universidade Estadual de Santa Cruz, de forma a salientar a importância da aproximação do licenciado com a realidade escolar.

O PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência) é um programa que proporciona ao estudante de graduação uma experiência real em sala de aula e um acompanhamento da rotina escolar.

O nosso ensaio com a docência vem acontecendo na Escola Municipal do Pontal em Ilhéus-BA. Essa escola fica localizada em um bairro nobre da cidade, mas a escola acolhe principalmente estudantes de bairros vizinhos, mais carentes. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino com o ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, porém atuamos em turmas do 6º e 7º anos.

A docência é algo bastante complexo uma vez que, na maioria das vezes, iremos nos deparar com dificuldades e com prováveis situações de conflito. Cientes disso, temos a plena consciência que as experiências e vivências como bolsistas podem ser de fundamental importância já que nos possibilitará presenciar situações que podem ser bastante

---

<sup>27</sup> Estudante de História e bolsista do PIBID, e-mail: rosananevesmoura@hotmail.com.

<sup>28</sup> Estudante de História e bolsista do PIBID, e-mail: raquelnery@hotmail.com.br.

<sup>29</sup> Professor orientador, e-mail: robsondantas1304@gmail.com.

enriquecedoras e prazerosas, mas, também, em muitas circunstâncias, angustiantes e frustrantes.

Ao iniciar nossos trabalhos, deparamo-nos com a dificuldade de relacionar a teoria ~~adquirida na academia~~ com a prática no âmbito escolar. Observamos que ambas precisam dialogar, mas não sabemos como fazê-lo uma vez que a universidade nos transmite uma bagagem de conhecimentos que dificilmente conseguiríamos transmitir aos alunos, já que a mesma não nos arma dos instrumentos metodológicos imprescindíveis à formação de qualquer profissional. Trata-se da velha dicotomia a nos deixar inertes frente à realidade que nos espera. É nesse momento que percebemos o quanto é válido observar o trabalho de quem já se encontra na área. A observação nos reverte de coragem para lidar com os apelos da sala de aula.

Entretanto, isso não significa dizer que seremos ecos da prática do outro, mas que teremos um direcionamento para construir a nossa identidade e formação docente com mais segurança. Observando a prática da professora Leila foi que pudemos estabelecer um contato maior com a vida educacional – tivemos acesso à PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola e ao seu regimento; frequentamos a sala dos professores e ouvimos seus desabafos; participamos das ACS; acompanhamos algumas conversas e orientações entre a coordenadora e alunos; conhecemos o processo de avaliação por meio do sistema de ciclos (segundo o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a avaliação deve ser feita no dia-a-dia da aprendizagem, utilizando-se das mais variadas formas: participação em aula, atitude do aluno frente à aprendizagem, frequentes verificações e anotações da assimilação dos conteúdos... A avaliação deve incorporar à educação formal, a experiência de vida trazida pelo aluno de seu universo familiar, social e de trabalho. As disciplinas devem estar integradas e ajustadas a um currículo flexível) e, acima de tudo, acompanhamos a interação professor-aluno, com suas formas de ensino e aprendizagem. A partir daí, compreendemos que o professor é o mediador do conhecimento e que cabe a ele promover situações de aprendizagem. Para tal, a professora utiliza-se do livro didático, mas, também, de outros recursos como filmes, slides, textos complementares e atividades lúdicas, o que mostra que a mesma não adota a velha prática da repetição enfadonha dos conteúdos a serem trabalhados.

Embora existam diferentes possibilidades de ensino para uma melhor aprendizagem, percebemos que a dificuldade para colocá-las em prática é muito grande devido à indisciplina e ao descaso dos alunos com relação ao professor e aos conteúdos abordados o que favorece o baixo rendimento escolar. Somado a isso, verificamos que a decadente

estrutura física da escola - salas sem ventiladores; carteiras velhas e quebradas; Paredes com umidade e vazamentos; a escola não possui uma biblioteca adequada e nem sala de informática – não se constitui em um ambiente favorável e adequado para uma boa aprendizagem. Detectamos, também, que muitos alunos não receberam o livro didático que é distribuído gratuitamente, o que justifica o fato de uma grande parcela não fazer as atividades que são encaminhadas para serem feitas em casa. Outro aspecto que nos chamou muito à atenção foi à dificuldade de muitos alunos com a leitura, refletindo-se isso em obstáculo para um melhor entendimento dos conteúdos abordados, na resolução das atividades e, principalmente, no constrangimento que experimentam diante do professor e dos demais colegas de forma a contribuir com a baixa autoestima desses alunos.

É válido falar que os problemas identificados não se referem à totalidade das classes em questão. Como toda regra tem sua exceção, detectamos alunos com grande potencial de aprendizagem e que não sofrem os reflexos das dificuldades encontradas – a débil infraestrutura da escola; professores sem receber salários e, por conta disso, desmotivados com a docência; problemas de ordem gestorial; falta de material didático; falta de merenda escolar; paralisações constantes das aulas, dentre outras. Diante de todas as observações e constatações é que reafirmamos a importância do PIBID e salientamos o quanto ele tem auxiliado em nossa formação. Propiciar a vivência na sala de aula nos coloca a todo o momento diante de desafios e nos condiciona a saber lidar com eles.

Como a nossa entrada no PIBID é muito recente, a princípio nos detemos a observar tudo o que diz respeito à escola e a sala de aula. O segundo passo foi reunir os dados obtidos e refletir acerca de cada um deles para, dessa forma, obtermos um diagnóstico da realidade e, a partir disso, traçar possibilidades que seriam desenvolvidas e aplicadas no momento da gestão compartilhada. Como por conta das constantes paralisações essa regência ocorreu apenas duas vezes, pouco pode ser feito para tentar mudar o quadro da indisciplina e da dificuldade com a leitura. A meta era estreitar o laço professor-aluno para depois tentar diminuir o descaso com o professor e paralelo a isso trabalhar bastante a leitura como meio de quebrar a resistência e melhorar o desempenho de uma forma geral.

O Projeto PIBID/HISTÓRIA vem contribuindo para que os bolsistas vivenciem o processo de reflexão e discussão da prática pedagógica e possibilita que já na formação inicial sejamos capazes de traçar diretrizes para reverter situações que consideramos daninhas para o processo de ensino-aprendizagem. Como não tivemos o tempo devido para a aplicação das metas, os frutos desse trabalho estão por vir.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SILVA, Marco; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar História no Século XXI: Em Busca Do Tempo Entendido** – 4ª edição. Campinas: Papirus, 2011.

FENELON, Dea Ribeiro(Org), **50 Textos de História do Brasil** – São Paulo: Hucitec, 1986.

CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História**. – São Paulo: Scipione, 2004.

---

## INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID NA ESCOLA MUNICIPAL DO PONTAL, ILHÉUS-BA.

Por: Kalyane Barbara Oliveira Novaes<sup>30</sup>; Maria Luiza de Oliveira Menezes<sup>31</sup>; Robson Norberto Dantas<sup>32</sup>.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), instituído pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Capes, tem sido desenvolvido na Universidade Estadual de Santa Cruz, Campus Soares Nazaré, Ilhéus, Bahia, desde 2011, junto ao subprojeto em História. O PIBID tem como objetivo inserir os alunos de licenciatura desde o início de sua formação acadêmica em seu primeiro contato com o universo da educação pública, permitindo que os estudantes possam colocar em prática todas as teorias possíveis discutidas dentro da academia contribuindo para o aperfeiçoamento e a valorização na formação de professores para a educação básica, possibilitando assim que os bolsistas interajam com o ambiente, principalmente com os problemas internos e externos que perpassam por uma escola da rede pública. Na escola, sob a orientação de uma professora supervisora, concursada, com licenciatura em História, os estudantes desenvolvem atividades didático-pedagógicas, dando os primeiros passos em direção à sua futura vida profissional.

---

<sup>30</sup> Estudante do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz; e-mail: [kalyane.oliveira.novaes@gmail.com](mailto:kalyane.oliveira.novaes@gmail.com).

<sup>31</sup> Estudante do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz; e-mail: [maluh\\_menezes@hotmail.com](mailto:maluh_menezes@hotmail.com).

<sup>32</sup> Professor orientador, e-mail: [robsondantas1304@gmail.com](mailto:robsondantas1304@gmail.com).

Esta comunicação tem como objetivo relatar a nossa iniciação à docência na Escola Municipal do Pontal (EMP), Ilhéus-BA, onde atuamos nas turmas do 6º e 7º ano do fundamental II.

A EMP é composta por seis estudantes-bolsistas, dividido em três duplas, cada uma atuando em um ano do ensino fundamental II. Semanalmente nas reuniões com a professora supervisora, nas reuniões de Atividades Complementares (AC) diagnosticamos as aulas da semana anterior; planejamos as aulas da semana seguinte; diagnosticamos as nossas dificuldades de ensino, bem como os limites e as possibilidades de aprendizagem dos alunos. Sempre que oportuno fazemos o planejamento de atividades de sala de aula, como a apresentação de um filme, um trabalho em grupo ou uma pesquisa dirigida. Também, nas reuniões de AC, fazemos a leitura e a discussão do projeto político-pedagógico da escola, o estudo das Leis de Diretrizes de Base (LDB), bem como procuramos entender a proposta de implantação dos Ciclos por parte da Secretaria Municipal de Educação de Ilhéus. Aproveitamos o momento para socializar as angústias dificuldades, dúvidas e questões entre os colegas e a professora supervisora.

A EMP está localizada em um bairro de classe média, sendo que a maioria de seus alunos pertence a bairros periféricos. A estrutura escolar não possui acessibilidade alguma, apesar de constar que possui uma infraestrutura adequada em seu PPP; a escola apresenta escadas em quase todos os acessos às salas de aula, mas as portas são estreitas; grande parte das salas de aula é abafada e muito pequena para abrigar os alunos; as salas estão com infiltração e mofo, o que causa um desconforto geral para todos. Constatamos, por meio de conversas informais, que os professores não são capacitados para atender as diferentes necessidades dos alunos.

Iniciamos os trabalhos com a turma do 6º ano do fundamental II, a classe é composta com por 30 alunos com faixa etária entre 11 á 12 anos de idade; a maioria oriunda de escola pública. A princípio apenas observávamos as aulas da professora supervisora e pouco a pouco fomos desenvolvendo um trabalho de coparticipação, auxiliando-a em todas as tarefas possíveis, como introduzir um tema de aula; auxiliá-la com uma sequencia didática, ajuda-la na aplicação de uma avaliação, organizar a exibição de um filme e depois discuti-lo com os alunos.

Durante o período de observação, notamos a dificuldade dos alunos em ler e entender os textos do livro didático; o que dificulta a realização dos exercícios propostos pela professora supervisora, que se desdobra com atividades complementares, para minimizar tal deficiência de aprendizagem. A professora os incentiva a fazer leituras compartilhadas; cada

qual lendo um trecho do livro didático e cada um ajudando-se mutuamente para tirar dúvidas, fazer perguntas.

Na maioria das aulas, a professora supervisora interage com a realidade e as experiências sociais dos alunos, fazendo-os a refletir sobre o seu dia a dia. Por meio dessa estratégia, a professora procura junto com a turma identificar questões de interesse dos alunos e articulá-las ao conteúdo programático, em um esforço de aproximar o conhecimento histórico da vida social dos alunos, de forma que eles possam se sentir incluídos na História. Um exemplo disso foi quando a professora procurou explicar o que era História (conhecimento), história (passado) e os seus suportes de memória – documentos, fotografia, pinturas, jornais, etc. Ela sugeriu a turma que selecionasse algum documento de seus familiares que tivesse indícios de história. Outra estratégia interessante foi uma atividade com entrevista do morador mais antigo do bairro de onde viam os alunos. O objetivo da professora era reconstruir a história do bairro, mostrando que o depoimento do morador continha um testemunho do passado, o que poderíamos chamar de “memória”. A ideia também era mostrar a eles que as pessoas tem uma história, bem como o lugar em que elas vivem, enfim, “todos nós temos uma história de vida”. Embora a professora possua muitos livros didáticos, ela leva para a sala de aula outros materiais de seu acervo pessoal, como reportagens de jornais, paradidáticos, filmes documentários, sempre com a intenção de enriquecer a aprendizagem dos alunos.

Após algumas semanas de observação, fomos para a turma do 7º ano do fundamental II, onde passamos para prática de coparticipação; a turma em questão é composta por 26 alunos com idade entre 13 a 16 anos; a maior parte da turma é repetente e demonstra um grande desinteresse nas aulas expositivas.

Em nossa primeira aula, sugerimos que os alunos fizessem uma maquete para finalizar o tema sobre o Feudalismo, conteúdo que havia sido recentemente trabalhado pela professora. A proposta da maquete era reconstituir um feudo, com todas as suas características históricas, cujo resultado deveria ser apresentado aos colegas de turma.

A maioria afirmou que conseguiu fixar melhor o conteúdo com a construção da maquete e à sua apresentação aos colegas. A atividade foi bastante interessante, pois envolveu e mobilizou os alunos e por fim conseguimos atingir o objetivo esperado, que seria desenvolver uma aprendizagem mais criativa e lúdica.

Na semana seguinte voltamos à sala de aula para a abordagem de um novo tema, o Império Bizantino; sentimos muitas dificuldades em manter a turma em silêncio; foi o momento em que conversamos um pouco com eles e conseguimos acalmar os ânimos, apesar do silêncio da turma, não recebemos nenhuma resposta significativa, não houve participação efetiva dos alunos, por meio do método que utilizamos, isto é, a aula expositiva.

Chegamos a essa conclusão de que aula não teve “resposta” por parte dos alunos, logo que desenvolvemos uma atividade com questões sobre o referido tema; embora alguns tivessem respondido as questões propostas, outros disseram que sentiram muita dificuldade com o conteúdo.

O contato com a turma foi insuficiente para tentar reverter esse quadro, devido às muitas inúmeras paralisações e a greve geral dos professores municipais de Ilhéus. Essa interrupção nos impossibilitou de pensar e desenvolver uma nova maneira de trabalhar o conteúdo programático.

Na nossa avaliação, para que possamos entender e racionalizar as nossas dificuldades pedagógicas no ensino de História, teria de haver maior entrosamento entre todos nós, ou seja, o professor orientador do subprojeto do PIBID, a professora supervisora e nós bolsistas. As nossas dificuldades em sala de sala poderiam ser transformadas em situações problemas para uma espécie de laboratório de prática de ensino na UESC ou na própria escola, durante o AC, onde em conjunto repensaríamos as nossas atividades de iniciação à docência, seja em nível teórico, seja em nível didático, visando sempre o nosso aperfeiçoamento nas complexas questões sobre ensino e aprendizagem em História.

Sabemos que o projeto está em andamento e muitos esforços estão sendo feitos para melhorá-lo; também sabemos o quanto o PIBID vem contribuindo para a nossa formação, mas a articulação a que nos referimos acima é importantíssima para o êxito do programa, principalmente, se considerarmos os desafios educacionais que encontraremos em breve no nosso exercício profissional de professoras de História.

---

## **UM BREVE PANORAMA EDUCACIONAL EM DUAS ESCOLAS DE ILHÉUS: DIAGNÓSTICOS E POSSIBILIDADES.**

Por: Bruna Marques Ribeiro Drisostes<sup>33</sup>; Railan Barbosa do Nascimento<sup>34</sup>; Robson Dantas<sup>35</sup>.

Este trabalho tem como finalidade apresentar as experiências vividas em sala de aula no período de estágio pelo PIBID-Subprojeto História coordenado pelo professor Robson Dantas e supervisionado pela professora Leila Viana. As escolas apresentadas serão a Escola Municipal Do Banco do Vitória e a Escola Municipal do Pontal.

---

<sup>33</sup> Estudante de História e bolsista do PIBID, e-mail: brdrisostes@yahoo.com.br.

<sup>34</sup> Estudante de História e bolsista do PIBID, e-mail: railanbarbosa@gmail.com.

<sup>35</sup> Professor orientador, e-mail: robsondantas1304@gmail.com

A Escola Municipal do Banco da Vitória, localizada Loteamento Água de Santa Clara, S/N, Banco da Vitória-Ilhéus. O Banco da Vitória é um dos bairros mais afastados de Ilhéus, do qual sofre dos problemas que afligem esses bairros: saneamento precário, violência entre outros. O perfil dos alunos que a frequentam são jovens que passam por dificuldades financeiras, vivem em zonas rurais e afastadas e com déficit de aprendizagem. A escola é dividida em dois núcleos: Sede e Anexo II na sede, onde também fica a direção, agrega as turmas de 7ª e 8ª séries do ensino fundamental e no anexo, turmas de 5ª e 6ª séries. É possível constatar que apesar de ser a mesma escola e estarem localizados no mesmo bairro, os dois núcleos possuem características particulares. O Anexo possui um quadro de hiperatividade e indisciplina muito grande entre os alunos. A falta nas aulas e as reprovações são outros problemas que afetam gravemente a sede. A estrutura desse anexo é precária, com salas quentes e cheias, fora a falta de segurança para os alunos, com casos registrados de pessoas estranhas pulando os muros da escola.

Por outro lado, ao Anexo II o nível de indisciplina era menor do que no primeiro anexo. É provável que tal comportamento deve-se ao fato de que esses alunos tenham maior proximidade com a direção da escola. Entretanto apesar desses problemas que afligem a escola, é possível constatar o esforço da direção pedagógica de proporcionar aos alunos atividades extracurriculares de conscientização dos conflitos da sociedade e trazer para o cotidiano do aluno esse debate.

Uma dessas atividades da qual participamos foi sobre o dia do índio. Os professores buscaram entender qual era concepção do indígena e das questões que os envolvem, como a questão da terra. Após a exposição das ideias dos alunos, os professores e os estagiários do PIBID foram colocando aos alunos questões que propõe a desconstruções de conceitos equivocados que perpetuamos preconceitos.

Saindo do Banco da Vitória, procuraremos analisar algumas teorias educacionais e o seu diálogo com a realidade escolar, pois esta, por vezes acaba se tornando um grande empecilho para a aplicação daquela. Objetiva-se também a apontar prováveis diferenças entre o discurso pedagógico e a sua devida aplicação no cenário acadêmico-escolar e apresentando possibilidades de otimização do aprendizado nas salas. Para isso, comparamos a pedagogia liberal tradicional, apontada por Libâneo (1990) com as experiências adquiridas na Escola Municipal do Pontal, como carga horária prática do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID, subprojeto História.

Muito se fala em educação inovadora, seja nas rodas de discussão entre acadêmicos ou em salas de aula, pelos pedagogos. Mas o que é perceptível aos nossos olhos difere bastante do que é idealizado, porque além de a educação já ser vista como algo ultrapassado, poucos fazem algo para que realmente essa perspectiva mude.

Partindo pra o lado prático, pode-se observar que a realidade dos alunos do EMP é um pouco diferente da EMBV, ainda sim, em ambos os casos há muito desinteresse pelo aprendizado, principalmente na leitura.

Na pedagogia tradicional, segundo Libâneo, é objetivada a formação intelectual e moral dos alunos, para que eles assumam uma posição na sociedade. É esse o tipo de pedagogia que está vivo nas escolas. E nessa escola não poderia ser diferente. Contudo, a mentalidade dos novos professores difere dos mais tradicionais, portanto, constrói-se um aprendizado voltado para formação mais humana do aluno, reconhecendo suas especificidades.

O método de aula nas turmas de história do EMP ainda continua sendo o expositivo, porém, ao contrário do que prega a pedagogia liberal tradicional, o professor molda o conteúdo na medida do aprendizado dos alunos, facilitando a avaliação e otimizando o conhecimento.

Na escola, há o predomínio da utilização do livro didático como referência, mas ele não é a única referência na sala de aula. Por vezes, outros subsídios são empregados, tais como livros paradidáticos, vídeos educativos. Aliás, a última técnica surte efeito positivo nos jovens, tendo em vista que eles conseguem se concentrar mais no assunto e conseqüentemente o aprendizado se torna maior e mais eficaz.

A escola Municipal do Pontal, com base em discussões com a Secretaria de Educação de Ilhéus, adotou, em 2013, o método de ciclos de aprendizagem. O método consiste em ciclos de progressões por etapas de ao menos dois anos, como proposto por Perrenoud (2004). Entretanto a escola, que ainda está em fase de adaptação dessas normas, modificou alguns aspectos, entre eles o da progressão, que passa a ser anual.

Foi possível observar, através das leituras sobre o ciclo nas atividades complementares (AC), que a escola tem o problema estrutural para sustentar o sistema cíclico. Um dos exemplos dessa dicotomia estrutura escolar x ciclos plurianuais pode ser percebido através do déficit de aprendizado desses alunos que se arrastam desde os anos anteriores e isso não pode ser corrigido com o ciclo, pois ele exige que o aluno tenha um bom conhecimento prévio. Há

outro detalhe importante sobre eles. Como há uma ideia de não reprovação, os pais acabam não acompanhando o desenvolvimento dos filhos como deveriam.

E segundo o próprio Perrenoud, os ciclos não constituirão um progresso e podem até mesmo piorar a situação escolar se não forem pensados como uma forma de luta contra o fracasso escolar.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1990.

PERRENOUD, Philippe. **Os Ciclos de Aprendizagem: Um caminho para combater o fracasso escolar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

---

## **RELATO DE OBSERVAÇÃO DE AULAS DE ENSINO DE HISTÓRIA**

Por: Messias Laranjeira dos Santos<sup>36</sup>; Robson Dantas<sup>37</sup>.

Este trabalho tem o objetivo de descrever minhas observações nas aulas do ensino de história no colégio Estadual Luiz Eduardo Magalhães no município de Itabuna Bahia. Considera-se que estas observações são recentes e fazem parte da minha atividade no projeto PIBID de história. As observações foram realizadas uma vez por semana em uma sala de 3º ano do ensino médio sempre as sextas – feiras e são complementadas pela minha participação no AC com a professora e demais bolsistas do PIBID, sendo esta atividade realizada as quintas feiras à tarde.

O ensino de história no 3º ano no Colégio Estadual Luiz Eduardo Magalhães é bastante dinâmico, pois, pelo que tenho observado a professora responsável pela turma procura através do ensino de história sensibilizar os alunos a obter uma consciência crítica, também os estimula ao estudo. Nas aulas são utilizados vários procedimentos pedagógicos como debates entre os alunos, apresentação de trabalhos em grupo, atividades individuais, exposição de assuntos pela professora.

---

<sup>36</sup> Estudante de História e bolsista do PIBID, e-mail: messias\_lsantos@hotmail.com.

<sup>37</sup> Professor orientador, e-mail: robsondantas1304@gmail.com.

Os materiais são diversos como livros, textos construídos pela professora, esquemas de leituras, às vezes com a utilização de computador e data show. As atividades propostas pela professora geralmente são bem aceitas pelos alunos, no entanto, uma pequena minoria participa das aulas sendo estes bem mais ativos nas aulas comentam, perguntam e contribuem de forma bastante consistente, enquanto a maioria dos alunos tem uma participação melhor em relação as atividades proposta pela docente, O colégio Modelo como é popularmente conhecido tem uma boa estrutura física, como sala de multimídia, o que ajuda no desenvolvimento das atividades.

O ambiente escolar é bem atrativo, as salas são bem arejadas, há uma biblioteca ampla, há acesso a internet, isto ajuda os alunos nas pesquisas e desenvolvimento de suas atividades. O relacionamento entre a professora e os seus alunos é amigável, nota que ela é admirada pelos alunos, isso, resulta em uma boa convivência.

No entanto nem sempre os alunos estão tão dispostos a estudar em quase todas as aulas é preciso chamar atenção dos mesmos, pois, a conversa paralela sempre atrapalha o andamento das aulas, logo se percebe aparentemente que os alunos não tem dimensão desta realidade em que estão vivendo, não aproveitam o suficiente das condições de ensino fundamental para o seu aprendizado e desenvolvimento intelectual. A professora que me auxilia no colégio é formada em história pela UESC fez especialização em História da cultura Afro-brasileira na FTC/UFBA. Assim fica claro que mesmo havendo esforço por parte do colégio em educar, os alunos precisam entender melhor o processo de ensino que possam contribuir de forma sistemática para a melhoria na qualidade do aprendizado.

Ao observar o comportamento dos alunos logo me veio o questionamento, porque estes alunos ainda não aproveitam o seu tempo e oportunidade que tem para aprender? Esta pergunta talvez seja respondida se levarmos em conta que a popularização da educação no Brasil é recente e as pessoas não compreendem direito a função social da educação e o que esta pode representar para suas vidas. Portanto, mas do que nunca o ensino deve criar nas pessoas um sentimento de valorização da educação, e o conhecimento histórico torna-se uma eficiente ferramenta para este fim.

Atualmente esta sendo executado na escola o projeto EPA, que é um projeto sobre a educação patrimonial e artística, que discorre sobre as experiências políticas culturais com a juventude com o objetivo adicionar as práticas culturais o debate no estudo da história, da arte, do patrimônio da Bahia, preservação da memoria cultural, a apropriação da história e da cultura, e a democratização dos saberes e dos espaços históricos. Sendo que este projeto iniciou com a discussão dos professores do colégio Modelo com os bolsistas do PIBID,

cabendo a cada professor um subtema, a professora que me acompanha no colégio ficou com o tema Avenida do Cinquentenário, ontem e hoje.

Assim ficou decidido que os bolsistas do PIBID irão realizar pesquisa sobre o assunto, cabendo a cada um tópicos, eu fiquei com as manifestações na Avenida do Cinquentenário, como protestos de professores, procissão de São José, caminhadas políticas, desfiles de 7 de setembro. Até então foram realizadas pesquisas no CEDOC e no Arquivo Público de Itabuna para levantamento de material que irá estruturar o projeto, também contará com o apoio dos alunos do colégio modelo, os alunos irão participar da pesquisa indo ao CEDOC e ao arquivo público acompanhado pelos bolsistas do PIBID e juntamente com a professora irão realizar entrevistas com comerciantes da Avenida do Cinquentenário moradores antigos entre outros.

Este trabalho possui uma abordagem qualitativa uma vez que não utiliza dados estatísticos de acordo com Neves (1996), a pesquisa qualitativa é constituída:

“... a partir da obtenção de dados descritivos, mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo as perspectivas dos participantes da situação estudada [...]” (NEVES, 1996, p.1).

Os procedimentos adotados para este trabalho constitui-se em uma observação e na atuação de pesquisa para realização do projeto EPA. O presente trabalho ainda encontrar-se em andamento.

As observações nas aulas de história no colégio Modelo tem revelado que a secretária de educação do Estado tem criado um ambiente propício ao ensino e que colégio Modelo composto por sua equipe pedagógica participativa tem contribuído para realização de bons meios de aprendizagem. No entanto embora participando das aulas e contribuindo de forma mediana os alunos, parecem não terem ainda a noção de suas responsabilidades com seu desenvolvimento intelectual e não se aproveitam de forma plena das boas oportunidade oferecida por esta unidade de ensino.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

NEVES, L. J. *Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades*. Caderno de Pesquisa em Administração. São Paulo, V1, n.3, 1996. Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/>>. Acesso em: 24 Jul.2013.

---

## **A COPARTICIPAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA ENRIQUECEDORA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO GRADUANDO DE HISTORIA**

Por: Alana dos Santos Moreira<sup>38</sup>; Flavio Miranda<sup>39</sup>; Robson Dantas<sup>40</sup>.

O Objetivo deste resumo é discutir de que maneira o Projeto de Iniciação a Docência PIBID, subprojeto Historia 2011 contribui na formação do bolsista/ aluno bem como analisar as relações metodológicas utilizadas como uma ferramenta motivadora no ensino de historia, por uma determinada professora e supervisora do PIBID subprojeto Historia na Escola Estadual do Salobrinho, em Ilhéus /BA.

A mencionada professora leciona 40 horas na Escola Estadual do Salobrinho, não possuindo carga horária em outra instituição. Essa instituição de ensino atende a população do Salobrinho, da zona rural, Banco da Vitoria e outros lugares circunvizinhos, A professora XXXX possui 6 turmas ( 7º, 8º, 1º, 2º e 3º ) distribuídas nos turnos matutino e vespertino. A Escola é muito organizada, é considerada uma das mais conceituadas na cidade e o colégio tem um papel social muito grande na vida dos alunos, além dos conteúdos didáticos eles também tem acesso a projetos relacionados a musica, esportes, literatura, e a projetos de Historia local intitulado “O ensino de Historia e a historia da sua rua”, sendo o objetivo deste ultimo proporcionar o conhecimento do processo histórico do próprio bairro de modo a fazer com que eles se percebam como agentes do processo históricos, ou seja, uma historia que, embora seja micro, está também inserida no contexto social da nação.

O livro utilizado especificamente nas duas turmas 2º na (matutino e vespertino) é BRAICK, Patrícia Ramos. Historia – das Cavernas ao Terceiro Milênio/, volume 2, 2 ed- São Paulo: Moderna 2010. O livro didático é um instrumento auxiliador nas aulas, mas não é o único. Além de aulas expositivas, a professora utiliza recursos audiovisuais e atividades lúdicas. No que se refere a metodologia , contata-se que a mesma explorar diversas maneiras de ensinar historia não restringindo sua aulas a apenas uma narrativa de fatos, o que estimula no processo de construção da aprendizagem do aluno.

### **A importância da coparticipação nas atividades escolares**

---

<sup>38</sup> Estudante de História e bolsista do PIBID, e-mail: lana-sm7@hotmail.com.

<sup>39</sup> Estudante de História e bolsista do PIBID, e-mail: flavioadvir@hotmail.com.

<sup>40</sup> Professor orientador, e-mail: robsondantas1304@gmail.com.

Sabe-se que nem todos que os estão na graduação em Licenciatura em História têm o desejo de serem professores. Muitos têm medo da experiência de estar na sala de aula devido as dificuldades que um professor encontra no exercício da profissão. O PIBID tem proporcionado àqueles que se deparam com sentimento de aversão a pratica da profissão a possibilidade de ter o primeiro contato com a sala de aula e de ter o medo e a insegurança deixados para trás. Através da observação do trabalho da professora/supervisora em sala de aula bem como da metodologia, das dificuldades, da forma com que a mesma se posiciona com os imprevistos, o relacionamento com os alunos, o contato com a rotina da escola e a coparticipação em sala e aula, os alunos/bolsistas se sentem motivados a lecionarem e a serem instrumentos no processo de construção do conhecimento desses alunos.

Relações de troca também são estabelecidas através da convivência estabelecida em sala de aula entre nos bolsistas, a professora/supervisora e os alunos da instituição. Através da presença da professora/supervisora o bolsista gradativamente vai ganhando segurança através da prática (coparticipação) em sala de aula. Um Ser humano não nasce professor, ele se torna professor através da pratica docente e isso define bem a importância do PIBID na vida do graduando de Historia e para a sociedade também.

### **A experiência vivida em sala de aula**

Muito se fala a respeito da importância da associação do conteúdo didático com as experiências de vida e a realidade dos estudantes, de modo que tais estudos possam de fato fazer sentido para as suas vidas e assim tornar o processo de ensino e aprendizagem algo mais interessante, dinâmico e envolvente. Segundo Raths,

“o trabalho do professor, sua responsabilidade profissional é dar experiências ricas”.

A partir dessa fala de Raths a respeito do papel do professor em oferecer ao aluno experiências ricas, a relacionaremos com uma atividade lúdica proposta pela professora/supervisora nos 2º anos (Matutino e vespertino) sobre a função e as atribuições de um Vereador, essa pesquisa foi uma das mais fascinantes e enriquecedoras. O trabalho consistiu em entrevistar representantes da Câmara Municipal com o intuito de, além de tomar conhecimento dos projetos propostos pelos Vereadores, apresentarem seus próprios projetos referentes às questões dos seus respectivos bairros para serem analisados pelos mesmos. Além disso, o objetivo era fazer associações entre as antigas câmaras municipais do período colonial e as atuais, enfatizando as mudanças e permanências, visto que o conteúdo que está

sendo dado em sala é a América portuguesa. Por fim, a coleta de informações, bem como a elaboração dos projetos e a comparação entre as câmaras deveriam ser apresentados em sala de aula pelos alunos que se dividiram em grupos para a realização da atividade.

O que mais foi fascinante nessa atividade é que ela não se resumiu apenas à uma trabalho escolar que valia nota. Essa atividade despertou nos estudantes o espírito de cidadania e o interesse nas questões políticas. O envolvimento na mesma foi bastante ativo e entusiasmante. Mostrou também o quanto eles estão conscientes em relação à realidade e necessidades de seus respectivos bairros, não só em relação à infraestrutura e saneamento básico como a questões relacionadas à educação. Nas palavras das alunas Ricelline e Juliana, “esse trabalho foi excelente porque exercitamos o papel de cidadão ao entrevistar o vereador e assim saber quais são os projetos a serem realizados em nosso bairro e conhecer mais um pouco sobre a política municipal e parar de pensar tão vagamente sobre a política e abrir o campo da realidade para percebermos o que acontece a nossa volta”.

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

RATHS, Louis *et. ali.* *Ensinar a Pensar: Teoria e Aplicação*. Tradução: Dante Moreira Leite, 2ª edição. São Paulo; EPU, 1977.

BRAICK, Patrícia Ramos. *Historia: das Cavernas ao Terceiro Milênio*, volume 2, 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2010.

---

### **A EXPERIÊNCIA DA DO FEMINISMO EM SALA DE AULA**

Por: Camila de Moraes Mota; Laís da Silva Martins<sup>41</sup>; Robson Dantas<sup>42</sup>.

O presente resumo abordará a metodologia e a análise acerca da oficina Feminismo e Ascensão Feminina, realizada dentro do Projeto de Ensino Médio Inovador (PROEMI), aplicado no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, no Bairro do Lomanto, em Itabuna, Bahia. Este trabalho aconteceu devido ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à

---

<sup>41</sup> Estudante de História, bolsista do PIBID, e-mail: [camilamota\\_93@yahoo.com.br](mailto:camilamota_93@yahoo.com.br);

<sup>42</sup> Professor orientador, e-mail: [robsondantas1304@gmail.com](mailto:robsondantas1304@gmail.com)

Docência (PIBID), no Subprojeto História, coordenado pelo Professor Robson Norberto Dantas e supervisionado pela professora Gislany Nascimento.

O PROEMI é um projeto inovador implantado pelo MEC em escolas brasileiras. Devido a seu caráter de integralização do Ensino Médio, os alunos assistem às aulas regulares num turno e participam de oficinas no período oposto. O ensino de História nesse projeto, fica a cargo da Oficina de Ciência e Cultura, onde há uma proposta de abordar o ensino de História (regional, cultural, social, etc) dialogando com outras disciplinas, como Sociologia e Geografia. Devido à possibilidade de ampliar o conhecimento histórico a partir das oficinas, é possível ao professor contemplar temas e aspectos do ensino da disciplina pouco explorados, estimulando nos alunos novas perspectivas e o exercício do senso crítico, bem com o a interdisciplinaridade, como supracitado.

Dentro das temáticas previstas no projeto específico da escola, vê-se a intenção de trazer para a sala de aula a História Regional a partir do estudo das Costas do Cacaú e do Descobrimento (essa foi visitada pelos alunos numa viagem de três dias a fim de culminar o projeto no ano de 2012), e da História de Itabuna; a História Cultural com pautas acerca da Cultura Afro-brasileira, da cultura do século XX, a música, por exemplo; e a História Social, utilizando as minorias e os movimentos sociais.

Desta forma, nos foi sugerido assumir o planejamento e a execução de uma oficina e seguindo o planejamento inicial e nossas inclinações, escolhemos o tema Feminismo. Inicialmente seria ministrada somente por uma de nós, mas devido à baixa frequência em uma das turmas da Oficina de Ciência e Cultura, acabamos mesclando-as e foi possível abranger todos os matriculados na atividade. Eram alunos das 1º e 2º series do Ensino Médio, totalizando 12 jovens, com idade entre 14 e 17 anos.

Inicialmente configuramos a sala em semicírculo, com a finalidade de fazer com todos tivessem oportunidade de visualização e de participação em sala. Foi entregue aos alunos o texto *Afinal, feminismo pra que?* (de Clara Averbuck e Nádia Lapa, disponível em ([www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que](http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que))). Esse texto fora escolhido por nós com o intuito de sintetizar de forma clara e acessível o tema abordado, fazendo um histórico do movimento e trazendo à tona as principais pautas do feminismo na atualidade. Antes de começar a leitura, fizemos uma provocação, perguntamos aos alunos: o que é feminismo? A partir das respostas percebemos o pouco conhecimento acerca da temática, reduzindo o tema à palavra mulher, dissociada de suas lutas e das complexidades das relações de gênero.

Sendo assim, fizemos uma leitura dialogada, debatendo as questões apresentadas no corpo do texto, paragrafo à paragrafo, explicando eventos, dados e palavras que fugiam de sua

compreensão, mas que são de suma importância para a apreensão do assunto (como *sufragistas*). Durante este momento, demos a oportunidade para que opinassem e colocassem em debate suas vivências ou de pessoas próximas. Acreditamos que para a compreensão do feminismo em sala de aula, é preciso haver uma identificação com as opressões sofridas pela mulher dentro do sistema patriarcal, é preciso que haja uma introdução do aluno como sujeito participante deste processo. Sendo assim, as garotas, principalmente, trouxeram situações onde são tolhidas em suas atitudes e comportamento, sob justificativa de não ser certo uma moça se sentar de pernas abertas, de roupa curta ou justa demais. Desta forma, já no início conseguimos fazer com que os alunos se identificassem e percebessem que a cultura do machismo e a opressão do sistema patriarcal se encontram em seu cotidiano. Ao introduzir a questão da violência contra a mulher, uma das alunas relatou um caso de uma vizinha que fora assassinada pelo namorado, após o término do relacionamento. Nossa intenção era exatamente sinalizar para as questões dos crimes de gênero, e vimos que os alunos tinham total noção da gravidade de casos como esse, dada a importância de se discutir o assunto.

Outro tema abordado fora a sexualidade e autonomia do corpo feminino, destacando as opções possibilitadas pelos métodos contraceptivos e a transgressão de padrões estabelecidos, no que se diz respeito à orientação sexual, maternidade, estereótipos de comportamentos.

Ao concluir a leitura, projetamos algumas imagens significativas para o movimento. Eram fotografias de marcos na luta feminista, como as sufragistas americanas e a queima de sutiãs, bem como mulheres que são ícones na literatura feminista, como Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft e Simone de Beauvoir. Na exibição das imagens, conseguimos explorar outros aspectos que não foram abordados no texto, não que ele não contemplasse nossas intenções, mas por ser necessário ir além do material que usamos.

O mesmo se aplica ao momento seguinte, quando apresentamos duas músicas: *Ai que Saudades da Amélia* (Araulfo Alves e Mário Lago) e *Desconstruindo Amélia* (Pitty e Martim). A primeira música é bastante reconhecida no cenário da Música Popular Brasileira, mas pouco conhecida entre os estudantes na idade dos alunos em questão. Ao contrário da segunda obra, que tem o apelo de ser recente e de pertencer a um ritmo que, para alunos de Ensino Médio, é bastante conhecido. Assim pedimos que interpretassem as letras e identificassem alguns dos temas abordados, mostrando a eles que o tema se encontra em várias coisas que fazem parte do seu dia-a-dia e mostrando a eles a possibilidade de expandir o conhecimento.

No PROEMI é preciso que as atividades programadas sejam realizadas em sala de aula, assim, as quatro aulas da tarde são dedicadas à explanação, socialização e discussão do tema, tendo as aulas finais destinadas à atividade prática. Dividimos a turma em dois grupos

e, partindo da oposição entre as duas músicas e da ideia de desconstrução que a segunda apresentava, pedimos que fizessem uma dramatização a partir de objetos que levamos para a aula. Para a primeira Amélia (mantivemos as denominações das músicas) tínhamos: uma vassoura, uma boneca representando um bebê e roupas longas. Apesar de parecer um pouco estereotipado, nossa intenção era que, ao ter contato com os objetos, os alunos percebessem qual delas o grupo seria responsável. A segunda Amélia possuía roupas curtas e uma camisa de movimentos sociais, bem como um livro, representando o acesso ao ensino formal e igualitário, e um preservativo e pílulas anticoncepcionais. Estes dois últimos só foram escolhidos após a permissão da professora titular, afinal ela tem o conhecimento da maturidade de seus alunos e da política da escola para com esses assuntos.

Ao se reunirem em seus grupos, os alunos organizaram como precederiam em sua dramatização. O primeiro grupo, representando a mulher oprimida e submissa à figura masculina, representou um casal onde a mulher estava atrelada ao ambiente doméstico, sendo a única responsável pela educação dos filhos enquanto o marido era o responsável pelo sustento da família. O segundo grupo, depois de muito discutir e discordar de como seria sua cena, acabaram por apresentar um programa de entrevistas onde um casal respondia a perguntas de uma plateia. Essas perguntas, previamente ensaiadas, tinham como papel ressaltar uma mulher dissociada da figura masculina como provedor e protetor, tendo em seu companheiro uma figura de igual importância, ou seja, naquela relação, ambos tinham o mesmo poder de decisão, tinham a mesma voz.

Diante das cenas improvisadas, podemos perceber que os alunos tiveram mais dificuldade de apresentar a mulher feminista, dado o tempo de organização que precisaram e a execução da cena. Acreditamos que esse se deva ao fato do distanciamento deles dessas discussões e a uma maior aproximação dos mesmos de uma realidade onde, ainda que a mulher realize trabalho fora do ambiente doméstico, há a outra jornada de trabalho dentro de casa, e, ainda que haja muito mais oportunidades de estudos para as mulheres hoje do que há anos atrás, o casamento ainda se mostra como perspectiva de sucesso, de satisfação pessoal.

As conclusões que podemos tomar desta oficina, no entanto, são positivas. Primeiramente pela boa recepção dos alunos ao tema, e em segundo lugar por termos conseguido trazer tópicos que pouquíssimas vezes são tratados em sala de aula. Imaginávamos haver uma resistência dos alunos dada à repercussão do evento da Marcha da Vadias, que acontecera dias antes no Rio de Janeiro, onde a mídia deu grande destaque aos manifestantes que quebraram imagens católicas. Os alunos, porém, desconheciam esse fato (ou evitaram mencionar), nos dando a oportunidade de esclarecer as lutas e as conquistas

contra o machismo, o racismo, a homofobia, o sexismo, a cultura do estupro, enfim, contra estes males opressores em nossa sociedade.

Tratar deste tema em sala de aula, se mostra então, indispensável. Já que estamos às voltas com políticas que cerceiam os poucos direitos conquistados, vide o Estatuto do Nascituro, e em um momento onde a violência contra a mulher, sexual ou não, é cada vez mais discutida e, em alguns casos, sendo tratada com menos importância do que merecem.

Sendo assim, concluímos este relato de nossa experiência no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, onde tentamos aproximar o Movimento Feminista daqueles jovens e sua de realidade, fazendo com o Feminismo possa também ser compreendido fora do ambiente acadêmico, fora dos seus nichos, para que possa ser mais acessível.

## REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 77p.

KARNAL, Leandro; PINSKY, Carla Bassanezi. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004. 216p.

---

## CRIACIONISMO E EVOLUCIONISMO NA ESCOLA

Herbert Farias Barreto Mendes; Robson Norberto Dantas<sup>43</sup>.

### Resumo

O Presente trabalho nasceu de uma experiência pouco receptiva vivida na prática docente do PIBID no Colégio Estadual do Salobrinho, e pretende discutir uma problemática já conhecida, mas comparativamente pouco contemplada na grade curricular do curso de licenciatura em História: A Origem do Homem. Este é o assunto que inicia a disciplina de História no 1º Ano do Ensino Médio. Porém, tanto a ementa das disciplinas pedagógicas quanto as de cunho historiográfico não dão conta de como trabalhar esse tema em sala de aula, o qual, no entanto, exige atenção e cuidado ao ser ministrado devido alguns motivos: a temática pode mexer com valores e conceitos anteriormente construídos e sustentados pela fé

---

<sup>43</sup> Estudante do Curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz; E-mail: xico\_64@hotmail.com

religiosa. O mesmo tema pode levar a discussão sobre como funciona o método científico; e a partir deste aspecto expandir a temática para a interdisciplinaridade, já que diferentes áreas do conhecimento estão interligadas para dar sustentação à tese da evolução do homem.

**Palavras Chave:** Origem do Homem, Prática pedagógica, Fé religiosa, Método Científico

## **Introdução**

Desde a vivência como estudante do ensino básico, e após o ingresso na graduação e o acompanhamento da prática docente pelo PIBID me foi possível perceber uma relutância ou negligência dos professores de História (claro que não se aplica a todos), quando trabalham a temática da origem do homem e conseqüentemente a evolução por seleção natural. É muito comum confiarem essa tarefa tão somente ao professor de Biologia, e acabam perdendo a possibilidade de desenvolver uma atividade interdisciplinar enriquecedora uma vez que poucos são os assuntos que possibilitam um diálogo tão grande com muitas áreas do conhecimento. Além de ser uma oportunidade de explicar como funciona o método científico, é possível explanar contribuições da biologia, geografia, química, física e astronomia (esta última tem conteúdos diluídos nos conteúdos de geografia e física do ensino médio).

Uma explicação plausível, mas não a única, para esse comportamento pode estar vinculada ao fato de não trabalharem bem esse tema na graduação. As disciplinas pedagógicas, que teoricamente deveriam nos ensinar a ensinar, e que abarcam boa parte da grade curricular das licenciaturas, não oferecem uma disciplina sequer que contemple essa temática. E, por outro lado, entre as disciplinas puramente específicas e de cunho historiográfico, apenas uma disciplina: Pré História é que discute essa questão, mas só para os graduandos que escolherem cursá-la, já que se trata de uma disciplina optativa.

Outro aspecto para relutância em trabalhar esse tema diz respeito a valores e preceitos religiosos constituídos no Gênesis da Bíblia. As informações ali contidas são previamente construídas na vida dos alunos e também dos professores e fazem parte da cultura em todos os países cristãos (Embora dentro da própria igreja católica se defenda a interpretação do Gênesis como linguagem metafórica e não literal). E foi assim, que em minha prática docente tentei começar a explanar o assunto.

## **Metodologia**

Cada povo ou civilização que se instituiu na história da humanidade desenvolveu sua própria cultura, por vezes muito peculiar. E dentro do campo cultural desenvolveram-se as seitas e/ou religiões que continham cada uma a seu modo, um mito da criação do mundo e do

homem. Para os Babilônios o agente da criação foi o deus Marduk, para os gregos, Zeus, para os Hindus, Brama, e para os cristãos, Deus. Logo de cara foi perceptível o desconforto com que os alunos receberam essa informação. Algumas alunas, notadamente evangélicas (e muitos eram evangélicos) começaram a se manifestar dizendo que as informações do Gênesis não eram mitos, e sim a verdade de como o mundo foi criado. No mesmo instante me senti acuado pelo argumento fundamentalista. O campo religioso, para um praticante que é leigo do conceito de cultura tem caráter transcendental, e jamais poderia estar restrito às cercanias da cultura. Precisavam compreender – mesmo que genericamente – como funciona o método científico, e isto também faz parte do conteúdo da disciplina, tanto em Biologia quanto em História.

Por conseguinte, tratei de diferenciar os métodos que fundamentam a ciência, dos da religião. Da sustentação das hipóteses advindas de evidências; e também o que tinham em comum: nem a religião, nem a ciência são donos da verdade. Ainda assim, dando sequência à aula percebi receptividade de alguns alunos e relutância de boa parte da sala. O método da aula foi expositivo e quando a turma foi apresentada a evidência fóssil de símios como o *Australopithecus*, sendo apontadas muitas semelhanças nos esqueletos, duas alunas que estavam se sentindo incomodadas, se levantaram e saíram da sala. Comecei a me perguntar (inquirição não exposta para a turma) o porquê de tanto repúdio às evidências e ao evolucionismo. E se as escolas dominicais e o catecismo, bem como outros meios de ensino religioso, teriam – e certamente tem – influência nesse tipo de intolerância com outras informações (o mesmo é válido quanto à intolerância às religiões afro). A atitude das duas alunas fez com que outros colegas se manifestassem em apoio à aula e repudiando a saída das meninas. Mas há de se convir que realmente esta seja uma questão delicada, pois a referência religiosa apresenta o homem como criação especial de Deus feita à sua imagem e semelhança. Para elas se verem comparadas a símios e conseqüentemente a chimpanzés, gorilas entre outros certamente é um choque.

O desempenho dos alunos na prova que tinha este e mais outro capítulo foi razoável. Ainda assim, denota questões gerais preocupantes como dificuldade de leitura, interpretação e construção de textos. E a compreensão razoável ou pouco efetiva do conteúdo acima abordado. Segue uma questão e resposta selecionada sobre o tema, aberta e abrangente:

Explique como você entende as duas teorias para a criação do mundo e origem do homem?

Resposta: O criacionismo acredita que Deus criou o mundo em 7 dias como afirma a Bíblia. O Evolucionismo acredita em Charles Darwin, que o homem evoluiu de outras espécies.

Em geral as respostas foram curtas como esta acima. Não está errada, mas também não contemplou devidamente a pergunta. Por exemplo: o verbo “acreditar” já traz uma conotação de orientação religiosa. Negligencia os processos empíricos e a submissão da hipótese de Darwin aos padrões de experimentação e se as evidências têm confluência com as hipóteses ou não.

### **Resultados (reflexões)**

Após essa experiência, me senti pouco preparado para abordar esse tema em outras turmas, que certamente a profissão irá exigir. No entanto fica confirmado que a postura do professor deve ser a mais conciliadora possível. No nível superior se trata com adultos é mais fácil. Ao ministrar a disciplina de Pré-História, o professor Elvis apenas advertiu aos discentes: “Aqui é espaço para se discutir ciência. Não tenho nada contra a religião de ninguém, mas aqui – nesta disciplina – não discutiremos religião, e sim ciência.” (parafraseando da aula do dia 13/08/2013).

Tratar esse assunto com crianças e adolescentes se torna um pouco mais complicado e o filósofo Paulo Ghiraldelli Jr., Doutor em Filosofia pela PUC-SP aponta que o caminho que esse debate vem trilhando aqui no Brasil está sendo estéril ou pouco frutífero, à semelhança do que ocorrera nos Estados Unidos décadas atrás. Com isso ele quer dizer que se tem buscado estabelecer uma confluência entre as duas grandes narrativas de como o mundo e o homem se originaram. Se se levar o Gênesis de maneira literal, o que acontece é um fiasco, como ocorreu nos Estados Unidos, por exemplo. Lá existem museus temáticos pretensos a demonstrar que homens e dinossauros coexistiram; tão somente porque seguindo a genealogia da Bíblia, a Terra teria seis mil anos. O mesmo aparece em alguns livros didáticos e logicamente o ensino da metodologia científica nas escolas primárias e secundárias acaba sendo deturpado.

É válido salientar que criacionismo e evolucionismo são coisas distintas, e cada uma tem seu campo de atuação bem definido. Diferentemente de quando Darwin publicou *A Origem das Espécies*, hoje o evolucionismo não está ligado a narrativas não empíricas como pode confirmar, por exemplo, a engenharia genética. A melhor forma de confluência entre as duas áreas seria a leitura não literal do Gênesis, tal qual afirma ser a postura da igreja católica pelo padre Gregore Tatum, da *Ecole Biblique*, Escola Bíblica e Arqueológica Francesa de

Jerusalém. Segundo o padre, “Não se questiona se é verdade ou mentira” o que consta no Gênese e sim “Qual a verdade que Deus quer nos transmitir neste ou naquele texto”. (Documentário: Darwin Matou Deus? BBC, 2009). Mas isso infelizmente não é levado em conta por todos os fiéis, e tão pouco é a postura de outras igrejas cristãs.

Giraldelli é favorável a transversalidade, ou melhor dizendo, a criação de locais de confluência entre as duas narrativas desde que não se deturpe os conteúdos das disciplinas (tal qual em muitas escolas americanas), e critica o sistema educacional atual quanto a disciplina de Religião, que não é obrigatória, mas quando consta na grade escolar, é doutrinária. Pois ensina apenas uma religião. Para ele, um espaço frutífero para o debate surgiria se se instituísse a disciplina de História da Religião. Contemplaria diversas religiões e espaços transversais como grêmios poderiam gerar debates frutíferos sobre a temática: criacionismo e evolucionismo.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

SAGAN, Carl. *Variiedades da Experiência Científica: uma visão pessoal da busca por Deus*. São Paulo-SP. Companhia das Letras. 2008.

\_\_\_\_\_, Carl. *Os Dragões do Éden*. São Paulo-SP. Circulo do Livro S.A. 1977.

Referências de Documentários:

*Criacionismo e Evolucionismo na Escola*. Filosofilmes. São Paulo-SP. 2008

*Darwin Matou Deus?* BBC. Londres, 2008.

## **SESSÃO 03:**

Ensino, linguagem e representações:  
diálogos com o cinema.

---

## SOMOS TODOS DIFERENTES: UM DISCURSO INCUTIDO NA REPRESENTAÇÃO DO PROFESSOR HERÓI

Por: Leide Rodrigues dos Santos<sup>44</sup>

O presente texto pretende fazer uma análise da imagem do professor construída pela mídia através do filme “Como Estrelas na Terra – Toda Criança é Especial” (*Taare Zameen Par – Every Child is Special, Índia, 2007*), com o título no Brasil, “Somos Todos Diferentes”, revelando os valores ideológicos e a capacidade de comoção através dos discursos. Desmistificar a imagem romanticamente idealizadora que vem sendo atribuída ao professor ao longo dos anos, onde outras funções são atribuídas além de lecionar, assim construindo a representação do professor “ideal”, aquele detentor de capacidades múltiplas, capaz de transformar o ambiente dentro e fora da sala de aula.

A intenção na escolha de um filme não produzido na zona hegemônica hollywoodiana, é mostrar exatamente que a representação do professor se perpetua em diferentes contextos no formato de unidade. Nesse caso, Bollywood também traz em sua produção características de heroísmo na construção da imagem do professor. Nesse sentido os discursos são utilizados por indivíduos ou instituições como mecanismo de dominação, produzindo efeitos de verdade sobre o modo de ensinar, remetendo ao “super-professor” a missão de transformar o mundo, partindo das transformações dentro do ambiente escolar. Trazendo signos que são destinados a produzir certa ilusão e não a fazer conhecer as coisas tais como são.

A relação de representação é, desse modo, perturbada pela fraqueza da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta (...) (CHARTIER, 1991, p.185).

Esse processo de dominação é percebido pelos pequenos indícios a começar pela escalação do elenco, pois nesse momento são escolhidos indivíduos que facilmente serão reconhecidos e identificados pelo público. No caso do filme em destaque, o papel do professor herói é conduzido por Aamir Khan, que além de atuar, dirige e também produz. Khan é bastante conhecido da sociedade indiana por já ter atuado em sucessivos filmes que lhe deram fama.

---

<sup>44</sup> Graduanda do VII semestre em História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: leiderodrigues.on@hotmail.com.

Outro ponto em destaque é a escolha da trilha sonora: no formato utilizado na produção as músicas aparecem como clipes, mostrando cenas que complementam a história que está sendo contada naquele momento, porém sem diálogos. A sutileza das canções em conjunto com as imagens, traz uma imensa carga de emoção que não nos permite perceber a princípio a imensidão de informações e a intencionalidade por trás das cenas. Em destaque a música que compõe a parte final, “*veja o caminho dos céus foi revelado, e a pequena estrela perdida ganhou seu rumo*”. Após uma análise crítica é notório perceber que tal trecho refere-se ao papel do professor em encontrar e guiar o estudante pelo caminho que se diz correto.

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, seleccionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade (FOUCAULT, 1999).

Um filme traz em seu bojo significações múltiplas e móveis que dependem das formas por meio das quais é recebido por seus espectadores. Sabendo que em toda produção cinematográfica existe a intencionalidade e que cada filme traz consigo comportamento que deve ser seguido, sem contestação. Através da vasta gama de sentimento e emoção, a indústria cultural atrai e seduz a massa espectadora, que consome e reproduz certas “verdades”, ainda que ilusórias.

Em “Somos todos diferentes”, enfatiza-se um caráter dramático, sendo um tanto quanto óbvio que a ideologia presente na construção do sentido é empregada por cunho sentimental e convincente, visto que a produção cinematográfica está sempre ávida por imagens heroicas e dramáticas para que se possa explorar. Portanto, ao analisar a representação do professor é possível destacar uma pluralidade das clivagens apresentada de diferentes maneiras no agir do “ser professor”.

É possível visualizar um determinado “jogo de forças”, partindo do conceito de representação segundo Chartier (1991) onde percepções sociais são construídas ou impostas, e que, portanto, lideram os “modos de ver e os modos de fazer”. Assim, destaca-se por um lado o “vilão”, aquele tido como “mau professor”, tradicional, autoritário, que ameaça, tortura, castiga, aterroriza, que não respeita as individualidades, *versus* o “herói” a imagem do “bom moço”, “humano”, “ideal”, dotado de “bondade”, sábio, capaz de refletir e construir conhecimento.

Enquanto professores tidos como tradicionais se prostram à frente da sala transmitindo conhecimento, utilizando como prática pedagógica a palmatória uma das formas de castigo físico para quem não consegue alcançar o proposto; Ram Shankar Nikumbh, por sua vez,

apresenta um comportamento muito diferente, desenvolve aulas de arte de um modo lúdico, trabalha fora da sala de aula, canta, dança, toca flauta, faz mágica, sobe nas mesas e incentiva os alunos a se exercitarem, fugindo por vezes do padrão conservador estabelecido pela instituição de ensino. Seus métodos de aula são diferenciados, pois na sua ótica a criatividade pode transformar o mundo.

Nikumbh ao perceber o problema de aprendizado de um dos estudantes, procura entender o que pode estar acontecendo, e logo chega ao diagnóstico, Ishaan tem dislexia. Assim, mobilizado ele tenta encontrar ajuda no sistema vigente da instituição que não se interessa. Também busca apoio com a família que por falta de conhecimento acaba menosprezando os ideais do jovem professor, por acreditar apenas na hipótese de que falta de disciplina torna Ishaan assim, preguiçoso. Sozinho ele disponibiliza do seu tempo para alfabetizar o garoto, com métodos diferenciados, buscando aflorar as competências individuais.

As cenas finais demonstram Ishaan, lendo, escrevendo e conquistando um concurso de pintura na escola e conseqüentemente um espaço no cenário escolar e na relação com a família. Já Nikumbh ao conseguir promover o evento de arte, consegue ao menos por um momento transformar aqueles professores tradicionais. Representações assim são necessárias para a construção do herói, ou seja, o professor tem que romper com a comodidade, enfrentar desafios para que possam realizar os atos de heroísmos, conquistando seus objetivos. Assim, o final envolto em emoção, tudo termina bem, agora o aluno já pode caminhar sozinho, graças ao poder do herói.

Talvez seja esse o grande perigo das obras cinematográficas, o discurso carregado de conceitos e estereótipos a serem seguidos, escondidos nas entrelinhas das belas mensagens trazidas na produção. Afinal, é inegável não torcer, vibrar ou emocionar com a história de Ishaan que tem seu papel de protagonista sabidamente “dividido” com o do heroico professor. Como também é impossível não esperar encontrar professores como Nikumbh nos diferentes contextos escolares. De fato, pode-se perceber o poder de influência da mídia na imensa capacidade de manipular e ditar as ações.

A partir da análise da imagem do professor Ram Shankar Nikumbh, interpretado pelo ator Aamir Khan, no filme *Somos Todos Diferentes*, pode-se verificar que as representações que se constroem em relação ao personagem do educador, o demonstra com características singulares, passando uma falsa ideia de que as transformações dependem exclusivamente do esforço e empenho do professor.

Essa enfática visão pode conduzir o professor a se identificar com o personagem apresentado no filme, e assim querer construir uma realidade como a da ficção. Destarte, se tratarmos da realidade brasileira onde um professor trabalha mediante condições dramáticas de ensino, é desvalorizado pela sociedade e pelo governo, mal remunerado, como esse modelo pode ser aplicado à perspectiva de “salvador” do universo?

É preciso desmitificar essa ideia em que o professor tem que trabalhar apenas por “amor”. Não acreditamos que esse não seja sentimento necessário para o desempenho da profissão, mas assim como outros profissionais, é preciso ser bem remunerado e exercer as funções que são condicionadas a um licenciado. Não cabendo aos educadores a competência de acumular diversas funções, como pai, cuidador, psicólogo, orientador religioso, dentre tantas outras.

Transformar o professor em herói é apenas um dos diversos mecanismos para mascarar uma questão social, que é imposta pelos que detém o poder de institucionalizar. Afinal, todo discurso está “contaminado” de ideologia e de interesses, portanto, devemos estar atentos e perder a ingenuidade em tudo que é postado ou ofertado mesmo que em formato de entretenimento - no caso específico, o cinema.

Em suma, é sabido que modelos como esses apresentados nos filmes são quase inatingíveis para os professores de nossa realidade escolar. Por melhor que seja uma escola, por mais preparado que esteja um professor, nunca vai ser possível suprir toda carência e lacuna deixada pela família e pela sociedade.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ADORNO, T. W. **A indústria cultural**. Theodor Adorno. Coleção Grandes Cientistas. Sociais. Org. Gabriel Cohn. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados. V. 11, n. 5, São Paulo: USP, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio: Edições Loyola, 1999.

GINZBURG, Carlo. **“Sinais: raízes de um paradigma indiciário”**. In: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PADIAL, M.N. **O professor e sua figura no cinema: Uma análise da docência e da educação escolar retratadas em dois filmes hollywoodianos**. 2010. 123 f. Dissertação

(Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

**Filmografia:**

**Somos todos diferentes.** Produção de Aamir Khan e Amole Gupte. Índia, 2007. Filme (165 minutos) **Sítio:** <http://www.interfilmes.com>

---

**ESTEREÓTIPO DA FIGURA DO PROFESSOR TRANSMITIDO PELO  
CINEMA BASEADO NO FILME “UMA PROFESSORA MUITO  
MALUQUINHA”**

Por: Micheli Silva<sup>45</sup>

As mídias em geral têm um grande poder influenciador na sociedade e principalmente no que tange a cultura. A sociedade de massa, cada vez mais dependente dos aparatos tecnológicos, graças à produção capitalista que domina a Indústria cultural, fica a mercê do que Adorno chamou de pseudocultura, ou seja, a cultura produzida artificialmente para gerar necessidade de consumo o que é apropriada pela massa. A pseudocultura é disseminada pela indústria cultural, que transfigura os bens culturais em mercadoria a serem consumidos, e assim, transforma a população em grupos homogêneos e em massa de consumo.

A cultura de massa, por tanto, está hoje difundida em nossa sociedade de várias maneiras e elas acabam por penetrar no ser humano, modelando-o, interferindo na sua identidade, na sua personalidade, bem como na sua maneira de ver o mundo. Além disso, ela age de forma ainda mais intensa em relação à criança, intervindo na formação de sua identidade, já que esta se encontra em constante articulação e é construída pelo sujeito ao longo de sua existência.

O cinema, por tanto, tem um poder de massa que é difundido em todas as classes, sendo assim capaz de formar opiniões, pensamentos e criar estereótipos. Nos filmes, apesar de serem criados personagens em sua maioria fictícios, com histórias a partir de fatos que em sua maioria, também não condizem com a realidade. As histórias são contadas e os personagens são criados a partir da visão de mundo daquele que está escrevendo, ou daquilo que o mesmo gostaria que fosse.

---

<sup>45</sup> Graduanda do VII semestre em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: michelipynk2@hotmail.com.

O filme controla a imaginação do espectador, de forma que ele não reflita sobre o que está sendo visto, esse controle, no entanto, não é absoluto e ocorre através da sedução que as sequências de imagens proporcionam ao espectador e que passam a fazer parte do seu conjunto de referências da realidade, sem que este perceba. Pode-se afirmar, portanto que os filmes trazem dentro de si os comportamentos determinados pela indústria cultural, dissimulados em comportamentos não oficiais, que são assimilados aos poucos e, por isso, mesmo mais atraentes.

Por tanto, o conceito de professor que existe no imaginário das massas é aquele transmitido pela mídia, sendo o cinema um dos maiores responsáveis por esta figura simbólica de professor existente no pensamento da maioria.

O filme, uma professora muito maluquinha, baseado no livro de Ziraldo. Conta uma história que se passa durante a década de 40, em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais.

A personagem principal é a jovem professora Catarina Roque (Paola Oliveira) que faz parte de uma tradicional família da pequena e pacata cidade. Recém formada na capital do estado, a jovem inicia sua vida profissional docente em uma escola nos moldes católicos de rigidez e tradição, como era peculiar nos anos 40, principalmente em pequenas e ricas cidades do interior de Minas.

Entretanto, a jovem professora não se enquadra aos moldes da educação tradicional e passa a adotar métodos diferenciados para transmitir os conteúdos aos seus alunos. Os alunos com faixa etária de dez anos correspondem bem aos métodos inovadores adotados pela docente. As crianças se encantam não apenas pelos métodos diferenciados da professora, mas criam uma relação afetiva com a mesma.

Percebe-se por tanto em torno da história retratada no filme a figura de uma professora apresentada como uma princesa e/ou heroína de conto de fadas. A história que é voltada para crianças, mostra a professora como uma figura repleta de encantos e que consegue mudar o cotidiano de uma cidade inteira, enfrentando seus problemas com originalidade e desprendimento. Apesar da força, do vigor e da capacidade de inovar que são na maioria das vezes, características peculiares de professores recém formados, que colocam todas as suas expectativas e energia nas novas experiências que lhes são apresentadas, a vida real é bem mais dura e cruel, principalmente no decorrente século, o século XXI, com todos os seus embates e percalços em um contexto histórico totalmente diferente da década de 40.

Entretanto podemos analisar como a figura do professor é transmitida pela mídia, principalmente o cinema. Desde a sua fala ao seu figurino, percebe-se a produção de um

modelo social a ser seguida, uma professora que se coloca contra todos em busca de mudança. Por meio da sua obstinação e confiança, ela vai sendo mostrado ao longo do filme, como a professora ideal, como aquela que acredita e não desiste nunca de fazer com que os alunos aprendam. Isso pode ser observado na maioria das obras cinematográficas que apresentam o professor como personagens centrais das histórias. De acordo com Mussalim (2001 p.132),

O sentido vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso. Não existe, portanto, o sentido em si, ele vai sendo determinado simultaneamente às posições ideológicas que vão sendo colocadas em jogo na relação entre as formações discursivas que compõem o interdiscurso.

A imagem de um ser perfeito e a figura de um profissional ideal combina com o mundo das idéias e do imaginário cinematográfico, mas destoa da realidade. Isso se tratando da realidade no Brasil, um país que enfrenta tantos problemas com a educação e principalmente no que tange a falta de valorização ao profissional docente.

No referido filme que foi rodado e veiculado nos anos 2000, podemos observar que é colocada sobre os ombros do professor uma carga bastante pesada para corresponder às expectativas de um professor herói que é transmitido para um público formado principalmente por crianças, que são alunos e provavelmente iram querer ter suas expectativas supridas na figura do seu professor, que por sua vez passa por todos os percalços da educação brasileira.

Segundo Foucault (1999, p.08-09), “Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos”. Valendo-se da afirmação do autor, pode-se considerar a figura do professor nas produções cinematográficas, principalmente as brasileiras, tende a manipular as reais condições e aspectos envolvendo o profissional docente na sociedade.

A professora é colocada também como um ser sedutor e atraente isso pode ser observado na fala do narrador que no início do filme diz: “Assim que ela entrou na nossa sala, todas as meninas quiseram ser lindas e todos os meninos quiseram crescer na hora para poder casar com ela.” Nesse caso a narração é feita por um dos alunos da turma e demonstra a imagem sexual que é transmitida pelo cinema em torno da figura do professor.

A relação sexual e/ou sentimental envolvendo professor e aluno, principalmente do ensino básico, é por muitas vezes rejeitado pela sociedade, entretanto a figura do professor no imaginário popular e na imaginação dos alunos, por tanto, é envolta por um fetiche sexual que perpassa pela figura do poderio do discurso e pelos apelos midiáticos que se utilizam do erotismo e tudo que gira em torno disso pra atrair o interesse das massas.

A relação entre professores e alunos na esfera erótica já foi exposta como um tabu pelo filósofo Theodor Adorno em *Educação e Emancipação*, 1995. Por vezes, os professores, principalmente no caso masculino, atingem o imaginário erótico. Entretanto, na maioria das vezes, o interesse é apenas platônico e essa atração despertada pelos docentes se associa à imagem do professor como criatura não sexuada.

No imaginário do aluno, o professor é um ser que existe apenas no ambiente escolar, envolto em seu papel profissional docente. O aluno por tanto não conhece o professor como ser humano, com problemas do cotidiano de um indivíduo comum. O que o aluno vê, por tanto, é um ser construído pelas circunstâncias do ambiente e do que estar no seu imaginário, estabelecido pelo discurso construído pela mídia.

Por fim pode-se concluir a partir da análise do referido filme que a imagem do professor demonstrada no cinema é de um ser acima da média, dos problemas e principalmente da realidade do cotidiano. Assim, pode-se compreender que no enredo do filme “uma professora muito maluquinha” O poder do discurso transmitido pela imagem da professora, é arquitetada de forma a transmitir uma figura heróica.

O espectador ao se envolver com a história não consegue perceber o discurso intencional capaz de controlar o imaginário e modificar a cultura popular. E assim a cultura popular se modifica, tornando-se objeto de comercial e mercadológico, através do qual transforma o povo em massa que pode ter o seu pensamento totalmente manipulado.

A intenção por traz da figura do professor construída através das mídias é de formar um ser bom e perfeito que deve realizar seu trabalho de forma brilhante e instintiva, capaz de resolver os problemas dos seus alunos e assim transformar o mundo sem se preocupar com retorno financeiro ou sua vida particular.

Em um país que a educação fica como plano de fundo é bem difícil chegar ao patamar demonstrado pela mídia e suprir as expectativas transmitidas pela mesma. Assim é bem comum encontrar professores frustrados e alunos desmotivados em um mundo bem diferente do discurso e dos contos de fadas.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ADORNO, Theodor W. **A indústria cultural**. In: COHN, Gabriel (org). *Theodor W. Adorno*, Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1986<sup>a</sup>.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. trad. W. Leo Maar, SP: Editora Paz e Terra, 1995.

GINZBURG, Carlo. “**Sinais: raízes de um paradigma indiciário**”. IN: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio: Edições Loyola, 1999.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do Discurso**. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna.

---

## **PROFESSOR: O SUPOSTO SABER QUE SEDUTORAMENTE DISCURSA**

Por: Michael Silva Roseno<sup>46</sup>; Clóvis Pereira dos Santos<sup>47</sup>

Este artigo pretende investigar a relevância do discurso do professor em sala de aula. Tal análise será realizada através do filme alemão *A Onda* (2008), a partir do referencial bibliográfico, composto em sua maioria, por textos de caráter historiográfico e psicanalítico. No texto **Foucault e a análise do discurso em educação**, a autora Rosa Maria Bueno Fischer, influenciada pelo pensamento do filósofo Michel Foucault, defende “a conceituação de discurso como prática social (...) sublinha a ideia de que o discurso sempre se produzira em torno das relações de poder” (FISCHER, 2001). No filme citado acima, o professor Rainer Wenger, experimenta um método de manipulação das massas em seus alunos, utilizando o recurso discursivo e provocando nestes um sentimento parecido com características de regime ditatoriais, logo, *paternais*, fazendo com que o *pater, ora professor, ora ditador, ora pai* seja reconhecido, em termos lacanianos, como “Grande Outro”.

A discussão proposta pelo seguinte texto visa executar uma análise da figura do professor através da sequência cinematográfica do diretor Dennis Gansel<sup>48</sup>. Após o início das aulas concernentes ao tema *autocracia* e a manifestação dos alunos afirmando uma não-

---

<sup>46</sup> Graduando do curso de licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz; e-mail: michael\_sroseno@hotmail.com.

<sup>47</sup> Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo; Professor Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz; e-mail: clovisgaia@hotmail.com.

<sup>48</sup> *A ONDA* (filme-vídeo). Direção de Dennis Gansel. São Paulo: Constantin Film Highlight Film, 2008. 107 min, color., Dolby Digital, v.o., alemã (*Die Welle*), leg. Português/Inglês.

possibilidade do surgimento de um governo com características totalitárias na Alemanha do século XXI, o professor Wenger resolve experimentar um método para expor quão fácil seria a manipulação das massas. Tal método baseia-se no potencial do ato discursivo, essencial para a sedução dos grupos, e numa linguagem corporal que explicita uma relação hierárquica.

A partir desta proposta, o objetivo principal deste texto é investigar o aspecto infantil da necessidade de proteção vinda de uma figura paterna. Tal qual Adolf Hitler era reverenciado com a famosa expressão – *Heil Hitler* –, o professor Wenger exige ser cumprimentado com a saudação – *Herr Wenger*, além de solicitar que as colocações sejam curtas e o uso de uniformes, pois assim não haveria mais individualidades em prol de um *todo*.

A relevância de tal estudo é notável quando nos deparamos com a problemática acerca dos discursos em nossa civilização. Em um mundo cada vez mais globalizado e repletos de *media*, há um aumento significativo de representações do professor. O conceito de representação aqui entendido como um signo ambíguo, onde ao mesmo tempo em que “evoca ausência, sugere presença” (GINZBURG, 2005). Se repensarmos nas propagandas responsáveis pelos quesitos pedagógicos, não demorará muito até percebermos que a estratégia para fazer com que a população necessite da presença deste *Outro* se faz possível através do realce da ausência do *pater*. O professor retratado nos diversos meios de comunicação é a mão consoladora e protetora que em sala de aula será responsável por substituir aquele que é o primeiro *pater* reconhecido pelo indivíduo – o pai. Caso acredite nessa identidade simbólica, o professor tende a passar por uma situação chamada *castração simbólica*:

“ocorre pelo próprio fato de eu ser apanhado na ordem simbólica, assumindo uma máscara ou título simbólico. A castração é o hiato entre o que sou imediatamente e o título simbólico que me confere certo status e autoridade. Nesse sentido preciso, longe de ser o oposto de poder, ela é sinônimo de poder; ela é o que me dá poder.” (ŽIŽEK, 2006, p. 46-47)

Para a realização desta análise, foi utilizada uma metodologia que consistiu em três passos. No primeiro momento, foi feita a análise do filme, com enfoque nos aspectos concernentes a figura do professor representada pelo personagem principal, atrelada a sua fala concernente ao assunto desenvolvido com sua turma: a autocracia e a figura paterna de um líder ao exemplo de Adolf Hitler. Após esta etapa, ocorreu a seleção de fontes bibliográficas de características interdisciplinares, onde objetivamos buscar o diálogo entre diversos saberes,

tais como história, psicanálise e filosofia. Ao longo do texto e ao final do resumo, as referências estarão explicitadas. Depois de leituras e fichamentos da bibliografia escolhida, houve um cruzamento da análise do filme com as informações colhidas durante as leituras. O principal objetivo com o uso desta metodologia foi a abordagem do ensino de história utilizando recursos de outras *media* e o diálogo com diversas áreas.

O filósofo Friedrich Nietzsche, já chamava atenção no século XIX ao criticar o modelo de educação executado nas instituições de ensino do seu tempo, acusando-as de apegarem o homem ao formá-lo apenas para servir aos interesses do Estado, da ciência e do mercado. Nietzsche dirá em seu *Crepúsculo dos ídolos*:

“O que as ‘escolas superiores’ alemãs sabem fazer de fato é um adestramento brutal para tornar utilizável, *explorável* ao serviço do Estado uma legião de jovens com uma perda de tempo tão mínima quanto possível. ‘Educação superior’ e *legião* – aí está uma contradição primordial.” (NIETZSCHE, 2005, p. 61).

Tais palavras de Nietzsche ilustram de forma providencial o retrato da sala de aula presente no filme. O método utilizado pelo professor, de fato, soa como uma forma de adestramento. Dentre os personagens do filme, um deles (Tim) é essencial para o prosseguimento desta análise. O rapaz, órfão, é justamente um dos que mais se envolvem com a ideia, pelo fato de que pela primeira vez, era aceito num grupo. Tim, juntamente com os outros alunos passam a agir de modo cada vez mais radicais através de pichações e hostilizações de pessoas não-filiadas à *Onda*. A respeito do processo de manipulação das massas, Freud (2010, p.40) assinala que,

Assim como não se pode prescindir da coerção ao trabalho da cultura, tampouco se pode prescindir da dominação de uma minoria sobre a massa, pois as massas são indolentes e insensatas, não gostam de renunciar aos impulsos, não podem ser persuadidas com argumentos da inevitabilidade dessa renúncia e seus indivíduos se fortalecem mutuamente na tolerância aos desregramentos que praticam. Apenas através da influência de indivíduos exemplares que as massas reconheçam como seus líderes é que elas podem ser movidas ao trabalho e às renúncias de que depende a continuidade da cultura. Tudo anda bem se esses líderes forem pessoas dotadas de uma compreensão superior acerca das necessidades da vida e tenham se resolvido a dominar seus próprios desejos pulsionais.

Wenger, acreditando na sua identidade simbólica, se vê envolvido em dificuldades no casamento, além de começarem a surgir adversários para o seu grupo, mesmo dentro do próprio grupo, já que os alunos parecem ter transformado o que seria um grupo de aulas em algo que alcançou proporções maiores, atingindo em seu ápice o caráter religioso da *ilusão*, termo definido pelo historiador e psicanalista Clóvis Pereira (2012), partindo do ponto de vista freudiano, como dispositivos inicialmente necessários para a vida psíquica do indivíduo,

mas o deixa privado das fruições do gozo que estão além das relações de poder baseadas nos discursos do mestre, do capitalista.

Este sujeito, ainda dominado pelo discurso do mestre, parece estar longe da otimista solução apresentada por Freud em seu *Futuro de uma Ilusão*. Ali, o dr. Sigismund assinala que as gerações “educadas com carinho” e que “valorizassem o pensamento”, teriam uma relação diferenciada com a cultura, “oferecendo sacrifícios para sua conservação, tanto em trabalho como em renúncia à satisfação dos impulsos” (FREUD, S. 1927). Porém, Freud parece ter observado um aspecto fulcral da questão quando adverte que se até agora não houveram massas qualificadas em nossa cultura, o erro provém da ineficiência das instituições, que ainda não influenciaram os homens desde a infância. Para isso, basta atentarmos ao caráter neurótico e infantil característicos de nossa civilização ocidental. Com a linguagem, somos ensinados de que há um “Pai (pater) do Céu” que está a nos proteger, desde que concordemos em reprimir nossas pulsões mais humanas em troca de um paraíso onde o sofrimento não nos alcançará. Ora, a religião cristã é uma das maiores instituições do mundo. E sob a égide desta instituição, edificou-se uma sociedade medrosa caminhando em direção à busca do *falo*, a completude, o almejado Grande Outro. A respeito deste, afirma Žižek (2006, p.18):

“Apesar de todo o seu poder fundador, o grande Outro é frágil, insubstancial, propriamente *virtual*, no sentido de que seu status é o de um pressuposto subjetivo. Ele só existe na medida em que sujeitos *agem como se ele existisse*. Seu status é semelhante ao de uma causa ideológica como Comunismo ou Nação: ele é a substância dos indivíduos que se reconhecem nele, o fundamento de toda a sua existência, o ponto de referência que fornece o horizonte supremo de significado, algo pelo qual esses indivíduos estão prontos a dar suas vidas; no entanto, a única coisa que realmente existe são esses indivíduos e suas atividades, de modo que essa substância é real apenas na medida em que indivíduos acreditam nela e agem de acordo com isso.”

Após o pedido de um dos alunos para que acabe com *A Onda*, Wenger resolve convocar uma assembleia no auditório da escola com todos os membros do grupo. Um dos estudantes, agindo falsamente, acusa o professor de traição. Rainer Wenger, então, pede que os outros membros levem o suposto opositor até o palco para puni-lo. Em meio a essa situação, o líder do movimento mostra aos seus comandados como foi fácil seduzi-los em pouco tempo, assim como Hitler não precisou de muito tempo para instaurar seu regime na Alemanha. Após os incidentes, ele decide dar um fim no grupo, mas Tim, com medo de voltar a ser sozinho, e portanto, perder a sua completude, saca um revólver. Tal reação pode ser identificada na frase abaixo:

“Buscar significantes que sonham circunscrever a ‘verdade’ no real. É esta a habilidade própria à neurose atravessada pelo traço obsessivo.” (PEREIRA, 2012. p. 198)

Ao perceber que *A Onda* havia acabado, Tim suicida com um tiro na boca. No final do filme, Rainer é levado preso, pois afinal de contas, ele falhou no seu papel de *pater* – não soube proteger seus alunos. Este final do filme demonstra que a partir do momento em que a imagem paternal do professor se “rompe”, ele não é mais o herói dos discursos midiáticos. O professor, *sujeito suposto saber*, outrora Grande Outro, é considerado como o único culpado de um ato que envolveu várias outras pessoas, que por sua vez, eram parte de um discurso que pretendia explicitar a possibilidade do surgimento de um regime com tais características na Alemanha. Curiosamente, a estratégia escolhida foi despertar nos próprios alunos a necessidade dessa figura *pater*, que centralizaria as ações e faria com que todos abandonassem suas individualidades em troca de um todo. O ato de desespero executado por Tim ao cometer suicídio é consequência de uma civilização ainda imatura que acredita só suportar a vida caso haja um Grande Pai disposto a protegê-la.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**. n. 114, p. 197-223, novembro/2001.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Tradução: Renato Zwick. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. Tradução de Eduardo Brandão – São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos ou como filosofar a marteladas**. Tradução de Carlos Antonio Braga. São Paulo: Escala, 2005.

PEREIRA, Clóvis. **Thânatos e civilização: a morte, entre a psicanálise e a história da cultura**. São Paulo: Annablume, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**; tradução Maria Luiza X. de A. Borges: revisão técnica Marco Antonio Coutinho Jorge. - Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

---

## A IMAGEM DO PROFESSOR DIANTE MÍDIA TELEVISIVA

Por: Luana Nascif Galvão; Orientador: Prof. Dr. Clóvis Pereira dos Santos

Existe uma grande contradição entre a imagem pública transmitida pelas redes midiáticas e o que de fato é a realidade do profissional da educação, sendo assim é necessário buscar análises e situando a pesquisa nas imagens construídas para os desenhos, a relação entre o mito e a realidade.

Foi estudado um filme americano, produzido no final do século XX, e se analisou tudo o que representasse semelhanças e diferenças, da mentalidade e da imagem pública do professor atuante. Os personagens são observados como padrões profissionais, de certa forma, transformados em uma espécie de mito, agentes nas escolas, representações da sociedade. A pesquisa foi feita com o intuito de descobrir a origem e o porquê da divulgação de tais fantasias. O filme foi considerado como objeto de estudo na medida da percepção de que tais representações midiáticas estão inteiramente ligadas ao contexto social ao qual foi produzido. Baseado em história de professores, fica bastante evidente o jeito sem jeito de se repassar a imagem do profissional de ensino para o público.

É visto que existe uma grande discussão em torno de que a televisão tem ocupado um grande espaço na formação de adultos, já que “durante muitos anos, Escolas Superiores de Educação que ofereciam formação para adultos consideravam-se prejudicadas pela televisão, alegando que o público teria se afastado pela entrada em cena deste novo meio de comunicação de massas.” (ADORNO, 1995, P. 75)

A televisão possui o poder de oferecer o mundo em um só instante, mas o fazem de maneira tão contrária que o mundo real acaba desaparecendo, restando apenas fragmentos de um mundo sem alicerces, sendo assim, após ver algo que foi transmitido, continua-se com a sensação de que nada se sabe ou o que se sabe, na verdade, é fragmento de uma meia verdade. Existe uma inversão entre o real e o que realmente é transmitido. As novelas, filmes e outros, acabam criando o sentimento de realidade.

“Becker - Eu diria que a televisão pode significar esclarecimento num sentido bastante direto. Ao mesmo tempo é preciso ter uma clareza em relação a que nestes planos naturalmente diminui a capacidade de organizar os acontecimentos, motivo pelo qual na mesma situação em que maiores os efeitos de esclarecimento da televisão, também se manifesta mais fortemente seu poder de sedução. É isto que torna o problema tão importante e difícil.” (ADORNO, 1995, PÁG. 78)

Adorno afirma que a televisão possui duas funções, a formativa e a deformativa, assim como em relação à consciência das pessoas. Sendo assim a televisão é tida como um meio que divulga ideologias e se dirige de forma bastante equivocada ao consciente do telespectador.

Porém a televisão ainda pode significar esclarecimento, mas o que falta é o aprendizado. As pessoas precisam se esclarecer e aprender a ver tevê, no sentido real da coisa. Existe uma grande necessidade em se ter clareza e procurar discernir aquilo que se assiste, ainda assim se manifesta fortemente o poder da sedução que está por trás. Hellmut Becker afirma que é isto que torna o problema algo tão importante e difícil.

Existem empresas que trabalham com projetos televisivos, baseada na cultura, porém visando o lucro, isto é Indústria Cultural.

Apesar de a *Indústria Cultural* ser um fator primordial na formação de consciência coletiva nas sociedades massificadas, nem de longe seus produtos são artísticos. Isso porque esses produtos não mais representam um tipo de classe (superior ou inferior, dominantes e dominados), mas são exclusivamente dependentes do mercado. Essa visão permite compreender de que forma age a *Indústria Cultural*. Oferecendo produtos que promove uma satisfação compensatória e efêmera, que agrada aos indivíduos, ela impõe-se sobre estes, submetendo-os a seu monopólio e tornando-os acríticos (já que seus produtos são adquiridos consensualmente). (Por CABRAL, João Francisco P. Colaborador Brasil Escola)

Assim, a Indústria Cultural apresenta-se como único poder de dominação e acaba se tornando o maior guia de um mundo completamente caótico e por isso não se movimenta contra seu sistema. “Isso quer dizer que a pseudo- felicidade ou satisfação promovida pela *Indústria Cultural* acaba por desmobilizar ou impedir qualquer mobilização crítica que, de alguma forma, fora o papel principal da arte (como no Renascimento, por exemplo). Ela transforma os indivíduos em seu objeto e não permite a formação de uma autonomia consciente.” (CABRAL, João Francisco P.)

Para Adorno e Horkheimer, a Indústria Cultural é uma espécie de cultura de massa, que não se pode fugir. Algo que cria imagens com o intuito do consumo. Porém existe uma necessidade de procurar outros meios de informação. Adorno chega a afirmar que o telespectador precisa aprender a ver televisão e aguçar seu senso crítico, desta forma, percebendo os equívocos daquilo que está sendo transmitido. A imagem do professor é algo bastante distorcida, onde são transmitidos seus paralelos. O profissional da educação é representado ou como um ser perfeito e submisso ou frustrado e alcoólatra.

O filme que estudado foi “MATILDA” 1996, dirigido por Danny DeVito e estrelado por Mara Wilson e Embeth Davidtz. O longa metragem proporcionou uma visão geral do que é transmitido sobre o professor e todos os seus equívocos.

“Matilda é uma garota super inteligente e esperta, quase uma gênica, cheia de apetite por conhecimento. Seus pais, porém, não querem saber dessas belas qualidades da garota, mandando-a para uma escola dirigida por uma cruel e autoritária diretora. Seu único refúgio naquele lugar é a professora Honey, que entende a genialidade da garota e a ajudará o quanto for possível. Logo Matilda descobre que possui poderes mágicos e que com ele pode ajudar a combater a sua diretora junto com sua professora Honey.” (Resumo Filmes de Cinema).

A professora Honey é um típico personagem americano, meiga, gentil, rosto angelical, roupas discretas, submissa, amedrontada diante da madrasta má (que é a diretora da escola a qual leciona), porém enfrenta todos os seus medos para ajudar seus alunos.

Depois de analisar, fiz questão de trazê-los para minha realidade (uma realidade de professora de segundo grau de uma escola pública) e não consigo me ver em algum dos estereótipos que aqui faço menção. Faço parte de um grupo de professores inteiramente humanos, onde a perfeição passa longe, porém não somos frustrados e largados na vida, somos repletos de sentimentos, sejam eles bons ou ruins, assim como em qualquer outra profissão, falamos mal, gritamos, bebemos, transamos, somos amorosos e exigentes assim como qualquer outro profissional, onde o salário de fome (algo que é bastante explicitado em diversas obras) não é privilégio dos trabalhadores da área de educação. Vejo tais imagens pré-moldadas como uma forma que a mídia encontrou de desfigurar a imagem do profissional de educação, assim desviando o interesse de futuros adultos para outros ramos.

Tudo que é transmitido só deixa evidente o grande interesse de transmitir uma realidade distorcida e quem sabe até, fazer com que o próprio professor se veja em tais estereótipos e se sintam culpados e responsáveis por inúmeros problemas existentes no país, sejam eles relacionados a educação ou não.

É a partir daí que me pergunto qual a real imagem do professor e o porquê de se mostrar tantos estereótipos. A mídia acaba por transformar o profissional da área de educação em algo repugnante, chato. Para ADORNO a aversão ao magistério é algo muito importante de se analisar. É visto que entre os estudantes poucos se manifestam em torna da vontade de cursar uma licenciatura e isso se dá muitas vezes pelo que se é transmitido em torno da imagem que é transmitida do profissional.

Sendo assim, reafirmo as palavras de Adorno e Hellmut Becker quando eles dizem que a televisão pode ser algo muito bom, porém é necessário aprender a lidar com um meio de informação tão significativo. O telespectador precisa aprender a ver televisão, analisar o que está sendo passado e criticar seu conteúdo. “É praticamente impossível fugir desse modelo, mas deve-se buscar fontes alternativas de arte e de produção cultural, que, ainda que sejam utilizadas pela indústria, promovessem o mínimo de conscientização possível.” (CABRA, João Francisco P.)

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ADORNO, Theodor W, “Televisão e formação” in Educação e Emancipação, tradução: Wolfgang Leo Maar. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

COELHO, Teixeira. O que é Indústria Cultural, Revisão: Flávio Cescon e Ana Maria M. Barbosa Capa: Otávio Roth e Felipe Doctors. 35ª edição, Coleção Primeiros Passo, 1993.

CABRAL, João Francisco P. Conceito de Indústria Cultural em Adorno e Horkheimer, Revista digital Brasil Escola.

Site Infor Escola, “O que é Indústria Cultural”

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p.

---

## **ESCRITORES DA LIBERDADE: PENSANDO A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO COTIDIANO ESCOLAR**

Márlon Silva Tavares de Brito<sup>49</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A comunicação aborda alguns temas relacionados à educação que é retratado no filme Escritores da Liberdade, baseado numa história real, tendo como protagonista a jovem professora Erin Gruwell (Hilary Swank), que ensina aos seus alunos os valores da tolerância e da disciplina, são faz um linchados aqui os problemas que vivenciamos na sala de aula e na educação pública do nosso País, além de abordar metodologia de ensino, aborda

---

<sup>49</sup> Acadêmico do Curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz.

principalmente a relação didática entre professor-aluno, a falta de perspectiva de muitos jovens, famílias desestruturadas e ausentes no processo de ensino-aprendizagem, a marginalidade, o desinteresse, a formação de grupos rivais dentro de escolas, a falta de investimento por parte dos detentores do poder econômico, o descrédito da sociedade, livros didáticos insuficientes, bibliotecas fechadas, dentre outros problemas.

O aprendizado e a construção de uma visão crítica por parte do aluno estão relacionados com a atuação do professor e como é conduzida a relação por ambas as partes e por pessoas que participam diretamente desse processo (pais, funcionários da instituição, professores, direção, etc). O caminho para o sucesso perpassa pela educação, mas para isso requer um trabalho árduo do Professor que apesar das dificuldades impostas pelo sistema, muitos tentam o sucesso do discente, que para obter êxito depende de acreditar em si mesmo e ir á luta. O diálogo entre professores e alunos atrelados a um bom entendimento são indispensáveis para a compreensão de mundo.

A figura da jovem advogada e Professora Erin Gruwell, recém chegada na escola da periferia norte americana cheia de sonhos e perspectivas é de início frustrada por uma representante da direção da escola que não aceita o seu plano de aula e desacredita da capacidade da sala 203, além de enfrentar problemas de integração com a turma que a rejeita por ser vista como representante do domínio dos brancos, porém, a professora vai além, superando barreiras, quebrando pré-conceitos e indo contra um sistema deficiente de ensino norte americano, no decorrer do filme a professora consegue ganhar confiança de seus alunos que lutam juntos para mudar sua realidade e visão de mundo. Conhecer a estória de vida do discente é de suma importância para o bom andamento das aulas, ainda mais num contexto em que o negro sofre na pele o racismo e exclusão na sociedade.

A professora Erin passou várias dificuldades, onde, a tristeza o atormentou, quando os planos de aula não estavam dando certo, ou quando era motivo de chacota da turma, é impossível construir aprendizados somente na sala de aula, o aprendizado é constante, dependente não só do professor, mas principalmente do ambiente familiar, quando existe uma orientação e limites. O que se observa no filme é um ambiente totalmente adverso, onde muitos alunos tem pais presos, mães alcoólatras, irmãos condenados, dentre outros problemas que afetam diretamente no aprendizado.

## **A INDISCIPLINA NA SALA DE AULA E A RELAÇÃO AFETIVA.**

No filme a indisciplina era um dos pontos que mais prejudicava as aulas, a professora sempre chegava de forma tranquila e amigável, não conseguindo manter a turma disciplinada, tendo que na primeira aula ter ajuda do inspetor, muitos discentes se desentendem no decorrer da aula, as brigas de gangues rivais eram notórias, as alunas ficavam fazendo as unhas ou lendo revistas de moda. A professora Gruwell recorreu ajuda ao inspetor para ter controle da sala, é possível observar que nossa realidade não é muito diferente, infelizmente os jovens não prestam atenção nos ensinamentos do professor, a indisciplina prejudica de forma avassaladora o aprendizado, tirando a concentração de quem quer aprender algo, sem falar que não há preocupação no enriquecimento intelectual.

Para manter a autoridade o professor não é prudente ameaçar os alunos, como por exemplo: na prova você me paga, eu vou te reprovar no conselho, esses tipos de ameaça, porque imposição às vezes gera antipatia, insegurança, sentimento de cobrança, injustiças, dentre outros fatores que podem até aumentar casos de indisciplina na sala de aula e na escola por parte do alunado, em muitos casos deve existir maturidade e cumplicidade para se ter uma melhora no aprendizado, e isso a professora adquiriu ao longo do tempo, a confiança e o diálogo com os alunos, a professora investiu do seu próprio bolso para comprar livros didáticos que os mesmos não tinham acesso, os levou para o museu, mostrou que os judeus assim como os negros também sofreram perseguições no holocausto, passou a ouvir os alunos, atitude que não era vista por professores anteriores e muito menos em casa. Seguindo essa linha de raciocínio relacionado ao ouvir Libâneo cita:

“O professor não apenas transmite informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e as opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos. Servem também para diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades”. (1999, p.250).

De acordo com Freire (2007), o diálogo é o elemento chave na relação interpessoal, onde professor e alunos são sujeitos atuantes e fortalecem vínculos. O diálogo não é apenas um método, mas um princípio que rege o respeito ao saber do aluno que chega à escola. A proposta do diálogo não visa transmitir conteúdos específicos, mas criar possibilidades para sua própria produção e construção.

Sabe-se que a relação afetiva se torna difícil, os professores possuem muitas turmas para dar conta e cumprir carga horária, alguns alunos passam por vários problemas de ordem pessoal, psicológica, dentre outros fatores que prejudicam essa relação.

## O PAPEL DA METODOLOGIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O filme retrata de forma interessante a relação ensino-aprendizagem, perpassando na maioria das vezes da relação direta entre professores e alunos e o diálogo importante na educação, o trabalho docente não deve ficar restrito as salas de aula, deve haver preocupação do docente fora da sala de aula, o que ocorre no filme que está sendo trabalhado:

“Procurar conhecer a realidade em que seus alunos se inserem é de alguma forma buscar conhecer seus alunos e o que eles já sabem, o conhecimento prévio é fundamental para a teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel, pois se constitui de modo determinante no processo de aprendizagem, destacando o aprendiz, neste caso o aluno, como fator mais importante na determinação do processo de ensino e aprendizagem” (ALEGRO, 2008).

Para obter confiança, a professora muda sua metodologia de ensino depois de conhecer a realidade de muitos, ela traz assuntos do cotidiano e da realidade mais próxima daqueles jovens. A professora Gruwell propõe a seus alunos algumas atividades que acabam tocando suas consciências. Dentre as propostas de Gruwell para seus alunos, está a escrita de um diário e a leitura do livro “O Diário de Anne Frank”, o qual retrata a questão do holocausto, à discriminação racial e social, nesse sentido podemos citar:

“Portanto, para que a aprendizagem seja significativa para o aluno a escola precisa partir do princípio de onde o aluno está, quais são as suas preocupações, necessidades, curiosidades e construir um currículo e empregar uma metodologia que dialogue continuamente com o cotidiano” (MORAN, 2008).

O primeiro passo para o sucesso educacional é o professor gostar e acreditar no que faz, sabendo das dificuldades que encontrará no decorrer do processo, segundo, o aluno tem que ter vontade de aprender e questionar. Algumas vezes a mudança de metodologia por parte do professor é preciso para obter êxitos, mas ambos os lados devem entender e ter humildade de reconhecer onde os erros se encontram, os alunos devem passar a confiar em si mesmos, e ter a capacidade de observar o mundo de outra forma, o professor é incentivador e estimulador desse processo:

“Quando mencionamos que a finalidade do processo de ensino é proporcionar aos alunos os meios para que assimilem ativamente os conhecimentos é porque a natureza do trabalho docente é a mediação da relação cognoscitiva entre o aluno e as matérias de ensino. Isto quer dizer que o ensino não é só transmissão de informações mas também o meio de organizar a atividade de estudo dos alunos e é praticado tendo em vista o desenvolvimento das suas forças intelectuais”. (LIBÂNEO,1999, p.251)

Percebemos em algumas escolas (principalmente públicas) as bibliotecas fechadas, ou quando estão abertas não se tem um funcionário qualificado para o serviço, em alguns casos

colocam professores que estão doentes para atender a comunidade docente e discente prejudicando diretamente os alunos, já vivenciei situações em que livros didáticos de filosofia e sociologia são dados no turno matutino e vespertino e o noturno não tem acesso a esse material, segundo a bibliotecária e a direção da escola, não chegaram livros suficientes para o aluno do noturno, que sofrem um processo desigual dentro de um ambiente de ensino, onde passa a existir o falso discurso de ser cidadão e de práticas cidadãs.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

A representação da figura da professora é como a mediadora de tensões sociais, buscando a troca entre o sujeito e o meio, sendo assim, professores e alunos colaboram em torno de projetos comuns, esse filme é de suma importância para entendermos tensões que cercam a profissão do docente. Observamos através da mídia que algumas escolas são fechadas a mando de bandidos, demonstrando um sério problema na segurança pública.

O filme nos faz refletir sobre vários problemas vivenciados na sociedade atual, onde ser professor é uma prática cada vez mais difícil. O comovente filme “escritores da liberdade”, nos remete ver um trabalho que foi reconhecido e que teve sucesso, onde a realidade de jovens foram transformadas a partir do crédito dado pela professora e pela quantidade de turma que a mesma obtinha, apenas uma, infelizmente não é assim que acontece no Brasil, onde docentes são colocados em várias turmas diferentes, lecionando matérias diferentes para completar carga horária. Temos no ensino do Brasil professor de História dando aulas de Sociologia, Filosofia, temos professores de Filosofia dando aulas de História, Geografia e assim por diante.

### **METODOLOGIA UTILIZADA**

Observação das experiências adquiridas no Estágio I, II e III, visualização do filme, buscando atrelar o filme as experiências adquiridas.

### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ESCRITORES da Liberdade. Direção: RandaHaines. Produção: Richard Lagravenese. Interpretes: Hillary Swank; Patrick Dempsey; Scott Glenn, Imelda Staunton; April Lee Hernandez; Kristin Herrera; Jacklyn Ngan; Sergio Montalvo; Jason Finn; Deance Wyatt e outros. Roteiro: Richard Lavagranese, Erin Gruwell, Freedom Writers.\_, 2007. DVD (95 min), son., color.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1999. Cap. 3

ALEGRO, R. C. Conhecimento Prévio e Aprendizagem Significativa de Conceitos Históricos no Ensino Médio. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Marília, SP. 2008.

MORAN, J. M. Aprendizagem Significativa. Entrevista ao Portal Escola Conectada da Fundação Ayrton Senna, publicada em 01 de Agosto de 2008. Texto disponível em: [www.eca.usp.br/prof/moran](http://www.eca.usp.br/prof/moran).

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1999. Cap. 3

## **SESSÃO 04:**

# Escravidão e Liberdade

---

## FAMÍLIA ESCRAVA NA ILHÉUS OITOCENTISTA (1806-1888)

Victor Santos Gonçalves<sup>50</sup>

### INTRODUÇÃO

Falar de uma história da escravidão negra no sul da Bahia é se referir a uma historiografia recente. Em geral, o sul da Bahia não acompanhou a arrancada de estudos sobre a escravidão brasileira, tendo ficado à margem das discussões historiográficas, ao menos até meados dos anos 1980.

O primeiro estudo significativo sobre escravidão na região foi produzido por Stuart Schwartz, que, ao discutir sobre a produção dos engenhos de açúcar coloniais, tratou da revolta ocorrida no engenho de Santana, em 1789. Nessa revolta, os escravos promoveram o assassinato do feitor e provocaram a paralisação do engenho por dois anos ao se refugiarem na mata. No entanto, atacados por expedições militares, foram forçados a propor um tratado de paz com reivindicações em favor de melhores condições de trabalho, com o mínimo de conforto material e acesso à terra para cultivar seus alimentos e comercializá-los, evitando o pagamento de fretes. Por fim, a revolta foi silenciada e os escravos envolvidos foram enviados para o Maranhão, após prisão de seu líder.<sup>51</sup>

Mary Ann Mahony estudou a presença da mão de obra escrava na constituição da lavoura do cacau em Ilhéus durante o século XIX. Em sua análise, argumenta que os escravos foram importantes na construção da economia cacauceira do sul da Bahia. Estes indivíduos compunham a mão de obra ativa nas labutas cotidianas, especialmente nos labores da terra e nas colheitas do cacau. Mahony apresenta a difusão da posse escrava em pequenos e médios plantéis de escravos com presença de laços familiares, sobretudo na segunda metade do Oitocentos. A autora articulou fontes manuscritas como inventários *post-mortem*, registros paroquiais de casamento e batismo, processos cíveis, registro eclesiástico de terras, jornais e memórias de viajantes para reconstituir percursos da escravidão na região, assim como para desconstruir o mito dos “desbravadores” da região cacauceira. Durante longo tempo, estudos voltados para a produção do cacau apontavam o sul baiano como uma região forjada pelo trabalho na lavoura do cacau, por homens que venceram por suas próprias forças, os quais

---

<sup>50</sup> Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia.

<sup>51</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

seriam diferentes das origens das elites de muitas áreas do Brasil, que utilizaram a mão de obra escrava como condução de trabalho por mais de três séculos.<sup>52</sup>

Estudos recentes, como o de Mary Ann Mahony, em **The World cacao made** (1996), mostram, entretanto, que esta foi uma sociedade que utilizou mão de obra escrava até o último momento da escravidão<sup>53</sup>. A região teria se desenvolvido não apenas por meio do trabalho de colonos estrangeiros, taverneiros, migrantes nordestinos, pequenos proprietários de terras, mas, sobretudo, através da mão de obra escrava de crioulos e africanos.

Outro trabalho importante é o de João José Reis (1996), **Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro**. Ali o autor enfatiza a existência de um conjunto de quilombos em Barra do Rio das Contas (Itacaré), freguesia próxima à vila de São Jorge dos Ilhéus. O quilombo do Oitizeiro produzia, especialmente, a mandioca e esta produção se integrava ao mercado regional. Reis aponta indícios que naquela região foram constantes as fugas de escravos frente às frágeis condições das próprias relações entre senhores e escravos no interior da colônia em pleno século XIX. Então, o que se percebe em seu estudo é que os escravos, ao se articularem com os coiteiros, buscavam condições de sobrevivência que lhes fossem mais viáveis do que a vida na roça sob o controle de seus senhores e capatazes.

Fernanda Amorim da Silva, em seu texto **Cultivando a liberdade**, faz alusão à possibilidade de os escravos alcançarem a alforria através do trabalho na lavoura, ainda no século XVIII, mas não deixa de se referir à importância dos laços parentais e de relações de afetividade com seus senhores como componentes dessas conquistas.<sup>54</sup> Silva procura compreender a carta de alforria como mecanismo de aproximação de regalias no cotidiano da vila. Para a autora, a possibilidade de os escravos conquistarem um espaço para cultivar produções próprias e consolidarem famílias teria ligação com o perfil dos proprietários, em geral senhores de pequenas e médias escravarias. Assim, as alforrias expressavam interesses dos senhoriais, mas eram, em geral, ao mesmo tempo fruto do esforço dos escravos que as compravam com pecúlio amalhado em seus negócios.

No entanto os trabalhos acerca da escravidão na região e seus desdobramentos são ainda limitados espacial ou temporalmente. As questões levantadas pela historiografia dedicada à família escrava, especialmente aquelas que se referem às regiões distantes das

<sup>52</sup> BARROS, Francisco Borges de. **Memória sobre o Município de Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus: Editus; Fundação Cultural de Ilhéus, 2004.

<sup>53</sup> MAHONY, Mary Ann. **Instrumentos necessários**: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. In: Afro-Ásia: 25-26, Bahia, 2001. 95-139.

<sup>54</sup> Ver SILVA, Fernanda Amorim da. **Cultivando a liberdade**: alforrias na Ilhéus (1710-1758). In: Um lugar na história. Ilhéus, Editus, 2007. p.117-168.

*plantations*, ainda não foram completamente respondidas. Participar dessa discussão por meio do estudo da vila de Ilhéus é a minha intenção, uma vez que os trabalhos apresentados até aqui sobre a referida vila exploraram parcialmente as cartas de alforrias, inventários, registros paroquiais e processos judiciais da primeira metade do século XIX. Desse modo, o eixo principal do presente estudo é a formação da família escrava e as relações de compadrio como molas propulsoras para a concessão de alforrias na Vila de São Jorge dos Ilhéus entre 1806-1888. Inscreve-se, portanto, na perspectiva de indicar como os escravos buscavam melhores condições de vida e de trabalho dentro do próprio universo escravista.

Este estudo se debruça sobre o estudo da vida escrava no processo de expansão da agricultura de exportação em Ilhéus, sobretudo do açúcar e do cacau, processo este que implica transformações no quadro demográfico e nos padrões da população cativa da vila.

## **METODOLOGIA**

Neste estudo será empregado o método de ligação nominativa das fontes com a intenção de acompanhar trajetórias, tendo em vista séries documentais diferentes. Ao tentar traçar redes de ligações entre as fontes buscar-se-á informações sobre as relações escravistas no intuito de encontrar maiores informações sobre a vida dos senhores e cativos presentes nos manuscritos notariais (escrituras de compra e venda de escravos, cartas de liberdade), judiciário inventários *post-mortem*, processos-crime e registros de batismo.

Carlo Ginzburg e C. Poni propõem fazer do nome – do nome próprio, ou seja, da marca individual, menos sujeita à repetição que existe – a baliza que permitiria construir uma modalidade nova de uma história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. Pois a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve.<sup>55</sup>

Carlo Ginzburg e C. Poni indicam que se o âmbito da pesquisa for bem delimitado as séries documentais particulares, ou de grupos específicos, podem sobrepor-se na duração como no espaço, o que torna inteligível encontrar o mesmo indivíduo em contextos sociais variados. Esse modelo está intrinsecamente conectado com a “reconstituição do vivido”, uma análise voltada para as condições da experiência social, restituídas em sua máxima complexidade.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.21.

<sup>56</sup> *Idem. Ibidem.* p. 21-22.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BARROS, Francisco Borges de. **Memória sobre o Município de Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus: Editus; Fundação Cultural de Ilhéus, 2004.
- MAHONY, M. A. **The world cacao made: society politics and history in Southern Bahia, Brazil (1822-1919)**. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Yale – EUA, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889**. In: Afro-Ásia: 25-26, Bahia, 2001. 95-139.
- REIS, João José. “Escravos e coiteiros no quilombo do oitizeiro, Bahia, 1806”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. Cia das Letras, 1996.p.332-372.
- REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.21.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- SILVA, Fernanda Amorim da. **Cultivando a liberdade: alforrias na Ilhéus (1710-1758)**. In: Um lugar na história. Ilhéus, Editus, 2007. p.117-168.

---

### O BATIZADO DA PEQUENA BALBINA: ALGUMAS NOTAS SOBRE A FAMÍLIA ESCRAVA NAS MINAS DO RIO DE CONTAS, 1840 A 1860.

Fernanda Gomes Rocha<sup>57</sup>

Nas últimas três décadas, vários estudos sobre a escravidão, baseados em novas fontes e abordagens, vêm despontando na historiografia brasileira, inclusive aqueles que se destinam à família escrava. Essas pesquisas mostram-se atentas para as especificidades das relações e as diversidades de tempos e espaços nos quais as vivências escravas se inserem.

Novos enfoques redirecionaram a temática para variados aspectos da vida familiar escrava, como casamento, compadrio, reprodução natural, endogamia, legitimidade, uniões consensuais, estabilidade, mobilidade, autonomia, identidades culturais, comunidade escrava,

---

<sup>57</sup> Estudante do curso de Mestrado em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, bolsista CNPq. [fernandarocho.historia@gmail.com](mailto:fernandarocho.historia@gmail.com). Orientadora: Prof. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires.

alforria, estratégias de sobrevivência etc. São estudos que alcançam a família escrava para além da sua unidade<sup>58</sup>.

Diante disso, tem-se uma considerável variedade de trabalhos realizados em algumas regiões do Brasil, merecendo destaque o Sudeste<sup>59</sup>. São pesquisas que questionam a incompatibilidade entre escravidão e parentesco, redimensionando a visão sobre o cotidiano no cativeiro, visto antes, como resultado direto da atuação e vontade dos “senhores”<sup>60</sup>. Os dados demográficos apresentados nesses trabalhos indicam que a instituição familiar fazia parte da organização social e do universo cultural do escravo, ora possibilitando conservar e recriar suas tradições, ora como estratégia de sobrevivência e/ou mecanismo de negociação.

Muito embora essa crescente e instigante produção historiográfica sobre família escrava estivesse, em grande parte, centralizada na região Sudeste do Brasil, temos na historiografia da Bahia - ainda carente de pesquisa sobre o tema - trabalhos que suscitam valiosas reflexões, levantando, por sua vez, questões pertinentes e inovadoras a respeito da vida familiar de escravos, libertos e livres pobres, visto que nos conduz a pensar a família escrava a partir das relações socioeconômicas tecidas entre esses sujeitos e a partir das especificidades da região em que viveram<sup>61</sup>.

Nesta perspectiva, merece destaque o estudo realizado por Stephen Gudeman e Stuart B. Schwartz (1988), sobre compadrio e batismo de escravos na Bahia no Oitocentos. A obra, *Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XIX*, é pioneira e exemplar nessa temática. Os autores expõem questões que fazem pensar o batismo para além do sacramento formalizado pela Igreja Católica, compreendendo-o como um elo que serviu “para unir ou conectar pessoas de classes sociais diferentes” (Ibid, p. 40). Faculta-nos pensar além das relações paternalistas entre senhor e escravo, como elemento que possibilitou o alargamento da família escrava.

Para Minas do Rio de Contas<sup>62</sup>, na primeira metade do século XIX, não encontramos trabalho que tenha como tema central a família escrava. Todavia, encontramos os trabalhos

---

<sup>58</sup> Desses trabalhos, pode-se citar: Reis (1988), Chalhoub (1990), Slenes (1999), Mattos (1998) e Faria (1998), dentre outros.

<sup>59</sup> Dentre outras pesquisas, podemos citar: Rocha (2006), Slenes (1999), Faria (1998), Florentino & Goes (1997).

<sup>60</sup> Acerca do debate historiográfico sobre a incompatibilidade entre cativeiro e parentesco ver: SLENES, Robert W. Na Senzala uma flor: esperanças e recordação na formação da família escrava no Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Capítulo I

<sup>61</sup> No que tange à historiografia baiana sobre família escrava, os estudos ainda são incipientes, podendo-se citar, Reis (2001 e 2007), Martins (2010), Nogueira (2011) e Santana (2012). Vale destacar também alguns historiadores que fizeram referências parciais à família escrava na Bahia, como: Schwartz (2001); Gudeman e Schwartz (1988); Oliveira. (1995/1996); Pires (2003 e 2009); Almeida (2012); dentre outros.

<sup>62</sup> Antiga vila do alto sertão da Bahia, a “Villa de Nossa Senhora do Livramento e Minnas do Rio de Contas” foi criada no início do século XVIII com a descoberta de ouro por bandeirantes paulistas e a migração de garimpeiros do norte de Minas

“*Viver por si’ e viver pelos seus*”, de Gabriela Amorim Nogueira (2011) e “*Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco*” de Napoliana Pereira Santana (2012), que nos permite compreender algumas nuances da escravidão no interior da Bahia, especificamente na região do sertão do São Francisco, partindo de análises minuciosas em fontes originais como, livros de casamento, batismo e óbito, inventários e testamentos, processos-crimes e livro de Irmandade.

Assim como os trabalhos de Nogueira (2011) e Santana (2012), que tem como fio condutor a escolha dos escravos e métodos de análises a ligação nominativa, cruzamento de fontes e imaginação histórica, este estudo, partindo-se da escolha de Paula, escrava, mãe da pequena Balbina, pretende suscitar algumas questões sobre o significado da família para a vida escrava em Minas do Rio de Contas entre os anos de 1840 a 1860.

No ano de 1856, Paula, escrava, pertencente a Francisco Manoel dos Santos, dirigiu-se ao oratório do Sítio “continente da Boa Sentença Filial desta Matriz do Santíssimo Sacramento da Villa e Minas do Rio de Contas”, para a realização do batizado da sua filha Balbina “parvula criôla, com trez meses de idade”. Na ocasião, Paula, solteira, escolheu como compadres pessoas de diferentes *status* jurídicos e sociais; para padrinho, optou pelo livre José Soares da Silva, e para madrinha, escolheu Benedicta, escrava de Maria Teresa de Jesus<sup>63</sup>.

A escolha de Paula deixa entrever a formação e extensão de suas relações sociais, pois suas vivências estenderam-se aos livres e escravos de outros senhores, numa relação de reciprocidade, amizade e confiança, que consolidaram laços de solidariedades importantes à sua vida. Esse registro demonstra ligações familiares e sociais tecidas por Paula, que certamente contribuíram para amparar a sua filha nos momentos de necessidades, e que auxiliaram na criação da pequena Balbina, visto que permitia ampliar e fortalecer sua rede de relações no meio de seus pares, sejam escravos ou livres. Experiências como a vivenciada por Paula (mãe) e Balbina (filha) demonstram como vários escravos no Brasil (re)construíram suas histórias no contexto do cativo através de arranjos familiares.

Os batismos de escravos e libertos mostram que através das práticas do compadrio, foram tecidas redes de parentesco afetivo e espiritual, significativos para a proteção,

---

Gerais e Goiás. Em quase todo o Setecentos, a exploração de ouro foi a principal atividade que sustentou sua economia, porém, em meados do século XIX, com a descoberta de diamantes em Lençóis, Andaraí e Mucugê e a escassez do metal, a atividade mineradora entrou em declínio fazendo com que a policultura, pecuária, artesanato e o comércio local e regional tornassem suas principais fontes de renda. Para maior detalhe ver: Pires (2003 e 2009) Vasconcelos (1998) e Almeida (2012).

<sup>63</sup> Livro de Registro de batizados. Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863. Cúria da Igreja Matriz de Rio de Contas, fl 25-f.

ampliação e manutenção de suas famílias, assim como, para a formação de uma comunidade, pois “o parentesco ritual foi decisivo no peculiar processo de produção e reprodução de uma sociedade” (MACHADO, 2006, p. 75).

A pesquisa (embora incipiente) realizada nas atas batismais da Vila e Minas do Rio das Contas entre os anos de 1840 e 1860, suscitou aspectos relevantes da vivência escrava em suas labutas cotidianas, como a formação de famílias legítimas e consensuais e sua ampliação através do compadrio. O levantamento de dados seriados e a análise pormenorizada destes números, revelou importantes vestígios da vida familiar dos escravos e libertos daquela região, que, assim como Paula, buscaram ampliar suas redes de sociabilidades, estabelecendo relações verticais, com pessoas de diferentes *status* jurídicos e sociais, e horizontais de compadrio, escolhendo compadres/comadres no meio dos seus.

A breve análise do registro de batismo da pequena Balbina, exemplifica como os escravos e libertos na sociedade escravista poderiam ter tecido redes para se unirem a pessoas de diferentes segmentos sociais, assim como, demonstra a importância das fontes paroquiais ao estudo da família escrava.

Dessa forma, percebemos que, embora houvesse um aumento significativo na produção historiográfica sobre a família escrava no Brasil no século XIX, ainda, há uma série de aspectos em aberto que permitiriam compreender melhor as diversas facetas que recobriram a organização das famílias escravas. Dentre eles, destaco uma análise mais detida do envolvimento de escravos com demais segmentos sociais, principalmente, nas cidades do interior do Brasil. Na Bahia, a compreensão da família escrava “ainda é um hiato importante na literatura sobre a experiência negra no século XIX” (REIS, 2010, p.125), visto, que muito está por ser feito no sentido de avançar nas pesquisas sobre famílias e “comunidades escravas”.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Salvador, EDUFBA, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

GUDEMAN, Stephen e SCHWARTZ, Stuart B. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MACHADO, Cacilda. *As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX*. IN: Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol.26, nº52. Jul – dez, 2006.

MARTINS, Taiane Dantas. *Da Enxada ao Clavinote: Experiências, Liberdade e Relações Familiares de Escravizados no Sertão baiano, Xique-Xique (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2010.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *“Viver por si”, viver pelos seus: Famílias e comunidades de escravos e Forros no “Certam de Sima do Sam Francisco” (1730 - 1790)*. (Dissertação de mestrado) Santo Antônio de Jesus – Bahia, 2011.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *“Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas no século XIX”*. Revista da USP, n28 (dez. 95/fev. 96), Dossiê Povo Negro – 300 Anos, pp. 175-193

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume, 2003.

REIS, Isabel Cristina Ferreira. *Breves reflexões acerca da historiografia sobre a família negra na sociedade escravista brasileira oitocentista*. Revista da ABPN, v.1, nº 2, jul-out, p. 113-132, 2010.

\_\_\_\_\_. *A família negra no tempo da escravidão na Bahia, 1850-1888*. Campinas, SP: [s. n.], (Tese de doutorado) 2007.

\_\_\_\_\_. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. 149. ed. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2001

REIS, João José (Org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas: Campinas, século XIX*. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

SANTANA, Napoliana Pereira. *Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840-1880)*. (Dissertação de Mestrado) Santo Antônio de Jesus – Bahia, 2012.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru - SP: Edusc, 2001.

SLENES, Robert W. *Na Senzala Uma Flor – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VASCONCELOS, Albertina Lima. *Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII*. (Dissertação de Mestrado) Campinas, SP, 1998.

---

## DE ESCRAVO A LIBERTO: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE ONOFRE LAVIGNE DE SOUZA, ILHÉUS - SÉC. XIX/XX.

Ronaldo Lima da Cruz<sup>64</sup>

A opção de pautar suas vidas sem a ingerência de um administrador de fazenda, sem a ausência de obrigações perante o seu antigo senhor, motivara os libertos também a se distanciarem de métodos que mais lembravam o cativo. No Fundo de Classificação de Escravos Ilhéus realizado entre 1874-76, Luiz Gaston Lavigne registrou a posse do preto Onofre, com a idade presumível de 18 anos, solteiro, trabalhador na lavoura e considerado com boa aptidão para as funções que exercia.

Sabemos que muitos ex-escravizados adotaram o nome de seus antigos senhores no pós-abolição, isso aconteceu em Ilhéus, na Bahia e quiçá em quase todo o Brasil. Vários historiadores comprovaram que os libertos no pós-abolição passaram a usar o sobrenome de seus ex-proprietários como uma estratégia de se aproximar-se e ampliar a conquista por “direitos” dentro de um engenhoso esquema de negociação.<sup>65</sup>

Deparamos-nos, novamente com Onofre em 1889<sup>66</sup>, portanto, quinze anos depois, dessa vez possuímos sua qualificação como testemunha em um processo de tentativa de homicídio, nosso interessado passou a se chamar Onofre Lavigne de Souza<sup>67</sup>, possuía na época trinta e quatro anos de idade, foi classificado com lavrador, casado, e morador na povoação de Itariry.<sup>68</sup>

Devido essa nova informação, pudemos inferir que o liberto Onofre procurou distanciar-se da grande propriedade em que fora cativo, mudando-se após a abolição para a zona norte da cidade de Ilhéus. A liberdade possibilitou que Onofre viesse a se casar, mas ele

---

<sup>64</sup> Mestre em História – UNESP; Professor da rede pública em Canavieiras; E-mail: [ronaldoramses@bol.com.br](mailto:ronaldoramses@bol.com.br);

<sup>65</sup> Maiores detalhes consultar: FRAGA FILHO, 2006. p. 248 e p.252-3. RIBEIRO, 2001. p.61. GUIMARÃES, 2009. p.61.

<sup>66</sup> APB. Seção Colonial e Provincial. Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação (Ilhéus). Fundo Tesouraria Provincial. Maço 7008. APB. Seção Judiciária, Processos-Crime, Série Homicídio, Processo Nº 6/215/09.

<sup>67</sup> APB. Seção Republicana. Série Agricultura. Processo de terras Nº 6-135-517-5. Onofre Lavigne de Souza também é descrito no documento como Onofre Lavigne de Lemos.

<sup>68</sup> Cruzando a idade, e levando em consideração que o sobrenome de alguns senhores fora adotado por muitos ex-cativos conjecturo que Onofre Lavigne de Souza é o mesmo Onofre lançado no Fundo de Emancipação de Escravos por Luiz Gaston Lavigne. Referenda nossa assertiva a idade, o uso do sobrenome de seu ex-senhor, e o não distanciamento de Onofre do local do cativo, a família Lavigne era dona da Fazenda Rosário - localizado no atual bairro do Iguape-, Onofre morava em Itariry quando qualificado nos autos do processo, arraial que ficava nas proximidades de onde ele foi escravo.

permaneceu integrado à agricultura. Observa-se com isso que num ambiente de poucas oportunidades para egressos da escravidão, permanecer trabalhando nas lavouras de cacau mesmo que como jornaleiro –diarista- foi o setor empregatício que mais absorveria mão-de-obra, haja vista, existirem muitas terras devolutas e o preço do cacau em alta estimulava os fazendeiros e pequenos roceiros a expandirem a produção.

Por alguns anos ficaremos sem encontrar pistas, indícios de nosso investigado, até que em 1906 foi discriminada, medida e demarcada pelo 8º Distrito de Terras<sup>69</sup>, uma propriedade em nome de Antonio Teixeira dos Santos na zona de Rio do Braço, próximo a atual cidade de Uruçuca, terras essas que no decorrer da trama acabará sendo adquirida por Onofre.

O incêndio provocado no Palácio Rio Branco - sede do poder executivo da Bahia- destruiu os processos de terras, e o governo baixou um ato normativo através do decreto 1.177 de 28 de setembro de 1912, para disciplinar as novas requisições e pedidos anteriores de compra. Passaram-se trinta e três anos até que chegasse a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração um novo ofício solicitando a conclusão do processo aberto por Antonio Teixeira dos Santos no qual observa-se a seguinte explicação:

Diz João Paulino dos Santos, agricultor, casado, residente neste município de Ilhéus, que é possuidor de plantações de cacauzeiros e benfeitorias outras que se encravam numa área de terras do domínio do Estado, medida, demarcada e não titulada por Antonio Teixeira dos Santos, e situada no lugar denominado “Rio do Braço”, neste município, **adquiridas por herança de sua mulher D. Maria da Victoria de Souza, no inventário de Onofre Lavigne de Souza**, sucessor por compra do dito Antonio Teixeira dos Santos (...).<sup>70</sup>

De acordo com a documentação apresentada à Secretaria de Agricultura da Bahia, a propriedade demarcada por Antonio Teixeira dos Santos fora vendida em 1916 a Onofre Lavigne de Souza. Sabemos que Onofre Lavigne conseguira comprar outras propriedades em seu próprio nome e diretamente do Estado, haja vista que, em 27 de novembro de 1900, o inspetor geral Joaquim F. Gonçalves Junior, solicitava a apreciação para deferimento ao Secretario da Agricultura pedidos de terras “devidamente documentadas” e ocupadas antes de 2 de julho de 1891 em nome de Onofre Lavigne de Souza.<sup>71</sup>

Tendo em vista que Onofre Lavigne de Souza era possuidor de uma propriedade em 1900, ele adquiriu por compra direta aos primitivos ocupantes mais dois títulos, o primeiro

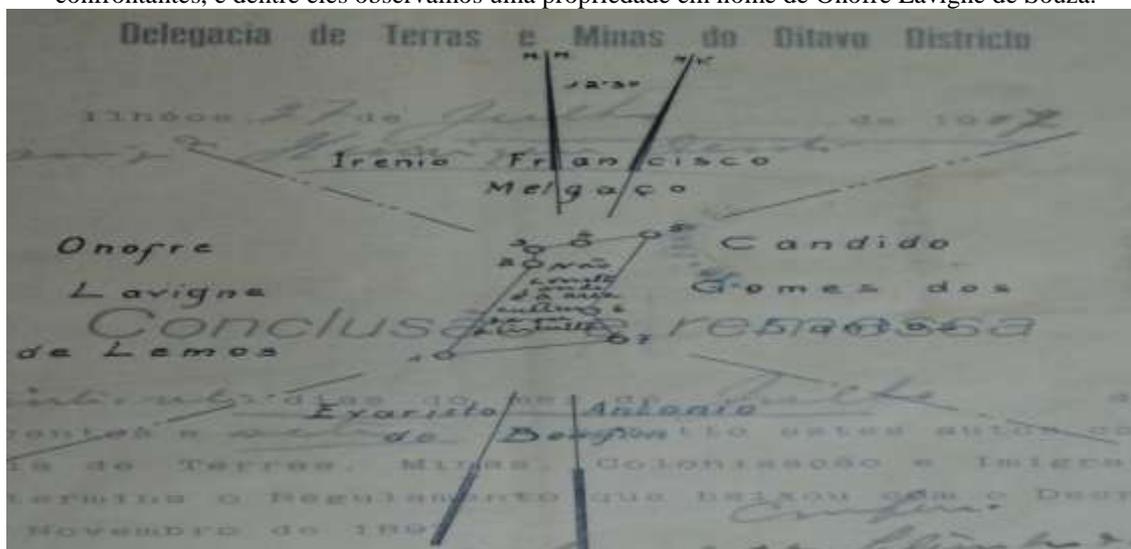
<sup>69</sup> Era delegado de terras o engenheiro Henrique Devoto.

<sup>70</sup> APB. Seção Republicana. Série Agricultura. Processo de terras Nº 6-135-517-5. A ortografia, bem como, a pontuação foi alterada de acordo com as normas gramaticais em vigor atualmente. Grifo nosso.

<sup>71</sup> APB. Seção Republicana, Série Agricultura, Caixa 2418, Maço 236, Doc.1260.

referente a Antonio Teixeira dos Santos, e posteriormente, a Candido Gomes dos Santos que vieram a formar a Fazenda Bom Sossego legada aos seus três filhos, e que em 1939 estava sendo regularizado pelo genro João Paulino dos Santos.

**Figura 7** - Planta dos terrenos medidos por Antonio Teixeira dos Santos (centro) com seus respectivos confrontantes, e dentre eles observamos uma propriedade em nome de Onofre Lavigne de Souza.



Observa-se que ao longo de sua vida Onofre foi adquirindo outras propriedades e incorporando ao patrimônio da família. Pode mesmo parecer que o nosso personagem estava imbuído pela lógica de mercado, mas se levarmos em consideração que a terra representava para os libertos do cativo autonomia financeira, liberdade para decidir sobre o ritmo de trabalho, a época e os produtos para cultivo, condições materiais para gerir uma família, entre outros, veremos que a posse da terra era concebida como uma das maiores conquistas do pós-abolição. A Fazenda Bom Sossego ficava distante dois quilômetros do distrito do Almada, considerada no período a zona mais fértil, movimentada e melhor avaliada para a produção de cacau no município de Ilhéus.

Todavia, o pequeno lavrador tinha também necessidade de produzir alimentos para o consumo direto, ou seja, intra-familiar. Em média uma plantação de cacau durava cinco anos para começar a produzir satisfatoriamente, nesse período, enquanto os cacauzeiros estavam crescendo plantava-se produtos corriqueiros da dieta— milho, mandioca, banana, inhame, feijão, entre outros. Essas culturas agrícolas podem ser plantadas em consórcio com o cacau, sem que haja, necessidade de dividir o tempo de trabalho para limpeza e poda entre as culturas, a carpina que limpava os pés de mandioca servia de igual modo para as plantações de cacau e as folhas secas dos cacauzeiros eram extremamente importantes para a adubação do terreno. Portanto, enquanto plantava-se cacau o pequeno agricultor sobrevivia do consumo de víveres criados em terreno compartilhado com outras culturas permanentes.

Onofre casara-se com Natalia Maria de Souza, e desse enlace teve três filhos, a saber: Elieser Francisco de Souza, Eduardo Francisco de Souza e Maria Vitoria Souza, ao falecer seu genro João Paulino dos Santos procurou regularizar as terras que eles cultivavam na qualidade de condôminos, adquirindo por compra direta ao Estado as propriedades ocupadas, e que haviam sido cultivadas por Onofre Lavigne de Souza ao longo de sua vida, conforme consta abaixo:

Diz João Paulino dos Santos, agricultor, domiciliado neste Município, que tendo requerido o desmembramento das partes que possui ocupadas com benfeitorias de sua propriedade, na área de terras do Estado, medida e demarcada para Onofre Lavigne de Souza, no lugar “Rio do Braço”, deste termo, como sucessor e medidor em vários quinhões adquiridos a diversos herdeiros (...).

Os 4 hectares de terras foram vendidas pelo Estado aos herdeiros de Onofre Lavigne de Souza pelo preço de R\$ 116.600 reis, pagos em 11 de setembro de 1942 a Diretoria de Rendas. Entretanto, salientamos que a aquisição de terras não foi uma prática corrente entre os libertos do sul da Bahia, tendemos mais a acreditar nas ilações aqui propostas por Márcia Motta apud Elione Guimarães: “Na prática, a força política e os interesses econômicos dos fazendeiros determinaram as condições de acesso à terra (...)”. (GUIMARÃES, 2009. p.58). Nesse sentido, Hebe Mattos enfatiza que o acesso a terra possibilitava o enriquecimento, status social, mas também representava a eliminação das pequenas roças devido o monopólio da grande fazenda. (CASTRO, 1995. p.89)

Diferentemente do ex-escravo Onofre Lavigne de Souza, outros lavradores sucumbiram à ganância, a fraude e esperteza idealizadas por figuras representativas da elite ilheense da época.

Libertos que decidiram plantar cacau por conta própria ficavam muito pouco tempo na área cultivada. O sistema de crédito utilizado pelos comerciantes e fazendeiros era exorbitante, e levou muitos a perderem o plantio em penhoras judiciais, quando muito conseguiam vender a área demarcada a preços irrisórios aos coronéis pela dificuldade de pagar o processo de regularização das terras.

Entretanto, outros homens e mulheres ocuparam terras devolutas e não procuraram regularizá-las, nesse último caso, o jagunço era acionado para eliminar qualquer foco de resistência, assim, “solitário e indefeso, o resultado era seu afastamento para áreas ainda não atingidas pela agricultura comercial” (FRANCO, 1969. p.89). E tudo estava pronto para que documentos fossem falsificados, e solicitasse ao governo do Estado a posse definitiva da propriedade.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:**

BRITO, Jailton Lima. **A abolição na Bahia**: uma história política – 1870-1888. 265f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da UFBA, 1996.

CAMPOS, João da Silva. **Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Ilhéus: EDITUS, 2006.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudoeste escravista - Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

FONER, Eric. **Nada além da liberdade**: a emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: PIEB, 1969.

GUIMARÃES, Elione. **Terra de preto**: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAHONY, Mary Ann. “**Instrumentos necessários**”: escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. Afro-Ásia, Salvador, n. 25-26, p.95-139, 2001.

MATA, Iacy Maia. **Os ‘treze de maio’**: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889). 129f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

REIS, João José.; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, poder e mito**: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. **Vivências negras**: trabalhando com a ausência depois da abolição. Diálogos, Londrina, v. 14, n. 3, p. 557-577, 2010.

## **SESSÃO 05:**

História, portos, cidades e Atlântico.

---

## CONSTRUÇÃO DE ACERVO VIRTUAL – PORTOS, CIDADES E ATLÂNTICO (ILHÉUS 1914 – 1977)

Por: Orley dos Santos Mota; Victor Ismael Santos Silva<sup>72</sup>

### Introdução

A construção de um acervo virtual é uma iniciativa do GPEADA (Grupo de Pesquisa do Atlântico e Diáspora Africana), Objetivando sistematizar um conjunto de fontes relacionadas à história do Porto e da cidade de Ilhéus, à construção do Acervo Virtual, segue em andamento englobando fontes no recorte temporal de 1914 até 1977. O Acervo é vinculado a aos projetos “ILHÉUS E O ATLÂNTICO: PORTOS, NEGÓCIOS E CIDADES (1914 a 1977)” e “A BAIÁ DO PONTAL-ILHÉUS: A CIDADE, O PORTO E O ATLÂNTICO - 1914/ 1977” sendo esses respectivamente financiados pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pela FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia).

As fontes estão sistematizadas num Banco de Dados com o intuito de facilitar as pesquisas relacionadas às temáticas portuárias ligadas a Ilhéus, as fontes que se fazem necessárias para a construção de uma pesquisa que tenha como objeto esse tema, não são de natureza única e foram coletadas em distintas regiões do País, sendo coletadas em Ilhéus, Salvador e Rio de Janeiro. As fontes estão sendo organizados num único arquivo objetivando uma maior facilidade não só da pesquisa na qual o próprio grupo tem como objetivo principal, mas sim em deixar tal arquivo disponível para pesquisas futuras. O acervo quando completo será uma fonte de acesso on-line e gratuita para qualquer pesquisador, trabalho similar já encontrado na biblioteca virtual do GPEAD.

### Metodologia

As fontes para pesquisa após a “Nova História” passaram a ter uma variedade maior que o a comum uso do documento oficial também chamado de documento escrito, tendo o uso de fontes de naturezas distintas uma saída e uma melhor forma de pesquisa e de análise sobre

---

<sup>72</sup> Estudantes do Curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz; Email: [orley\\_hamlet@hotmail.com](mailto:orley_hamlet@hotmail.com) ; Email: [victor.ismael@gpeada.com.br](mailto:victor.ismael@gpeada.com.br) ; Orientadores: Laila Brichta; Flávio Gonçalves dos Santos.

um ponto como o caso das fontes iconográficas e áudios-visuais, jornalísticas, atas de movimentações financeiras, cartas entre outros que são alguns dos modos para a construção de uma pesquisa história, não desprezando documentos oficiais, mas objetivando uma pesquisa mais ampla, sendo esta uma das propostas para a criação do Banco de Dados, contendo uma vasta quantidade de fontes das mais diversas naturezas, permitindo ao pesquisador as fontes que mais o interessem e ao uso de fontes pouco convencionais.

O acervo virtual é dividido em tópicos, cada um com o tipo de fonte, catalogadas por datas e assuntos em arquivos no formato PDF, permitindo utilização das fontes de forma mais simples, sendo utilizado o programa Access for Windows que permite uma catalogação de fácil identificação e manuseio, sendo reconhecido em qualquer computador ou similar que possua o programa Access e um leitor de PDF; o Acervo consta com dados adquiridos em arquivos públicos, no CEDOC/UESC, na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na CODEBA de Salvador e na Biblioteca do Ministério da Fazenda localizada no Rio de Janeiro, após o contato com as fontes elas são fotografadas e tratadas no programa photoshop cs para melhorar a qualidade da imagem, após isso passa por uma nova análise para determinar o tipo do documento e o ano que o mesmo corresponde cada documento que foi identificado como relacionado à questão portuária em Ilhéus passa por uma nova identificação na qual será averiguado que tipo de fonte ele é e posteriormente a averiguação o mesmo é ordenado por tipos de fontes sendo esses Documentos de Gestão Portuária, Documentos Empresariais, Documentos Sindicais, Fontes Jornalísticas, Fontes Iconográficas e Outros Tipos de Fontes, essa classificação é usada para facilitar a organização no Banco de Dados.

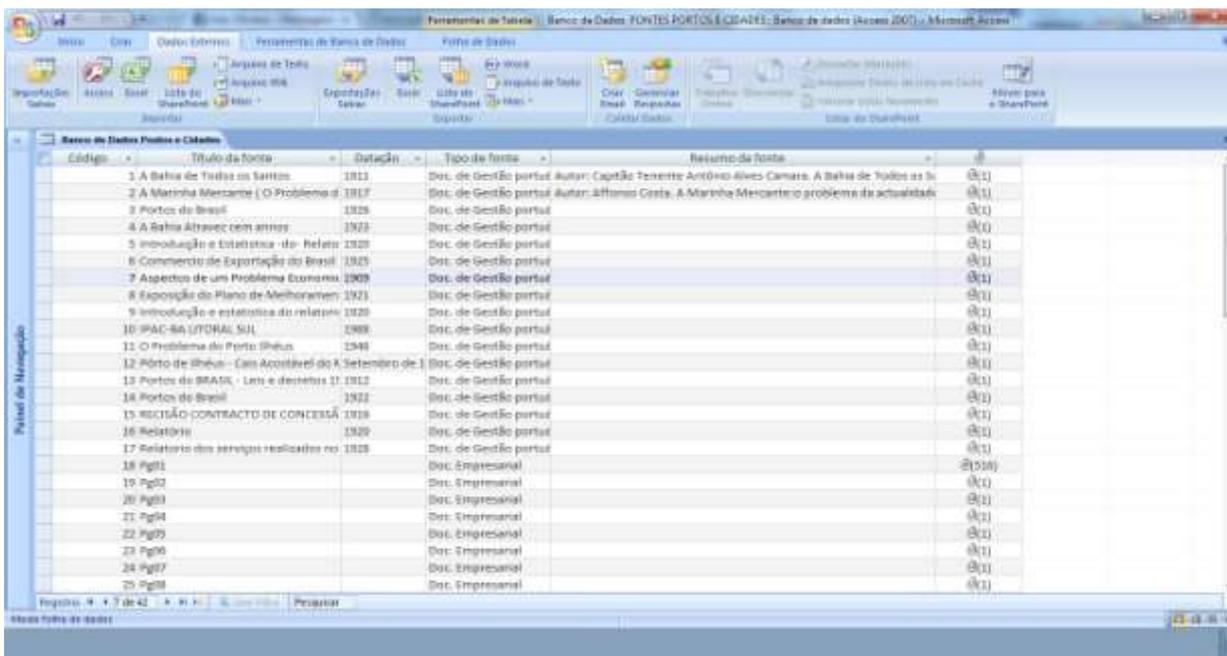
O Access for Windows é uma excelente ferramenta para esse tipo de trabalho, pois além de permitir tal organização por classes supracitadas, oferece a oportunidade de se ter um Banco de Dados que disponibilize a datação, descrição e resumo da fonte em anexo, o que pode facilitar o trabalho de um pesquisador.

## **Resultados**

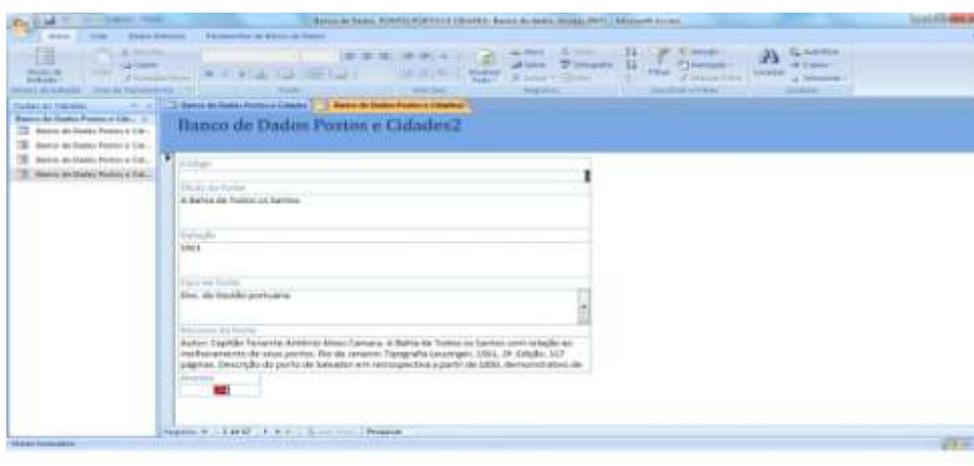
O Banco de Dados continua em fase de construção, existindo apenas uma versão para testes e demonstração, versão essa que já consta com algumas das fontes pesquisadas dentre todas as naturezas citadas anteriormente, tendo a versão final divulgação online no site oficial do GPEADA: <http://www.gpeada.com.br/>.

A previsão de conclusão do Banco de Dados é com o fim dos contratos de Iniciação Científica, a primeira versão deve ser liberado para uso no ano de 2014, o acervo tem previsão de continuar sendo atualizado mesmo após sua publicação, ou seja, mesmo após sua divulgação inicial o trabalho de anexação de arquivos continua.

Para apresentação segue imagens correspondentes à primeira versão do programa:



| Código | Título da fonte                      | Datação       | Tipos de fonte        | Resumo da fonte   |
|--------|--------------------------------------|---------------|-----------------------|---|
| 1      | A Bahia de Todos os Santos           | 1813          | Doc. de Gestão portuá | Autor: Capitão Tenente Antônio Alves Camarã. A Bahia de Todos os S... |
| 2      | A Marinha Mercante (O Problema d     | 1817          | Doc. de Gestão portuá | Autor: Affonso Costa. A Marinha Mercanteiro problema da actualidade   |
| 3      | Portos do Brasil                     | 1825          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 4      | A Bahia através dos annos            | 1822          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 5      | Introdução e Estatística do Relato   | 1825          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 6      | Comercio de Exportação do Brasil     | 1825          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 7      | Aspectos de um Problema Economico    | 1829          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 8      | Exposição do Plano de Melhoramen     | 1823          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 9      | Introdução e estatística do relatori | 1825          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 10     | IPAC-84 (TORAL SUI)                  | 1888          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 11     | O Problema do Porto (SILVA)          | 1848          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 12     | Porto de Bahia - Com Acostilho de 1  | Setembro de 1 | Doc. de Gestão portuá |   |
| 13     | Portos do BRASIL - Lei e decretos 17 | 1812          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 14     | Portos do Brasil                     | 1822          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 15     | RECIBO CONTRACTO DE CONCESSÃO        | 1818          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 16     | Relatório                            | 1820          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 17     | Relatório dos serviços realizados no | 1828          | Doc. de Gestão portuá |   |
| 18     | pg11                                 |               | Doc. Empresarial      |   |
| 19     | pg10                                 |               | Doc. Empresarial      |   |
| 20     | pg10                                 |               | Doc. Empresarial      |   |
| 21     | pg14                                 |               | Doc. Empresarial      |   |
| 22     | pg10                                 |               | Doc. Empresarial      |   |
| 23     | pg10                                 |               | Doc. Empresarial      |   |
| 24     | pg17                                 |               | Doc. Empresarial      |   |
| 25     | pg11                                 |               | Doc. Empresarial      |   |



## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

PINSKY, Carla Bassanezi. (org). **Fontes Histórias**. São Paula: Contexto 2008

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4 ed São Paulo: Martins Fontes, 2001. 318 p

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou. O ofício de historiador**. Rio de Janeiro Zahar, 2001. 159 p

LOPES, E. M. S. T.; GALVÃO, A. M. O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 77-96 p

---

## **TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS NO CENTRO DE ILHÉUS COM A IMPLANTAÇÃO DO PORTO NO BAIRRO DO MALHADO (1959-1971).**

Por: Miralda Benevides Almeida<sup>73</sup>; Flávio Gonçalves dos Santos<sup>74</sup>.

Os portos sempre foram elementos de suma importância para a dinâmica de um país. Com a abertura dos portos, em 28 de janeiro de 1808, extinguiu-se o monopólio comercial e permitiu-se a circulação regular de embarcações das mais diversas nacionalidades nos portos brasileiros, onde os mesmos passaram a assumir novas funções e, portanto necessitavam de atenção e investimentos, que foram feitos anos mais tarde.

Segundo Rosado, nas primeiras décadas do século XX, os portos funcionavam como as únicas portas de entrada e saída de mercadorias procedentes do exterior e a eles destinados, como também portas de entrada de homens e de ideias.

Com o processo de industrialização nota-se a intensificação do comércio marítimo, principalmente das exportações. Assim, faz-se necessário a construção e o melhoramento de alguns portos do país, entre eles encontra-se o Porto da cidade de Ilhéus.

As mudanças ocorridas no processo de aquisição e construção do porto afetaram em grande parte de maneira positiva a cidade, que em decorrência do mesmo experimentou uma série de modificações que foram de suma importância para o desenvolvimento do município e para as transformações socioespaciais do mesmo, principalmente as áreas em torno do porto.

Pensando assim, o recorte escolhido para a pesquisa tem por início o ano de 1959 por ser o ano em que ocorreu a fase experimental do porto do Malhado, e tem por fim o ano de 1971, pois foi neste ano em que foram concluídas as obras do porto.

Muitas cidades brasileiras do final do século XIX e início do século XX, passaram por um período de grande agitação em função das propostas de modernização das cidades e

---

<sup>73</sup> Graduanda em História, pela Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC; [miraldaalmeida@yahoo.com.br](mailto:miraldaalmeida@yahoo.com.br)

<sup>74</sup> Doutor em História pelo PPGH/UFF, orientador de projeto de Iniciação Científica, Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC.

consequentemente do país. Após a Segunda Guerra Mundial, a população passa a ter uma maior concentração nas áreas urbanas, o que se justifica pelo processo de aceleração das atividades industriais que acarretou na mudança dos indivíduos do campo para a cidade. Sendo assim, as cidades passam a ser o centro de representação desse processo de renovação por aquilo que era considerado o mais moderno, avançado.

“A cidade deveria adaptar-se ao seu tempo e afirma tudo aquilo considerado como progresso, sendo a estética modernista acompanhada pelo desprezo ao antigo”. Quanto mais rica a sociedade, como a cacaueteira dos fins do século XIX, mais rápida a alteração da paisagem urbana, enquanto que as cidades que não possuíam uma economia forte tenderam a preservar os seus antigos padrões. (Ribeiro, 2005, p. 91).

Segundo Milton Santos, a urbanização teve seu início de amadurecimento no século XIX, porém as suas características atuais só foram realmente desenvolvidas no século seguinte.

Entre as cidades brasileiras que estavam passando por esse processo de transformação, encontrava-se a cidade de Ilhéus. Para obter-se o tão desejado progresso que era anunciado pelas ruas, nas páginas de jornais e outros meios, se fazia necessário que a cidade de Ilhéus obtivesse apoio das mais diversas áreas e que seu desenvolvimento econômico acompanhasse os planos modernistas.

Para se estudar quais foram as transformações urbanísticas que ocorreram especificamente no centro da cidade de Ilhéus, fez-se necessário analisar todas as fontes iconográficas encontradas nos acervos e em alguns jornais da época.

Tendo como referência inicial o centro da cidade, buscou-se encontrar fotos da década de 40 á 60, que retratassem como era o espaço físico do município antes das instalações do Porto do Malhado.

Fazendo uma análise inicial das fotos disponibilizadas pelo acervo de José Nazal, foi possível perceber a estrutura arquitetônica do município a partir da década de 40 e os novos elementos que passaram a compor a paisagem urbana do município. Nesse mesmo período temos

De 1948 á 1951 sobre a gestão de Artur Leite da Silveira, o município passa por um processo de extensão de ruas, pois o mesmo desapropriou varias terras para a construção de

novas ruas e pavimentação das já existentes. Principalmente as que estavam nas imediações do centro da cidade.

A partir da década de 50 as discussões a respeito da construção de um novo porto começaram a ser mais constantes, pois a cidade estava passando por um processo de crescimento e de ânsia de desenvolvimento. A produção de cacau aumentava a cada dia e, portanto se fazia necessário ter um porto que fosse capaz de fazer exportações de grande porte, e Ilhéus tinha sérios problemas com o seu porto, uma vez que o mesmo estava com sérios problemas de assoreamento e as dragagens que eram feitas já não obtinham mais os resultados desejados. Ao mesmo tempo percebia-se que a cidade estava perdendo muito com o seu problema portuário, uma vez que o porto trazia consigo uma gama de novas oportunidades, e de novos caminhos. Alguns hotéis e pousadas foram construídos para satisfazer a demanda de trabalhadores e visitantes no entorno do porto.

Mesmo assim, em 1955 o porto volta a funcionar para grandes cargueiros, após mais uma dragagem na barra. A construção do Porto do Malhado só ocorre efetivamente em 1959, com a colocação do espigão experimental. O período que segue a construção do porto foi de grandes mudanças para o município. Quando o Dr. Henrique Cardoso e Silva assume o controle da cidade, ele faz mudanças significativas no aspecto urbano da cidade, providenciando o calçamento de ruas, construção e reformas de praças, construção do Mercado Municipal na Avenida 2 de Julho e modificando o cenário urbano do município. As ruas ao entorno do novo porto são modificadas, através de calçamentos e reformas, além de construção de praças e ampliações de ruas, a exemplo da Cidade Nova.





## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA, Manoel Carlos Amorim de. **Porto de Ilhéus e etc., etc., etc.:** Coletânea. São Paulo: Cluposil, 1996.
- BARROS, Francisco Borges de. **Memória sobre o município de Ilhéus.** 3ª Edição. Editus. Ilhéus, 2004.
- BURKE, Peter. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.
- CAMPOS, S. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1981.
- RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1950).** Ilhéus: Editus, 2005
- ROSADO, Rita de Cássia S. de C. **A cronologia portos da Bahia.** Salvador, 2ed. 2000.

---

## **UMA BREVE HISTÓRIA PORTUÁRIA DE ILHÉUS, BAHIA, DE 1971 A 1977: OS TRABALHADORES PORTUÁRIOS DURANTE A AMPLIAÇÃO E TRANSIÇÃO DAS ATIVIDADES PORTUÁRIAS OCORRIDAS NA DÉCADA DE 1970.**

Manoel Tomé Santos Neto ; Flávio Gonçalves dos Santos<sup>75</sup>

### **Introdução**

O trabalho Buscou compreender o impacto deste período de transição das atividades portuárias em Ilhéus, de um velho e condenado porto, agora para um inovador e mais amplo, já que se tratava na época de uma obra ousada, pois foi o primeiro porto a ser construído em mar aberto no Brasil, num contexto onde Ilhéus teve seu ápice de desenvolvimento econômico, urbano e social atrelado às atividades comerciais marítimas, é de suma importância abordar esse tema para resgatar a memória deste município, que no que diz respeito a essa temática, ainda tem muito a ser explorado.

### **Metodologia**

Comparar o desenvolvimento urbanístico de Ilhéus pouco antes de 1971, com o período datado da transição, que vai desta data até 1977, ou até mesmo um pouco depois desta data, para compreender de forma imediata as mudanças estruturais na cidade que possam ter ocorrido. Dando suporte a essa pesquisa, estarei também levando em conta os documentos que giram em torno da mídia da época, neste caso fontes jornalísticas contidas no CEDOC (Centro de Documentação e Memória Regional) já que as mesmas se apresentam como meio de expressão da poluição de uma forma geral.

Assim também Darei enfoque nos documentos administrativos proporcionados pelo órgão gestor dos portos na Bahia (CODEBA), assim como pela Associação Comercial de Ilhéus (ACI) de forma que compreenda as dimensões das transformações econômicas do

---

<sup>75</sup> Estudante do Curso Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz; E-mail: [manoeltsneto@hotmail.com](mailto:manoeltsneto@hotmail.com); Professores orientador: Flávio Gonçalves dos Santos.

período, como também informações a cerca do remanejamento dos trabalhadores do Porto de Ilhéus, através, por exemplo, de possíveis contratos de trabalho direto ou por meio de empresas terceirizadas.

Vale salientar o uso de entrevistas em profundidade semi-estruturadas com pessoas de diferentes funções na época que possa fazer com que eu chegue a uma compreensão do contexto deste processo de transição. Como, por exemplo, com pescadores da época, no que diz respeito ao reaproveitamento do Antigo Porto como Zona Portuária de Pesca, e também logicamente, trabalhadores desse antigo porto, no que diz respeito ao reaproveitamento da mão-de-obra, e a situação das condições de trabalho no porto, assim como entrevistas com cidadãos que vivenciaram o período e lembram-se das possíveis melhorias ou empecilhos no que diz respeito a este desenvolvimento.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

**BONATO, Nailda Marinho da Costa.** Documentação Fílmica e Iconográfica Como Ferramenta Para a História da Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

**ARQUIVO NACIONAL (Brasil).** Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.

Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. Publicações Técnicas; nº 51.

**OLIVEIRA, Jaguaracy de.** Porto de Ilhéus 1918 – 1963.

**NUNES, Maribel Carvalho.** Porto fluvial: importância problemas e desafios: 1939-1970. Ilhéus, 2001.

**ABREU, Maurício de Almeida.** A evolução urbana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

**CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite.** Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais. Editora UFMG.

**MATOS, Marcelo Badaró.** Trabalhadores e sindicatos no Brasil. Editora Expressão Popular; São Paulo/2009. 1ª edição.

**LUNA, Sergio Vasconcelos de.** Planejamento de Pesquisa. Uma Introdução: Elementos para uma Análise Metodológica. Educ 2

**PEREIRA, Uilson Paulo Rezende.** História do Porto do Banco da Vitória em Ilhéus: Desenvolvimento decadência e a degradação do Rio Cachoeira (1916-1935), 2006.

**BRASIL, Gustavo Eduardo Araujo.** A enseada das trincheiras: Uma história da relação do bairro do São Miguel com o Porto do Malhado (1977-1979), 2007.

**HOBBSAWM, Eric.** Sobre história – Ensaios. Capítulo 6. Da história social à história da sociedade. Pág. 83 a 105.

**HUNT, Lynn.** A Nova História Cultural. DESAN, Suzanne. Capítulo 2. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. Pág. 63 a 96.

**NEGRO, Antonio Luigi.** Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da Classe trabalhadora inglesa. Pág. 40 a 61.

**THOMPSON, E. P.** Costumes em comum. Capítulo 1. Introdução: Costume e cultura. Pág. 13 a 24.

**BOURDIEU, Pierre.** A economia das trocas simbólicas. Capítulo 1. Condição de classe e posição de classe. Pág. 3 a 25.

**IGLÉSIAS, Francisco.** Historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira. Editora Nova fronteira – Editora UFMG.

**CRUZ, Maria Cecília Velasco e.** TRADIÇÕES NEGRAS NA FORMAÇÃO DE UM SINDICATO: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores de Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930.

**FERREIRA, Muniz.** A História Política da Esquerda Baiana: Uma História em Construção.

**CASTELLUCCI, Aldrin.** Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia. **PEREIRA, Neide Santos.** O estivador no Porto de Ilhéus (1950-1960). 2002.

**SANTOS, Joêmia da Conceição.** Marau e Ilhéus: O conflito das elites em torno de um novo porto (1950-1970). 2001.

**HORN, Carlos Henrique.** Ensaio sobre Sindicatos e Reforma Sindical no Brasil. Editora LTR. 2009.

---

## ILHÉUS E O ATLÂNTICO: DO INÍCIO AO DECLÍNIO, ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA DO PORTO FLUVIAL DE ILHÉUS (1920 A 1942).

André Fontes Dantas<sup>76</sup>; Laila Brichta<sup>77</sup>

Contrária à política estatal que vigorara nos séculos anteriores onde uma “matriz governamental” servia de ponto de apoio ao comércio desenvolvido na maioria das camadas comerciais (café, leite, borracha, fumo), o Porto Flúvio-Marítimo de Ilhéus apresenta-nos uma nova forma de institucionalização no que diz respeito às vias de escoamento que fazem parte de estrutura exportadora brasileira. Segundo Flávio Gonçalves dos Santos:

---

<sup>76</sup> Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Bolsista do projeto **Ilhéus e o Atlântico**: do início ao declínio, os problemas do assoreamento no porto fluvial de Ilhéus (1920 a 1942); E-mail: deh.fd@hotmail.com

<sup>77</sup> Professora orientadora. Doutora pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Como parte da revolução dos transportes, na esteira da Revolução Industrial Inglesa e do Imperialismo, os portos tornaram-se espaços abertos ao transbordo dentro de uma rede de transporte global, recebendo, armazenando e transportando o mais rápido possível as mercadorias e as pessoas de muitas partes do mundo. Estes portos modernizados conectavam as indústrias urbanas com os hinterlands, materializando a “economia mundo”. Isso conduziu ao surgimento de novas relações entre porto, cidade e hinterland, incluindo a expansão deste último. (2011, p.1)

Os portos podem ser considerados no campo da história, elementos modeladores das cidades, atuando como mecanismos bastante específicos das várias camadas que o compõem, bem como acabam por criar espaços que de uma forma mais ou menos direta possuem uma ligação com o porto.

Para além da própria construção de um conhecimento a respeito da História da Bahia, que requer uma maior atenção, face às implicações econômicas das opções de modelo de desenvolvimento adotadas pelo Estado, esta pesquisa tem a intenção de estruturar e consolidar uma linha de investigação em História Portuária. Assim, com vistas a contribuir para supressão da lacuna historiográfica em relação ao tema, buscamos um entendimento mais completo acerca dos elementos constituintes da gestão portuária em Ilhéus, bem como dos elementos que influenciaram de maneira a que o porto permanecesse vulnerável, levando em conta que se trata de um espaço orgânico e constantemente suscetível a mudanças.

Este trabalho terá como corpo documental documentos relativos à gestão portuária no Brasil, leis e decretos que regulamentam as condições de funcionamento dos portos brasileiros, bem como a documentação relativa a Companhia Industrial de Ilhéus, concessionária do porto em questão que, aliada a bibliografia base, possibilita entender de que forma o porto de Ilhéus era gerenciado, adotando então para entender este processo uma metodologia na qual a bibliografia base, fornecendo a base teórica, possibilite analisar a documentação obtida para assim esboçar um entendimento eficaz acerca da estrutura portuária de Ilhéus e sua administração.

O ano 1920, do ponto de vista econômico, se insere no contexto ainda de ascensão da lavoura cacaueteira, caracterizando-se também por ser o ano de construção do Cais de Saneamento e da primeira ponte de atracação, obras de importância relevada para a construção do Porto Flúvio-Marítimo de Ilhéus. O ano 1942 é emblemático, pois é apresentado o relatório da Comissão de Estudos do Porto de Ilhéus, no qual é sugerido o abandono das instalações do porto e a construção de um porto artificial na Enseada das Trincheiras, e, neste mesmo ano, o porto foi fechado para o movimento de embarcações de

longo curso. Ilhéus volta a depender do porto de Salvador para o escoamento de sua produção para o mercado internacional.

É seguro afirmar que desenvolvimento econômico da Bahia sempre esteve vinculado à atividade portuária. Durante o período colonial, preponderou o escoamento da produção de cana-de-açúcar e a renovação da força de trabalho, a partir do tráfico de escravos. No período imperial, ocorreu a decadência da lavoura de cana-de-açúcar e a extinção do comércio de escravos. Foi um período de crise e de busca por alternativas. Já na Primeira República e por quase todo o século XX, os portos baianos escoaram, dentre outras, a produção cacaueteira do Estado. Apenas no último quartel do século XX o cacau perdeu gradativamente sua preponderância na pauta comercial baiana. (SANTOS, 2011)

Ao observarmos que o porto em si constitui uma veia crucial na circulação de pessoas, ideias e mercadorias, deve-se considera-lo um objeto de estudo com extrema valia no que tange a composição de um conhecimento que diz respeito à formação da cidade de Ilhéus nas balizas temporais de 1920, período em que as atividades do porto do Pontal se iniciaram até o ano de 1942, quando as embarcações de grande calado já se encontravam impossibilitadas de atracar no porto devido ao assoreamento do leito, o que já havia gerado problemas como constantes encalhes de embarcações anteriores<sup>78</sup>. O ano de 1942 pode ser considerado o início do declínio do Porto Flúvio-Marítimo de Ilhéus, já que nos anos posteriores, houve o estudo, elaboração e construção do projeto para o porto do Malhado que viria a ser inaugurado no ano de 1977.

Ainda que o recorte utilizado no presente trabalho trate dos idos anos de 1920 à 1942, é preciso reforçar antes dos argumentos que virão a seguir, que a datação do antigo porto já possuía relatos definidos se levarmos em consideração a obra de Francisco Borges de Barros nomeada *Memória sobre o Município de Ilhéus*. Consta nessa obra que Francisco Romero, capitão-mor nomeado por Jorge de Figueiredo Correia no intervalo de tempo compreendido nos anos de 1535 e 1536, acusa a existência de um modelo primitivo de porto na Capitania de Ilhéus. (CAMPOS, 2006:35-36)

Há, então, de esclarecermos que o porto assim estabelecido neste trabalho ficara conhecido como Porto Flúvio-Marítimo de Ilhéus, este localizado na baía do Pontal próximo à

---

<sup>78</sup> Nos anos anteriores a 1942, o Navio Comandatuba encalhara na entrada da barra em 1922, em 1924 o Navio Íris. Em 1938, já havia naufragado a draga Bahia em virtude de um forte temporal e no ano de 1939 o navio Itacaré, que inclusive ocasionara uma grande tragédia envolvendo vítimas fatais.

foz do Rio Cachoeira. O outro porto é o do Malhado, que viria a ser fundado em um período mais a frente desta datação, já na década de 1970, exposto previamente nos estudos já desenvolvidos por Rita Rosado. (2011:34)

Em relação à questão custo x benefício da implantação de um porto local, nota-se que fatores como custo de transporte e transferência de capital de um local para outro são fatores que se tornam menos sensíveis a mudanças a partir do momento em que localmente há um meio consolidado para lidar com o mercado exportador. Logo, o Porto Flúvio-Marítimo de Ilhéus contribuiu de maneira relevante para o desenvolvimento das áreas e subsidiários vinculados ao porto já que o laço de dependência com o consolidado porto de Salvador se enfraquece momentaneamente neste intervalo de aproximadamente vinte anos.

Interessante refletirmos sobre uma questão neste momento em específico: da mesma forma que os portos nos primórdios do século XX serviam de regulamentação dos interesses do governo, é importante frisar uma mudança brusca, pois o motor propulsor do porto adquire uma configuração de proteção e manutenção dos interesses locais, tornando-se um espaço para disputa de poder entre a capital do Estado e os demais municípios.

Afirmar que a necessidade de um porto que lide diretamente com o escoamento do cacau e outros produtos para o exterior, sem a necessidade de passar pelo porto de Salvador, quer dizer que há uma nova orientação política partida das camadas detentoras da economia regional, aliado ao fato de que o porto surge por um apelo vindo do setor privado. Tanto a política do Governo Federal como a Estadual e Municipal, pelo menos até o período anterior ao ano de 1911 não almejavam em algum momento, pelo menos que se tenha registro, a proposta para uma alternativa que guiasse em direção a independência econômica de Ilhéus com olhos voltados ao potencial portuário. Consequentemente podemos dialogar com a hipótese de que a construção do Porto nos anos de 1920 constituiu o que podemos chamar de uma nova orientação político-administrativa.

Surge uma mudança na mentalidade dos gerenciamentos de recursos brasileiros no raiar do século XX, ao percebermos que o porto se torna parte de um processo de entrada de capital privado, entrelaçado a modelos de negócios baseado em capital estatal e cuja responsabilidade governamental era do poder público. A questão portuária de Ilhéus torna-se um ponto fundamental para se compreender, de uma maneira um tanto mais profunda, o estabelecimento de grupos que se beneficiariam e que seriam os detentores da economia da

lavou cacaueira, tendo em vista que a produção cacaueira até o momento estava quase em sua totalidade na região do sul da Bahia.

“Entre 1900 e 1930, apenas nos anos iniciais, a participação desse produto no valor total apurado pelo Estado é de cerca de 20%. Em geral, o cacau contribuiu com 40% do valor total das exportações baianas na primeira república, alcançando, em 1927, o seu momento mais expressivo com a participação de 53,5%. Nesse mesmo período, enquanto a exportação de cacau cresceu a um valor estimado de 84.000 libras/ano, a exportação da Bahia o fez em torno de 168.000, o que significa dizer que o cacau foi responsável pela metade do incremento observado no crescimento, quanto ao valor da exportação do estado.” (Paraíso; Guerreiro, 2001; 114)

Dentro dos resultados obtidos, podemos perceber que havia um jogo político e financeiro muito bem explicitado no que tange o comércio ultramarino brasileiro: por um lado, havia a hegemonia do Porto de Salvador, modernizado e consolidado já em 1913 e responsável pela exportação dos insumos baianos, e, conseqüentemente, detentor de um quase monopólio de capital das taxas sobressalentes a este comércio. Por outro lado, havia o projeto do Porto Flúvio-Marítimo de Ilhéus que surge com capital misto, parte privado e em parte pela prefeitura, cuja proposta é de agregar ao município de Ilhéus o capital oriundo deste comércio exportador que permanecia na capital quando se utilizava o Porto de Salvador.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin. **Comercio de Exportação do Brasil para a França, Inglaterra e Alemanha.**

BARROS, Francisco Borges de. *Memória sobre o Município de Ilhéus*. 3. Ed. Ilhéus: Editus; Fundação Cultural de Ilhéus, 2004.

BICALHO, Lucas; **Introdução e Estatística do Relatório de 1920**. 1920.

BRASIL. Decreto nº 16.019. 25 de abril de 1923. Concede ao industrial Bento Berillo de Oliveira autorização para a construção, uso e gozo das obras de melhoramento do porto de Ilhéus, no Estado da Bahia, e aprova o orçamento das obras a executar, na importância de quatro mil e seiscentos contos e duzentos mil réis. **Presidência da República**, Câmara dos Deputados, Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, Brasília, DF. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16019-25-abril-1923-529571-republicacao-90402-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16019-25-abril-1923-529571-republicacao-90402-pe.html)> Acesso em 26 de abril de 2013.

BRASIL. Decreto nº 16.544. 13 de agosto de 1924. Autoriza a transferência á Companhia Industrial de Ilhéus, do contracto celbrado com Bento Berillo de Oliveira, para a construção,

uso e gozo, das obras de melhoramento do porto de Ilhéus, e aprova novo plano das obras a executar, prorogando o prazo para início destas. **Presidência da República**, Câmara dos Deputados, Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, Brasília, DF. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16544-13-agosto-1924-529636-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16544-13-agosto-1924-529636-publicacaooriginal-1-pe.html)> Acesso em 26 de abril de 2013.

BRICHTA, Laila. **Uma Alegoria do Brasil Moderno**: história e sonhos de liberdade no romance *Gabriela, Cravo e Canela*. Anais do Colóquio 100 anos de Jorge Amado. Lisboa, 2013.

CAMPOS, João da Silva; **Crônicas da Capitania de Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2006.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. **Bahia Cacaueira: um estudo de história recente**. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1979.

GOES, Hildebrando de Araújo. **Relatório dos Serviços Executados no ano de 1926**. 1928

LISBOA, Alfredo. **Portos do Brasil**. 1922.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de, PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul**. Ilhéus: Editus, 2001.

QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O Problema do Porto de Ilhéus**. 1948.

ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho; SANTOS, Flávio Gonçalves dos (org.). **O Porto Flúvio-Marítimo de Ilhéus (1911 – 2010)** In: Portos e Cidades: Movimentos portuários, Atlântico e Diáspora africana. Ilhéus: Editus, 2011.

SANTOS, Flávio Gonçalves. **Ilhéus e o Atlântico**: portos, negócios e cidades (1914 a 1977). Aprovado no Edital/ CNPq /CAPES N ° 07/2011.

## **SESSÃO 06:**

# História Indígena

---

## **O ALDEAMENTO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DOS ÍNDIOS GREN DO RIO ITAÍPE: VILA DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS (SÉC. XVII A XIX).**

Ana Paula Oliveira de Jesus<sup>79</sup>; Marcelo Henrique Dias<sup>80</sup>.

O presente estudo consiste em levantamentos de fontes que nos levem a identificar quem eram os índios Gren e como a historiografia caracteriza esse grupo, o qual encontravam-se inseridos no contexto histórico da Vila de São Jorge dos Ilhéus do século XVII ao início do século XIX. Assim, o recorte espacial desta pesquisa inicia-se desde a sede administrativa da vila até seis léguas ao norte da mesma, onde estava fundada a Aldeia Nova dos índios Gren, cujas terras pertenciam aos jesuítas de Santo Antão de Lisboa e seu primeiro missionário foi o padre Manoel de Louzada (CAMPOS, 1981, p. 126). Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é identificar como era a relação de convívio entre os diferentes agentes sociais envolvidos na administração desse aldeamento do Itaípe. Não obstante, os índios Gren devem ser vistos como sujeitos históricos fundamentais em todo esse processo.

A metodologia utilizada nesse estudo baseia-se no levantamento de leituras dos trabalhos já realizados sobre a trajetória histórica dos índios Gren na vila de São Jorge dos Ilhéus, principalmente o envolvimento desses índios no aldeamento de Nossa Senhora da Conceição do Rio Itaípe. Além disso, a pesquisa perpassa por levante, organização e comparação de Documentos Históricos da Biblioteca Nacional e dos testemunhos de cronistas, viajantes e ouvidores. Dessa forma, procuraremos ampliar o conhecimento sobre o tema, buscando perceber o que está por trás do silêncio desses índios, os quais antes de terem o contato com os jesuítas, eram denominados Aimoré e logo depois passaram a ser referenciados como Gren ou Gueren como talvez se auto denominassem (Apud PARAÍSO, 1982, p.64). Pois, a partir do século XVII a documentação passa a identificá-los crescentemente com essa denominação e após a intensificação desse contato, esses índios passaram ser chamados de Botocudo pelos portugueses. (PARAÍSO, 2003, p. 428).

Estudos apontam que a aparente sinonímia entre os Aimoré e os Gren, está relacionada ao caráter nômade e ao traço cultural marcante dos grupos Jê, pois ambos os grupos viviam

---

<sup>79</sup> Estudante do Curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz; E-mail: [yosoy-paulita@hotmail.com](mailto:yosoy-paulita@hotmail.com).

<sup>80</sup> Professor orientador Marcelo Henrique Dias; E-mail: [marcelohd2222@gmail.com](mailto:marcelohd2222@gmail.com).

em pequenas tribos, bandos ou famílias provocado pela disputa do poder tribal ou necessidade de subsistência, logo esse modo de vida teria favorecido o fracionamento da nação Aimoré em tribos, uma das que seria a dos Gren. No entanto, qualquer afirmação ou negação da identidade entre esses grupos torna-se temerária, uma vez que é bastante limitado o conhecimento dos hábitos e migrações dos grupos indígenas brasileiros no passado, especialmente dos Aimoré, Gren e Botocudos (EMMERICH & MONTSERRAT, 1975). A partir dessa assertiva, consta-se a dificuldade de desenvolver estudos sobre os índios Gren, sendo que há muitas informações contraditórias nas discussões historiográficas e uma tendência de reproduzir acriticamente os discursos dos colonizadores que justificavam suas ações de violências sob a alegação da selvageria dos Gren. Portanto, o espaço e o momento que se elege para a pesquisa é particularmente frutífero para a investigação histórica, já que pouco se conhece sobre a atuação desses índios no aldeamento de Nossa Senhora da Conceição do Rio Itaípe situado na vila de São Jorge dos Ilhéus.

Nesse sentido, este estudo pretende ampliar o conhecimento histórico acerca dos índios Gren, buscando trazer a ideia de índios participativos e atuante no mundo colonial. Essa é uma proposta desafiadora, porque até o momento não foi possível analisar a presença desses índios no aldeamento do Rio Itaípe sob a perspectiva da política indígena, pois ainda não encontramos nenhuma fonte documental que revele sua liderança, a exemplo do estudo elaborado por Maria Regina Celestina de Almeida, no qual aponta que os índios das aldeias do Rio de Janeiro colaboraram e negociaram com a sociedade colonial em busca das possíveis vantagens, uma vez que foi encontrado requerimentos e petições feitos pelos próprios índios e/ou pelos padres solicitando cargos, terras, o direito de não ser escravizados e de trabalharem para quem quisessem. (ALMEIDA, 2003). Dessa forma, o estudo sobre os Gren no aldeamento de Nossa Senhora da Conceição do Rio Itaípe na vila de São Jorge dos Ilhéus perpassa sob a análise da política indigenista, pois pôde-se identificar a ambiguidade no tratamento à esses índios ao caracterizá-los como mansos e selvagens. Assim estima-se que esse tratamento diferenciado foi reflexo da política de aldeamento, pela qual o governo português repartiu a categoria dos índios do Brasil em dois grupos: o grupo dos índios aldeados e o grupo dos índios inimigos. Neste aspecto a legislação se mostrou dúbia por apresentar leis diferentes que variavam em relação ao grau de proximidade relacional entre os índios e o governo português. (MACHADO, 2006 p. 29)\*

Por fim, com todas as informações adquiridas até o momento, leva-nos acreditar que analisar o papel desempenhado pelo aldeamento de Nossa Senhora da Conceição dos índios

Gren do Rio Itaípe na história da vila de Jorge dos Ilhéus merece ser estudado mesmo existindo muitas lacunas a cerca da historiografia desses índios, pois é apartir dessa problemática que aprofundaremos o conhecimento histórico desse aldeamento, buscando dessa forma compreender os aspectos jurídicos e a sua manipulação pelos atores políticos através das análises mais detalhadas de textos legais e documentos conexos (cartas e propostas) que refletiam a legislação dessa localidade.

---

\* sobre a distinção construída acerca dos índios aldeados e índios não aldeados também conhecidos como errantes e selvagens, vide: ALMEIDA, Maria Celestino id, 2001.

### Referência Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade cultural nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

BORGES de BARROS, F. *Memórias sobre a capitania de Ilhéus*. Bahia, 1915

BORGES de BARROS, F. *Annaes da Capitania de Ilhéus*. Bahia, 1917.

CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

DIAS, M. H.; CARRARA, Ângelo. *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. 1. ed. Ilhéus: Editus, 2007. v. 1. 327 p.

DIAS, Marcelo H. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Niterói, PPGH-UFF, 2007 (tese de doutorado).

EMMERICH,C; MOSERRAL R. *Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos: Notas linguisticas*. Fundação Nacional do Índio. Rio de Janeiro. Outubro, 1975, Nº 3.

FREITAS, Antonio F. G. de e PARAÍSO, Maria H. *Caminhos ao encontro do mundo. A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul*. Ilhéus: Editus, 2001.

MACHADO, Mariana Monteiro, *A trajetória da destruição: Índios e Terras no Império do Brasil*. Niterói, 2006 ( Dissertação de Mestrado).

PARAÍSO, Maria Hilda B. *Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia*. Salvador, UFBA, 1982 (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 2003, p. 413-430.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séc. XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SALES, Fernando. *Memória de Ilhéus*: edição comemorativa do centenário de sua elevação a cidade. São Paulo: GRD; Prefeitura Municipal de Ilhéus, 1981. 187p.

---

## ÍNDIOS GUERENS NA SESMARIA DOS JESUÍTAS: ARRANJOS E CONFLITOS NA BARRA DO RIO DE CONTAS

Rafael dos Santos Barros<sup>81</sup>.

### INTRODUÇÃO

A capitania dos Ilhéus, de acordo com a historiografia tradicional, é considerada como fracassada em razão da resistência imposta ao processo colonizador pelos índios aimorés, o que teria causado a “decadência” dos engenhos já no século XVI. Outro fator, além do normalmente citado para justificar uma suposta estagnação das atividades econômicas entre os séculos XVI e XIX é o domínio jesuítico sobre amplos territórios da Capitania e sobre a mão de obra indígena, limitando a ação dos colonos. A nova historiografia (DIAS, 2007), pelo contrário, aponta um maior desenvolvimento da economia de abastecimento justamente nas terras jesuíticas, graças a um arranjo que colocava aldeamentos indígenas em locais estratégicos para a garantia da segurança dos colonos face aos grupos nativos hostis e a possíveis levantes de escravos.

No contexto de transição entre os séculos XVI e XVII, epidemias e conflitos concorreram para a eliminação de dois terços da população tupi da Capitania. Colonos e jesuítas intensificaram a prática dos descimentos de índios do sertão, procurando também pacificar e aldear tapuias tidos como inimigos, a exemplo dos aimorés. Tradicionalmente vistos como implacáveis resistentes à ação colonizadora, os aimorés, que passaram a ser denominados Guerens na Bahia seiscentista e setecentista, também estabeleceram relações pacíficas com os colonizadores, seja na condição de mão de obra em empreendimentos coloniais, seja como índios aldeados nas missões religiosas.

Na segunda década do século XVIII, próximo a então povoação de Barra do Rio de Contas, dentro, portanto, dos limites da grande sesmaria do Camamu dos jesuítas do Colégio da Bahia, foram aldeados índios Guerens na missão de Nossa Senhora dos Remédios. Corroborando a tendência historiográfica que entende o aldeamento como espaço de resistência adaptativa dos povos indígenas. (Almeida, 2003)

---

<sup>81</sup> Mestrando em História Social pela Universidade da Bahia, faz parte do grupo de *pesquisa História Agrária e Ambiental no Brasil Escravista*. E-mail: [barrosrafaeldossantos@hotmail.com](mailto:barrosrafaeldossantos@hotmail.com) e endereço de lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4430690A3>

A legislação indigenista da Coroa, por sua vez, ao tempo em que distinguia índios mansos e gentios bravos, garantindo direitos aos primeiros e justificando a escravização dos últimos, deixava brechas que permitiam a flexibilidade de soluções de acordo com cada situação singular.

### **Justificativa**

No ano de 1728 andava em missões volantes pela capitania o capuchinho Italiano Frei Domingo de Osená e um frade arrábido português, Frei José. Pregando uma das missões na povoação da Barra, foram assistir diversos índios Gueren mansos, que andavam nos matos próximos, nus, “a modo bruto”. Então, segundo a crônica histórica, teriam solicitado aos ditos padres que lhes ensinassem a doutrina e os aldeassem (APUD, CAMPOS: 125).

Esses índios andavam pelas matas do sul da capitania dos Ilhéus, sendo frequentemente acusados de atacarem os moradores e suas fazendas. Em 1728, o Conde de Sabugosa, ponderando sobre o alívio que teriam os moradores com a criação de um aldeamento, deu execução a semelhantes providências: assim, “entendeu-se com o prefeito do Hospício da Piedade, nessa capital, para mandar ao dito fim um dos seus religiosos. E porque nenhum existisse disponível, recebeu tal incumbência o mencionado arrábido, acompanhado de um leigo Capuchinho barbado” (APUD, CAMPOS: 125).

Naquele contexto, a política indigenista visava atrair os índios para incorporá-los aos interesses da Coroa portuguesa, estabelecendo que se demarcassem terras de sesmarias para aqueles índios que "desceram" os sertões para que pudessem fazer as suas lavouras (ALVEAL, 2002). Para que os índios se animassem ao descimento, as áreas cedidas deveriam ser medidas e lançadas nos livros das câmaras. Segundo Alveal, o que diferenciava esta doação de sesmaria das outras era a não determinação de prazos para o aproveitamento das terras com lavouras. Assim, completa a autora, as terras cedidas aos índios eram doadas "para todo o sempre e não podem ser tomadas em tempo algum". O principal objetivo dessa política, ainda segundo a mencionada autora, era mandar povoar partes do Brasil e possibilitar que o gentio viesse ao conhecimento da fé católica e, para isso, se requeria:

[...] Um "particular cuidado" repartindo-lhe as terras, conforme as leis que costumeiramente tinham sobre sua liberdade, "de maneira que entendão que em se fazerem christãos não somente ganhão o espiritual, mais também o temporal", sendo exemplo para outros se converterem; da mesma maneira os gentios deviam ser favorecidos (ALVEAL, 2002, p.95).

O monarca outorgava aos donatários e sesmeiros que possuíssem herdades nos sertões que cada um dos proprietários cedesse uma légua de terra em quadra para sustentação dos índios e missionários, com a orientação de que cada aldeia devia se compor ao menos de cem casais.

A política indigenista sempre esteve atrelada a uma política de terras, pois o modelo de colonização implementado por Portugal no território brasileiro objetivava, desde o início, ter os índios como seu principal colaborador, seja na condição de trabalhador assalariado, seja na de soldado. Em carta régia de 10 de setembro de 1611, promulgada por Filipe III estabeleceu-se que,

Os gentios são senhores de suas fazendas nas povoações, como o são na Serra, sem lhes poderem ser tomadas, nem sobre ellas se lhes fazer molestia ou injustiça alguma; nem poderão ser mudados contra suas vontadas das capitánias e lugares que lhes forem ordenados, salvo quando elles livremente o quizeram fazer ...”( Os Direitos do Índio - Manuela Carneiro da Cunha - pág. 58)

Apesar de o rei estabelecer a posse inalienável dos povos indígenas, comumente seus direitos eram desrespeitados, tanto pelos colonos quanto pelas ordens religiosas. Em resposta a esse desrespeito, a coroa promulgou o Alvará de 1680, no qual se estabeleceram os direitos dos indígenas em relação aos territórios, mesmo quando tais terrenos estivessem encravados em sesmarias concedidas. De acordo com o mesmo:

(...) Na concessão de sesmarias se reserva sempre o prejuízo de terceiros, e muito mais se entende, e quero que se entenda, ser reservado o prejuízo e direito dos índios, primários e naturais senhores delas (apud MOREIRA,2002,p.12) .

O território da vila em apreço estava inserido nesse segundo caso, por isso, as melhores terras foram motivos de litígios. O caso dos índios é emblemático, na medida em que conseguiram manter suas terras mesmo sendo essa região objeto de desejo dos colonos.

Nesse contexto de disputas pelo uso das terras indígenas do aldeamento, surgem varias modalidades de conflitos envolvendo ordens religiosas, índios, autoridades coloniais e colonos. Daí a necessidade se fazer uma investigação mais apurada desse processo.

## **Resultados.**

O primeiro momento desta investigação foi o levantamento historiográfico, haja vista a grande quantidade de estudos a cerca dos aldeamentos formados no período colonial.

Interessa refletir sobre a perspectiva historiográfica, que pensa estes índios unicamente como resistentes ao processo de colonização. Nossa hipótese é de que aqueles índios foram integrados no processo de colonização, haja vista que a leitura preliminar das fontes que apoiarão esta pesquisa aponta que os Gueren do Rio de Contas se encontravam aldeados, produzindo e se fazendo representar juridicamente.

Os documentos encontrados até aqui foram primeiramente catalogados e depois transcritos. Isto ocorreu graças a um treinamento prévio na leitura e na transcrição paleográfica, o que foi realizado no CEDOC-UESC junto aos pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Sociedade, Economia e Natureza do sul da Bahia. Tais documentos então quase todos transcritos.

Dentre os documentos transcritos, daremos ênfase ao processo chamado Dossiê, sobre irmandades, conventos, igrejas e pessoal eclesiástico (APEB). A leitura preliminar, não obstante as dificuldades impostas pela ortografia e pela linguagem jurídica arcaica constante no documento, permitiu a identificação de conflitos envolvendo os índios e seus vizinhos arrendatários e jesuítas. A partir deste ponto, identificamos a cadeia sucessória de cada parte do conflito, assim como os agentes envolvidos e os objetos em questão. Certamente, outros documentos surgirão no decorrer da pesquisa, os quais serão transcritos, analisados e inventariados no nosso repertório de fonte.

A proposta da pesquisa orienta-se por uma metodologia que investiga, analisa e cruza a legislação produzida com o confronto de interpretações dos conceitos de posse, domínio e propriedade presentes na documentação. Objetivamos, portanto, inserir a legislação sobre posse (em suas múltiplas definições), propriedade e domínio na conjuntura histórica de sua produção, bem como reconstruir o processo de formação da missão de Nossa Senhora dos Remédios dos Índios Gueren e sua dinâmica histórica, face aos demais atores sociais circunvizinhos e suas demandas por segurança, mão de obra, terras e recursos naturais.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes Indígenas: identidade cultural nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. História e direito: sesmarias e conflitos de terras entre índios em freguesias extramuros do Rio de Janeiro (século XVIII). Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª ed., Ilhéus: editus, 2003.

DIAS, Marcelo H. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Niterói, PPGH-UFF, 2007 (tese de doutorado).

\_\_\_\_\_; CARRARA, Ângelo A. (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro; PARAÍSO, Hilda Baqueiro. *Caminhos ao Encontro do Mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

GARCIA, Elisa Frühauf. As diversas formas de ser índio: políticas indigenistas e políticas indígenas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994

\_\_\_\_\_; Tapuias e historiadores: Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre Docência). Campinas: UNICAMP, 2001

MACHADO, Marina Monteiro. A Trajetória da Destruição: índios e Terras no Império do Brasil. Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em História social da Universidade Federal Fluminense.

MOREIRA, Iousada Vânia Terras Indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850 in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V 22, n° 43, PP 153-169. 2002

PARAÍSO, Maria Hilda B. Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia. 1982

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação iniigenista do período colonial (séc. XVI a XVIII)*. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.) *Op. cit.*, p. 115-131.

SANTOS, Fabricio Lyrio. Aldeamentos missionários e catequese indígena: novas abordagens.

---

## **O EXERCÍCIO DO GOVERNO CIVIL NA VILA DE ÍNDIOS DE OLIVENÇA - 1794.**

Teresinha Marcis<sup>82</sup>

Essa comunicação apresenta uma breve reflexão sobre um acontecimento político ocorrido em dezembro de 1794 na vila de índios de Olivença, situada na comarca de Ilhéus<sup>83</sup>. O ocorrido relatado pelo ouvidor da comarca ao governo da capitania da Bahia delinea alguns elementos da organização político administrativa do Império luso na Colônia, tais como as eleições e atribuições dos vereadores, juízes ordinários e oficiais e o papel dos ouvidores como corregedores das câmaras. Essa temática se constitui importante objeto de pesquisa, especialmente abordando as vilas do Rio de Janeiro e de Salvador colonial, discutem as diversas interpretações historiográficas e as relações sociais, econômicas e políticas que conformavam o poder local representado nas câmaras<sup>84</sup>. No caso em foco, a câmara da vila de Olivença, o governo local era regulamentado pelas Ordenações Filipinas e pelo Diretório dos Índios que instituiu o cargo de diretor, função exercida pelo escrivão da câmara. O relato do ouvidor, fonte que fundamenta a análise, instiga conhecer os personagens e os papéis que desempenhavam na estrutura social e política que estavam inseridos.

### **Criação e organização administrativa das vilas indígenas na Bahia**

O ano de 1758 a Coroa portuguesa estendeu para todo o Brasil a política integracionista materializada num conjunto de leis pensadas e decretadas para as capitanias do Norte que formavam o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Esse conjunto de leis definiu a liberdade dos índios e a redução do poder das Ordens religiosas aos instituir uma incipiente separação dos poderes espiritual e civil com a transformação das aldeias administradas em vilas. Para implantar essas reformas na Bahia, foi enviada uma comitiva de três ministros portugueses com a missão de instalar os tribunais da Mesa e Consciência e Ordens e o do Conselho Ultramarino, que, em nome de Sua Majestade desenvolveram todas as ações

---

<sup>82</sup> Professora do DFCH/UESC E-mail: [tmarcis@gmail.com](mailto:tmarcis@gmail.com)

<sup>83</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Colonial. M. 184, doc. 55, 25/01/1795. A transcrição paleográfica desse manuscrito consta da obra: LOBO, Tânia. (Org.). **Cartas Baianas Setecentistas**, 2001, p. 158.

<sup>84</sup> Sobre a atuação das Câmaras no século XVIII, cf.: SOUSA, “**Poder Local...**”, 2003; BICALHO, **A Cidade e o Império...**, 2003.

necessárias para substituir os padres da Companhia de Jesus por clérigos regulares e transformar os aldeamentos em vilas<sup>85</sup>.

Na Bahia existiam nove aldeias administradas pela Companhia e que foram reformados, sendo quatro destes localizados na capitania de Ilhéus: a vila Nova de Olivença foi criada a partir da extinção do aldeamento N. Senhora da Escada de Ilhéus, e duas outras aldeias, a de Nossa Senhora das Candeias e a de Santo André e São Miguel formaram as vilas de Nova Barcelos e Nova Santarém; a vila de Nova Almada projetada para o aldeamento dos índios Gréns não foi instituída. Outras vilas indígenas criadas na Bahia foram Abrantes, Pombal, Nova Soure, Mirandela, Vila Verde e Trancoso.

Na continuidade das reformas pombalinas foi estendido para toda a colônia o Diretório dos índios, um código legislativo e expressão da política colonial, segundo Ângela Domingues<sup>86</sup>. O Diretório foi discutido e adaptado à realidade da Bahia, de acordo com a interpretação dos conselheiros do reino e do vice-rei dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos. Sem alteração dos princípios assimilacionistas e da maioria dos artigos, alguns excluídos por serem diretamente voltados às capitanias do Norte, para as quais o Diretório fora inicialmente projetado. Foram desconsiderados, por exemplo, os artigos que regulamentavam a questão dos descimentos e da proibição da escravidão dos índios, sob a alegação de que tais práticas não ocorriam mais na Bahia<sup>87</sup>.

Na esfera da administração das vilas o Diretório ratificava as Ordenações Filipinas e as instruções elaboradas pelo Tribunal do Conselho na Bahia. Os conselheiros reforçaram a deliberação que os moradores indígenas fossem privilegiados para ocuparem os cargos do conselho da câmara e da justiça local. O Diretório confirmava esse princípio, combatia o desrespeito à autoridade dos índios que ocupassem os cargos, incentivando a formação de uma hierarquia social interna, a valorização do individualismo, da ambição pessoal por honrarias.

Os conselheiros promoveram algumas adaptações no Diretório para a Bahia, sendo a mais significativa a fusão das funções do diretor dos índios com a do escrivão da câmara. Originalmente o Diretório instituiu o cargo de diretor dos índios que seria nomeado pelo governador e atuaria junto com as câmaras, conjecturando eles que os índios seriam incapazes de exercer um governo baseado nos princípios da racionalidade. Assim sendo, na Bahia,

---

<sup>85</sup> Sobre as reformas de 1758, o Diretório as adaptações efetuadas, ver: MARCIS, **A integração dos índios como súditos ...**, 2013.

<sup>86</sup> Cf. DOMINGUES, **Quando os índios eram vassalos...**, 2000.

<sup>87</sup> MARCIS, T. 2013.

todas as funções do diretor foram transferidas ao “escrivão diretor”, delegando a este oficial um super-poder que se consolidou após décadas da vigência do Diretório.

Com as reformas, os antigos aldeamentos transformados em vilas passaram a integrar a esfera inferior na hierarquia da organização política e administrativa portuguesa na colônia. Embora bastante tênue a diferenciação dos cargos e funções da esfera do civil e da justiça, existiam, inclusive nas vilas menores, sendo atribuição do juiz ordinário a manutenção da ordem e aplicação da justiça baseada no direito costumeiro e natural<sup>88</sup>. O juiz ordinário era um morador não letrado, eleito juntamente com os vereadores e oficiais e que deveria atuar juntamente com as câmaras participando e presidindo as reuniões. Em todas as vilas existiam os oficiais remunerados, sendo o mais importante representado pelo escrivão da câmara, cuja nomeação anual dependia do governador.

As eleições para vereadores e juiz ordinário eram regulamentadas pelas Ordenações, e a eleição deveria acontecer trienalmente<sup>89</sup>. No final de um mandato, geralmente em dezembro, a câmara se reunia em conselho composto pelos homens bons do lugar e o povo, e o ouvidor se estivesse na localidade. Os eleitores prestavam juramento sobre os Evangelhos e votavam, por escrito e separadamente, os nomes dos futuros oficiais: vereadores, juiz ordinário, procurador, tesoureiro e um escrivão. O juiz presidente realizava a apuração e registrava os nomes dos votados na pauta que era então assinada, fechada e selada. Por último eram formados os “pelouros de vereação” e de “juiz ordinário”. Os pelouros eram bolas de cera com os nomes dos indicados, um para cada nome, que eram então separados em três grupos e colocados em sacos fechados e estes no cofre da câmara.

O funcionamento das câmaras era fiscalizado pelos corregedores, função que no Brasil sempre foi exercida pelos ouvidores, estes, magistrados nomeados pelo rei para as comarcas e Tribunais da Relação. Essa organização administrava do governo civil e da justiça muitas vezes se sobrepunham, gerando confusões e conflitos entre as autoridades. No período pombalino a instância judicial, foi reforçada em prol da centralização política e do aperfeiçoamento da burocracia estatal com a criação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro em 1763 e, na Bahia, o estabelecimento das novas comarcas de Ilhéus, Porto Seguro, Jacobina e Sergipe além de Salvador. Os ouvidores tinham jurisdição dentro de um território distrital, a comarca, que abrangia diversas vilas e povoações.

---

<sup>88</sup> Todas as funções dos juízes eram regulamentadas pelas Ordenações Filipinas. Cf. Ordenações, Livro 1 Tit. 65: Dos Juízes ordinários e de fora.

<sup>89</sup> Ver: AVELLAR, **Administração pombalina**. 1983, p. 86-110.

## Na eleição para juiz ordinário de Olivença e a presença dos moradores

Em 1794, o ouvidor interino da Comarca de Ilhéus<sup>90</sup>, Antônio C. Camelo, cumprindo as funções do cargo, seguiu à Olivença em tempo de fazer a eleição ou os “pelouros para juiz ordinário”. Na vila, não encontrou o escrivão-diretor dos índios, Francisco Antônio da Silveira. Os moradores e demais oficiais da câmara, informaram que ele havia ido para a cidade levando a chave do cofre onde ficavam depositados os tais pelouros e as rendas do conselho.

Então, segundo o relato, os membros da câmara e os moradores aproveitaram para desfechar todo o descontentamento contra o escrivão-diretor e a situação em que viviam. Cientificaram que o escrivão-diretor era um homem idoso, com idade acima de 80 anos, pobre e decrépito e só tinha o dinheiro do Conselho para seu sustento. Acrescentaram que era déspota, abusava da autoridade, desrespeitava e até “debochava” dos vereadores e juiz, obrigava-os assinar despachos que ditava ou escrevia. Ridicularizava quando os mesmos requeriam ler o conteúdo a ser assinado e se algum oficial alegava que estava contra as Ordenações, respondia “isso não é para vós outros, assine aqui e só”. Na vila “só se obra o que ele quer, porque geralmente os trata [aos oficiais] com desprezo”<sup>91</sup>.

Denúncia feita, os vereadores propuseram algumas soluções consideradas mais apropriadas para resolver os problemas. O ouvidor ficou comovido com a insistência das reivindicações, acabou cedendo, atitude que foi duramente criticada pelos seus sucessores. Mandou arrombar a fechadura do cofre onde ficavam guardados o dinheiro arrecadado, os piloros e as atas das eleições. Os moradores e oficiais também pediram ao ouvidor que nomeasse outro diretor. Escolheram Manoel do Carmo de Jesus, justificando que o mesmo tinha meios de se sustentar e, principalmente, pela “razão se ser ele criado naquela vila e saber a língua geral de Índios para melhor saber ensinar, além da capacidade que nele acham”<sup>92</sup>. Frente a insistência, o ouvidor concordou. Relatou na missiva ao governador que pareceu “justo pela precisão e falta do atual diretor nomeei ao dito Manoel do Carmo de Jesus por Diretor enquanto Vossa Excelência não mandar o contrário”<sup>93</sup>.

---

<sup>90</sup> APEB. Colonial e provincial. M. 184, doc. 55. 25 de janeiro de 1795. Transcrito em: LOBO, op. cit. 2001, p. 158.

<sup>91</sup> Ibidem.

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> Ibidem.

## CONCLUSÃO

Diante da complexidade das relações estabelecidas nas vilas de índios sem negar a exploração, a descaracterização étnico-cultural e as expropriações de seus territórios, os moradores indígenas não se colocaram como vítimas passivas dos atos despóticos do governo, das autoridades locais e dos colonos. A ação dos vereadores de Olivença, no fato ocorrido em 1794, revelou estarem atentos à legislação e as Ordenações adotadas no reino, e a utilização desses instrumentos para resistir, conquistar direitos e espaços de autonomia. Além disso, foram propositivos e tomaram atitudes que consideraram as mais favoráveis, como por exemplo: a escolha do novo diretor e denúncias constantes do despotismo e descumprimento das funções por parte das autoridades da comarca, forçando a tomada de decisões mais convenientes aos anseios dos moradores e necessidades da vila.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Antônio da Costa Camelo. Seção Colonial. Correspondência recebida de autoridades diversas (Antigo Cartas ao Governo). M. 184, doc. 55, 25/01/1795.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro 1 Tit. 65: Dos Juízes ordinários e de fora. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/11p134.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

LOBO, Tânia. (Org.). **Cartas Baianas Setecentistas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. (Série Diachonica. Fontes para a História da Língua Portuguesa, vol. 3). Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/2367853/00333-Cartas-Baianas-Setecentistas>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **Administração pombalina**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1983. (Série: História administrativa do Brasil; V. 5).

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

.SOUSA, Avanete Pereira. **“Poder Local, cidade e atividades econômicas”**. 2003. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2003.

MARCIS, Teresinha. **A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822**. Salvador-BA: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013. Tese (doutorado em História Social)

---

## **O ALDEAMENTO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE CACHOEIRA DE ITABUNA (BAHIA), 1814-1877.**

Por: Ayalla Oliveira Silva<sup>94</sup>; Dra. Vânia Losada Moreira<sup>95</sup>.

### **INTRODUÇÃO**

A historiografia tradicional tem repetido uma narrativa da história das origens de Itabuna que propõe uma versão pautada exclusivamente na atuação do imigrante sergipano. No entanto, se faz necessário olhar para essa história pouco problematizada, de maneira a perceber suas complexidades. Sendo assim, será analisada neste estudo, a dinâmica de ocupação do território que daria origem a cidade de Itabuna no decorrer do século XIX, bem como a atuação dos indígenas aldeados em São Pedro de Alcântara no processo de colonização no sul da Bahia.

O século XIX é apontado pela historiografia especializada como um período em que as autoridades governamentais brasileiras empreenderam maiores esforços para a ampliação da ocupação dos vastos territórios nacionais. Esta política de expansão territorial torna-se visível, sobretudo, a partir da Lei de Terras de 1850, sendo que esta questão já integrava a pauta debatida em décadas anteriores nas instâncias governamentais.

Nesse sentido, observa-se que a partir da primeira metade do século XIX há um crescente movimento de compra e venda de terras ao longo das margens do Rio Cachoeira, atividade que se intensifica no decorrer do século, o que pressupõe a então ocupação daquele território. É nesse contexto que inserimos nossas reflexões sobre a atuação dos indígenas aldeados no sítio de Ferradas enquanto parte do projeto imperial, já que este aldeamento teria se tornado estratégico para a garantia da política de expansão territorial daquela região no século XIX, através do incremento da política de aldeamentos de catequese, quando a expansão territorial do Império se dava no sentido de “alargar os espaços transitáveis e apropriáveis” (CUNHA, 1992, p. 141).

A presente pesquisa pretende estabelecer uma linha de divergência com a narrativa tradicional da história local, visto que apresenta a hipótese de se pensar a atuação de agentes históricos nas origens de Itabuna para além do imigrante sergipano, bem como, problematizar

---

<sup>94</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; e-mail: ayallasilva@yahoo.com.br.

<sup>95</sup> Professora Orientadora.

as complexidades existentes entre os grupos sociais envolvidos naquele processo. Complexidades estabelecidas pela ação dos sujeitos no espaço da fronteira, tomando fronteira, como conceito historiográfico privilegiado por parte considerável dos estudiosos, que se dedicam ao questionamento da invisibilidade das populações indígenas na construção historiográfica do Brasil.

Nesse sentido, pensar a fronteira em Cachoeira de Itabuna durante o século XIX (hoje, cidade de Itabuna), contexto em que o governo imperial intensificava esforços sobre a ocupação e expansão territorial em todo o espaço nacional, mais especificamente em Cachoeira de Itabuna, sul da Bahia é, portanto, pensá-la para além da noção de espaço geográfico, privilegiando a noção de fronteira enquanto espaço da ação dos sujeitos envolvidos no processo de colonização daquela região. Nas palavras de Martins, fronteira “é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização [...], fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano” (MARTINS, 1997, p.13).

A fronteira tal qual forjada por Frederick Turner em *The Significance of the Frontier in American History*, em cujo ensaio “propôs novas alternativas para entender o significado do passado dos Estados Unidos, com base no estudo da geografia, dos costumes, da cultura e da ideologia do ‘homem simples’ que desbravou o Oeste” (LOPES, 2003, p.15), por muito tempo mitificou a expansão para o oeste, cristalizando a ideia da conquista de “territórios vazios” que esperavam pela “civilização”.

A história de sucesso dos Estados Unidos justificada e legitimada pelo trabalho dos seus pioneiros, explicitada por Turner, parece ter inspirado a paisagem descrita pelos memorialistas de Itabuna da década de 1960, que se dedicaram a escrever sobre a ação dos sergipanos nas origens da cidade, cujos personagens foram descritos pelos mesmos, como valentes trabalhadores que desbravaram as matas e introduziram na região as sementes da civilização e do progresso, bem servindo a legitimação dos descendentes dos “pioneiros” de Itabuna, como herdeiros das riquezas acumuladas pela ação daqueles homens simples e trabalhadores. Desta maneira, a escrita memorialista da cidade tem escamoteado a participação de outros sujeitos no processo de colonização de Cachoeira de Itabuna, como bem demonstra o trabalho de Silva (2012) sobre a atuação dos indígenas do Aldeamento São Pedro de Alcântara na pacificação do território e nos serviços públicos, principalmente nos serviços da importante estrada que ligava as vilas Ilhéus-Conquista.

Na perspectiva de Pratt (1999), a fronteira não é o lugar que marca limites e que divide territórios, mas que se constitui em um espaço em construção pela ação dos sujeitos, espaço

este que se define, se redefine e que está em constante movimento, conforme os conflitos estabelecidos entre os diferentes sujeitos históricos que se “encontram” naquela situação específica. Esses sujeitos, no caso do processo de expansão das fronteiras na Província da Bahia, mais especificamente no sul da Bahia, são os indígenas (aldeados e não aldeados), as autoridades imperiais, os colonos, os religiosos, todos agindo movidos por interesses díspares, ou seja, conflitantes. Percebemos que, “é na fronteira que se dá o conflito, não apenas na fronteira das terras, mas na fronteira da legislação, dos poderes, dos interesses, das culturas e de tudo o mais que se encontra” (MACHADO, 2011, p. 5).

O conceito zona de contato, elaborado por Mary Louise Pratt para tratar das relações estabelecidas entre colonizador e colonizado em seu estudo, sugere uma visão que se adéqua perfeitamente aos estudos sobre populações indígenas no contexto de colonização na América do Sul e especificamente Brasil, no século XIX. Zona de contato sugere o encontro, que nas palavras da autora: são “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo” (PRATT, 1999, p.27), diferentemente da fronteira no sentido turneriana que traz a ideia de separação geográfica.

Em estudo sobre o Caribe no século XIX, Muñoz afirma que tal espaço se configurava como uma parada obrigatória de pessoas e mercadorias, acesso de entrada e saída do continente. O arquipélago caribenho enquanto um conjunto articulador, como uma região de fronteira que tornava possível a vinculação de regiões litorâneas com o oceano e os continentes. Na mesma direção, a região de Cachoeira de Itabuna se configurava durante o mesmo período enquanto importante espaço de acesso entre as diferentes vilas da região, bem como, para o trânsito de pessoas e escoamento de mercadorias.

No entanto, pensar tanto o Caribe na perspectiva de Muñoz quanto aquela parte do sul da Bahia na perspectiva do trabalho em foco meramente sob os termos geográficos, empobrece a importância de outras prerrogativas essenciais nesse processo, quais sejam, as possibilidades dos contornos identitários nos encontros estabelecidos na fronteira. Desse modo, entendemos que “La frontera se manifiesta más como área de contacto, de encuentros y entrecruzamientos. Desde puestos de observación móviles, flotantes a veces, esas miradas perciben la imagen de una frontera viva, mutable, porosa, una zona de interacción donde se vivió un proceso sostenido de transculturación, de intercambio” (MUÑOZ, 2003, p.56).

O tema da fronteira não é um tema tão novo, mas as atenções sobre a temática pela historiografia têm crescido nos últimos anos. Seja para os estudos que detenham um novo olhar para com a colonização espanhola no Caribe, seja em relação ao processo de expansão

territorial do Brasil sobre as populações e terras indígenas, o tema em foco sob a perspectiva do encontro, tem agenciado importantes possibilidades de leitura, reflexão e análise pela construção historiográfica aqui explicitada. É nesse bojo de reflexão e análise historiográfica, que se situa o estudo sobre o Aldeamento São Pedro de Alcântara no contexto da colonização territorial no sul da Bahia durante o século XIX.

## **Metodologia**

Neste estudo, retomaremos a reflexão sobre o protagonismo sergipano, contrapondo a tese tradicional à hipótese de uma colonização daquele território, anterior à participação sergipana naquele processo. Para verificar em que momento começam a aparecer evidências sobre o apossamento de terras naquele território, recorreremos aos registros cartoriais - as escrituras de compra e venda de terras - dos livros de notas de Ilhéus (1814-1876), nestes, encontramos o registro de compra e venda de roças, plantações de cacau e fazendas localizadas nas margens do Rio Cachoeira, uma vasta quantidade de escrituras, referindo-se a Cachoeira de Itabuna. Tais fontes são localizadas na Seção Judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Será utilizado também, o Registro Eclesiástico de Terras da Freguesia de Ilhéus 1857-1862, da seção de Arquivos Coloniais e Provinciais, do APEB.

Na sequência, procuraremos descrever e analisar a permanência do aldeamento São Pedro de Alcântara no lugar denominado Ferradas, considerado pela emergente historiografia local como importante ponto de acesso entre as vilas de Ilhéus e Vitória da Conquista, bem como, as relações estabelecidas entre autoridades, colonos e indígenas no processo de colonização e exploração daquele território. Para tanto, utilizaremos fontes do APEB, da Seção dos Arquivos Coloniais e Provinciais, tais documentos, se constituem de correspondências oficiais das autoridades locais encaminhadas a Presidência da Província. Utilizaremos ainda, documentação referente a atuação capuchinha em São Pedro de Alcântara disponível no Arquivo Nacional. Objetiva-se com essas fontes, fazer uma análise dos testemunhos nelas presentes sobre o processo de ocupação e permanência de colonos na região em torno do aldeamento e a atuação dos diferentes grupos naquele processo. E, pensando a atuação dos diferentes grupos, procuraremos mapear as populações indígenas da Bahia, bem como mapear os demais aldeamentos instalados na região sul da Bahia daquele momento.

Nesse escopo, ainda a partir das correspondências das autoridades de Ilhéus às autoridades da capital da Província, documentação que fornece rica quantidade de informações sobre a atuação dos indígenas do Aldeamento São Pedro de Alcântara na região e sobre a atuação de grupos indígenas não aldeados, bem como, outros sujeitos sociais no processo de expansão territorial daquela parte da região sul da Bahia, empenharemos esforços na análise daquele processo enquanto uma zona de contato.

Outro esforço empreendido neste estudo, será a análise da instalação e funcionamento da Colônia Nacional de Cachoeira de Ilhéus, uma colônia agrícola instalada em 1870, que após a extinção do Aldeamento São Pedro de Alcântara aparece na documentação do período como espaço emblemático da ação dos sujeitos para o “progresso” da região. Para tanto, utilizaremos de diversos relatórios, que datam até 1877, parte disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia e parte, no Arquivo Histórico Nossa senhora da Piedade-BA/Frades Capuchinhos.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”. In: **História dos índios no Brasil**. CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 133-153.
- LOPES, Maria Aparecida de S. “Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América”. In: **Fronteiras: paisagens, personagens, identidades**. GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). Franca: UNESP, S. Paulo: Olho D’Água, 2003, pp.13-31.
- MACHADO, Marina Monteiro. **Nos limites das leis: Disputas de sesmeiros em terras indígenas no Rio de Janeiro (1790-1820)**. XIII Congresso de História Agrária/ Congresso Internacional de La Seha, 2011.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo, EDITORA HUCITEC, 1997.
- MUÑOZ, Laura. “Bajo el cielo ardiente de los trópicos: Las fronteras del Caribe em el siglo XIX”. In: **Fronteiras: paisagens, personagens, identidades**. GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). Franca: UNESP, S. Paulo: Olho D’Água, 2003, pp.35-57

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturações**. Bauru: Edusc, 1999.

SILVA, Ayalla Oliveira. **O Aldeamento São Pedro de Alcântara e a Ocupação Territorial de Itabuna no Meados do Oitocentos**. Monografia de Especialização em História. UESC, 2012.

---

## O SPI E A CRIAÇÃO DO POSTO INDÍGENA PARAGUAÇU: HISTÓRICO QUADRO DE VIOLÊNCIA

Talita Almeida Ferreira<sup>96</sup>; *Carlos José* Ferreira dos Santos<sup>97</sup>.

### INTRODUÇÃO

Na historiografia regional, alguns estudos tratam dos povos indígenas no período colonial e poucos trabalhos falam sobre os povos indígenas no sul da Bahia, no período imperial e na primeira república.<sup>98</sup> Historicamente tratam-se de períodos em que esses povos foram “supostamente abandonados” pelo Estado. Esta época foi marcada pela matança dos índios, através das frentes de expansão que penetravam pelo interior do Brasil. Um tempo em que os índios eram considerados um empecilho ao desenvolvimento nacional.

Neste contexto, na década de 1910, foi implementada uma nova política indigenista, através do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais<sup>99</sup>, órgão fundamentado nos princípios rondonianos que consistia em pacificar, assimilar e tutelar as populações indígenas.

Pelo Decreto Lei N. 9.214, a atuação do SPI teria um caráter tutelar, buscando disciplinar e civilizar os comportamentos dos povos originários, além de ser regulador na gestão do território indígena. A deliberação sobre quais terras seriam indígenas e/ou para povoação e cultivo agrícola constituiria como uma disposição governamental, em

---

<sup>96</sup>Especialista em História do Brasil, UESC; email: talitalmeida5@hotmail.com

<sup>97</sup> Professor Orientador

<sup>98</sup> A título de exemplificação, podemos citar alguns trabalhos que tratam da temática indígena no período colonial, tais como: MARCIS, 2004 / DIAS, 2007 / FREITAS e PARAÍSO, 2001. Do mesmo modo, entre os trabalhos que abordam direta ou indiretamente as populações indígenas na região entre os séculos XIX e XX destacamos: PARAÍSO, 1976, 1982, 1986, 1998 / LINS, 2007.

<sup>99</sup> O SPILTIN passou a chamar de Serviço de Proteção ao Índio - SPI pelo Decreto Lei N. 3.454, em 06 janeiro de 1918. Em 1967 foi reformulado para se tornar a Fundação Nacional do Índio – FUNAI pelo Decreto Lei N. 5.371 de 05 de dezembro de 1967.

conformidade entre o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, os governos estaduais e municipais.

No sul da Bahia, o SPI passou a atuar logo após a sua fundação. Alguns documentos administrativos da Inspetoria SPILTAN no Estado, revelam que desde 1910 foram enviados a região funcionários do órgão com a missão de instalar um posto indígena. O local escolhido seria nas proximidades dos Rios Congogy e Rio de Contas, conforme possibilita acompanhar o *Relatório de Pedro Maria Trompowsky Taubois, da Inspetoria da Bahia*, apresentado ao Senhor Manoel da Costa Miranda, Sub Director da 2º Sub Diretoria, em 05 de setembro 1911.

100

Pelo levantamento que realizamos, o primeiro Inspetor da Bahia foi Pedro Maria Trompowsky Taubois, tendo como uma de suas missões iniciais instalar e organizar a inspetoria no Estado. Era tarefa dos enviados entrarem em contato com os índios que se encontravam nas matas e no interior, através da aproximação “amistosa”, depositando brindes no sítios, frequentados por eles. Assim, o processo de atração e pacificação seguia o lema rondoniano de em tese “não utilizar a violência sob nenhuma circunstância” realizando uma aproximação “amistosa”.<sup>101</sup>

Por outro lado, o relatório enviado pelo Inspetor da Bahia, Pedro Maria Trompowsky Taubois (05 de setembro 1911), que tinha a missão de organizar as bases da Inspetoria do SPI na Bahia, após a visita a região do futuro Posto Paraguaçu, também aponta para as situações que viviam parte dos índios no sul do estado até então: “ainda vivendo nas matas” e arredios aos não índios – por isto o ato de pacificar e civilizar.

É importante destacar que a atuação da SPI no sul da Bahia foi fortemente influenciada pelo contexto político e econômico local. A economia da região estava baseada na produção do cacau, lavoura que demandava de grandes porções de terras para o seu cultivo. A busca por novas áreas para o cultivo ocorreu em direção às terras indígenas, que eram consideradas “terras devolutas” desde a extinção dos antigos aldeamentos (LEI DE TERRA, 18 de setembro de 1850).

---

<sup>100</sup> Encontramos duas formas de grafar o nome daquele Posto Indígena: Paraguassú e Paraguaçu. Aqui iremos considerar as duas formas como válidas por acreditarmos que ambas dizem respeito ao mesmo Posto.

<sup>101</sup> Outro documento de 1910 “Instruções para serem observadas no Posto do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais nos rios Gongogy e de Contas enquanto não forem dadas novas determinações pelo Inspetor do Serviço no Estado, esclarece como deveria ser a atuação do SPI na região sul da Bahia.

Segundo Paraíso, no contexto de expansão da produção cacaueteira o governo do estado passou a incentivar a imigração de colonos para o sul da Bahia com o objetivo de transformar as “terras devolutas” em áreas produtoras. Esse processo de interiorização se refletiu principalmente na população indígena tendo suas terras invadidas, sendo alvo constante da ação de colonos e de autoridades do Estado. (PARAÍSO, 1982, 1986 e 1976).

Por vezes, os indígenas entravam em conflitos com não índios. A documentação do SPI relata alguns destes atritos. O Relatório do Inspetor da Bahia, Pedro Maria Trompowsky Taubois denuncia as violências às quais eram submetidas às populações indígenas no sul da Bahia, lembram mesmo os primeiros anos do processo de colonização. O relatório do inspetor expressa bem este quadro histórico de violência contínua e crueldade no qual estavam inseridos os indígenas daquela região. Segundo os documentos do próprio SPI, sua atuação no sul da Bahia era também uma suposta tentativa de combater os massacres, extermínios e os atos de violência que ocorriam.

Em tese, para atender tais demandas, depois de 15 anos do relato de Pedro Maria Trompowsky Taubois, em 09 de agosto de 1926, a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia aprovou a Lei 1.916, na qual o Governo “reservava 50 léguas de terras (...) destinadas à conservação das essências florestais e gozo dos índios Tupinambás e Pataxó, ou outros que ali habitarem” (DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA, 11 de agosto de 1926).

### **Metodologia:**

Para compreender a implementação da política do SPI no sul da Bahia nos primeiros anos de criação, foram selecionadas duas fontes administrativas do órgão, pelos seguintes critérios: trata-se do Decreto Lei N. 9.214, de 15 de dezembro de 1911, que regulamentou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e o Relatório do Inspetor da Bahia, Pedro Maria Trompowsky Taubois datado 05 de setembro 1911, onde o encarregado do órgão descreve as primeiras ações do Serviço de Proteção ao Índio, na região sul da Bahia.

A análise desses documentos articulados à discussão historiográfica existente sobre o SPI ampliou o debate acerca desse período histórico contribuindo, dessa forma, com a produção historiográfica sobre os índios do sul da Bahia, visto que existe um rico acervo documental e poucos trabalhos realizados principalmente sobre o período de tutela do SPI.

## **Resultados:**

Realçamos que este estudo derivou da nossa necessidade de acompanhar a maneira como os povos indígenas foram e de certa forma ainda são vistos e tratados, pelos grupos no poder neste país.

Percebemos na documentação analisada que a postura tutelar do Estado perante os povos originários partia de um princípio de que o índio era incapaz de viver sem a proteção do estado, propagando uma representação do índio como esperando a ingerência “salvadora do governo”. Este pensamento, por sua vez, revela outro: a incapacidade do homem não índio em compreender que os índios não são incapazes, mas socioculturalmente diferenciados. Esta é outra característica que marca a relação dos não índios com os povos originários na história brasileira e que ainda hoje reparamos através da própria constituição de 1988 (BRASIL, 1988), entre outras formas do estado atuar, como analisamos anteriormente.

Compreendemos nas “Instruções para serem observadas no Posto do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais nos rios Gongogy e de Contas”, bem como no relatório de Taubois, traços de inspiração rondoniana e de continuidades de algumas das formas pela quais os índios foram tratados historicamente pelo estado brasileiro. Ao lermos os dois documentos, acompanhamos a finalidade do vindouro Posto Indígena, o modo como ocorreu sua criação e alguns dos motivos da posterior luta desencadeada que gerou o levante de 1936.

Acreditamos que mesmo que a intenção fosse um contato “não violento e amistoso” o ato de buscar contatar de forma unilateral, já era em si uma ação arbitrária e impositiva, partindo de forma consciente e/ou inconsciente, da compreensão de que os índios são incapazes. Assinalamos isto porque o contato estabelecido não foi uma solicitação feita daqueles indígenas e sim uma ação estabelecida pelo SPI, como forma de “pacificar”, “civilizar” e “tutelar” os indígenas e suas terras.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a Capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul. Ilhéus 1534-1940**. Ilhéus: Editus, 2001.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. “Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ/Marco Zero, 1987. p. 149-214.

LINS, Marcelo da Silva. “Os Vermelhos nas Terras do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)”. Salvador: Dissertação de Mestrado apresentada junto a UFBA, 2007.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MARCIS, Teresinha. **A “Hecatombe de Olivença”: Construção e reconstrução da identidade étnica – 1904**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2004.

NAUD, Leda Maria Cardoso. “Índios e indigenismo: histórico e legislação”. In: **Revista de Informação Legislativa**, v. 4 nº 15/16, jul./ dez de 1967, p. 235-268.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta. Índios, estradas e rios no sul da Bahia**. Salvador: Dissertação de Mestrado - UFBA, 1982.

\_. **Relatório sobre a História e Situação da Reserva dos Postos Indígenas “Caramuru e Catarina Paraguassu”, apresentado à Fundação Nacional do Índio**. Salvador: Convênio Funai – UFBA, Projeto de Pesquisa sobre as Populações Indígenas da Bahia, 1976.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil Moderna**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

## **SESSÃO 07:**

História, Cultura e Religiões.

---

## **A RELAÇÃO ENTRE A DIOCESE DE ILHÉUS, COM A POPULAÇÃO INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA, DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.**

Por: Bruno de Melo Santana<sup>102</sup>; Janete Ruiz de Macedo<sup>103</sup>.

Assim que os portugueses chegaram às terras que posteriormente seriam chamadas de Brasil, encontraram povos nativos, ao qual, eles deram o nome de “Índios”. A relação entre esses dois povos, de características e costumes tão distintos, se deu inicialmente com bastante estranheza. Junto ao primeiro governador geral, Tomé de Souza, em 1549, chegaram os primeiros jesuítas, entre eles o Padre Manoel da Nóbrega. Esses jesuítas vinham com intuito de catequizar os povos recém-descobertos, aqui no “Novo Mundo”, no século XVI. A figura eclesiástica esteve presente na sociedade brasileira desde sua gênese, o que implica pensar que não é possível considerar uma desvinculando-se da outra. Contudo, esse trabalho será pautado nessa premissa, ou seja, analisar essa relação secular, entre povos indígenas e Igreja Católica, observando as particularidades e as especificidades tanto da comunidade católica, como da sociedade indígena, que muito se aproximaram em determinados contextos históricos. O principal objetivo aqui é buscar a relação entre a Diocese de Ilhéus com a sociedade Tupinambá de Olivença, e vice-versa, na segunda metade do século XX. Mas para isso, será necessário discorrer um pouco sobre o histórico dessas duas categorias sociais.

### **Criação da Diocese de Ilhéus**

Em 1913, o arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Tomé de Souza, conseguiu por concessão da Santa Sé a criação de três novas dioceses na Bahia: Ilhéus, Caetitê e Barra. No dia 20 de outubro de 1913 o arcebispo de Salvador comunicou através dos meios oficiais a notícia de autorização para a criação da Diocese de Ilhéus. Até que, em 20 de outubro do mesmo ano, o papa Pio X, sob o amparo da bula *Majus animarum bonum* (Para o Maior Bem das Almas) autorizou a criação da diocese de Ilhéus, Caetitê e Barra, sendo essas, a partir de

---

<sup>102</sup> Discente do V semestre do curso de Licenciatura em História pela UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz). Bolsista de Iniciação Científica ICB/UESC. Endereço Eletrônico: [brunomello\\_15@hotmail.com](mailto:brunomello_15@hotmail.com).

<sup>103</sup> Professora Dr<sup>a</sup> Titular Pleno da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Endereço Eletrônico: [janetermacedo@yahoo.com.br](mailto:janetermacedo@yahoo.com.br).

então, desmembradas da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Segue um trecho da bula - *Majus animarum bonum* - solicitando a criação das três novas dioceses:

Nosso Santíssimo Senhor o Papa Pio X por decreto da sagrada Congregação Consistorial:

Dia 20 de outubro de 1913, dividiu, por solicitação do próprio arcebispo, o extenso território da diocese do Santíssimo Salvador da Bahia no Brasil em quatro partes, criando três novas dioceses: Barra, Caetité e Ilhéus. Atribuiu à diocese de Ilhéus as paróquias de Ilhéus, Olivença, Canavieiras, Belmonte, Santa Cruz, Porto Seguro, Vila Verde, Tramoso, Nossa Senhora de Lourdes do Angelim, Prado, Alcobaça, Caravelas, Vila-Viçosa, S. José de Porto Alegre, Itabuna, Barra do Rio de Contas, Marahú, Barcellos, Camamu, Igrapiuna, Santarém, Nova Boipeba, Boipeba Velha, Cayrú, Taperoá, Serapuhy, Guerem, e Valença. Compreendia 28 paróquias, algumas pertencentes às antigas capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro. Na época contava com 14 sacerdotes, além de 2 ou 3 frades no convento de Cairú, para atender toda a região do sul da Bahia.

Dessas três dioceses criadas na Bahia, nesse período, a diocese de Ilhéus tornou-se a mais importante, devido ao grande surto econômico no sul do Estado, por conta da explosão da economia cacaueteira. Nesse ano de 2013 a diocese de Ilhéus completará 100 anos de existência. A diocese hoje é composta por 40 paróquias, que estão inseridas num perímetro eclesiástico da Igreja Católica Apostólica Romana, sediada no Estado Brasileiro da Bahia.

### **Os Índios Tupinambá de Olivença**

Em 1680, foi fundado por missionários jesuítas um aldeamento indígena, onde hoje é conhecido como vila de Olivença. Desse período, até os dias atuais os índios Tupinambá de Olivença residem no território em torno da vila, numa região banhada por vários rios, como: Acuipe, Pixixica, Santaninha e Una. Os Tupinambá de Olivença estão inseridos num ecossistema de Mata Atlântica, na região sul do Estado da Bahia. Sua área situa-se a 10 quilômetros ao norte da cidade de Ilhéus, e se estende pela costa marítima da vila de Olivença até a Serra das Trempe e Serra do Padeiro.

Para compreendermos a vida social dos Tupinambá de Olivença, nos dias atuais, é necessário que pensemos em sua total filiação ameríndia. No transcorrer da história esses índios passaram por vários processos descaracterização, porém, isso não significou um abandono da condição de índios. Exemplo disto, é que os Tupinambá se consideram muitas vezes como “caboclos” ou “índios civilizados”, entretanto, enfatizam e reafirmam sua ancestralidade. Como bem aponta Manuela Carneiro da Cunha:

Ter uma identidade é ter uma memória própria. Por isso a recuperação da própria história é um direito fundamental das sociedades.<sup>104</sup>

No final do século XIX foi retirado pelo Estado os direitos diferenciados que os Tupinambá tinham, isso ocorreu pelo fato das visões restritivas que os órgãos oficiais tinham a respeito de quem era ou não indígena. Sendo assim, os debates e lutas em torno de uma política indígena efetiva, se tornaram bastante intensos. Com o advento da constituição de 1988 foi criada uma abertura legislativa para que as solicitações dos Tupinambá de Olivença, e também outros povos, fossem ouvidas e passassem a ter algum respaldo.

Os Tupinambá de Olivença foram reconhecidos pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio - oficialmente como indígenas a partir de 2001.

Atualmente esses índios vivem numa incessante luta pela demarcação das suas terras, o que vem ocasionando vários episódios catastróficos e violentos nessa região, entre os índios e os grandes latifundiários, que ocupam e exploram dessas áreas inseridas no espaço de pertencimento natural dos índios.

### **A relação entre: os Tupinambá de Olivença e a Diocese de Ilhéus, na segunda metade do século XX**

A relação entre Igreja Católica, e índios se fez de forma bastante intensa nos armistícios do século XVI e do XVII. Havia a figura dos jesuítas – representantes da Igreja Católica -, que vinham com o intuito de catequizar esses índios:

“Alguns padres jesuítas passaram a habitar em Ilhéus no final do século XVI com o objetivo de catequizar os índios das tribos dos arredores da vila. Em 1723 construíram um colégio para catequese dos filhos dos colonos e índios. Através da catequese esperavam diminuir as lutas entre portugueses e indígenas. Mas os padres só conseguiram catequizar as tribos Tupiniquins. Os Aimorés não se sujeitavam aos colonos nem aos padres.”<sup>105</sup>

Depois dos primeiros contatos, a vida na aldeia passou a ser organizada pelos jesuítas. Havia culto religioso a Deus e aos santos da Igreja Católica. Na concepção dos jesuítas, era preciso catequizar os índios, para torná-los “civilizados”:

“Agora, adeus arco formidável, adeus tacape, adeus cocar de penas de d’arara. Por conseqüência, adeus guerras, adeus cerimônias de massacres de prisioneiros. Mas ainda: não celebrarão jamais as grandes festas de iniciação, em que se infundia o

<sup>104</sup>CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), *Introdução a uma História Indígena*, In: *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003. p.20.

<sup>105</sup> COUTO, Edilece Souza, *A Festa da Puxada do Mastro de São Sebastião*, Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 1996. Originalmente apresentada como monografia de especialização em História Regional. p.17.

espírito de coragem aos neófitos; não celebrarão jamais as festas de cauim; nem irão jamais às aventurosas excursões venatórias às quais se sucediam longas orgias”<sup>106</sup>

Dentre os rituais manifestados pelos índios Tupinambá de Olivença, está presente a festa da Puxada do Mastro de São Sebastião. Essa é uma festa realizada todo segundo domingo do mês de janeiro, e vem desde os primeiros contatos entre jesuítas e índios. Os traços da festa sobrevivem ainda na tradição de Olivença. Foi uma festa criada pelos jesuítas como uma forma de homenagear São Sebastião, e em troca ter sua proteção contra fome, guerra e doenças. Os índios aprenderam com os jesuítas, a cultuar São Sebastião, mas empreenderam marcas de sua cultura na derrubada da madeira, na música e na dança que estão presentes no decorrer da festa.

Todo o trabalho necessário para a construção do mastro era desenvolvido pelos índios, porém, a organização da festa era feita pelos jesuítas.

Essa tradição de erguer mastros com bandeiras nos dias das festas de Santos foi aplicada no Brasil pelos portugueses.

“A bandeira do Santo, no alto do mastro, informa que ele está presente na sua festa e aguarda o concurso dos seus fiéis”<sup>107</sup>

A partir do momento em que o mastro – madeira -, trazido da mata pelos índios, chega até a praça da Igreja, a festa passa a ter o significado religioso, pois, o mastro agora servirá para sustentar a imagem de São Sebastião.

Os índios até certo ponto, viam a festa como uma competição (no trajeto da puxada do mastro, da mata até a praça da Igreja) ou brincadeira, mas assim que a influência dos jesuítas começou a se intensificar, os índios começaram a fazer a festa como uma homenagem a São Sebastião.

Essa festa da Puxada do Mastro de São Sebastião é um dos eventos em que vemos uma forte relação, entre Igreja e população indígena. Mesmo tendo sido re-significada com o passar do tempo, os traços primordiais dessa festa vieram a ser mantidos, não apenas pelos indígenas, mas por toda população de Olivença.

Segundo as autoridades indígenas de Olivença a relação com a Igreja Católica passou a ter um caráter diferenciado a partir do século XX e início do século XXI. Sai de cena aquela “submissão” – século XVI/XVII -, empregada aos índios, por parte da Igreja – na figura dos

<sup>106</sup> MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1940. p.321-2.

<sup>107</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do Folclore Brasileiro*. São Paulo, Martins, s/d. p.482.

jesuítas. Num momento em que a Igreja Católica utilizava de uma coerção, aplicando assim uma unanimidade religiosa.

“Quando os portugueses chegaram aqui, a Igreja Católica achava que nós não éramos filhos de Deus e queriam que fizéssemos parte da religião dos invasores. Hoje, a Igreja mudou. Ela apóia a nossa luta por intermédio do CIMI<sup>108</sup> e respeita nossa crença. Por isso aceitamos que venham celebrar missa aqui junto com o Pajé, com nossos cantos e rituais.”<sup>109</sup>

Os Tupinambá de Olivença vem buscando também apoio junto as autoridades religiosas de Ilhéus, sobre a questão da demarcação das terras indígenas nessa região. Foi publicada num blogger local, no dia 9 de agosto de 2012, a seguinte matéria:

“O bispo diocesano de Ilhéus, Dom Mauro Montangoli, se reuniu com lideranças indígenas na tarde de ontem (quarta, 08) para ouvir as demandas do povo tupinambá e tentar negociar uma saída para os constantes conflitos envolvendo índios e agricultores”.

Na reunião, o coordenador do Movimento Unificado dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia, Cacique Babau, e a Coordenadora Regional, a Cacique Maria Valdelice, entregaram a Dom Mauro um nota cobrando urgência na demarcação da terra Tupinambá.

No fim da reunião, os índios Tupinambá de Olivença também pediram ao Bispo que visite algumas áreas em conflito para verificar em loco e realidade dos indígenas e que Dom Mauro escreva ao Papa relatando a situação”<sup>110</sup>.

A presença dos índios Tupinambá se faz também na Pastoral da Criança, um organismo de ação social da Igreja Católica que tem como objetivo dar apoio integral às crianças no seu contexto familiar e comunitário. Nivalda Amaral Aborató, uma descendente indígena, e parente de um grande líder indígena – Caboclo Marcelino -, mãe de uma cacique Tupinambá, é uma das colaboradoras da Pastoral há mais de 26 anos, e ajuda a cuidar de 460 crianças, de zero a seis anos.

Mesmo diante de toda essa passividade que veio a existir com o passar dos anos na relação entre Igreja Católica e índios, vale ressaltar que esses indígenas fazem questão de reafirmar a todo o momento sua ancestralidade religiosa:

“Minha religião (diz Ivonete) é a natureza. Faço minhas orações para Deus Tupã, que criou o céu e a terra.”<sup>111</sup>

<sup>108</sup> Conselho Indigenista Missionário

<sup>109</sup> Equipe: Jornal Voz das Comunidades. *Na Serra do Padeiro a economia é coletiva, a política é participativa e a consciência é comunitária*. Jornal Voz das Comunidades, Brasil, dezembro/2011 a março/2012, p.5.

<sup>110</sup> Disponível em: <<http://www.blogdogusmao.com.br/v1/2012/08/09/dom-mauro-se-reune-com-indios-tupinamba/>> Acesso em 12/08/2012.

<sup>111</sup> Equipe: Jornal Voz das Comunidades. *A Marcha do Povo Tupinambá por Terra, Saúde e Educação no Sul da Bahia*. Jornal Voz das Comunidades, Brasil, dezembro/2011 a março/2012, p.4.

Diante do exposto, a de convir que o contato entre a Igreja Católica Ilheense e os índios Tupinambá de Olivença, passou por re-significações e transformações no transcorrer dos séculos. Transformações essas que veio a se caracterizar de forma benéfica, principalmente para os indígenas, quando pensamos nas diversas tensões e distensões desferidas pela Igreja Católica nos preâmbulos dos séculos XVI e XVII, não só sobre a comunidade indígena supracitada, mas sobre uma grande maioria das populações indígenas existentes aqui nas terras que posteriormente seriam chamadas de Brasil.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CAMPOS, João da Silva, *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do Folclore Brasileiro*. São Paulo, Martins, s/d.

COUTO, Edilece Souza, *A Festa da Puxada do Mastro de São Sebastião*, Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 1996. Originalmente apresentada como monografia de especialização em História Regional.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), *Introdução a uma História Indígena*, In: *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1940.

Material da internet:

Disponível em: <<http://www.blogdogusmao.com.br/v1/2012/08/09/dom-mauro-se-reune-com-indios-tupinamba/>> Acesso em 12/08/2012.

Disponível em: <<http://www.diocesedeilheusba.com/products/a-diocese-de-ilheus/>> Acesso em: 10/05/2013.

Disponível em: < <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tupinamba>> Acesso em 05/05/2013.

Reportagem no “Jornal Voz das Comunidades”:

“Na Serra do Padeiro a economia é coletiva, a política é participativa e a consciência é comunitária.” dezembro/2011 a março/2012, p.5.

“A Marcha do Povo Tupinambá por Terra, Saúde e Educação no Sul da Bahia.” Jornal Voz das Comunidades, Brasil, dezembro/2011 a março/2012, p.4.

---

## AÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA EM ILHÉUS DURANTE A DÉCADA DE 1930

Por: Lucas G. Melgaço<sup>112</sup>; Janete Ruiz de Macedo<sup>113</sup>.

Essa comunicação tem como objetivo apresentar os resultados de nossa pesquisa, que teve como objetivo principal compreender a ação política e social da Igreja Católica em Ilhéus durante a década de 1930.

Em 1891, a primeira constituição da República reiterou a laicidade do Estado, ou seja, o Estado se tornava neutro em questões religiosas. Tal laicidade já havia sido declarada através de um decreto de 1890.<sup>114</sup> O catolicismo, então, perde sua posição de religião oficial e passa a gozar, oficialmente, dos mesmos direitos das demais religiões.

Até aquele momento vigorava no Brasil o padroado, que estabelecia uma série de direitos e deveres entre Igreja e Estado. Porém, na prática, representava uma submissão quase completa dessa ao Estado. D. Pedro I e D. Pedro II,<sup>115</sup> que também gozavam de tais direitos, não o usou para o “bem” da Igreja, ou seja, não investiu na formação dos futuros padres, na criação de novas dioceses, na evangelização. Não facilitou ou contribuiu com a Igreja para que ela bem cumprisse o que considerava ser a sua missão.

A separação entre Igreja e Estado, apesar de ter sido recebida com espanto e reprovação oficial por parte do clero, possibilitou uma “revitalização” da Igreja, que livre da interferência do Estado podia cumprir sua missão sem obstáculos externos e oficiais. O clero brasileiro tornou-se mais próximo de Roma, novas dioceses foram criadas, as ordens religiosas voltaram a crescer e uma significativa quantidade de missionários estrangeiros ajudaram nesse processo de revitalização da Igreja brasileira.<sup>116</sup>

O que mais incomodava e assustava a Igreja nos primeiros anos de República eram as “ideologias modernas”, anticatólicas, que estavam por trás dos homens que agora governavam

---

<sup>112</sup> Estudante do curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz; bolsista da FAPESB; e-mail: lucas\_goncalves\_melgaco@hotmail.com.

<sup>113</sup> Professora orientadora.

<sup>114</sup> LUSTOSA, Oscar. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991. P.17

<sup>115</sup> Mais exemplos de ações de D. Pedro I e seu filho em relação à Igreja: ALVES, M. Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. Lisboa : Terceiro mundo, 1978. P. 13-25.

<sup>116</sup> MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004. P. 42

o país. O liberalismo, o positivismo, o ateísmo, contra tudo isso a Igreja lutou. Ela, apesar de ter aceitado a república como forma de governo legítima (posição oficial), não aceitou aquela separação radical entre o “Poder temporal” e o “Poder espiritual” pregada pela constituição. Teve início então um processo de reaproximação entre Igreja e Estado. Esse processo de “reaproximação” e “colaboração” teve seu ápice durante o governo de Getúlio Vargas.<sup>117</sup>

Com base na análise dos documentos disponíveis (jornais da época e carta pastoral coletiva dos bispos da Bahia) pode-se afirmar que a Igreja ilheense estava imersa nesse processo, e como tantas outras, experimentou essa tendência nacional de “luta” contra as “ideologias modernas” com o objetivo de “recristianizar” a sociedade, e de aliança com as elites, vista como um meio eficaz para o cumprimento desse objetivo.

Os bispos da Bahia, incluindo D. Eduardo, bispo de Ilhéus, em 1931 redigiram uma carta pastoral destinada “ao clero e as fiéis...”, que tem como título “carta pastoral coletiva” e como subtítulo: “sobre os males, as esperanças e os deveres da hora presente.” O subtítulo já nos diz muito. Os bispos se mostram insatisfeito e incitam aos fiéis há também se posicionarem da mesma forma em relação à situação atual do país. Seria um período de crise profunda e segundo a perspectiva católica, tal crise teria como uma de suas causas a não penetração do cristianismo na sociedade brasileira, a não vivência do cristianismo pelos seus membros. Ou seja, uma crise de religião teria se degenerado em uma crise mais ampla. Em nossa comunicação trataremos do conteúdo dessa carta com mais profundidade, tendo em vista que foi um dos documentos de maior relevância em nossa pesquisa.

Tratemos agora da ação social da Igreja em Ilhéus, essa muito mais documentada do que a ação política. A maior parte das informações obtidas sobre a ação social da Igreja encontra-se no Jornal Diário da Tarde.

No Brasil, desde muito cedo (século XVI) as obras de caridade da Igreja se fizeram presentes. A primeira instituição com esse fim a instalar-se no Brasil foi a santa casa de misericórdia. Ou seja, a ação da Igreja no âmbito social, mais especificamente de auxílio aos pobres, é de longa data. Mas aqui nos interessa especialmente as instituições com fins caritativos em Ilhéus.

---

<sup>117</sup> Obras que tratam desses conflitos e processo de reaproximação: MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004; ALVES, M. Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. Lisboa : Terceiro mundo, 1978; LUSTOSA, Oscar. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991.

Na década de 1930 duas sociedades com fins caritativos, ligadas a Igreja Católica, destacavam-se: A associação Santa Isabel e a Sociedade de São Vicente de Paulo. As duas são citadas com frequência nas páginas do Diário da Tarde. Suas atividades durante a década de 1930 foram fecundas.

A associação santa Isabel, durante a década de 1930 foi responsável pela criação de um ambulatório, que tinha como objetivo atender aos mais pobres. Também na mesma década, a Sociedade São Vicente de Paula fundou a “casa do mendigo”, um abrigo. Além dessas instituições de caridade permanente, eram realizadas por ambas as sociedades ações caritativas em datas específicas, como o natal. Em nossa comunicação traremos exemplos concretos das ações de ambas as instituições.

No âmbito do ensinamento social da Igreja<sup>118</sup> encontram-se questões como a relação entre patrões e funcionários, salários justos e uma série de questões que podem ser descritas hoje como “direitos trabalhistas”. Infelizmente em nossa pesquisa não encontramos documentos que tratassem dessas questões. Sendo assim, ao falar de ação social da Igreja, não foi possível ir muito além das instituições de caridade.

A partir dessa pesquisa, pode-se dizer que a Igreja Católica em Ilhéus foi uma grande promotora de ações sociais, criando instituições caritativas permanentes, mas também ações esporádicas em benefício dos pobres e doentes, e os principais patrocinadores de tais atividades, ao que parece, foram os membros da elite ilheense. E não poucas vezes, como foi característico durante o Governo de Getúlio Vargas, autoridades políticas se fizeram presentes nos eventos católicos e apoiaram tais campanhas. Autoridades políticas e a elite local deram significativo apoio à Igreja e às suas ações. Uma experiência próxima daquele modelo ideal, apresentado pelos bispos da Bahia na carta pastoral coletiva.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

- ALVES, M. Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. Lisboa : Terceiro mundo, 1978.
- GASTEL, C. Van. **A Igreja e a questão social**. Rio de Janeiro: Agir, 1956.
- LUSTOSA, Oscar. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

---

<sup>118</sup> Sobre doutrina social da Igreja há a interessante obra do padre dominicano Van Gastel: GASTEL, C. Van. **A Igreja e a questão social**. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

---

## **NOMEAÇÃO E POSSE DO BISPO DOM FREI EDUARDO JOSÉ HERBERHOLD, OFM CAP., NA DIOCESE DE ILHÉUS – BAHIA (1931).**

Oslan Costa Ribeiro<sup>1</sup>; Janete Ruiz de Macêdo<sup>2</sup><sup>119</sup>

### **Introdução**

Nesse trabalho apresentaremos os primeiros resultados encontrados sobre a nomeação, posse de Dom Frei Eduardo José Herberhold, (Ordem dos Frades Menores – Capuchinhos), segundo bispo da Diocese de Ilhéus em 1931. Esse plano de trabalho é financiado pelo PIBIC/UESC/CNPq-AF (2013-2014), e prevê a análise das ações pastorais do bispo Dom Eduardo, desde sua posse em 1931 até seu falecimento em 1939, e, integra o projeto de pesquisa: “Diocese de Ilhéus: ação religiosa, política, social e educacional da Igreja católica no sul da Bahia”, que se destina a investigar e analisar a trajetória histórica da Diocese de Ilhéus no decorrer dos cem anos de constituída, a partir de eixos temáticos tais como educação, política, ação social e patrimônio cultural.

A diocese de Ilhéus foi criada pelo papa São Pio X<sup>120</sup> através da bula *Majus Animarum Bonum*, de 20 de outubro de 1913, atendendo a solicitação da divisão da arquidiocese de São Salvador da Bahia por Dom Jerônimo Tomé da Silva, arcebispo primaz, criando finalmente as três novas dioceses no estado da Bahia: Barra, Caetité e Ilhéus.

Foi instalada solenemente em 08 de agosto de 1915, quando tomou posse da mesma o primeiro bispo Dom Manoel Antônio de Paiva, que permaneceu à frente da Igreja de Ilhéus até 1929, quando foi transferido pela Santa Sé para a diocese de Garanhuns, estado de Pernambuco. A diocese ficou em Sé Vacante de 1929 a 1931, período em que uma diocese fica sem bispo, liderada por um administrador apostólico até a nomeação e posse do novo bispo, que é nomeado pelo papa, e através da Nunciatura Apostólica se é divulgado que é o eleito.

### **Metodologia**

Esse plano de trabalho está sendo executado a partir de fontes já levantadas no acervo documental e fotográfico da Cúria Diocesana de Ilhéus. Nesse acervo temos os livros de

---

<sup>119</sup> Licenciando em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Email: [oslan@hotmail.com.br](mailto:oslan@hotmail.com.br) ; Professora Dra./Orientadora – DFCH/UESC. Email: [janeternacado@yahoo.com.br](mailto:janeternacado@yahoo.com.br).

<sup>120</sup> Pius PP. X, Giuseppe Sarto, 4.VIII.1903 - 20.VIII.1914. Em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_x/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/index_po.htm), acessado em 13/08/2013.

provisões e portarias, do tombo diocesano, e das duas cartas pastorais do próprio Dom Eduardo editado durante seu bispado (1931-1939), além de outros documentos produzidos pelo bispo franciscano e padres que, no clero ocupavam cargos importantes como o vigário geral da diocese e secretário do bispado, e também correspondências recebidas da Nunciatura e da Santa Sé Apostólica. Encontramos informações para sobre sua eleição e sagração como bispo da prelazia de Santarém no Pará, anúncio de sua transferência e eleição como bispo de Ilhéus, e o relato de sua posse na diocese de Ilhéus em 1931.

## **Resultados**

José Herberhold nasceu em 28 de julho de 1872, em Lippstadt na Alemanha. Foi batizado na igreja de São Nicolau. Foi o primeiro filho do casal Henrique Herberhold, operário metalúrgico, e Tereza Utzil, do lar. O pai faleceu em acidente de trabalho em 1882 causando grande impacto em sua vida e de sua família. Entrou para o seminário de Paderbon aos 13 anos, embora desejasse ser franciscano. Em 1889 ele e o irmão mais novo ingressam na Ordem Franciscana passando a se chamar, os dois, de Frei Eduardo e Frei Sigisberto, nomes religiosos, muito comuns em congregações religiosas.

Dom Eduardo fez seu noviciado em Harreveld – Holanda em 1890, em 1894, já diácono veio para o Brasil para as missões e o ensino. Em 1895 é ordenado padre no Recife e em 1897 chegou à Bahia, onde pregou missões nas localidades mais remotas do estado.

Nesse meio tempo, Frei Eduardo sempre conviveu com seus confrades no Convento de São Francisco da Bahia, em Salvador, e era muito requisitado para pregar retiros espirituais em diversos cleros do norte e nordeste do Brasil.

Pela circular nº 606, de 17 de janeiro de 1928, da Nunciatura Apostólica no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, é avisado de sua nomeação episcopal por Pio XI:

Exc<sup>ia</sup>. Rev<sup>ma</sup>.

Tenho o prazer de fazer a Exc<sup>ia</sup>. Rev<sup>ma</sup>. a comunicação official de que o S.º Padre se dignou de nomear a V<sup>a</sup> Exc<sup>ia</sup>. Bispo titular de Hermopolis Magna e como já lhe telegraphiei, - Coadjutor do Prelado de Santarém.

Renovo minhas felicitações e os votos ardentes de que Deus abençoe o ministério de Exc<sup>ia</sup>. com a abundancia das suas graças mais escolhidas.

Com perfeita estima distincta consideração subescrevo-me de Exc<sup>ia</sup>. Rev<sup>ma</sup>. em mui dedicado.

*Mgn Gydio Lari*  
*Encarregado de Negócios da Santa Sé*

Sua sagração realizou em Salvador em 06 de maio de 1928 e em seguida sua posse em Santarém, Pará. Em circular nº 5.571 da Nunciatura Apostólica no Brasil dirigida a Dom Frei Eduardo J. Heberhold, OFM Cap., prelado coadjutor de Santarém, no Pará, assim anunciava:

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro 1931

Exc<sup>ia</sup>. Rev<sup>ma</sup>.

Cabe-me cumprir com a grata incumbência de informar a V<sup>a</sup> Exc<sup>ia</sup>. Rev<sup>ma</sup>. de que o Santo Padre Pio XI<sup>121</sup> se dignou nomeá-lo Bispo de Ilhéos. Congratulo-me de coração com V<sup>a</sup> Exc<sup>ia</sup> deste novo testemunho de estima que lhe dá a Santa Sé Apostólica e formulo votos de V<sup>a</sup> Exc<sup>ia</sup> do desempenho do novo múnus<sup>122</sup> goze sempre largamente da assistência da divina graça. Com estes meus votos uno as seguranças que reitero da minha maior estima e distinta consideração com que prezo-me de ser de V<sup>a</sup> Exc<sup>ia</sup>. Rev<sup>ma</sup>. mui dedicado em Cristo

+ *Bento Arcebispo de Cesarea*<sup>123</sup>  
*Núncio Apostólico*

Em março de 1931, Dom Frei Eduardo toma posse na diocese de Ilhéus como segundo bispo como nos diz o auto de sua posse no livro de tombo da diocese de Ilhéus:

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos trinta e um. Aos vinte dois dias do mez de março, nesta cidade de Ilhéos, às 9 horas do dia, reunido o clero e o povo desta episcopal cidade e de outros logares desta diocese, na igreja cathedral de S. Jorge, estando presentes – eu, Conego Clarindo Ribeiro, Secretário do Bispado, e grande concurso de fieis, compareceram o Ex<sup>mo</sup>. Rev<sup>mo</sup>. Frei Dom Eduardo José Herberhold, e, apresentando a Bulla de S. S. Papa Pio XI, em que nomeava bispo desta diocese de Ilhéos, tomou posse real, actual e corporal da dita Santa Igreja e Bispado de Ilhéos. Revestiu-se de grande solenidade a cerimônia da posse que obedeceu as prescrições do Pontifical Romano, havendo missa por S. Exc<sup>ia</sup>. Rev<sup>ma</sup>., sermão pelo revmo. Sr. Padre Celso Monteiro, Cura da Sé, canto, música e Te Deum, officiado pelo Ex<sup>mo</sup>. Rev<sup>mo</sup>. Sr. Bispo d. Eduardo José Herberhold. Terminadas referidas cerimônias foi S. Exc<sup>ia</sup>. Rev<sup>ma</sup>. levado à residência episcopal pelas autoridades locais, pessoas de outras representação social e o povo e música. Ahí foi . S. Exc<sup>ia</sup>. Rev<sup>ma</sup>. mui felicitado pelos seus novos diocesanos com a mias franca expansão de alegria. E para que tudo conste, lavrei o presente Auto em que assignaram S. Exc<sup>ia</sup>. Rev<sup>ma</sup>. e sacerdotes presentes à cerimônia. Ilhéos, 22 de março de 1931.

+ *Frei Eduardo José Herberhold, Bispo*  
*Conego Clarindo Ribeiro, Secretario do Bispado*

<sup>121</sup> Pius PP. XI, Achille Ratti, 6.II.1922 - 10.II.1939.

Em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/index_po.htm), acessado em 13/08/2013.

<sup>122</sup> Múnus: tarefa, dever obrigatório de um indivíduo; encargo, obrigação. (HOUAISS, 2008, p. 1981).

<sup>123</sup> Benedetto Aloisi Masella, Arcebispo Titular de Cesarea de Mauritânia, Núncio no Brasil, entre 1927 a 1954. Em: <http://www.acidigital.com/Cardeais/consistorios.htm>, acessado em 13/08/2013.

*Mons. Padre Evaristo Gois Bittercourt*  
*Pe. Celso Monteiro, Vig° de Ilhéus*  
*Pe. Luiz Gonzaga Guimarães*  
*Pe. Roberto Lopes Ribeiro*

(LIVRO DE TOMBO DA DIOCESE DE ILHÉUS, 1915- atual, p. 7).

Esses resultados aqui apresentados dão início à pesquisa do plano de trabalho vigente partindo dessa documentação acima transcrita na íntegra, respeitando a grafia original, podemos ver que até a posse de Dom Eduardo na diocese de Ilhéus, sua vida teve um percurso até chegar aqui.

Dom Eduardo marcou a história da diocese e do povo de Ilhéus pelo seu carisma, extrema humildade e desprendimento das relações de poder. Após exatamente 74 anos de sua morte, o nome de Dom Eduardo é lembrado no cotidiano da cidade de Ilhéus nomeando praça, rua, escolas, postos de combustíveis, dentre outros.

Seu maior marco na diocese de Ilhéus foi, sem dúvida, ter iniciado as obras de construção da nova catedral, que até hoje pelo povo de Ilhéus é conhecida como a “Catedral de Dom Eduardo”. Dizia-se entre os mais antigos de Ilhéus que “quando a catedral ficasse pronta, o mundo iria se acabar”, porque no imaginário do povo, por ter sido uma obra tão grandiosa, ela nunca seria concluída, sendo inaugurada em 1967, 36 anos depois do início de sua construção.

### **Fontes primárias**

NUNCIATURA APOSTÓLICA NO BRASIL, circular nº 606, de 17 de janeiro de 1928;  
 NUNCIATURA APOSTÓLICA NO BRASIL, circular nº 5.571, de 05 de fevereiro de 1931;  
 Livro de Tombo da Diocese de Ilhéus – Bahia, vol. 1, 1915 (Em uso).

### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

CAMPOS, João da Silva. Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. 3ª edição. Ilhéus – Bahia: Editus, 2006, 819 p;  
 CONGRESSO DIOCESANO DE ILHÉUS SOBRE VOCAÇÕES (I). Salvador: Ed. Mensageiro da Fé, 1950, 171 p;  
 OLIVEIRA, José Gonçalves de. (Padre). Crônica histórica da Diocese de Ilhéus. 1967, 3 p;  
 SANTOS, Caetano Antônio Lima dos. (Bispo). Dom Eduardo José Herbehold, OFM – Segundo Bispo de Ilhéus: poema e documentário. Salvador: Escola Gráfica de Nossa Sra. de Loreto, 1967, 96 p;

VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011, 730 p.

---

## MOVIMENTO PENTECOSTAL EM ILHÉUS ENTRE 1991 E 2010

Tiago Nascimento Souza; Janete Ruiz de Macedo<sup>124</sup>

### INTRODUÇÃO

As pesquisas acadêmicas relacionadas ao pentecostalismo brasileiro tem aumento nos últimos 20 anos, isso está diretamente relacionado ao crescimento de adeptos dessa vertente do cristianismo no Brasil. Se observarmos a historiografia no início do século XX as pesquisas relacionadas ao protestantismo, que são poucas, são todas relacionadas ao protestantismo histórico<sup>125</sup>, com o surgimento do pentecostalismo, até a década de 80 não existem muitos trabalhos sobre os mesmos, e a maioria dos existentes são dos próprios adeptos, que desconhecem de rigor metodológico, e da crítica documental, confundindo a construção da história com suas convicções religiosas.

A partir da década de 80 começa um novo momento para o pentecostalismo, pode-se dizer que o neopentecostalismo é a interpretação brasileira do movimento trazido dos EUA. A história do pentecostalismo começa nos EUA, com o Movimento da Rua Azuza, liderada pelo Pastor W. J. Seymour de origem africana, o movimento alcança um grande número de pessoas, que compunham em sua maioria, pobres e negros; o movimento foi hostilizado no início por membros da Igreja Católica e também dos Protestantes de Missão, seus cultos eram caracterizados pelo alto grau de emoção, a *glossolalia*<sup>126</sup>, curas e exorcismo, porém a maior atenção estava voltada na *glossolalia*. Os primeiros membros do movimento da Rua Azuza, e também de outro movimento semelhante em Chicago, começaram a fazer viagens para apresentar suas novas doutrinas.

A primeira igreja pentecostal brasileira é formada pelo italiano, ex-presbiteriano, oriundo do movimento de Chicago, Louis Francescon, ele irá fundar em 1910 a Congregação

---

<sup>124</sup> Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Janete Ruiz de Macedo

<sup>125</sup> Refiro-me as igrejas formadas após a Reforma Protestante (presbiteriana, Luterana, Anglicana, Batistas), esses são considerados os protestantes históricos, ou protestantes de missão.

<sup>126</sup> *Glossolalia*: falar línguas em outros idiomas, ou mesmo estranhas a qualquer idioma.

Cristã no Brasil<sup>127</sup>, um ano depois em 1911 será a vez de Daniel Berg e Gunan Vingren após uma cisão dentro da própria Igreja Batista fundar a Missão de Fé Apostólica<sup>128</sup>, que mais tarde se transformaria em Assembleia de Deus. A CCB<sup>129</sup> irá se desenvolver, principalmente entre os italianos, já que seu fundador era italiano e não sabia falar português; é importante salientar que o Brasil no início do século XX estava passando por ondas de imigrações para suprir a mão-de-obra escrava alforriada, uma das características desses imigrantes era de formar colônias, algo que foi desencorajado pelo governo brasileiro, já que via nos imigrantes a possibilidade de embranquecer sua população e formar a tão sonhada “cultura brasileira”. Inicialmente a pregação da CCB será direcionada aos compatriotas italianos, já a Assembleia de Deus iniciará no Pará e terá uma prática semelhante à CCB, exceto no que diz respeito ao público principal de sua mensagem, que na Assembleia de Deus será mais variado.

O crescimento dessas igrejas foi gradual, e até a década de 50 a AD<sup>130</sup> e a CCB irão figurar no setor pentecostal sozinhas. A partir da década de 50 irá ocorrer a chamada segunda onda<sup>131</sup> do pentecostalismo, que será marcado pela fundação das igrejas: Deus é amor, Brasil para Cristo, Casa da Bênção e etc. as práticas serão quase iguais às outras, mas o que diferencia as igrejas da segunda onda das igrejas da primeira, é principalmente duas características: primeira seus líderes serão brasileiros, diferente da AD e da CCB que será fundada por Suecos e um Italiano, e a segunda é em relação a liturgia: enquanto a AD e a CCB irá valorizar a *Glossolalia* (herança do movimento americano), as novas igrejas irão direcionar suas pregações nos milagres e na cura de enfermidades; milhares de muletas serão colocadas em exposição na Igreja Deus é amor, para demonstrar o poder sobrenatural que está presente na igreja e no seu líder.

Os líderes das novas igrejas tanto de segunda onda, quanto da terceira, serão dissidentes da CCB ou da AD, estes afirmam terem sido vocacionados por Deus para um trabalho diferente. Essas ramificações será uma das características das igrejas evangélicas, varias novas igrejas serão fundadas por diferenças doutrinarias, de costumes, por brigas

---

<sup>127</sup> A Congregação Cristã no Brasil, atualmente é a segunda maior denominação pentecostal do Brasil, atrás somente da Assembleia de Deus, porém algumas igrejas consideram-na como Movimento Contraditório ou seita; na verdade a maioria dos membros da Congregação Cristã no Brasil, não se considera parte do movimento evangélico/pentecostal, uma das características do exclusivismo denominacional da igreja.

<sup>128</sup> Esse era o nome do Movimento da Rua Azuza nos EUA.

<sup>129</sup> Sigla dada à Congregação Cristã no Brasil.

<sup>130</sup> Sigla dada à Assembleia de Deus.

<sup>131</sup> Essa divisão de primeira onda em 1910/1911 com a CCB e a AD, segunda onda 1950 com Deus é amor, Brasil para Cristo e etc., e a terceira onda em 1980 com a IURD, IIGD e a Renascer será utilizada por Freston (1993).

persoais, desejos financeiros e decepções com suas lideranças. Atualmente é muito difícil especificar quantas igrejas existem no Brasil, pois novas ramificações surgem a cada dia, principalmente da AD e da Igreja Batista, que mesmo não sendo pentecostal, tem enfrentado um movimento chamada de “Igrejas Renovadas”<sup>132</sup>. Outro problema enfrentado pelas lideranças é a migração de igrejas, muitos membros de uma determinada igreja pedem transferência para outra. Durante um ano há uma troca de membros, muitos saem e outros entram.

A partir da década de 80, teremos a chamada terceira onda do pentecostalismo, chamado de neopentecostalismo, como a própria nomenclatura diz, esse passa a ser uma nova roupagem, ou melhor, uma nova interpretação do pentecostalismo, As três principais denominações será a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) fundada pelo Bispo Edir Macedo e seu cunhado, Romildo Ribeiro Soares (conhecido como R.R Soares), este último, depois de um ano deixa a IURD, e funda a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), a terceira é a Igreja Renascer em Cristo, fundado pelo casal Hernandes.

A nova onda pentecostal irá modificar drasticamente o quadro religioso no Brasil, de uma forma mais ousada, as novas igrejas da década de 80 terão como principal diferença o uso de todos os tipos de recursos para a propagação de suas doutrinas, a IURD, por exemplo, será pioneira no uso da televisão, a Renascer será a criadora dos mega eventos gospel, hoje bastante comum estes eventos serão formados pela Igreja Renascer, que utilizará recursos de shows, como luzes, fumaça e o estilo musical do rock, considerado satânico pelos evangélicos até então; realizarão também a locação de grandes espaços públicos, como estádios de futebol. A abertura evangélica, e a criação de várias igrejas, com doutrinas bastantes diferentes uma das outras, contribuiu de forma significativa para o crescimento protestante nas ultimas décadas no Brasil.

## **METODOLOGIA**

A metodologia compreenderá a análise de discursos da imprensa escrita como fonte histórica (jornais da cidade de Ilhéus), arquivos de igrejas como: atas de reuniões de

---

<sup>132</sup> As igrejas renovadas têm surgido com bastante força, membros que não concordam com todas as práticas doutrinárias daquela igreja, mas não querem migrar para outra decidem fundar uma nova igreja, adotando o mesmo nome, e acrescentando o título “renovada”, por exemplo: Batista renovada, Presbiteriana renovada.

membros, frequência de ceias e etc., além de uma análise em varias obras que discutem a área religiosa e protestante brasileira, sobretudo nos últimos anos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

WATANABE, Thiago Hiedo Barbosa. **A Construção da Diferença no Protestantismo Brasileiro** – Revista Aulas, ISSN 1981-1225 Dossiê Religião N.4 – abril 2007/julho 2007 Organização: Karina K. Bellotti e Mairon Escorsi Valério.

LÉONARD, E. G. 1963 *O Protestantismo brasileiro*, São Paulo, ASTE.

MENDONÇA, A. G. **Protestantismo no Brasil: um caso de religião e cultura.**

MENDONÇA, A. G. **Protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas.**

LOPES JUNIOR, Orivaldo P. 2003 **O protestantismo no Nordeste do Brasil.**

RIBEIRO, Lidice M. P. **O protestantismo brasileiro: objeto em estudo.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico - 2000*. Brasília: 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico - 2010*. Ilhéus: 2010.

CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada.

PAMPLONA, Willbhlison Magalhães; BRITO, Talita Araujo Rodrigues. Uma explosão pentecostal tipicamente paraense: A Assembleia de Deus.

SILVA, Igor José Trabuco da. “Meu reino não é deste mundo” – A Assembleia de Deus e a política em Feira de Santana (1972 – 1990). Dissertação Mestrado. UEFS

CAMPOS JR., Luis de Castro. O Desenvolvimento do pentecostalismo no Brasil e a questão regional.

ORO, Ari Pedro. Neopentecostais e Afro-brasileiros: quem vencerá essa guerra?

SILVA, Elizete da. **Conflitos no campo religioso baiano: protestantes e católicos no século XIX.**

MARIANO, Ricardo. O futuro não será protestante. USP.

---

## **“ONDE A FEITIÇARIA DOMINA”: O SABER MÉDICO E A PERSEGUIÇÃO ÀS PRÁTICAS DE CURA DO CANDOMBLÉ EM ITABUNA (1930-1950)**

Michelle Caroline Moreira Mansur<sup>133</sup>

Era no tempo de homens como Claudionor Alpoim e Francisco Ferreira<sup>134</sup>. Os dois prefeitos, o primeiro médico e o segundo engenheiro, representaram bem o espírito propulsor das reformas e planos de remodelamento na cidade de Itabuna entre as décadas de 1930 e 1950. A história da cidade se desenvolveu em torno da lavoura cacaueteira, que impulsionou sua economia e um fluxo migratório de trabalhadores vindo principalmente do sertão da Bahia e de Sergipe. Apesar de ter a vida social baseada numa economia agrícola, já em 1927, apenas 17 anos após a sua emancipação, a cidade já possuía projetos de reformas urbanas.

Ao contrário do que se possa imaginar, essa pesquisa não trata dos grandes feitos desses dois políticos. Eles apenas exemplificam a postura e as atitudes da política de uma época. Numa cidade que crescia tanto e que buscava uma política urbana que estivesse ligada aos valores de “progresso” e “civilização”, os dois representantes demonstravam um suporte técnico e prestígio para promover o remodelamento urbano que propunham.

Conectados a estes valores, estavam os ideais de saneamento e higiene em favor da saúde pública: caberia aos médicos sanitaristas e aos higienistas a implantação de planos de atuação no combate às doenças e epidemias, tanto no espaço público como no privado. Para tanto, era preciso sanear a cidade, melhorando as condições sanitárias e atuando contra práticas e hábitos populares que o poder público considerava insalubres.

Feirantes, lavadeiras, aguadeiros, vendedores ambulantes, donas de casa e carroceiros eram alguns dos principais personagens que rompiam e resistiam aos padrões de higiene impostos pelo poder público. Romper com a ordem estabelecida não significava que estas pessoas preferissem ou gostassem de conviver em uma cidade suja. Isto acontecia porque na maioria das situações, a ordem estabelecida pelo Departamento de Higiene Pública tentava

---

<sup>133</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC e especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC.

<sup>134</sup> Claudionor Alpoim foi nomeado pelo governador Juracy Magalhães para prefeito em 1932 durante a política Vargas. Francisco Ferreira foi nomeado prefeito em 1938 e por Landulfo Alves e governou até 1945.

adequar a cidade aos padrões estabelecidos pela elite, deixando de atender aos interesses destes trabalhadores.

As fontes revelam que o poder público, tanto na forma da guarda municipal, como da polícia e dos representantes legais da ordem estabelecida, tinham a intenção de controlar, de vigiar, de impor padrões e regras preestabelecidas para esta população. A intenção de silenciar, no entanto, revela também a resistência, a não conformidade, a luta contra os padrões que na verdade queriam excluí-los. Além dos personagens já citados, outros aparecem nas fontes como transgressores da ordem: os candomblezeiros.

Além de denúncias acerca do barulho que ecoavam dos terreiros nos momentos das festas e rituais, os jornais traziam à tona uma série de acusações sobre as práticas de cura do candomblé. As incriminações indicavam que os pais e mães de santo estavam exercendo ilegalmente a profissão de médicos. Receitando remédios e “garrafadas” e ajudando a curar doentes através do uso das plantas e folhas, os candomblezeiros exerciam uma disputa com os avanços da prática médica.

No período pesquisado, Itabuna contava com um hospital de grande porte que atendia a população carente da cidade e da região, a Santa Casa de Misericórdia, realizando internações e intervenções cirúrgicas, uma clínica particular, que também atendia como maternidade e uma Sociedade de Medicina e Cirurgia atuante onde os médicos se organizavam e trocavam experiências.

Mesmo com as melhorias na medicina oficial praticada na cidade, os candomblezeiros eram muitos procurados. Tanto por pessoas das classes populares, quanto por membros da elite local. As denúncias contra estes, no entanto, só eram efetuadas quando os casos resultavam numa piora do estado do doente ou na morte deste. Os episódios bem-sucedidos nunca foram denunciados como prática de feitiçaria ou exercício ilegal da medicina.

A imprensa sempre se referia ao candomblé com termos como “diabólico”, “pandemônio”, querendo relacionar esta religião a atos maléficis e também utilizava expressões como “descaração” ou “fábrica de loucos”, para atribuir a idéia de que quem frequentava os candomblés ou buscava ajuda para algum infortúnio, era bobo e gostava de ser enganado ou tinha algum problema mental ou relacionado à loucura. Enfim, estes sujeitos eram representados como um “problema” para a cidade.

Diante deste quadro surgiram os seguintes questionamentos: quais foram as medidas tomadas pelo poder público para melhorar as condições de higiene da cidade? Como se deu essa perseguição às práticas de cura do candomblé? Como a comunidade médica reagiu à concorrência com esta religião?

A escolha da cidade de Itabuna para a pesquisa se deu pela proximidade com as fontes e também por causa do grande número de terreiros de candomblé nessa cidade e de uma lacuna na historiografia regional sobre esses sujeitos. Raros são os estudos regionais que tratam da participação dos afro-brasileiros na construção da história local. Portanto, reconhecendo o candomblé como um dos meios de preservação do patrimônio simbólico africano no Brasil, esta pesquisa pretende contribuir para identificar a participação da população afro-brasileira na construção de tradições e costumes na região sul da Bahia.

As balizas cronológicas da pesquisa, 1930-1950, foram escolhidas em função da relação entre as reformas no espaço urbano de Itabuna e a repressão ao candomblé. Em Itabuna, em 1930, surgem nos jornais as primeiras notícias de uma sistemática repressão ao candomblé, que tem o seu auge no final da década de 1940. Já na década de 1950, começam a evidenciar-se práticas de tolerância em relação aos mesmos ainda que reservados ao espaço de manifestação folclórica.

As fontes utilizadas nesta pesquisa são em sua maioria hemerográficas. Foram lidos e analisados os principais que circulavam na cidade no período, além do Jornal Oficial do Município que me permitiu analisar os despachos da secretaria de Higiene Pública. Infelizmente essa documentação encontra-se incompleta. De muitos jornais não se conservou exemplares de vários anos. Isso dificultou traçar uma história linear. Desta forma, acabei optando por uma análise qualitativa destas fontes, interpretando os discursos e tentando traçar um perfil político de cada um deles.

O jornal *O Intransigente* foi o mais empregado neste trabalho. Publicado semanalmente e pertencendo ao Coronel Henrique Alves, este periódico iniciou uma campanha contra os candomblés na década de 1930. Com um discurso conservador, durante muitos anos assumiu uma postura de oposição à Prefeitura Municipal e divulgou os trabalhos dos médicos da cidade. Esses jornais foram encontrados no Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC) e no Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas.

Além de jornais foram utilizados o Código de Posturas do Município de 1933, Projeto de Saneamento de Itabuna de 1935, os Anais da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Itabuna (1941-1943), como também dois processos-crimes onde os acusados são incriminados por feitiçaria e exercício ilegal da medicina.

A partir dos Anais da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Itabuna consegui reproduzir o discurso dos médicos, produzidos por eles mesmos e também através das matérias nos jornais que geralmente reproduziam a fala deles em momentos de festas, inaugurações e entrevistas, ou seja, produzidos pela elite, que queria sempre disseminar os ideais de saneamento e higiene. Já o discurso dos candomblezeiros, que foram perseguidos por praticarem artes populares de curar, só é possível identificar através de uma análise adaptando o método de “escovar a história a contrapelo” de Walter Benjamin (1987).

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Magia, técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRAGA, Júlio. **Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1995.
- CARNEIRO, Édison. **Candomblés da Bahia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.
- CARVALHO, Philippe Murillo Santana. **Uma cidade em disputa: tensões e conflitos urbanos em Itabuna(1930-1948)**. Santo Antonio de Jesus: UNEB, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle epoque**. São Paulo: UNICAMP, 2001.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Desafricanizar as ruas: Elites letradas, Mulheres Pobres e Cultura Popular em Salvador 1890-1937**. Revista Afro-Ásia, n°s 21-22, p. 239-256, 1998-1999.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Ciência Médica e Medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: Medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

- MACÊDO, João Otávio de Oliveira. **Santa Casa de Misericórdia de Itabuna**: uma história edificante. Itabuna: Colorgraf Gráfica Editora, 1987.
- MAGGIE, Ivonne. **O medo do feitiço**: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- PÓVOAS, Ruy do Carmo. **A memória do feminino no candomblé**: tecelagem e padronização do tecido social do povo de terreiro. Ilhéus: Editus, 2010.
- PÓVOAS, Ruy do Carmo. **Da porteira para fora**: mundo de preto em terra de branco. Ilhéus, BA: Editus, 2007.
- PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REIS, João José. **Domingos Sodré**: um sacerdote africano - escravidão, liberdade e candomblé na Bahia no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1988.
- SANTOS, Flávio Gonçalves dos. **Os discursos dos afro-brasileiros face às ideologias raciais na Bahia (1989-1937)**. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 2001.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **História Geral da Medicina Brasileira**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TEIXEIRA, Rodolfo. **Memória histórica da faculdade de medicina do Terreiro de Jesus (1943-1995)**. Salvador: EDUFBA, 1999.
- THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (Orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- VÁRIOS AUTORES. **O negro no Brasil: trabalhos apresentados no 2º. Congresso Afrobrasileiro (Bahia)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1940.

---

## UMA ENTREVISTA COM MAKOTA VALDINA

Camila Nunes Sena Silva<sup>135</sup>; Luiza Nascimento dos Reis<sup>136</sup>

Criado em 1959, o CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais pretendia ser um centro que permitisse o intercâmbio entre os pesquisadores, o conhecimento acerca das relações Brasil-África além de possibilitar o diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade

---

<sup>135</sup> Graduanda do curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz. Bolsista de I. C FAPESB.

<sup>136</sup> Professora Orientadora. Este trabalho integra o Projeto Trajetórias Intelectuais do Centro de Estudos Afro Orientais (UESC/CAPEF/FAPESB).

negra. Além disso, o centro possibilitava cursos que instruíam pessoas que não eram da academia; buscando atender aos anseios dessas comunidades.

O presente texto pretende fazer a apresentação de uma entrevista realizada com Valdina Pinto, através do Projeto “Trajetórias Intelectuais do Centro de Estudos Afro Orientais”. Esta entrevista, realizada em outubro de 2012, em sua residência, tem duração total de 30 minutos e resultaram em cinco laudas que foram transcritas por mim.

Valdina Pinto de Oliveira nasceu no Bairro do Engenho Velho da Federação, em 15 de outubro de 1943 e desde pequena conviveu com a presença de comunidades negras de terreiro de Candomblé. Reside nesse bairro ainda hoje. Em sua juventude, sempre esteve envolvida em ações sociais juntamente com seus pais, Paulo de Oliveira Pinto – Mestre Paulo – e sua Mãe, D. Eneclides Oliveira Pinto, conhecida por muitos como D.Neca. Já na fase adulta, com a sua saída da religião Católica, com a qual fez várias obras sociais no bairro onde morava, começou a ter um novo olhar sobre sua matriz africana, sobretudo as religiões afro-brasileiras<sup>137</sup>.

Através da entrevista com Valdina pode-se destacar algumas informações relevantes. Inicialmente, Valdina afirma: “O meu conhecimento com o CEAO foi através da biblioteca. Eu ia muito no tempo do Garcia ficar lá como leitora”. Segundo Valdina, esta biblioteca representava um ponto de encontro para as “comunidades afro religiosas” e uma indispensável fonte de informação e acessibilidade aos livros sobre assuntos ligados à cultura afro.

Alguns cursos com temáticas diversas também eram oferecidos no CEAO. Valdina, naquele momento professora de religião em escolas secundárias de Salvador, participou do curso de história da Palestina. Este curso foi o primeiro realizado por Valdina no CEAO. Ao longo da entrevista, a professora também citou os cursos de Iorubá e Kikongo. Sobre o curso de Iorubá, disse: “era muito gostoso”. Em relação aos participantes dos cursos de língua, comentou:

O curso de Kikongo e Iorubá eram na maioria ligados às pessoas do culto afro. Então, quem era do queto fazia um curso de ioruba. Então, era composto mesmo de pessoas do culto afro, ou do queto, do angola, do jeje. De certo modo servia pra gente, porque o que a gente tem é oralmente, da língua mesmo, do estudo da língua mesmo; ajudou à todos nós. (OLIVEIRA, 2012).

A participação e convivência da comunidade afro no CEAO, segundo Valdina, eram tão significativas que se consideravam “a família CEAO”. Outro ponto comentado na

---

<sup>137</sup> Informações retiradas do site: <http://www.mariapreta.org/2009/11/serie-sua-opiniao-sobre-o-racismo.html>, acessado dia 08/08/13.

entrevista refere-se à satisfação de Valdina ao participar ativamente de eventos promovidos pelo CEAO. Ressalta que muitas vezes foi “convidada a participar como sujeito”. Um desses eventos corresponde à criação do Museu Afro Brasileiro. Esta militante comenta que a aquisição das peças se deu por meio da mobilização com a comunidade afro religiosa através do centro de estudos, responsável pela criação do museu. Além disso, é mencionada também a viabilização de intercâmbios Brasil-África que segundo Valdina: “sempre era convidada a receber os africanos, os estrangeiros”.

Yêda Pessoa de Castro é citada constantemente na entrevista pois seria “uma pessoa fundamental [...] Foi quem realmente abriu as portas da Universidade através do CEAO e abriu para a comunidade negra na época”. Contudo, nem todos os pertencentes à comunidade negra comungavam da mesma opinião em relação à diretora do CEAO. Segundo Valdina, havia comentários tais como: “a porque, a branca, a loira é quem tá na frente”. No entanto, Valdina reafirma a inserção que Yêda permitia à comunidade: “[...] quando tinha que ir a algum lugar ela falava várias vezes ‘ah Valdina, vou botar seu nome’, e ela foi fundamental”. A partir dessa informação, percebe-se que a entrevistada afirma que a professora Yêda foi a principal responsável pela entrada da comunidade negra no CEAO. Com isso, surge o questionamento: Qual seria a relação da comunidade negra com o CEAO antes da gestão da professora Yêda Pessoa de Castro como diretora do CEAO?

Quando perguntada sobre outros pesquisadores do CEAO, Valdina referiu-se rapidamente a Vivaldo da Costa Lima lembrando de sua contribuição e de seu trabalho de pesquisa numa sala do CEAO. Em relação à Waldir Oliveira, nenhuma palavra. Outras pessoas também são citadas por Valdina. Personalidades como o professor Ubiratan Castro, Jefferson Bacelar e Jocélio Teles.

Sobre o candomblé não são feitos muitos comentários. Vejamos o que a mesma diz a respeito:

Hoje me conhecem como Makota justamente por causa disso. Minha militância eu assumi enquanto religiosa do candomblé e não como educadora que eu era naquela época, mas justamente pra desmistificar e para ser sujeito de nossas falas. Porque outros falavam sobre e mostravam, mas às vezes eu leio e falo: ‘o candomblé não é isso’. É preciso que alguém fale no candomblé sem esses estereótipos todos, sem esse exotismo, sem esse folclorismo todo [...] (OLIVEIRA, 2012)

Ao final Makota aponta para a relação entre o movimento negro e a Ditadura Militar:

Naquela época a sede do movimento negro era as casas dos militantes. Então era parte de um documento num canto, era parte no outro, quer dizer; era assim. Não podia ficar tudo no mesmo lugar, porque não podia. Não tinha liberdade pra isso. Todo mundo se juntou; as associações de moradores. Agente pra se reunir era sempre um caso sério porque tinha sempre os olheiros; tudo era considerado subversivo, imagina alguma coisa com movimento negro; porque hoje se fala por aí

e ir em busca do direito. Antes, qual direito que tinha? As coisas que tinham não podia denunciar. (OLIVEIRA, 2012)

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

D'ÁVILA, Jerry. O Brasil no mundo lusotropical. \_\_In: **Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980.** p. 23-54. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DANTAS, Beatriz Góis. A construção e a significação da “pureza nagô”. \_\_In: **Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. cap. 4, p. 145-215.

OLIVEIRA, Valdina Pinto. Entrevista Gravada. 30 min. 2012. Realizada por Luiza Reis.

*Racismo, aqui não! - Makota Valdina.* Disponível no site <http://www.mariapreta.org/2009/11/serie-sua-opinio-sobre-o-racismo.html>. Consultado em 08/08/13.

REIS, Luiza Nascimento. **O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964).** 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

## **SESSÃO 08:**

Leituras e diálogos no campo da  
História

---

## **RIO CACHOEIRA (ITABUNA/BA): REPRESENTAÇÕES E PERCEPÇÕES EM DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA AMBIENTAL.**

Por: Alyne Martins Gomes<sup>138</sup>

Este artigo apresenta a monografia de pós-graduação em História do Brasil, intitulada Rio Cachoeira (Itabuna/Ba): representações e percepções em diálogos com a história ambiental. O trabalho buscou discutir e compreender se as imagens diversas do Rio Cachoeira pintados pelo artista Walter Moreira em muito do seus quadros poderiam ser a representação da percepção que homens e mulheres moradores da cidade de Itabuna - banhada por este Rio Cachoeira – têm a respeito do mesmo. A investigação está amparada na topofilia, e pretendeu extrair do imaginário e da simbolização apresentada nos quadros do artista a percepção que se têm do rio Cachoeira. Para tanto, ao passo em que se apresentou uma discussão sobre a história ambiental da cidade de Itabuna, também enxergou este elemento - o rio - para além de um cenário ambiental.

A seguir, um breve levantamento bibliográfico e que de certo apontou alguns dos caminhos que percorremos durante a realização da pesquisa. Para iniciarmos, optamos por esclarecer a pertinência da temática ambiental no seio das discussões historiográficas. Assim, dedicamos parte do nosso estudo monográfico para apresentar e ou lembrar alguns historiadores cujos trabalhos desenvolveram-se em torno desta temáticas.

Começamos pois, citando Regina Duarte (2005), segundo quem “o fato dos historiadores terem dirigido suas atenções de forma tão sistemática em direção à natureza, a ponto de criarem um novo “ramo” de estudos, demonstra muito bem como a produção do conhecimento histórico se faz em sintonia com seu próprio tempo”.

Contudo, podemos afirmar que foi através da iniciativa promovida pelos Annales em ampliar as fontes e os objetos ou temas de pesquisas historiográficos que amparou esse novo “ramo” como preferiu chamar DUARTE (2005), a ampliação possibilitou que temáticas como a natureza pudesse ser tomada como ponto integrante do desenrolar das ações humanas para

---

<sup>138</sup> Graduada em História, pós-graduada em História do Brasil pela Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: alynegitab@yahoo.com.br.

muito além do que cenário. A História Ambiental considera a natureza elemento essencial para própria existência humana.

Mas o que significa natureza? Se pensarmos na semântica de tal palavra, perceberemos que há inúmeros sentidos que pairam sobre o termo e, que este, designa “realidades aparentemente inconciliáveis. Natureza é a floresta, os rios, os animais, algo material e objetivo. Mas também o caráter, a índole de uma pessoa, algo espiritual e subjetivo” (CASTRO, 1992, p.30).

Manuel Antônio de Castro no ensaio “Ecologia: a cultura como habitação” (CASTRO, 1992, p. 13-33), propõe que consideremos o termo ecológico a partir do significado etimológico de oikos, da aproximação de conceitos de ecologia e cultura, ligada à ideia de conjuntura e da lembrança da tríplice acepção de cultura enquanto habitar, cultivar e cultuar.

E ambiental? O que abrange tal termo? O meio ambiente é como um conjunto de todos os elementos contidos em um espaço e que foram modificados pelas ações humanas, segundo Donald Worster (1991, p. 202).

A compreensão da recorrência de conflitos entre diferentes formas de percepção, sensibilidade e atitudes humanas diante da natureza, e também, a apreensão e interpretação desses fenômenos em uma perspectiva temporal não é externa ao campo de interesse da historiografia.

Faz-se oportuno lembrar que a história do homem está diretamente ligada às relações que ele desenvolve com outros homens e também com o meio em que vive. As transformações promovidas no meio ambiente, resultado das ações humanas e das novas tecnologias, tornaram a questão ambiental uma das maiores preocupações nas sociedades atuais. Tais fatos provocam as ciências sociais - em particular a história - a retirar as questões ambientais do papel de pano de fundo ou cenário, colocando-as dentro da discussão historiográfica.

O conceito de História Ambiental é relativamente recente no país. Em termos internacionais, pelo menos desde a década de 1970, vários trabalhos vêm sendo desenvolvidos sob essa abordagem. Nos últimos anos, tem aumentado o número de trabalhos de história sobre natureza e meio ambiente no Brasil.

Fazem parte daqueles que mais recentemente tem se dedicado a temática Ambiental os autores: Maria Elice Brzezinski Prestes com o texto *A investigação da natureza no Brasil Colônia* (2000); José Augusto Pádua e o livro *Um sopro de destruição- pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 - 1888)* publicado em 2004; Regina Horta Duarte com *História e natureza* (2005); Priscila Marchini Martins que escreveu o artigo *História, Natureza e Cultura: algumas perspectivas historiográficas recentes* (2006). Além desses autores, a seguir serão apresentados, outros estudiosos que incentivaram/iniciaram os debates sobre a história ambiental no Brasil.

Em artigo publicado no Brasil, no início da década de 1990, o historiador norte-americano Donald Worster concebeu a história ambiental como uma “ampliação da perspectiva da história” para além das fronteiras nacionais e que atentasse para o lugar e o papel do meio ambiente na vida humana, uma história muito mais inclusiva. Sua principal meta é aprofundar nossa compreensão de como os seres humanos têm sido afetados pelo seu ambiente natural através do tempo e, inversamente, como eles têm afetado o ambiente e com que resultados". (Worster, 1991).

Warren Dean (2002), considerado pioneiro da história sobre o meio ambiente brasileiro, com o estudo *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira* classificava de “história ecológica”, realizou pesquisas sobre a exploração da borracha amazônica e influenciou pesquisadores como José Augusto Pádua. No seu estudo *A Ferro e Fogo*, Dean apresenta muito mais que uma crítica a forma de exploração da borracha (ou ainda da floresta), apresenta uma denúncia as práticas devastadoras desta exploração.

José Augusto Drummond em seu artigo *História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa* “para os clássicos das ciências sociais, as sociedades humanas estavam, portanto, fora ou acima da "história natural", ou do "tempo geológico” adotado a duras penas no estudo dos atores vivos e mortos da natureza.” (DRUMMOND, José Augusto. 1991, p.179).

Em *Um Sopro de Destruição*, José Augusto Pádua apresenta “a existência de uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural por parte dos pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888, muito antes do que convencionalmente se imagina como sendo o momento de origem desse tipo de debate.” (Pádua, 2004. p.76). Neste estudo, de José Augusto Pádua (2004) examinou a percepção crítica da degradação ambiental e seus efeitos sociais pelo pensamento político brasileiro, de fins do século XVIII e no século XIX ampliou temporalmente o início das discussões sobre as

questões ambientais, e colocou os pensadores brasileiros na vanguarda do pensamento e do estudo acerca das questões ambientais.

Todavia, como o próprio Pádua afirma, seu estudo adentrou por um território onde encontravam-se esquecidos autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX cujos pensamentos sobre os dilemas ambientais foram ignorados pela historiografia. Isto posto, parece claro que, para além da relevância contemporânea de se compreender as relações entre os seres humanos e a natureza e o apelo, diante dos graves problemas ambientais que tem-se apresentado, os historiadores não poderiam fugir a esse debate.

Um autor que permite indagar sobre as questões ligadas a percepção das sociedades frente a natureza é Keith Thomas. Em seu livro *O Homem e o Mundo Natural* (Thomas, 1988), trata das atitudes dos homens para com os animais e a natureza durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Thomas apresenta os pressupostos que fundamentaram as percepções, raciocínios e sentimentos dos ingleses no início da época moderna frente aos animais, plantas e paisagem física, atendo-se a um ponto fundamental da história humana: o predomínio do homem sobre o mundo natural. Thomas acaba por fornecer um panorama daquela que, ele mesmo acreditava ser uma das grandes contradições da civilização moderna, ou seja, o conflito crescente entre as novas sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana.

Cabe aqui, citar ainda o trabalho *Os historiadores e os rios*, de Victor Leonardi (1999), sobre o “desaparecimento” da cidade de Airão, no vale do rio Jaú, na Amazônia. Na busca por esclarecer o arruinamento desta cidade, Leonardi apresenta seus métodos de pesquisa, suas fontes documentais, orais e imagens, relacionadas a textos oficiais e escritos de viajantes, de modo a transparecer as possibilidades de fontes.

Porto-Gonçalves (2004), em seu livro *O Desafio Ambiental* esclarece que com o advento do ambientalismo pós anos 60, cresce a consciência de que há um risco global. Tudo indica que haveria uma crise, diante não só de uma flexibilidade que deriva da consciência de que as ações humanas estão retornando aos executores, como também que o planeta é um só e a desordem localizada num determinado bairro, cidade, região, país não fica confinada a esses lugares.

Poderíamos dizer até que este entendimento demonstra a ideia de não externalidade do homem com relação a natureza, ao menos do ponto de vista econômico, posto que em

particular os Planos e Programas que surgem voltam-se primeiramente as áreas de Florestas onde a relação de dependência aparece mais claramente.

Ou seja, deste modo, a construção de comunidades e sociedades sustentáveis deve partir da reafirmação de seus elementos culturais e históricos, do desenvolvimento de novas solidariedades e do respeito à natureza (DIEGUES, 2003). Abrindo uma nova perspectiva sobre a abordagem da história ambiental, Simon Schama (2009) no livro *Paisagem e Memória*, busca identificar a mitologia da natureza no Ocidente em suas várias manifestações. O autor faz uma análise detalhada e profunda das significações atribuídas à paisagem natural em diversas épocas e lugares.

A perspectiva de Simon Schama se diferencia das de Dean e de Pádua. Para o autor, a natureza influencia a memória coletiva e o sentimento de identidade nacional ou regional. Não tem a preocupação de entender a organização da sociedade, mas discutir a relação entre a natureza e identidade nacional, demonstrando como a “floresta tornou-se símbolo, recurso, motivo e lugar da memória e da identidade de um povo”.

Um dos autores que tem pensando a questão da natureza e tem dialogado com a obra de Simon Schama, é Gilmar Arruda. Em sua pesquisa, desvenda a construção do imaginário sobre as relações entre as cidades e os sertões na sociedade brasileira dos fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Tanto Simon Schama quanto Gilmar Arruda (2000), procuram entender a identidade nacional a partir de análise cultural.

Assim como Gilmar Arruda, Maria Ligia Prado (1999), anteriormente, abordara discursos sobre a natureza e suas relações com as construções das identidades nacionais. Em seu livro *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*, entre outros temas, a autora analisa imagens da natureza e sua relação com a construção de identidades nacionais na América Latina.

A perspectiva historiográfica de Telmo Marcon se diferencia de todas as perspectivas historiográficas aqui apresentadas. O autor, para a realização de sua pesquisa, como relatado no artigo intitulado *Cultura e Natureza: Modos de Vida dos Caboclos do Goio-Em (SC)*, tem trabalhado com as relações homem-meio, cultura-natureza, modos de vida-espço, o que, segundo ele, “ajudaram a pensar o espaço como construção histórica”. Sua pesquisa foi desenvolvida tendo como referência documental as fontes orais.

A escolha do referencial bibliográfico a partir de trabalhos escritos sobre a história ambiental logo se juntaram as produções teóricas calcadas na representação, percepção, imaginário, topofilia, relação sociedade natureza, afetividade, cultura e ecologia social, entre outros, que subsidiaram esta pesquisa. Para tanto, consideraremos o autor Yu-fu Tuan (1980), em sua obra *Topofilia - um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*, como um dos principais norteadores das ideias acerca de percepção ambiental que utilizamos durante o processo de interpretação das fontes históricas utilizadas, especificamente, os quadros de Walter Morerira. A leitura e interpretação desta obra influenciou toda uma rede de desejos em aprofundar o estudo das ideias e valores em relação a percepção das binômio itabunenses-Rio Cachoeira.

Assim, nossa pesquisa teve como espaço histórico a cidade de Itabuna, que se localiza nas margens do Cachoeira cuja bacia percorre parte da chamada Região Cacaueira da Bahia. Pesquisamos, porém, não a partir de uma temporalidade linear - embora tenhamos um recorte temporal - pois as ideias de passado, presente e futuro se misturam, como em uma “roda de fumaça” (Atlan, 1992, p.9) em particular quando se elege como fonte histórica obras de arte. Delas, buscamos filtrar visão, percepção e simbolização do Rio Cachoeira.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a História e a Memória*. 1ª Ed. Baurú/SP: Edusc, 2000. 255p.
- ATLAN, Henri. *Entre o Cristal e Fumaça*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zhar editor, 1992. 272p.
- CASTRO, Manuel Antônio de. *Ecologia: a cultura como habitação*. In: SOARES, Angélica; org. *Ecologia e Literatura*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1992, p. 13-33.
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n.8. 1991, p. 171-197.
- DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Rio de Janeiro: Editora Autêntica, 2005. 111p.
- LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 12 e Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- MARINS, Priscila Marchini.. Espaço Plural — Ano VI - Nº 14 - 1º Semestre de 2006 — Versão eletrônica disponível na internet: [www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber).

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição- pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 - 1888)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 320p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004. 179p.

PRADO, M. Lígia C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999, 228p.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 645p.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. Companhia das letras. 3ª Ed. São Paulo, 1988. p.288-302.

TUAN, YI-FU. *Topofilia – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Revista Estudos Históricos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, Vol. 4, No 8, 1991.p.198-215.

---

## **D. AMÉLIA DE LEUCHTENBERG, SEGUNDA IMPERATRIZ DO BRASIL.**

Por: Renato Drummond Tapioca Neto<sup>139</sup>

### **Introdução:**

Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I, é uma das personagens da história nacional pouco conhecida pelos brasileiros, apesar de ter sido Soberana do país, mesmo que por um período de pouco mais de um ano. Casada com o imperador em 1829, ela saiu da Europa, atravessando o oceano Atlântico, rumo a uma terra desconhecida, para se deparar com uma nação de comportamento e costumes bastante alienígenas aos seus. Entretanto, em vez de se resignar diante das circunstâncias, a jovem tratou de trazer disciplina à corte carioca e seu monarca, ganhado, inclusive, a estima da população. Apesar da pouca idade, fora uma mulher de bastante fibra e coragem, demonstradas em várias ocasiões de sua vida, como, por exemplo, durante a guerra travada por D. Miguel e D. Pedro para recuperar o trono de Portugal. Viúva aos 22 anos, D. Amélia passou o resto de seus dias em luto, até sua morte em Janeiro de 1873, aos 70 anos de idade, dedicando-se a obras de caridade, entre outras tarefas. Destarte, o presente texto pretende trazer a figura da segunda Imperatriz do Brasil, abordando sua trajetória, utilizando-se de biografias e dados referentes à mesma.

---

<sup>139</sup> Graduando em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); e-mail: drummond\_renato@yahoo.com.br.

#### **D. Amélia, uma perspectiva histórica.**

Apesar de ter saído de um continente considerado pelos seus habitantes como cultural e intelectualmente superior ao Brasil, a jovem Amélia de Leuchtenberg tinha plena consciência do papel que deveria desempenhar como futura soberana daquela nação localizada abaixo da linha do Equador. Ela, assim como tantas outras princesas de diferentes casas dinásticas (inclusive como aconteceu com a Imperatriz D. Leopoldina), fora enviada para uma terra distante, para se casar com um homem que dantes só havia conhecido por pinturas que, como se sabe, realçavam as boas qualidades do retratado e escondiam os prováveis defeitos físicos. Se por acaso nutria esperanças de um dia retornar à pátria, essas talvez pudessem ser bem desanimadoras. Entretanto, Amélia viria para mudar de uma vez por todas a vida de D. Pedro I e da corte brasileira. Desde que aportara na baía de Guanabara em 16 de outubro de 1829, fora recepcionada com muito carinho pelo povo brasileiro e pelo apaixonado marido, além de ser a personagem central das festas que se seguiram em louvor ao casamento real e à sua florescente beleza, mencionada por muitas testemunhas do período e sempre lembrada por seus posteriores biógrafos.<sup>140</sup>

Ao se analisar os retratos da bela Amélia no tempo de mocidade<sup>141</sup>, pode-se notar um conjunto de características que formam um quadro agradável aos olhos de quem observa: uma pele rosada, porte ereto, e um busto avantajado que sustentava o rosto em formato de coração, com lindos olhos azuis, lábios carmim e bochechas vermelhas, emoldurados por uma basta cabeleira de tons escuros. Era como se fosse uma dessas donzelas dos romances da Era Vitoriana, virginal e inalcançável em seu recato. Todavia, esse ideal de passividade seria uma coisa da qual a nova Imperatriz não poderia contar, uma vez que várias reformas precisavam ser feitas no paço real, não necessariamente de cunho arquitetônico, mas sim nos costumes de seus habitantes. Muitos foram os cronistas que reclamaram da falta de organização na corte do Rio de Janeiro e sem dúvida esse foi um fator que desagradou àquela jovem acostumada ao luxo e ao requinte do reino da Baviera. Não obstante, deveria ocupar no coração dos filhos do imperador o lugar que estava vago desde a morte de D. Leopoldina: o de mãe.

Sendo assim, seria árdua a tarefa daquela jovem, que, apesar das dificuldades, guiou com maestria todos os seus deveres. Não só conseguiu instaurar um protocolo na corte, como

---

<sup>140</sup> Ler sobre as bodas de D. Amélia em [O Segundo Casamento do Imperador](http://rainhastragicas.com/2013/04/16/o-segundo-casamento-do-imperador/) – 2013. Disponível em: <http://rainhastragicas.com/2013/04/16/o-segundo-casamento-do-imperador/>. Acesso em 11/08/2013.

<sup>141</sup> D. Amélia de Leuchtenberg nasceu em 31 de Julho de 1812.

também soube cultivar o amor de seus enteados, que carinhosamente passaram a chamá-la de “querida mamãe”. Foi com horror que havia constatado que qualquer indivíduo poderia ter acesso ao paço da Quinta e à figura do Imperador. Destarte, ordenou que para falar à D. Pedro I, antes se deveria marcar antecipadamente uma audiência. Nas palavras de Mary Del Priore,

“... Feminina, belíssima e moça, Amélia não só inspirou a Ordem da Rosa, condecoração criada pelo marido em sua homenagem, com a legenda “Amor e Fidelidade”, como consolidou nos trópicos um *savoir-vivre* característico das cortes europeias – algo que Leopoldina se esquecerá de trazer na bagagem, com os livros de botânica e mineralogia” (PRIORE, 2012, pag. 245).

Empenhara-se, pois, em disciplinar o funcionamento do palácio, impondo horários a serem cumpridos com rigor por seus servos e habitantes, introduzindo também o refinamento dos serviços e da indumentária, além de impor o francês como língua oficial da corte.

Aos filhos de D. Pedro, tratara de administrar o ensino que lhes era dado para garantir que esse fosse o melhor possível, adequado aos moldes de outras crianças reais da Europa. Sempre que podia, tentava agradá-los, e fazer de tudo para lhes ser uma boa mãe. O Imperador, pelo que se sabe em tudo consentia no comportamento de sua esposa, que para ele era “minha salvadora” e a do Brasil. Todavia, diferentemente do lema da Ordem da Rosa, Pedro não se manteve totalmente fiel à sua adorada Amélia, embora seus casos extraconjugais houvessem diminuído consideravelmente se comparados com os tempos em que era casado com D. Leopoldina. Em fato, é possível dizer que a nova Imperatriz tinha mais fibra do que sua antecessora para controlar o gênio explosivo do marido, sempre que podia. Mas a popularidade que o novo casamento real traria para o soberano duraria pouco, pois no coração de seus súditos pairavam dúvidas acerca de suas verdadeiras intenções para com o Império. E essa, por sua vez, era uma questão que estava muito longe de ser solucionada por aquela belíssima princesa bávara.

Por concordar em pagar uma indenização ao reino de Portugal em troca do reconhecimento da independência do Brasil, as pessoas achavam que D. Pedro I estaria dividido entre sua pátria de nascimento e a sua de adoção. Não obstante, a culpa pela morte da primeira Imperatriz ainda lhe recaía sobre os ombros. Desse modo, o soberano acreditava que uma viagem deveria ser feita pelas outras províncias, juntamente com a nova consorte, para que sua reputação fosse devidamente restaurada, e então partira para Minas, na esperança de lá ser tão bem recepcionado quanto o fora em 1822. Infeliz engano! Encontrou entre a população um clima tão hostil, que lá só permaneceu por dois dias. Ao retornar para o Rio em

11 de março, sua chegada fora saudada por uma querela entre portugueses, que desejavam uma monarquia sem parlamento, e os brasileiros, num episódio que ficou conhecido como “A Noite das Garrafadas”. Não obstante, a deposição do rei Carlos X da França (primo de Pedro pelo lado Bourbon), naquele ano de 1830, e a substituição do mesmo pelo burguês Felipe de Orleans, fizeram com que aqui no Brasil aumentasse a animosidade para com o regime. Estava claro, então, que não só a vida do Imperador e de sua família corria risco, como também a da instituição monárquica.

Diante de tais demonstrações de ódio, não restara a D. Pedro outra opção que não abdicar em favor de seu filho de cinco anos; e a bela Amélia, que talvez esperasse passar todos os seus dias seguintes neste solo, se viu mais uma vez a caminho da Europa, juntamente como a enteada D. Maria da Glória e o esposo, que retornava à Portugal para reconquistar o trono de sua filha das mãos do irmão. Tendo permanecido pouco mais de um ano no Brasil, agora ela já não mais seria Imperatriz reinante daquelas terras, nem tampouco rainha de Portugal, mas sim duquesa de Bragança, título esse que a colocava abaixo apenas de D. Maria II da Glória. A partida fora marcada para a madrugada do dia sete de Abril de 1831, no silêncio da noite, para não despertar a curiosidade da população.

D. Pedro deixava para trás com um beijo de despedida seus quatro filhos (Januária, Paula, Francisca e Pedro), e rumava com a primogênita e a mulher para a fragata *Warspites* que os conduziria à Paris. Uma vez lá, participou de muitos eventos e reuniu-se com generais para planejar a derrocada de D. Miguel. Não obstante, pode se rejubilar com a notícia de que sua esposa estava finalmente grávida, permanecendo ao lado dela até o nascimento da filha, em primeiro de dezembro daquele ano, batizada de Maria Amélia. Após o ocorrido, o duque de Bragança dirigiu-se para seu país de origem, enquanto a bela duquesa permanecia na capital francesa, cuidando da filha e da enteada, e tratando de conseguir apoio para a causa do marido junto às tropas que um dia serviram ao seu pai Eugênio, assim como de outras casas monárquicas.

Foram batalhas sangrentas as que se seguiram entre Pedro e Miguel, porém o duque de Bragança sairia vitorioso da querela, reencontrando em 1833 suas filhas e consorte. O que ele não sabia, contudo, é que sua longa carreira de intensas atividades físicas e militares acabariam por cobrar o seu preço. Tendo duas costelas fraturadas, e com o coração e o fígado hipertrofiados, D. Pedro faleceu na tarde de 24 de setembro de 1834 no palácio de Queluz (o mesmo em que nascera), nos braços de sua esposa. Com tão só 22 anos, a bela Amélia já era

viúva e o único consolo que lhe restara era a educação da herdeira, a quem ela se dedicou de corpo e alma. Conta-nos sua biógrafa, Claudia Thomé Witte, que,

“A educação de Maria Amélia era a preocupação fundamental da ex-imperatriz, que não media esforços para que a filha tivesse acesso aos melhores professores portugueses e bávaros. A princesa correspondia às expectativas da mãe e desde cedo se tornou exímia pianista, fluente em português, francês e alemão, chegando a estudar física e se formar no gabinete da Universidade de Munique, aos 19 anos” (WITTE, pag. 45).

Juntas, mãe e filha ainda empreenderiam inúmeras viagens pelo continente europeu, afim de que a educação da princesa fosse a mais esmerada possível. Mas, infelizmente, a vida aplicaria outro duro golpe na vida da viúva duquesa de Bragança: em fevereiro de 1853, com apenas 21 anos, falecia Maria Amélia, na ilha da Madeira, após ter contraído tuberculose.

## **Conclusão**

A partir de então, os dias seriam nada felizes para aquela mulher de 40 anos. Guardara um luto fechado tanto pelo marido quanto pela filha, dedicando-se a obras de caridade como a criação de um hospital para tuberculosos carentes, na ilha da madeira (instituição ainda existente). Todavia, mesmo na velhice e na solidão, é possível dizer que aquela outrora linda jovem Imperatriz ainda conservava a graça e a postura de seus primeiros tempos, como se pode observar nas fotografias tiradas da mesma durante esse período. O corpo embalsamado da duquesa de Bragança, estudado em 2012 pela arqueóloga Valdirene do Carmo Ambiel, nos mostra que ela padecia de muitas dores, quando de sua morte em janeiro de 1873, aos 70 anos de idade: sofria de escoliose, dores de cabeça e no peito. Fora sepultada originalmente no panteão de São Vicente, junto de seu consorte de da princesa Maria Amélia, até ser trazida em 1982 para a cripta Imperial, localizada no interior do Monumento ao Centenário na Independência, no bairro no Ipiranga (SP). Com efeito, se faz necessário um resgate da memória de nossa segunda Imperatriz, com o intuito de que ela não fique apenas conhecida como a esposa mumificada de D. Pedro I, mas sim como a grande dama que foi; mulher de fibra e maravilhosa desenvoltura, que viveu em um período conturbado e contribuiu de forma significativa tanto para a História do Brasil, quanto para a de Portugal.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:**

AMBIEL, Valdirene Do Carmo. Estudos de Arqueologia Forense Aplicados aos Remanescentes Humanos dos Primeiros Imperadores do Brasil Depositados no Monumento à Independência. 2013. 235 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

PRIORE, Mary Del. A carne e o sangue: A imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos. – Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

REZZUTTI, Paulo. Domitila: a verdadeira história da Marquesa de Santos. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SCHMIDT, Maria Junqueira. A segunda imperatriz do Brasil. – São Paulo: Melhoramento, 1927.

WITTE, Cláudia Thomé. Amélia, a imperatriz de Luto. – Revista História Viva, São Paulo, p. 40-45, abril de 2013.

**Sítio:**

<http://rainhastragicas.com/> - Último acesso em 15 de setembro de 2013.

<http://causasperdidas.literatortura.com/> - Último acesso em 15 de setembro de 2013.

---

## ANÁLISE DOS ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIOCULTURAIS NAS FESTIVIDADES DO CINQUENTENÁRIO DE ITABUNA (1960).

Por: José Fagner Silva dos Santos<sup>142</sup>; Janete Ruiz de Macedo.<sup>143</sup>

### Introdução

A cidade de Itabuna, localizada no sul da Bahia, tem grande destaque no cenário baiano, e em alguns determinados aspectos, tem relevante destaque nacional, muitos desses destaques se deram por conta de eventos que marcam a cidade, o “sete de setembro”, o “carnaval” e o “dia da cidade”, porém considerada por muitos que participaram do evento e outros tantos que apenas ouviram falar como o maior espetáculo histórico já realizado na cidade, este evento foram às festividades em comemoração aos cinquenta anos de emancipação política de Itabuna. Tal festividade teve grande repercussão mesmo porque os veículos de comunicação da época, a exemplo de rádio e jornais, noticiavam com ênfase a tal festa que teve a adesão da sociedade, mobilização das autoridades locais e participação de

---

<sup>142</sup> Estudante do curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz; Email: [jfagnersantos@hotmail.com](mailto:jfagnersantos@hotmail.com).

<sup>143</sup> Professor Orientador.

autoridades da Bahia e de Sergipe. A partir disso pretendemos realizar uma pesquisa para tentarmos compreender o quão esse evento é importante para a memória da cidade.

Diante disso acreditamos que a presente pesquisa justifica-se, em grande parte, por contribuir para difundir um pouco mais da cultura de nossa cidade na década de 60, reafirmando o seu significado, importância e servindo como um documento útil para aqueles que desejam pesquisar festividades da região e a História de Itabuna. A partir da análise de documentos como jornais, documentários, fotografias e fontes orais, desenvolvemos um trabalho que ressaltará de certa forma valores culturais de nossa região haja vista que tal evento mobilizou além de Itabuna, distritos como Buerarema e Itajú e foi palco da “X parada dos Cometas”.

É importante destacar que as festas constituem-se em uma importante manifestação cultural que pode ter sua origem em um evento sagrado, econômico, social ou até mesmo político. No entanto só é possível compreender a significância de uma determinada festa dentro de uma sociedade se investigando como ela se expressa, haja vista que numa determinada sociedade se desenvolve múltiplas linguagens, através de performances culturais, que expressem o imaginário, o desejo, as tradições e, sobretudo a identidade de um determinado grupo.

A antropóloga Rita Amaral (1998 p. 18) defende a tese que a festa constitui uma mediação entre diferentes dimensões culturais, categorias e símbolos, nesta perspectiva é possível encontrar várias interpretações num determinado evento, o pensamento desta vai de encontro ao do pesquisador Paul Claval (1999), na qual afirma que a cultura como herança transmitida, pode ter sua origem num passado longínquo, porém não se constitui num sistema fechado, portanto a concepção de cultura como um sistema aberto permite compreender a dinâmica de algumas manifestações culturais, que de algum modo passa por transformações e intensificações nas suas formas de comunicação, neste sentido a festa exerceria o papel de analisar o modo como uma sociedade se organiza e como ela própria se ver, fortalecendo o argumento de Amaral (1998, p. 16) na qual destaca que a festa é o espaço onde a sociedade se reconhece e escreve sua história tal como ela compreende; partindo destas afirmações é notável o dinamismo da sociedade e, portanto seus atos e significados de festejar se diferenciam ao longo do tempo.

Fazendo uma análise da obra de Émile Durkheim, *As formas elementares da vida religiosa* (1968), é possível perceber a importância de uma festa para a sociedade haja vista

que segundo ele “ As cerimônias festivas reavivam os laços sociais, que por ventura com o tempo podem se desfazer, ao mesmo tempo que os indivíduos são reafirmados como seres sociais”, com o tempo a consciência coletiva tende a perder suas forças e um modo de reafirmar esses laços de coletividade é através de uma festividade, pois segundo Durkheim (1968, p. 535), assim como na religião o indivíduo desaparece no grupo e passa a ser dominado pelo coletivo, vai afirmar também que a festa é capaz de colocar em cena o conflito entre as exigências da vida e a própria natureza humana, segundo seu modo de ver as festas refazem e fortificam o espírito fatigado pelo trabalho cotidiano, de modo que nas festas o indivíduo tem acesso a uma vida menos tensa, mais livre, está inserido em um mundo em que sua imaginação está mais a vontade (Durkheim, 1968, p. 542), Partindo desse pensamento as festas não só tem uma importância por fortalecer os laços sociais, mas também porque reaviva o bem estar dos individuo que fazem parte da sociedade.

Ressaltamos, por fim, que nosso recorte cronológico deriva das leituras que estamos realizando das fontes, o diário Oficial de Itabuna 1960 e jornais como *O intransigente*, *A tarde*, *Diário de Itabuna* no período de 1959 e 1960 servem de fundamental importância para a realização desta pesquisa, além do acervo de fotografias dos antecedentes até o dia da festa em 28 de julho de 1960, a partir desses documentos e de relatos de pessoas que participaram e organizaram o evento é que retrataremos um dos maiores eventos que marcou não só a memória dos itabunenses, mas a história dessa cidade que é enriquecida de cultura.

## **Metodologia**

A proposta metodológica Consistiu em promover um estudo historiográfico acerca dos acontecimentos que fizeram parte dos cinquenta anos de emancipação política da cidade de Itabuna, procurando fazer um dialogo com as fontes utilizadas a fim de produzir um texto critico levando em consideração a trajetória desta festa, as relações socioculturais, a (re) construção de uma identidade coletiva e, sobretudo a criação de uma memória partindo da significação deste festejo para a história desta cidade. Portanto, um estudo de natureza sociocultural que se aproxima das perspectivas da Nova História Cultural presentes em autores como: Michel de Certeau, E.P.Thompson, entre outros.

A principal fonte para a análise histórica é essencialmente os recortes de jornais da época *O intransigente*, *A tarde*, *Diário de Itabuna* no período de 1959 e 1960 e as fotografias do evento estes serão de fundamental importância para a produção deste trabalho, que trabalhará a construção de uma memória a partir destes registros, além da oralidade, como a

entrevista com Sr. Walmir Rosário que esteve na festa do cinquentenário e é parte viva desta história.

Pierre Nora (1993, p. 14) nos explica que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. A narrativa oferece expressão à memória e identidade coletiva. Ainda conforme este autor explica, para sobreviver, a memória precisa de ritos, ordenações e práticas de lembranças, dentre estes se encontra a oralidade. Isto por que: “o que nós chamamos de memória, é de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de lembrar” (NORA, 1993: p.15).

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. In: *Cadernos de Ciências Humanas- Especiaria*, Ilhéus, v. 10, n. 18, p.737-793, jul.-dez. 2007.

AMARAL, Rita de Cássia, 1998, “A alternativa da festa à brasileira”, *Sexta-Feira: Antropologia Artes e Humanidades*, 2: 108-115.

CLAVAL, P. Geografia Cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R. L. e

ROSENDHAL, Z. (Orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. - Rio de Janeiro:EDUERJ, 1999. Pp. 59 – 97.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. Paris: PUF, 1968.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989,

SODRÉ, Valmir. **Projeto Memória e Lugar: Fragmentos do Passado**. Itabuna, UESC, 22 mar. 2005. Entrevista a Janete Ruiz de Macedo, Philipe Murilo Carvalho e Rodrigo Muniz.

ANDRADE, José Dantas de. *Documentário histórico ilustrado de Itabuna*. Itabuna: Gráfica Editora Itabuna LTDA, 1968.

GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *O jequitibá da Taboca*. Ensaio histórico de Itabuna. Itabuna: Oficinas gráficas da imprensa oficial da Bahia, 1960.

SILVEIRA, Adelino Kfoury. *Itabuna, minha terra*. Itabuna: Gráfica Santa Helena, 2002.

---

## AS CARTAS DO CENTRO DE ESTUDOS AFRO – ORIENTAIS EM 1967

Por: Jéssica Silveira Souza<sup>144</sup>; Luiza Nascimento dos Reis<sup>145</sup>.

Grande parte do acervo do Centro de Estudos Afro - Orientais (CEAO) é composto pela correspondência trocada internamente entre membros do CEAO bem como destes para com outros intelectuais, políticos, amigos, integrantes de movimentos sociais e religiosos. As cartas de 1967 as quais pude sistematizar somam um total de 255 cartas que datam de 02/01/1967 a 21/12/1967, sendo elas as recebidas internacionais, emitidas internacionais, recebidas UFBA, emitidas UFBA e internas. As cartas em sua maioria são datilografadas, e algumas poucas manuscritas. Geralmente as manuscritas são de mais difícil compreensão seja pela letra de quem as escreveu ou por algumas estarem rasuradas. Outra dificuldade que encontrei ao ler e resumir as cartas é que algumas estão redigidas em língua estrangeira sendo Inglês, Francês ou Espanhol. Notei que cartas em Inglês foram enviadas pela UNESCO.

Através do estudo das cartas pude observar que o Centro não limitava o seu interesse exclusivamente ao continente africano, mas sim ao mundo em geral. Eles mantinham contato com diversos países entre eles China, Índia, Israel, Arábia dentre outros com o objetivo principal de compreender e conhecer um pouco sobre cada cultura. Algo da rotina do Centro, que pude observar nas cartas, era a realização de cursos e palestras. Os eventos eram planejados e organizados por correspondência a exemplo do Estudo sobre o Teatro Japonês:

Por sugestão do Prof. Waldir Freitas Oliveira, diretor deste Centro, estou executando um plano de estudo e de divulgação do teatro Japonês, principalmente o nô, kabuki e bunraku, o teatro clássico, enfim. O objetivo deste plano é a organização no CEAO, de um serviço de documentação desse teatro, como manifestação de cultura, a que se seguirá uma série de cursos e conferências, aqui e possivelmente em outras universidades do Brasil. (Carta enviada em 02/01/1967, de Néelson Araújo, Chefe do setor de publicações do CEAO, para Padre Vendelino Lorscheiter).

Em sua grande maioria os palestrantes de eventos de cunho internacional, eram pessoas que trabalhavam na embaixada do país aqui no Brasil ou pessoas que estavam de

---

<sup>144</sup> Jéssica Silveira Souza. Estudante do Curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz; E – mail: [silveira.jeu@gmail.com](mailto:silveira.jeu@gmail.com). Bolsista de I.C. Fapesb.

<sup>145</sup> Luiza Nascimento dos Reis, Professora Orientadora. Este trabalho integra o projeto de pesquisa *Trajéórias Intelectuais no Centro de Estudos Afro-Orientais* (UESC/CAPES/FAPESB).

visita ao Brasil, ou simplesmente atenderam ao convite, desde que custos com o transporte não fossem altos.

O CEAO era uma instituição organizada. A liberação de qualquer coisa que saísse do Centro ou da Universidade somente seria possível com a autorização do Diretor do CEAO, Waldir Oliveira, ou do Reitor da Universidade Federal da Bahia, Dr. Miguel Calmon. Com o falecimento do mesmo quem assumiu a reitoria foi Roberto Figueira Santos. Os conteúdos de algumas cartas são de pessoas pedindo autorização, para se ausentarem do Centro, ou ainda para irem buscar uma mercadoria que estava por vir, para liberação dos pedidos. Conversas sobre liberação de livros para professores visitantes que vieram ministrar cursos, ou de pessoas que querem fazer doações de livros também foram encontrados nas cartas.

As questões burocráticas do Centro são os conteúdos mais abordados no ano de 1967. Temos liberação de horas extras para funcionários em função de obras no Centro, ou em função de trabalhos a serem realizados. Alguns professores que já haviam passado pelo CEAO como palestrantes enviam cartas a Waldir Freitas. Há cartas com pedidos de professor efetivo ou temporário, ou ate mesmo um que reincidiu contrato, e desejam atuar no Centro. Como exemplo temos o senhor S. K. Das e Prof. Rolf Reichert. O Sr. S. K. Das que gostaria muito de retornar ao Brasil e ensinar no CEAO passou o ano de 1967 trocando cartas com Waldir Oliveira, tentando articular um modo de se vincular ao CEAO. O Prof. Rolf Reichert, que reincidiu contrato em 01/04/1967, enviou uma carta a Waldir Oliveira solicitando um retorno no primeiro semestre de 1968. Este comunicou ao reitor:

Em princípios deste ano o Prof. Rolf Reichert, aceitou do convite da Georgetow University (Washington D.C) solicitou rescisão do seu contrato com a Universidade da Bahia, tendo partido para a África do Norte, visando a organização de um dicionário, tomando por base o dialeto marroquino. Estando já em vias de concluir seu trabalho, demonstra o Pro. Rolf Reichert o desejo de regressar ao Brasil e á Universidade da Bahia, solicitando um novo contrato de trabalho a partir de fevereiro de 1968. (Carta enviada em 25/10/1967, de Waldir Oliveira, Diretor do CEAO, para Roberto Figueira Santos Reitor).

O problema financeiro era muito presente no Centro não somente no ano de 1967. Através das cartas foi possível notar que este era um dilema presente em outros anos. O próprio salário do Prof. Rolf Reichert, ao sair do CEAO, ficou faltando ser pago um mês e foi resolvido um tempo depois. Outro caso, que eu pude acompanhar através das cartas, foi do Sr. Deoscóredes M. dos Santos que ganhou uma bolsa através do contrato firmado entre o CEAO e a UNESCO para realizar um trabalho na Nigéria – África. Ele seguiu para a Nigéria com a

esposa “Juanita”. A partir da leitura das cartas pude observar o descontentamento sobre a questão financeira. Diversas vezes foram enviadas cartas a Waldir Oliveira relatando as dificuldades enfrentadas por Sr. Deoscóredes e sua esposa. E Waldir Oliveira certa vez lhes respondeu dizendo:

[...] já lhe expliquei acerca das dificuldades relacionadas com a contabilidade, para o recebimento e envio para a África de qualquer quantia relativa ao contrato firmado entre a UNESCO e este Centro de Estudos. (Carta enviada em 21/02/1967, de Waldir Oliveira, Diretor do CEAO, para Sr. Deoscóredes M. dos Santos).

O intercambio estudantil e de professores passava grandes dificuldades, pois não existia uma determinação de quem deveria financiar os estudos e as pesquisas. O CEAO realizava o trabalho de intermediador entre o Itamaraty e UNESCO com os estudantes e pesquisadores. Muitos gostariam de continuar suas pesquisas em outros países, mas nem todos conseguiram ter a mesma sorte que Sr. Deoscóredes, que conseguiu um contrato com a UNESCO, onde além de pesquisar teria a pesquisa publicada. Ao se articular a vinda e ida de algum estudante ou professor, requeria muito tempo e principalmente paciência para liberação de algumas verbas que demoravam a sair. Apesar das dificuldades de financiamento, tive o prazer de encontrar uma carta que era um convite formatura de dois estudantes africanos:

Tenho o prazer de convidar V.Exa. e Exma. família para honrarem com suas presenças a recepção que este Centro de Estudos dará às 20 horas do próximo dia 14, em homenagem aos Srs. Olumuwyia Opaleye e Akinkunmi Oladepo akinpelu, bolsistas africanos que ora concluem o Curso Médico pela Faculdade de Medicina desta Universidade. (Carta enviada em 12/12/1967, de Prof. Guilherme S. Castro, para Prof. Nelson de Araujo).

A Revista *Afro - Ásia* foi tema de algumas cartas, em que sua maioria falavam sobre possíveis trabalhos a serem publicadas pela revista, e dos últimos ajustes nos trabalhos já enviados para publicação. Em uma carta de esclarecimento ao reitor, Waldir Oliveira explicava que no Rio de Janeiro a Revista *Afro - Ásia* já, as edições nº 2 e 3, estavam sendo impressas na gráfica. No ano de 1967 pude observar movimentações e articulações sobre possíveis reformas administrativas a serem realizadas tanto no Centro de Estudos quanto na Universidade. Nada de muito conclusivo temos para o ano de 1967 para essas possíveis reformas apenas que o CEAO se manteria independente e com direção própria.

Ao trabalhar com as Cartas do Centro de Estudos Afro – Orientais pude coletar informações importantes sobre o funcionamento do Centro e também sobre o que estava acontecendo no Brasil no em 1967. Em algumas cartas amigos de Waldir Oliveira pediam notícias do Brasil e as respostas de Waldir Oliveira eram extremamente esclarecedoras. Além de contar os fatos ele ainda realizava sua análise sobre as situações. A correspondência do

CEAO se mostra uma fonte muito rica para o estudo da história do CEAO e também da Universidade Federal da Bahia.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e desafio da descolonização africana (1950-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

REIS, Luiza. “África volta à Bahia: o Centro de Estudos Afro-Orientais e o intercâmbio de estudantes africanos”. In: TRAJANO FILHO, Wilson (Org.). *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia, 2009. p. 141-169.

\_\_\_\_\_. *O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

---

## **OS COMUNISTAS BRASILEIROS E AS QUESTÕES DE GÊNERO ENTRE 1922 E 1949.**

Por: Alane Sousa Ferreira

O presente projeto trata a respeito da relação do partido comunista do Brasil e as lutas da mulher no cenário político da época. Através das análises da imprensa comunista, buscou-se compreender de que modo as mulheres e as questões feministas estavam inseridas no interior do PCB e nos projetos de transformação da sociedade, propostos pelos comunistas. Não se abarca na pesquisa as ações das militantes, e sim, como o Partido posicionava-se diante da luta da mulher, e formulava teses e deliberações em relação às questões de gênero.

Foi utilizada a coleção digitalizada de 161 jornais, ‘A CLASSE OPERÁRIA’, principal órgão de imprensa do partido, o qual emitia as posições da direção partidária, para o cumprimento dos objetivos. Através da investigação nos jornais, foi elaborado um banco de dados para catalogação das matérias encontradas, sendo realizada a partir de então tabelas, cuja análise consistiu essencial para as conclusões deste trabalho. Além dos jornais, no que se refere a pesquisa bibliográfica, alguns livros se destacaram na compreensão tanto da história do partido, quanto da história da mulher. A autora Zuleika Alambert, política e líder feminista, também militante do PCB em sua obra *Feminismo o ponto de vista Marxista* traz o resgate crítico a respeito dos pensamentos de Marx, além de destrinchar sobre o partido, suas medidas e concepções com relação às questões femininas, e ainda, o papel preponderante da

mulher na luta de classes. Ainda na investigação bibliográfica, foram averiguadas monografias, como a tese da Leticia Pires da Universidade Tuiuti Paraná *'As representações Anticomunistas sobre as Mulheres do PCB no Período de 1945-1956'*.

Foram analisados exatamente 160 exemplares do Jornal A Classe Operária, do período de 1922 a 1949, salientando que trata de uma coleção incompleta. Dos 160, 30 deles com reportagens que pensaram de alguma forma sobre a mulher, seja como mãe, trabalhadora, esposa, ou militante, além daquelas matérias que foram escritas por algumas delas. Os 30 jornais averiguados totalizaram 73 matérias catalogadas. Teve destaque o ano de 1946, no qual foi encontrado maior numero de matérias, com o total de 43. Ano em que o partido vivenciou alguns momentos na legalidade e adotaria a política de 'frente ampla popular e democrática' abrindo-se para as massas. Com o PCB na legalidade o jornal elaborava um numero maior de matérias que circundavam com facilidade, e a partir da abertura política do partido e o trabalho com as massas objetivando a sua sobrevivência e do movimento operário nas eleições, possibilitou maior adesão feminina a causa revolucionária, e a mulher ganhou mais visibilidade no interior do partido.

O período que segue de 1946 a 1947, pode ser considerado o de maior interesse para a pesquisa, visto que nessa fase é conferido um numero superior de informações importantes sobre a atuação feminina no PCB e no movimento operário. Esse momento é bastante favorável à organização feminina, em uniões articuladas pelas próprias militantes no intuito de uni-las e fortalecê-las na luta revolucionária. As organizações femininas concederam certa visibilidade para o partido no engajamento das mulheres durante a campanha eleitoral, o que também provocou o aumento do numero de mulheres no PCB. As uniões não apenas deram visibilidade ao movimento operário e a luta contra a exploração patronal, como também manifestaram reivindicações que agregavam especificidades das questões feministas. Cabia a esses organismos unir mulheres de todas as classes, todos os credos políticos, filosóficos e religiosos. As organizações femininas alcançaram destaque em diversas localidades do país, embora não conseguissem atingir as grandes massas, e muitas vezes falhas com seus objetivos, conquistaram vitórias para suas comunidades.

Ao ser estudado o jornal numero 16 de 22 de Junho de 1946, é encontrada uma matéria em que as mulheres de Goiás se organizaram e iniciaram a luta em defesa dos seus interesses e elaboraram uma sugestão de leis encaminhadas à Assembleia Constituinte. Entre as reivindicações estavam, a equiparação dos salários do homem e da mulher, a oportunidade

das massas à aprendizagem em escolas e a democratização do ensino, além do mais interessante, a dissolubilidade do casamento e a separação da Igreja e da escola, pregando a liberdade absoluta de culto. Em 1946 as mulheres já semeavam o campo que iria brotar apenas na década 60 com o auge do feminismo no país, elas exigiam mais do que nunca liberdade, seja no trabalho, no casamento ou na sociedade. Em 1929 elas reivindicaram seus direitos políticos e lutaram pelo sufrágio, pela cidadania, como mostra o texto do jornal 63 em 6 de Julho de 1929 intitulado ‘As reivindicações das Mulheres trabalhadoras’, em 46 lutavam por liberdade.

Mas foi na eleição de 46, após dez anos da conquista do sufrágio, que as mulheres se destacaram junto ao PCB, embora o número de candidatas fosse extremamente pequeno quando comparado aos homens, as que saíram aspirantes, bem como as que conquistaram cargos políticos foi bastante representativo no que se refere ao reconhecimento da mulher no cenário político, para época. Na Bahia damos conta das candidatas Jacinta Passos Amado, escritora, a médica Dagmar Guedes e Carmosina Nogueira, enfermeira. No Rio Grande do Sul professora Emilce Lima Avelini, candidata pela ‘Chapa da Vitória’ e a tecelã Julieta. Já em Goiás, Isabel José dos Santos é a única mulher a candidatura. No Distrito Federal estão a advogada Arcelina Mochel, Lia Correa Dutra, professora secundária e escritora e a empregada da empresa Light Odília Schimid. Zuleika Alambert elege-se como Deputada Estadual de Santos em 47.

Percebe-se que a questão da mulher sempre foi debatida no interior do partido, todavia o PCB também foi falho quando no que se refere ao engajamento da luta feminina no partido e ao reconhecimento quanto a sua importância. Em alguns relatos encontrados nos jornais, admitiam sofrerem, de preconceito dentro do próprio partido. Numa carta destinada As mulheres trabalhadoras do Uruguai, encontrada no jornal 65 de 20 de Julho de 1929, o Comitê das Mulheres Trabalhadoras acentua a hostilidade com que muitos de seus próprios companheiros as sujeitavam, a não permitirem que elas participassem da luta pela emancipação proletária.

Erecina Borges, ao ser aceita no Comitê Central em 1930- após insistência da Internacional Comunista- foi vítima de resistência pelos demais membros da direção, sendo, rebaixada a cargos técnicos, responsável por organizar papeis, documentos, e todos aqueles serviços aos quais apenas as mulheres são naturalizadas a realizar. Inclusive na sua tese de mestrado, a Leiticia Pires intitulada ‘*As representações anticomunistas das mulheres do PCB*’

(2010, pg. 224) a autora acentua que à mulher ficava reservado um conjunto de normas ligadas a trabalhos domésticos, assimilados ao seu sexo.

Percebe-se também que era predominante a indicação de homens para cargos mais altos no interior do partido, isso é perceptível visto que em nenhuma das reportagens é encontrados nomes de mulheres como dirigentes, que estavam presentes na direção do PCB.

Contudo, não se pode negar que o partido incentivou a participação da mulher no cenário político brasileiro, o que era totalmente novo para época, permitindo a reformulação da condição dela na esfera pública, social, cultural, política e econômica, além de atraí-las através da luta de classe para debates que deixariam lacunas para o amadurecimento da causa feminina e feminista. Com a abertura do partido as massas, o espaço feminino se ampliou no interior deste, permitindo que as mulheres estivessem cada vez mais articuladas em associações que lhes permitiram certa autonomia. As mulheres vão as ruas, aos sindicatos, aos movimentos, não se conformando com a condição doméstica a que sempre foi imposta. E nisso o partido teve grande influência.

Todavia, o partido não entendeu que a desigualdade de gênero vai além da luta de classe, o machismo foi construído e impregnado na sociedade sexista, e atinge a todos, como atingiu os próprios comunistas, que por muitas vezes se mostraram contrários a emancipação da mulher. Não enxergaram que a luta de classe é diferente da luta feminina visto que os operários já estavam inseridos num lugar social, mas a mulher não. O PCB não alcançou as raízes do papel historicamente definido da mulher, na sociedade, na família, e nas relações de gênero. Foi talvez essa a grande dividida do partido com essas mulheres, que atuaram exuberantemente, que sofreram em dobro as opressões, porque além de serem comunistas, eram primeiramente mulheres.

Essa dívida se perpetua até os dias de hoje conhecessem e a negligência com a atuação e protagonismo da mulher dentro do partido refletiu na historiografia brasileira. Ainda é pouco o que se propõe a cerca da atuação de militantes nos movimentos sociais do século XX. Muitas tiveram seus nomes riscados, relegadas ao segundo plano, dado a elas o simples papel de coadjuvante de seus maridos, assim ocorreu com a própria Olga Benário, a única comunista que de fato revelou-se através de uma repercussão maior no cenário político do país, mas que a principio fora reconhecida como a esposa do cavaleiro da esperança. Logo, esteve presente na pesquisa o interesse de resgatar nomes como Laura Brandão, Patricia

Galvão, Rosa Bittencourt, Erecina Borges, Arcelina Mochel, entre outras que atuaram exuberantemente na luta contra exploração e opressão.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BERNADES, Maria Elena. **Laura Brandão: A invisibilidade feminina na política.** Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo o ponto de vista marxista.** São Paulo, 1985.

REED, Evelyn. **Sexo contra Sexo ou Classe contra Classe.** São Paulo, 2008.

PIRES, Leticia Cristina. **As representações anticomunistas sobre as mulheres do PCB no período de 1945-1956.** Paraná: UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ, 2010.

RANGEL, Carlos Alberto da Rosa e CORTES, Cácia da Silva. **A Militância feminina no PCB: Década de 1930.** In: *Gênero*, v 8, n. 2. p.p. 203-223, Niterói. 2008.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995. PRESTES. Anita Leocádia. **Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ZAIDAN FILHO, Michel. **PCB (1922- 1929): na busca das origens de um marxismo nacional.** São Paulo: Global, 1985. E Z Aidan Filho, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista: 1922-1929.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil.** Boitempo. 2001.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989).** Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964).** 2ª Ed. Passo Fundo: UFP, 2003.

Torres, Juliana Dela. **A representação visual da mulher na imprensa comunista brasileira (1945-1957).** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina. 2009.

---

## PRÁTICAS POLÍTICAS DE VEREADORAS EM ITABUNA (1993-1996).

Por: Kaliana Oliveira da Hora<sup>146</sup>; Marcelo da Silva Lins<sup>147</sup>.

### Introdução:

As organizações políticas das quais as mulheres participaram entre os anos 70 e 80 do século XX fizeram com que as mesmas articulassem a luta pela redemocratização do país com reivindicações específicas as demandas do gênero feminino (COSTA, 2005). Nessa perspectiva reivindicaram o fim da anistia, reuniram-se em associações para reivindicar melhorias na saúde e educação, no que se refere às questões de gênero, reivindicaram e ainda reivindicam políticas públicas de equidade de gênero, ampliação de ações afirmativas, aprimoramento da legislação em prol da proteção à mulher, direitos reprodutivos e inserção feminina no campo da política.

A árdua luta em prol da inserção feminina no campo da política institucional, fez com que partidos políticos inserissem em suas plataformas temáticas, propostas que atendessem as demandas feministas. Assim, foram criados departamentos e conselhos femininos em nível municipal, estadual e federal. O movimento feminista assegurou na Constituição Federal de 1988 o direito a equidade de gênero: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos dessa Constituição” (*Art.5, inciso I CF1988*) e posteriormente, conquistou o direito às cotas<sup>148</sup> em âmbito municipal e nacional.

Beneficiadas pela política de cotas, por acesso a educação e diante as novas demandas apresentadas pelo movimento feminista as mulheres tem conquistado alguns espaços no mercado de trabalho e no campo político. Frente a essas oportunidades cabe investigar as estratégias femininas para fazer uso das mesmas ou as dificuldades existentes para que essas oportunidades sejam postas em prática considerando que a política institucional e os partidos políticos são historicamente considerados espaços masculinos.

---

<sup>146</sup> Especializanda em História do Brasil pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. E - mail: kalihistoria@bol.com.br.

<sup>147</sup> Professor orientador, Professor Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz, Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. E - mail: marceloslins@hotmail.com.

<sup>148</sup> O resultado mais concreto da assinatura da Plataforma de Beijing foi a instituição de um sistema de cotas para as eleições proporcionais brasileiras, por meio da legislação específica. Inicialmente, as cotas eram de, no mínimo, 20% dos candidatos, a cargos eletivos para as mulheres e referiam-se apenas as eleições para câmaras legislativas municipais. Em 1997, as cotas são estendidas para os demais cargos proporcionais, mas passam a ser, de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% para cada um dos sexo. (PINHEIRO, 2007.p. 67).

Nesse contexto, cabe indagar: Que tipo de política as vereadoras de Itabuna tem exercido durante seus mandatos? Quem são essas itabunenses? Quais partidos políticos pertencem? Quais as origens do seu capital político? Sofrem discriminações oriundas das relações de gênero?

A partir dessas indagações, a presente comunicação é parte do projeto de pesquisa que objetiva analisar práticas políticas de mulheres que atuaram no legislativo em Itabuna na década de 93-96 com base na análise de projetos políticos, moções, indicações e discursos presentes nas atas da câmara legislativas e nos jornais da imprensa local.

### **Vereadoras em Itabuna**

Para compreender como as vereadoras, Anorina Smith Lima, Ana Carolina Almeida e Maria Alice Araújo foram eleitas e a razão dos projetos, solicitações e moções apresentadas a câmara legislativa torna-se necessário conhecer a trajetória política das vereadoras relacionando a mesma as atividades exercidas no campo profissional, a formação educacional, familiar e ao contexto histórico atendendo assim, as orientações do cientista social Bourdieu (1996) e dos estudos de história das relações de gênero, em especial de Scott (1995).

Em Itabuna, a partir da década de 1980 há registros da participação feminina nos sindicatos dos professores, comerciários, bancários, sendo a presença feminina em números indicativos maior nos sindicatos dos professores, visto que a educação permanece sendo concebida como uma atividade tipicamente feminina. De acordo com Souza (2002) em 1989, 86% de mulheres compunha o Sindicato de Professores de Itabuna, dessas 47% possuíam o ensino superior e 50% o curso de magistério.

Nesse contexto, ocupou o cargo de presidente do sindicato por três vezes consecutivas a educadora, sindicalista e líder do Partido Social Democracia Brasileiro (PSDB), Anorina Smith Lima que em meados de 1992 requisitou licença da direção da Associação de Professores de Itabuna (API) para candidatar-se a vereadora. No período das eleições a vereadora explicou porque se candidatou

A decisão de candidatar – me vereadora foi fruto de reflexões e discussões com companheiros que acreditam e defendem que precisamos ampliar as nossas lutas e conquistas através de uma representação legítima no Poder Legislativo Itabunense [...] Com o compromisso de fazer do parlamento um desdobramento da luta que venho assumindo à frente da API desde 1986 na defesa dos interesses e valorização do Magistério. (Jornal Agora, 16 a 22 de Agosto de 1992, n° 485, p.7)

Parte da campanha de Anorina Smith Lima pautou-se na possibilidade de alcançar conquistas para categoria dos professores ocupando o cargo de vereadora na câmara municipal de Itabuna. No jornal Agora<sup>149</sup> inúmeras foram as reportagens que apresentaram como precárias as condições de trabalho dos professores nas escolas municipais e ao mesmo tempo deram destaque as ações da API presidida por Anorina em prol das melhorias das condições de trabalho dos professores.

No período eleitoral Anorina concedeu entrevistas para o jornal Agora que registrou a experiência política e profissional da mesma e a habilidade da senhora cristã, casada e mãe de três filhos que possui habilidade de conciliar a vida familiar e profissional. Exemplo disso foi a pergunta do entrevistador, Paulo Caminha: “A sua atividade e participação política não interferem na vida do casal?” Anorina respondeu,

Sim. Interfere um pouco. Em alguns momentos a gente percebe que sobra pouco tempo para dedicar á família, como agora. Mas, em tempos normais a mulher consegue se desdobrar e conciliar a vida profissional e a vida política com as tarefas de mãe e dona de casa (Jornal Agora, 01 a 6 de Novembro de 1992, n°457).

Após a eleição a sindicalista direcionou suas ações a área de educação, atentou para políticas de formação de professores; melhorias na estrutura física das instituições de ensino; política salarial para professores; reivindicações da classe estudantil; auxiliou na negociação entre o executivo e a Associação de Professores de Itabuna(API) e criou o projeto de lei 16/95 que institui a Semana da Mulher na Rede Municipal de ensino.

Ana Carolina Nunes Almeida, mãe, esposa, professora formada em ciências biológicas e físicas, filiada ao Partido da Frente Liberal (PFL) com experiência em atividades assistenciais. Durante a candidatura apresentou como bandeira a defesa do idoso, professores e a infância como ações prioritárias. Em nota apresentada no Jornal a vereadora afirmou que,

Este é o momento de tratarmos a criança como um ser de primeira categoria, sem fórmulas paternalistas, mas com um trabalho sério que a médio e a longo prazo mudam a triste realidade da criança de Itabuna. Neste sentido, temos como meta a instalação de escolas profissionalizantes, [...] para a própria criança que terá condições de um futuro menos sombrio, ao mesmo tempo para o município [...] que, terá a sua disposição mão – de – obra qualificada( Jornal Agora, Itabuna, 1 a 6 de Novembro de 1992, n°457).

Após eleição a vereadora apresentou projetos, discursos e solicitações voltadas para realização de obras públicas, educação, homenagens prestadas a cidadãos itabunenses e

<sup>149</sup> O jornal Agora esta vinculado ao Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), o proprietário do jornal José Adervan de Oliveira é também o atual presidente do PSDB local. De acordo com Rocha(2011) o proprietário utilizou-se do jornal para realizar a campanha em prol da eleição do candidato a prefeito Ubaldo Dantas (PSDB), diante das entrevistas e notícias de destaque dados a Anorina é possível afirmar que o jornal foi utilizado também para divulgar a candidatura da vereadora.

elaboração do projeto de lei 56/96 que estruturou e regulamentou o Conselho Municipal do Direito da Mulher em Itabuna – CMDMI.

Maria Alice Araújo Pereira, filiada ao Partido Liberal (PL), empresária de transporte coletivo em Itabuna e coordenadora da campanha de Fernando Gomes a deputado federal, havia ocupado cargos em gestões anteriores. Na coluna *Charles Henri em sociedade*<sup>150</sup>, Henri escreveu o texto: *Maria Alice, um nome na política regional*, em que elogia a vereadora e esposa por sua dignidade, fidelidade, dedicação aos populares sendo por essa razão apelidada a Xuxa dos pobres.

Maria Alice foi empossada no dia 15 de agosto de 1995 após a deposição dos vereadores envolvidos em corrupção. No dia da posse a vereadora fez o seguinte pronunciamento:

Tenho certeza comunidade itabunense que vocês não se decepcionarão com esses cinco cidadãos que hoje tomam posse aqui, porque sou mulher mas, faço questão que nas minhas decisões me considerem como homem e não com a fragilidade da mulher porque se não, não me engajaria nunca numa luta política aonde a gente sofre tanta difamação e tanta complicação (Maria Alice Araújo Pereira, Ata da Sessão Plenária da Câmara Legislativa de Itabuna, 15 de agosto de 1995:79).

A declaração da vereadora é parte de uma cultura política em que a ocupação de cargos institucionais restringe - se historicamente a atuação de homens na política. Apresenta uma percepção de política responsável pela difamação dos atores políticos e refuta uma imagem de uma mulher frágil incapaz de participar da vida pública. Por essa razão, solicita que em suas decisões seja vista como um homem. Tal ato refuta qualquer aproximação com as experiências vivenciadas por participantes de organizações feministas, mas também, se apresenta como um mecanismo de afirmação e legitimação da ocupação do cargo de vereadora por uma mulher.

Diante do breve comentário exposto sobre profissão e trajetória política das vereadoras percebe-se que as vereadoras adquiriram capital político originário da ocupação de cargos públicos, obras assistenciais e organizações políticas e educacionais, parte dessas origens estão associadas as definições dos papéis sociais estabelecidos a homens e mulheres na qual cabe as mulheres o exercício da extensão das atividades domésticas à vida pública. Direcionando assim, as mulheres para atividades assistenciais e educacionais, sendo que em casos como esses aberta a possibilidade de ocupar Câmara Legislativa Municipal essas vereadoras reivindicam políticas públicas que estão de acordo com as experiências vivenciadas nas escolas, sindicatos e demais espaços públicos.

---

<sup>150</sup> Jornal Agora, Itabuna 20 a 28/02 de 1992, n° 465 p.5.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Maria Palma; ROCHA, Lurdes Bertold. **De Tabocas a Itabuna: Um Estudo Histórico Geográfico**. Ilhéus, BA:Editus,2005.

AQUINO, Ramiro. **De Tabocas a Itabuna: 100 anos de Imprensa**. Itabuna, Agora, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Morães (org). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. P.183-193.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. Rio de Janeiro, Lúmen, 1982.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **As donas no Poder: Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM, UFBA – Assembléia Legislativa da Bahia. 1998.

\_\_\_\_\_. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MALUF, Sônia Weidner (org). Olhares feministas. Brasília. Ministério da Educação: Unesco, 2009, Coleção Educação Para Todos. p.51-77.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas elações de familiares**. RJ: Rocco, 1994. [FALCON, Francisco.

JULLIARD, Jaques. A política. In: História: novas abordagens. In: GOFF, Jacques de Le; NORA, Pierre (orgs). Rio de Janeiro, F. Alves.

PINHEIRO, Luana Simões. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós – constituinte. Brasília: Secretária Especial de Políticas Especiais para as Mulheres, 2007.

SANTOS, Cristiano Rocha. **Política e Imprensa em Itabuna: as eleições para o executivo municipal de 1992**. Monografia de especialização em História do Brasil, Ilhéus: UESC, 2011.

SANTOS, Leila Viana dos. **Feminismo e Sindicalismo a consciência feminista e a participação de mulheres nas diretorias sindicais em Itabuna**. Monografia de graduação em História, Ilhéus: UESC, 2000.

SOUZA, Elba dos Santos. Sindicalismo e docência > um breve diálogo entre poder e gênero na associação de professores de Itabuna. Monografia de graduação, Ilhéus: UESC, 2002.

SCHIDMIT, Benito. **Construindo biografias. Historiadores e jornalistas: aproximações e distanciamentos**. In: Estudos Históricos, RJ, nº19, 1997.

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. In: [http://www.archive.org/details/scott\\_gender](http://www.archive.org/details/scott_gender). Acesso em 06 de junho de 2010.

\_\_\_\_\_. Prefácio a gender and politics of history. In: Cadernos Pagu(3) pp.11-27.

**FONTES:**

Arquivo da Câmara Municipal de Itabuna.

a) Livro de atas(1993 – 1994).

b) Livro de atas(1994 -1995).

Arquivo do Centro de Documentação Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz – CEDOC/UESC.

Jornal Agora (1992 – 1993).

---

**REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA PROPAGANDA DE CERVEJA  
NO DEBATE ENTRE A HISTÓRIA E A PUBLICIDADE: ANALISANDO  
A PROPAGANDA SKOL DE ROUPA NOVA**

Por: Rodrigo Silva Santos<sup>1</sup>; Laila Brichta<sup>2</sup>

A pesquisa visa estabelecer um debate entre a história e a propaganda de cerveja cujo interesse é discutir a representação da mulher produzida por esta publicidade, objetivando analisar o conteúdo ideológico-textual presente na propaganda da cerveja Skol intitulada “Skol de Roupas Novas”, veiculada em setembro 2012. Dentro do cenário contemporâneo, a discussão da representação da mulher cresceu como mais um domínio da História e, nas últimas décadas, a contribuição do movimento feminista acentuou a temática. Emerge do movimento feminista historiadores que impulsionaram as pesquisas sobre a mulher na utilização de novas fontes e novos interesses de uma historiografia preocupada em fazer da mulher um objeto de estudo, um agente histórico. A contribuição do movimento feminista à História favoreceu o conhecimento e debate da estrutura que construiu historicamente a condição doméstica e familiar da mulher ou reduzida ao mero cumprimento da função erótico-sexual<sup>152</sup>. Antes negligenciada por historiadores (por ser mulher) suas práticas sociais,

---

<sup>151</sup> Estudante do Curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz; E-mail: [rodrigohistoriauesc@hotmail.com](mailto:rodrigohistoriauesc@hotmail.com) ;  
<sup>2</sup> Professora orientadora Laila Brichta; E-mail: [lailabrichta@gmail.com](mailto:lailabrichta@gmail.com).

<sup>152</sup> Seria pensar que a mulher é um “paraíso dos desejos” e vontades sexuais do homem, cuja função é saciar seus anseios carniais. Noção que nos direciona ao comportamento construído historicamente em que o homem “domina” a mulher... uma dominação decorrida da sociedade patriarcalista que determina, quase que obrigatória, a função de homem e de mulher.

os aspectos do feminino e valores culturais, a mulher não tinha voz e era sumariamente excluída da história (DUBY e PERROT, 1995, p. 07).

Como a abordagem tem como fonte a propaganda de cerveja, é necessário o devido conhecimento da sua função, bem como da sua produção. Por esta razão, a pesquisa faz a distinção dos termos para acentuar como ela é produzida (publicidade) e como ela é expressa (propaganda). A distinção serve para compreender quem, o que e o porquê da utilização da mulher numa propaganda de cerveja e de que maneira isso se reflete a luz da História contemporânea: publicidade seria o macro-ambiente e a propaganda o micro-ambiente, isto é, a publicidade é o campo da instituição, a empresa que responde ao processo criativo e o objetivo de tornar público uma marca ou produto através de uma campanha; e a propaganda é seu resultado criativo da marca ou produto, elemento de divulgação nos veículos de comunicação, responsável por disseminar ideias, crenças, costumes e comportamentos. Comercialmente falando, a promoção de uma marca ou produto está direcionada a conquistar o público alvo e, desta maneira, gerar vendas, utilizando como recurso a implantação em sua mente o desejo por aquilo que foi anunciado (DIAS, 1989).

Para atrair o consumo de cerveja não é preciso (necessariamente) uma propaganda tão eficiente, a menos que o produto já estando em mercado ofereça novos elementos que atraiam cada vez mais o consumidor. No caso da cerveja Skol, até setembro de 2012 possuía uma latinha com slogans e designer característicos, numa versão já conhecida pelo grande público. A partir desse período é que a latinha ganhou “roupa nova”, com desenhos mais delineados, destacada em amarelo, porém sem perder a essência “desce redondo”, há anos como sua principal referência. Acontece que, nesta propaganda produzida pela empresa F/Nazca Saatchi & Saatchi que imprimiu uma nova identidade visual a latinha da cerveja Skol, a utilização de roupinhas femininas chamam a atenção do porque se utilizar numa lata, figurinos femininos sexualmente atraentes, perucas e outras referências de mulher. Além disso, a trilha sonora que embala toda a propaganda é a composição musical Linda Demais do grupo Roupas Nova, atuante no cenário musical há 33 anos, lançada no disco de 1985. Uma sacada genial da equipe de criação ao aliar o nome do grupo à nova latinha, e outra mais ainda, ao tornar a música uma declaração de “amor” de um homem por uma lata de cerveja.

A utilização de mulheres em propagandas de cerveja é quase que habitual e necessariamente um forte elemento em que se alia cerveja e mulheres. Ao longo das décadas, várias bebidas alcoólicas utilizaram a mulher para divulgar suas marcas, tornando sua utilização banal. O decorrer dos anos, o contexto sócio-cultural, a mudança dos comportamentos e o desejo de atingir cada vez mais o público alvo, apreciadores de cerveja

homens, é que se reformularam as técnicas da propaganda e o uso da mulher como um símbolo sexual atraente, recriada as fantasias do universo masculino, tornaram as propagandas de cerveja extremamente eróticas, por vezes, abusivas. Os modelos e padrões de beleza do contemporâneo refinam as características e as intenções que a publicidade retém para criar uma propaganda própria e que atinja diretamente o público masculino, ainda que, para isso, represente a mulher às minúsculas saias, biquínis, silicones, vozes eróticas (quando há), de corpo a mostra e sensual.

A pesquisa objetiva, portanto, discutir a representação da mulher feita pela propaganda de cerveja, analisando a campanha Skol de Roupas Novas. Interessa perceber nesta propaganda que perfis e papéis de mulher são representados e identificar os elementos utilizados. A questão central que orientará a análise do material terá como eixo o seguinte dilema: quais são as intenções da propaganda ao não utilizar uma mulher e sim, figurinos femininos na nova lata da cerveja Skol? E dentro do contexto social vivenciado pelas mulheres atualmente, a peça publicitária se manteve presa a concepções mais conservadoras da sociedade brasileira?

Para responder essas e outras perguntas, como metodologia, inicialmente, será feita a contextualização e a abordagem teórica referente à temática história e gênero, como também às teorias da publicidade e da propaganda. Em seguida, será feita a análise da propaganda Skol de Roupas Novas, problematizando a representação da mulher que é expressa através dos recursos utilizados, buscando identificar o seu conteúdo ideológico exposto, as intenções aparentes e veladas, estereótipos e de que forma é feita a representação feminina. A análise partirá de uma descrição efetiva das cenas que compõe os 01 minuto e 07 segundos da propaganda, concentrando a cena nos quadros que sintetizam a cena à trilha sonora. Em seguida, a análise se concentrará na mensagem plástica exibida pela propaganda, mensagem icônica e a mensagem linguística da propaganda. Composto o conjunto dessas informações, a pesquisa visa chegar à mensagem subliminar sobre a representação da mulher exposta na propaganda.

Ao entender que a propaganda é uma tática mercadológica e como um instrumento poderoso de vendas, a mulher é posta, então, como um composto reduzido, não menos importante, usada para atrair o olhar masculino e, desta maneira, impulsionar as vendas da marca. E no caso da propaganda Skol de Roupas Novas em que a mulher, essencialmente em corpo nitidamente humano não aparece, entretanto é exibida sua representação em forma de latinhas vestidas com figurinos femininos, qual a intenção se quer expor ou se quer esconder? Até o presente momento, as primeiras aspirações suscitadas nada mais são do que um reflexo eufemístico de continuar usando a mulher como elemento de propaganda de cerveja, afinal,

em 2012 a propaganda da concorrente Schin intitulada “Homem Invisível” teve de sair do ar por conta de mobilizações nas redes sociais que acusaram a propaganda de incentivar a violência sexual, justo momento no qual o movimento feminista se torna cada vez mais atuante e não aceita que a mulher seja representada como objeto sexual. Nesse ponto, na tentativa de se enquadrar as regras, normas e leis que o CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) há anos impõe, o que se pode observar é que a empresa que criou a propaganda para tentar fugir desse encaixe. Entretanto, a camuflada tentativa revela a gravidade em fazer da mulher um objeto sexual (ainda mais sexualizado) para vender uma marca ou produto.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DIAS, Sérgio Roberto. *Tudo que você queria saber sobre propaganda e ninguém teve paciência de explicar / Júlio Ribeiro...* [et al.]. – 3ª ed. São Paulo, Atlas, 1989.

DUBY, Georges e PERROT, Michelle. (orgs.) *Escrever a História das Mulheres*. In: THÉBAUD, Françoise. *História das Mulheres no Ocidente. O século XX*. Porto, Edições Afrontamento, 1995, p.07

LEITE, Christina Larroudé de Paula. *Mulheres: muito além do teto de vidro*. São Paulo: Atlas, 1994.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTAT’ANNA, Armando. *Propaganda: teoria, técnica e prática*. São Paulo, SP Pioneira, 1988.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social: Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu03.03.pdf>. Acessado em 17 de julho de 2013. Hora de Acesso: 15h 30min.

---

## AS AÇÕES DO SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS NA DÉCADA DE 1990, NA IMPRENSA

Por: Marcelo Fontes Assunção; Marcelo da Silva Lins

A ditadura militar brasileira chegou ao final da década de 1970 agonizando, e com dificuldades de sustentação. Tal crise se acentuou pela conjuntura política, mas também pela crise social, com inflação, desemprego e arrocho salarial a que estavam submetidos os trabalhadores. Por causa dessa conjuntura, o movimento sindical, que estava limitado pela

censura e repressão próprios da ditadura, voltou à cena política nacional a partir de greves que ocorreram no chamado ABCD paulista (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema), e com o crescimento do chamado “sindicalismo combativo” a partir de 1978. No caso dos comerciários de Itabuna-BA, a mesma direção sindical que estava na direção da entidade na década de 1970, permaneceu na década de 1980, mantendo as mesmas posturas e práticas sindicais, como se estivessem alheios às transformações do sindicalismo nacional. As mudanças só se fizeram visíveis a partir dos anos 1990. No período da ditadura o sindicato concentrava suas ações em práticas assistencialistas, atendimento médico odontológico, assistência judiciária e homologações de rescisões de trabalho e, apenas na década de 1990 percebe-se as primeiras campanhas salariais, luta por melhores condições de trabalho e outras campanhas reivindicatórias.

Os anos 1990, além das mudanças locais ocasionadas pela alteração do grupo político que estava à frente da direção do sindicato, também foi marcado por transformações políticas nacionais referentes aos primeiros anos do fim da ditadura militar, restabelecimento da “democracia ” com a promulgação da nova Constituição (1988), eleições diretas para presidente da República (1989), *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello (1992) e governo Itamar Franco (1992-1993). Esta pesquisa também procura estudar se estas alterações nacionais influenciaram a política local e, possivelmente, a organização sindical, particularmente do Sindicato dos Comerciários em Itabuna-BA. Portanto, este trabalho tem como referencial teórico os estudos relativos à história social e política em sua dimensão sindical regional.

Em livro publicado recentemente Marcelo Badaró Matos (2009) diz: “Não há como analisar a sociedade brasileira de hoje sem levar em conta a importância das organizações sindicais” (Trabalhadores e Sindicatos no Brasil), chamando a atenção para o peso dessas entidades na representação de interesses coletivos e mais próxima do mundo do trabalho. A partir disso faz-se necessário conhecer melhor a trajetória dessas organizações, presentes em diferentes conjunturas através das posições dos trabalhadores organizados em propostas que visavam transformar a ordem por eles vivida. O mesmo ocorre no aspecto local, onde a transição vivida entre as décadas de 1980 e 1990 pela sociedade do município teve relação direta com o posicionamento do sindicato diante das novas necessidades que foram surgindo.

Cláudio Batalha diz a respeito dessas necessidades que estas surgem a partir de uma identidade e legitimação, necessidade de conscientização e organização, materialização da experiência comum no decorrer da qual se constrói a identidade coletiva e legitimidade política a partir da noção de trabalho.

E. P. Thompson diz sobre o fazer-se da classe, nesse caso em estudo da categoria comerciários, que é uma relação histórica, construída dentro de um considerável período quando um agrupamento de indivíduos trabalhadores identifica interesses comuns entre si e diferentes, em sua maior parte opostos aos daqueles que detém os meios de produção.

José Assunção Barros chama atenção para a variação e para novos significados da palavra poder e a História Política e a possibilidade de novos objetos, busca das relações de poder nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos anunciados sugeridos por Foucault. Faz uma conexão entre história política e o imaginário, modos como o poder é representado para servir a que e a quem.

O poder portanto, está presente também nas relações sociais, de classe, e mais ainda nas atividades de um órgão que se pretende representante de determinada categoria de trabalhadores. Da mesma forma, o poder nas mãos da imprensa que se manifesta na forma que ela narra os episódios, privilegiando determinados aspectos, sujeitos e versões.

A concepção que permeia o conjunto desse trabalho consiste na crença que não existe aspecto da história a ser estudado que ocorra de maneira isolada, constituindo campos distintos, a exemplo da história econômica, política, demográfica, ou das mentalidades. Com base na análise feita por Eric Hobsbawm no texto *Da História Social à História da Sociedade* (HOBBSAWM) concordo com a tese que afirma que toda história é história da sociedade. Na mesma linha Gramsci, ao tratar da forma que ele acredita ser a mais correta para escrever a história de um partido político:

a história de um partido não poderá deixar de ser, a história de um determinado grupo social. Mas, este grupo não é isolado; tem amigos afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente, com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando seu aspecto característico.<sup>153</sup>

No caso desse projeto, não se trata da história de um partido, e sim de um sindicato, mas a lógica é a mesma. Portanto, escrever a história do Sindicato dos Comerciários de Itabuna significa escrever a história da sociedade em que ele está inserido, ou seja, da cidade, de um ponto de vista específico, privilegiando aspectos da luta de classe que de alguma forma tenha ligações com a trajetória da categoria dos comerciários.

Para a realização do balanço historiográfico a respeito do sindicalismo brasileiro; para tratar das mudanças na política e na sociedade brasileira do período pós-ditadura militar, e

---

<sup>153</sup> GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p.24.

também da trajetória do sindicalismo regional, utilizarei de pesquisa bibliográfica, com base nos livros já publicados sobre a temática e ainda teses, dissertações e monografias.

Da mesma forma, para compreender as transformações da sociedade regional, suas mudanças recentes, e os impactos da crise do cacau a partir da década de 1980, pesquisas recentes que tratam de tais temáticas vão contribuir.

Uma das fontes de informação das ações desenvolvidas pelo Sindicato, será a análise das fontes jornalísticas do próprio sindicato que veicularam notícias da época, *Comerciários na Luta*, que circulou a partir de 1993, claro que por se tratar de um instrumento de divulgação feito pela própria direção sindical e da sua assessoria, tal material tem um caráter de divulgação, e carregado de parcialidade, por isso pretendo cruzar as informações obtidas com as informações retiradas de outros jornais locais não vinculados ao sindicato, da imprensa. Veículo de divulgação dos acontecimentos, entendido por Heloísa Cruz como força social buscado pelo historiador através de procedimentos teórico-metodológicos em seu tratamento, na tentativa de articular sua análise ao campo das lutas sociais no interior dos quais se constituem e atuam. Nesse caso privilegiarei um dos jornais de maior circulação na cidade, o Jornal Diário de Itabuna.

Também para analisar as ações desenvolvidas pelo sindicato usarei de outros documentos referentes ao histórico da instituição, a exemplo de um acervo fotográfico com mais de 180 imagens que retratam principalmente períodos das décadas anteriores de 1970 e 1980 que possibilitam traçar um perfil das principais atividades desenvolvidas, como gabinete odontológico, consultório médico, torneios esportivos, solenidades cívicas, fotos das antigas sedes, sede recreativa, entre outras.

Por tratar-se de um período recente, boa parte das pessoas que vivenciaram os temas e experiências que pretendo tratar, assim como o contexto social e político regional, estão vivas e dispostas a depor a respeito. Farei então a coleta de informações através da memória de pessoas envolvidas direta ou indiretamente no processo de transição da postura sindical no município de Itabuna-BA no referido período. Não pretendo realizar entrevistas específicas, mas utilizar de acervo já disponível, seja no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da UESC, ou de entrevistas realizadas pela assessoria de imprensa do próprio sindicato com antigos dirigentes sindicais da própria entidade.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José Assunção. **História Política: O Estudo Historiográfico do Poder, dos Micropoderes, do Discurso e do Imaginário Político.**

HAUPT, Georges. **Por que a História do movimento operário?**

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. 1º Ed. São Paulo, 2009. Expressão Popular.

Hobsbawm, Eric. **Sobre História**. 6º reimpressão. São Paulo, 2004. Companhia das Letras

CRUZ, Heloísa de Faria. Na Oficina do Historiador: Conversas Sobre história e Imprensa. In: **Projeto História nº35 p 253-270, dez. 2007 PUCSP**.

COSTA, Emília Viotti da. **A Dialética Invertida: 1960-1990**.

BATALHA, Cláudio H. M. **Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade ?**

SANTANA, Marco Aurélio. **Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro**.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Classe Média, Situação de Trabalho e Comportamento Sindical: O Caso dos Comerciantes de São Paulo**.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. P-24.

**BOITO Júnior**, Armando. O Sindicalismo na política brasileira. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005 p-106-136 e p-146-221.

**DELGADO**, Lucília de Almeida Neves, **FERREIRA**, Jorge. O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura-regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. In: **Trabalhadores em movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990 p 285-311**. 2º Edição vol.4, Civilização Brasileira Rio de Janeiro 2007.

# **Seminário de Especialização em História do Brasil**

---

## **ESPAÇO, CULTURA E MEMÓRIA: A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ESCADA, OLIVENÇA/BAHIA.**

Por: Ramaiana Batista de Menezes<sup>154</sup>; Carlos José Ferreira da Silva<sup>155</sup>.

A pesquisa “*Espaço, cultura e memória: a igreja de Nossa Senhora da Escada, Olivença/Bahia*”, tem como objetivo central analisar a simbologia e a funcionalidade da igreja Nossa Senhora da Escada - situada no distrito de Olivença/Bahia - no processo histórico, compreendendo o conjunto de fatores geradores e condicionadores que a influenciaram e as dimensões econômico-sociais que a influenciam, assim como investigar o grau de apropriação desse bem pela comunidade local.

O estudo será estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado “Nossa Senhora da Escada: origens e significados” será subdividido em dois tópicos: 1.1. A fundação do aldeamento de Nossa Senhora da Escada que tem como foco compreender e analisar os aspectos históricos do surgimento da igreja de Nossa Senhora da Escada. Para realiza-lo será feita uma análise da documentação oficial referente ao aldeamento de Nossa Senhora da Escada, cartas régias, requerimentos, correspondências, entre outros. 1.2. Simbologia, estética e arquitetura na construção da igreja de Nossa Senhora da Escada que busca analisar os elementos arquitetônicos com base nas fontes iconográficas do aldeamento em questão e demonstrar o que é significativo em cada elemento, tendo em conta a orientação arquitetônica seguida pelos missionários.

O segundo capítulo “Sentimentos de identidade e pertencimento: o patrimônio de Nossa Senhora da Escada”, será subdividido em dois itens: 2.1 O conhecimento e as referências da comunidade de Olivença sobre a igreja de Nossa Senhora da Escada e 2.2 Participação e expectativas da comunidade de Olivença quanto à igreja de Nossa Senhora da Escada. A proposta desse capítulo é investigar e analisar as percepções e expectativas da comunidade local quanto ao patrimônio histórico-cultural de Nossa Senhora da Escada, bem como a existência de um vínculo que evidencie esse patrimônio enquanto suporte de memória e identidade.

---

<sup>154</sup> Estudante do curso de Especialização em História do Brasil da Universidade Estadual de Santa Cruz; e-mail: [ramaiana\\_batista@hotmail.com](mailto:ramaiana_batista@hotmail.com).

<sup>155</sup> Professor orientador.

Seguindo a mesma linha dos capítulos anteriores, o terceiro capítulo “O processo de construção do patrimônio em Olivença”, será subdividido em dois tópicos: 3.1. Preservação e valorização e 3.2. A ação dos órgãos patrimoniais e o tombamento de Nossa Senhora da Escada. O capítulo três se dedicará a analisar a legislação incidente em Olivença a respeito das políticas de preservação do patrimônio cultural. A análise de suas referências culturais pode elucidar questões de preservação, de hábitos e tradições, assim como seu modo de vida, seus usos e costumes.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ARANTES, Antônio A. Desigualdade e diferença: cultura e cidadania em tempos de globalização. **In: Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- CARRARA, Ângelo Alves & DIAS, Marcelo Henrique (Orgs.). **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2007.
- CHOAY, Françoise; MACHADO, Luciano Vieira. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, Estação Liberdade, 2001.
- COSTA, Lúcio. **A arquitetura dos jesuítas no Brasil**. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, nº 1, 1941.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2005.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- MARCIS, Teresinha. **A “hecatombe de Olivença”: Construção e reconstrução da identidade étnica – 1904**. Salvador. Universidade Federal da Bahia (Dissertação), 2004.
- \_\_\_\_\_. **O cotidiano das famílias indígenas da Comarca de São Jorge dos Ilhéus através dos documentos, 1758-1820**. (Texto apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História). São Leopoldo, 2007.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC, 1981.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos de ir e vir e caminho sem volta: índio, estradas e rios no sul da Bahia**. Salvador: Universidade federal da Bahia, 1982.

\_\_\_\_\_. **Índios, aldeias e aldeamentos em Ilhéus (1532-1880)**. (Comunicação apresentada no Simpósio Regional da ANPUH-BA). Ilhéus: UESC/UFBA/FFS/ANPUH, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os Índios de Olivença e a zona de veraneio dos coronéis de cacau na Bahia**. In: Revista de Antropologia da USP. 30/31/32, 1989.

REIS, Fábio José Garcia dos. **Patrimônio Cultural: revitalização e utilização**. Disponível em: [www.lo.unisal.br](http://www.lo.unisal.br).

SILVA CAMPOS, João da. **Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Salvador: Imprensa Vitória, 1947.

YAZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo Contexto, 2002.

---

## **A CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS NO PRIMEIRO REINADO (1823-1831): COMPOSIÇÃO E PERFIL POLÍTICO.**

Por: João Lins Costa Sobrinho<sup>156</sup>

O presente trabalho versa sobre a Câmara Municipal de Ilhéus no Primeiro Reinado (1823-1831), sua composição e perfil político. Para a realização da pesquisa, vale-se dos métodos bibliográfico e documental, por meio dos quais são analisadas as fontes primárias e secundárias. Recorre-se a uma análise da bibliografia disponível sobre a história do Primeiro Reinado, principalmente a história política do Império, a Câmara de Deputados e o Poder Executivo central, bem como a produção acadêmica regional sobre História de Ilhéus, como forma de levar a cabo uma contextualização mais geral e subsidiar as análises a serem feitas em seguida.

A organização do governo interino em 1823, a Constituinte de 1824, a Constituição outorgada e as reações a ela nas províncias, a polarização entre os "partidos" português e brasileiro, a crise e a abdicação que põe fim ao Primeiro Reinado são elementos que marcam os oito anos de História do Brasil durante o recorte escolhido, sendo apresentados de modo propedêutico e resumido. O referencial historiográfico que norteia o trabalho é a chamada

---

<sup>156</sup> Curso de Especialização em História do Brasil UESC ; Orientador: André Luiz Rosa Ribeiro.

"Nova História Política" pós 1974, com destaque para a defesa da autonomia do fator político feita por René Rémond. A abordagem, obviamente, não se faz nos moldes da historiografia da época, que priorizava os grandes personagens e eventos. A análise política busca absorver as críticas feitas pela produção marxista, bem como pela geração dos "Annales", sem perder de vista os elementos materiais, culturais e ideológicos, considerando que o elemento político é aquele para o qual os demais convergem - e, nesse caso, deixam rastros.

Por meio da leitura de diversas correspondências entre a Câmara Municipal de Ilhéus e a Assembleia Provincial em Salvador, é possível identificar as matérias que mereciam maior atenção do principal órgão político local e que se entendiam como dignas do conhecimento da representação provincial, em especial as questões sobre as quais não se podia decidir no âmbito municipal.

São também apresentadas as atas e vereações do mesmo período, com o objetivo de cernir as principais deliberações da Câmara Municipal, bem como o grau de centralização obtido pelo governo imperial em sua tentativa de garantir o estado unitário. Do mesmo modo, faz-se o esforço de mapear os embates políticos entre os representantes municipais, a fim de verificar em que medida eles reproduzem - ou não - a polarização política do centro do Império.

## **Fontes**

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Colonial e provincial. Correspondências entre a Câmara Municipal de Ilhéus e a Assembleia Provincial da Bahia (1823-1831) - Atas e Vereações da Câmara Municipal de Ilhéus (1823-1831).

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

BRASIL. Conselho Federal de cultura (MEC). Arquivo Nacional (MJ). As Câmaras Municipais e a Independência. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVIXVIII). João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa, organizadores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 473 p.

\_\_\_\_\_. As câmaras municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 nov. 2012.

DIAS, Maria Silva Odila. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005. 168 p.

\_\_\_\_\_. O poder no Império. Palestra realizada no seminário "Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda" realizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros, IEB/USP, entre 13 e 16 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=CuWy99rU934>. Acesso em: 28 nov. 2012.

SILVA, João Manuel Pereira da. História da fundação do Império brasileiro. 7 v. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864-1868.

\_\_\_\_\_. Segundo período do reinado de D. Pedro I no Brasil: narrativa histórica. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1871. 465 p.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema. São Paulo: Hucitec, 1987. 301 p.

BOXER, Charles Ralph. O império marítimo português. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 442 p.

RODRIGUES, José Honório. Teoria da história do Brasil: introdução metodológica. 5. ed. Atualizada. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. 500 p.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: Carlos Guilherme Mata (Org.). Brasil em perspectiva. 8. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. p. 64-125.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 490 p.

MATTOSO, Katia M. De Queirós. Bahia, século XIX: uma província no império. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 747 p.

BARROS, Francisco Borges de. Memória sobre o município de Ilhéus. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2004. 163 p.

VINHÁES, José Carlos. São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX. Ilhéus: Editus, 2001. 352 p.

DIAS, Marcelo Henrique e CARRARA, Ângelo Alves (orgs.). Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus: Editus, 2007. 322 p.

HEINE, Maria Luiza (org.). Múltiplos olhares sobre a região cacauzeira do sul da Bahia. Ilhéus: Editora Beta, 2009.

DIAS, Marcelo Henrique. Farinha, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial. Ilhéus: Editus, 2011. 282 p.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses. /Nídia M. L. Lubisco, Sônia Chagas Vieira, Isnaia Veiga Santana, 4. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008.

PIMENTEL, Alessandra. Método de análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>. Acesso em: 20, jan. 2013.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. ALMEIDA, Cristóvão Domingo. GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. In: Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Ano I. Volume I. 2009. Disponível em: [http://rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf](http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf). Acesso em: 25 jan. 2013.

LIMA, André Nicácio. As câmaras municipais na crise da Independência: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (1821-1825). Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/alb/n1/a10n1.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.

COMISSOLI, Adriano. Os homens bons em seu nicho de poder: prosopografia dos oficiais da Câmara de Porto Alegre (1774-1794). Disponível em: <[www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/803/566](http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/803/566)>. Acesso em: 20 out. 2012.

---

## HISTÓRIA DO MOVIMENTO UNDERGROUND NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA (1980-2013)

Por: Rômulo Nunes Macêdo<sup>157</sup>

### Introdução

O período da ditadura militar no Brasil é, indubitavelmente, um momento notório da história do país, e por isso digno de ser invocado, não por seu modelo político, mas, pelo contrário, para que tal reflexão advirta à geração presente e às futuras acerca do caráter nocivo das ditaduras e de como a democracia é preferível, por viabilizar o exercício das faculdades humanas em sua plenitude, o que abrange a volição, a faculdade da vontade, mediante a qual exercemos a liberdade.

Durante a ditadura militar no Brasil, ocorre a instauração de uma forma de governo que, segundo Aristóteles, na Política, deve ser evitada, devido à desvantagem de que se busque o interesse de um grupo específico, em contraposição ao interesse comum, abordado por Aristóteles em sua Ética a Nicômaco. Nesse tratado, endereçado a seu filho Nicômaco, Aristóteles aponta para o fato de que a arte política, por sua posição, está acima das demais. A política, desse modo, teria essa finalidade mais ampla, de visar o interesse comum, o que, efetivamente, não aconteceu nesse período da história do Brasil.

Entretanto, além da questão do interesse comum, desejamos ressaltar nessa reflexão em que citamos a Ética a Nicômaco de Aristóteles, essa declaração de que, por sua posição, a

---

<sup>157</sup> Curso: pós-graduação em História do Brasil (UESC) ; Orientador: André Rosa.

política exerce influência sobre as demais áreas do saber humano. Pode-se observar esse fato, mesmo num contexto democrático, na Grécia, segundo o testemunho de Platão em sua obra “Apologia de Sócrates”, na medida em que a instância política foi responsável pela condenação de Sócrates; pode-se demonstrar essa realidade também no período medieval, no qual as ciências e artes estavam sob tutela do “poder temporal”, que estava atrelado ao “poder espiritual”, categorias utilizadas por exemplo, por Maquiavel, em sua obra “O Príncipe”; e pode-se observar esse fato no período da ditadura militar no Brasil, no qual houve a interferência do poder político através da repressão e censura no campo das artes, como, por exemplo, na ocasião do AI-5, mediante o qual o tropicalismo foi condenado e Caetano Veloso e Gilberto Gil se tornaram alvos de decreto de prisão. Até mesmo Sófocles, o dramaturgo grego, teve sua prisão decretada pela censura brasileira, tamanha a ignorância dos indivíduos que a regiam.

A transição, porém, do período da ditadura militar para a redemocratização do Brasil e a dissolução da censura influenciaram profunda e determinantemente a nova geração da música brasileira, que surgiu em meio a intensa efervescência cultural, juntamente com o advento de grandes festivais como o Rock in Rio, que teve sua primeira edição em 1985, com a participação de bandas de rock nacionais, como Barão Vermelho, Paralamas do Sucesso, etc., e internacionais, como Queen, Scorpions e Iron Maiden, de modo que a produção artístico-musical brasileira a partir da década de 80 passou a ser caracterizada pela liberdade de expressão, pela ousadia, pela crítica social, pelo protesto político expresso, conforme verificamos na obra de artistas e bandas do rock e reggae nacional, como Legião Urbana, Titãs, Cazuza, etc. (que tiveram maior repercussão na mídia), da ala underground, representada por bandas de vários estilos, como o Sepultura no thrash metal, Ratos de Porão no crossover, ou ainda o Remanescentes e Edson Gomes no reggae etc., os quais provinham de diversas regiões do Brasil, sobretudo de Minas Gerais, do eixo Rio/ São Paulo, Distrito Federal e Bahia. O procedimento desses artistas seria inviável e inadmissível durante o período da ditadura que lhes antecedeu, conforme pode-se demonstrar com o exemplo do exílio de Raul Seixas.

Não que no período da ditadura militar não se compusesse música de protesto, todavia, esse protesto era feito através de metáforas e outros recursos da arte, visto que não poderia ser explícito, sob pena de perseguição e exclusão da obra, de modo que somente após a dissolução da censura, gêneros como o rock e o reggae encontraram um terreno propício para

uma maior projeção e divulgação e isso resultasse na ampla repercussão que obtiveram a partir do advento da liberdade de expressão no Brasil.

Desse modo, a música popular brasileira, sobretudo estilos musicais da contracultura, encontraram condições favoráveis para sua difusão e aperfeiçoamento, tal como nos países em que tais estilos surgiram, além de poderem se tornar um instrumento democrático de expressão e conscientização sociocultural, assim como também declararam Voltaire e Diderot, ao afirmarem que a arte deve ter a finalidade de instruir e não apenas reforçar as paixões de um povo, em contraposição ao que propusera Rousseau.

A Bahia foi o palco do surgimento tanto do rock como do reggae no cenário brasileiro. No rock com Raul Seixas na década de 50 e no reggae com Stúdio 5 e Remanescentes na década de oitenta, acontecimentos de especial relevância para a formação e história da música brasileira, uma vez que o senso comum constantemente pretende associar a cultura baiana, por exemplo, somente ao axé music ou pagode, uma perspectiva equivocada, simplista e reducionista.

No decorrer da década de 90 e sobretudo nos anos de 1997/1998, o reggae, conquistou espaço na cena musical do estado de tal modo, que chegou a figurar, representado por nomes como Edson Gomes e Sine Calmon, juntamente com principais artistas do axé music nos carnavais, micaretas e shows da Bahia. O estilo musical chegou a conquistar redutos como Cachoeira, São Félix e Itacaré. A análise da presença e influência de gêneros como rock e reggae- amplamente utilizados no movimento underground- na música popular brasileira é procedimento indispensável para quem deseja compreender de maneira mais abrangente a cultura musical do Brasil a partir da década de oitenta.

## **Metodologia**

Segundo Sandra Pensavento (2003), falar em método é falar de meios, de estratégias de abordagem, de um saber-fazer. Elaborada a pergunta, que constrói o tema como objeto a partir de um referencial teórico determinado, como trabalhar os indícios ou traços que chegam desde o passado? Essa é a questão formulada ou o problema que direciona o olhar do historiador, que transforma os vestígios do passado em fonte u documento, mas é necessário fazer com que eles falem. De outro modo, eles revelariam apenas a existência de uma outra época, em que os homens falavam uma língua diversa, nesse país estranho do passado.

Portanto, qual seria o método do historiador e particularmente, esse método concebido pela história cultural? Segundo a autora citada acima, Ginzburg, em ensaio clássico, levanta a questão de do paradigma indiciário, método amplamente difundido entre a comunidade acadêmica. Segundo essa concepção o historiador é comparado a um detetive, pois é responsável pela decifração de um enigma ou pela elucidação de um enredo. Ele enfrenta o desafio do passado com uma atitude dedutiva, impelido pela suspeita, em busca de pegadas, traços, vestígios, etc. Considera as evidências, mas certamente não reputa o real por transparente. Como dissera Marx, se a realidade fosse transparente, não seria necessário interpretá-la. É necessário não tomar o mundo ou suas representações em sua literalidade nessa perspectiva, como se fossem mimesis- no sentido aristotélico da Poética- ou reflexo do real.

Desse modo, o historiador se transforma, segundo a autora, num crítico de arte, não se atendo à aparência de um conjunto que se dá a ver, como concebeu Kant em sua estética transcendental, mas busca o segundo plano, os detalhes que cercam a cena principal, analisa cada elemento concernente ao conjunto.

Segundo o referencial metodológico adotado, da obra História e Música, de Napolitano (2002), a orientação metodológica do trabalho não será no sentido de recontar a história da música brasileira, nesse caso, do movimento underground na música popular brasileira a partir da década de oitenta em seus mínimos detalhes, mas traçar formas dentro da perspectiva de um reconhecimento cultural da identidade do que entendemos como underground na música popular brasileira.

Desse modo, o trabalho terá como objeto primordial de análise do texto das letras das composições musicais do movimento underground a partir da década de oitenta, tendo em vista a representação desse contexto histórico-cultural.

Não que a forma, no que tange à música do período, não reflita juntamente as mudanças políticas e sociais no Brasil, mas o trabalho não propõe ser conduzido no sentido de uma análise musical da forma, senão, sobretudo, do conteúdo das obras, das letras músicas.

Portanto será tomada como parâmetro para o trabalho a análise do discurso das composições das letras das músicas do período, tal como exposto na obra Almanaque Anos Oitenta, na qual Alzer (2006) aponta para o significado de tais obras naquela conjuntura cultural e cataloga as discografias de alguns dos artistas e bandas do período.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ADORNO, Theodor. O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição. São Paulo: Abril Cultural, 1997.
- ALZER, Luiz André. Almanaque Anos 80. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- ARISTÓTELES. Poética. São Paulo: Abril Cultural, 1999
- ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ATANÁSIO, Cosme. Janis Joplin por ela mesma. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- CARDOSO, Régis. No Princípio era o Som. São Paulo: Madras, 2002.
- DIDEROT. O Sobrinho de Rameau. São Paulo: Abril, 1999.
- KANT. Crítica da Razão Pura. São Paulo: Abril Cultural, 1998.
- MAQUIAVEL. O Príncipe. São Paulo: Abril Cultural, 1999.
- MARTINS, Luiz. Jimi Hendrix por ele mesmo. São Paulo: Martin Claret, s/d.
- NAPOLITANO, Marcos. História & Musica: História cultural da música popular. Belo Horizonte/MG: Autentica, 2002.
- PLATÃO. A República. São Paulo: Abril Cultural, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte/MG: Autentica, 2003.
- SEIXAS, Raul. O Baú do Raul. Seleção Kika Seixas; organização de Tárík de Souza. 8 ed. São Paulo: Globo, 1992.
- SILVA, Luiz Antônio. Beatles por eles mesmos. São Paulo: Martin Claret, s/d.
- SILVA, Walter. Vou te Contar- Histórias da Música Popular Brasileira. São Paulo: Códex, 2002.
- Calendário do Rock. Revista Bizz especial. Ano 1, nº 4, ed. Abril
- Revista Rock Brigade. Ano 13, nº 100, SP, 1994.
- Revista Show Bizz. Ano 12, nº 2, edição 139.

---

## O DISCURSO DA REAL SOCIEDADE BAHIENSE DOS HOMENS DE LETRAS EM 1810.

Por: Fabiana de Santana Andrade<sup>158</sup>;

Esse texto apresenta algumas considerações sobre a ideia de ciência presente no discurso de um grupo de intelectuais baianos que objetivou fundar uma academia científica na Bahia no início do séc XIX, mas que não tiveram sucesso ou o apoio desejado. A Academia tinha como integrantes sócios baianos e portugueses, a ela vinculados, que eram também membros da Academia Real de Ciências de Lisboa. As principais fontes para o desenvolvimento do trabalho são os manuscritos e textos impressos pelos intelectuais baihenses que pensaram na fundação da Sociedade Bahiense dos Homens de Letras.

Há uma pluralidade de conhecimentos, mas uma maneira de distinguir os conhecimentos é por seus usos e funções. Peter Burke (2003) diz que as chamadas Revoluções Científicas, o iluminismo, não foram mais do que o surgimento de certos tipos de conhecimento popular ou prático, com a consequente legitimação de certas instituições acadêmicas. As academias eram importantes espaços de sociabilidade e troca de conhecimento no Brasil colônia, principalmente para os intelectuais brasileiros que chegavam da Europa imbuídos pela força das ideias iluministas e nas possibilidades de mudança através do conhecimento.

Segundo Cavalcanti (1995) é notória a influência dos filósofos iluministas franceses sobre a elite intelectual da Colônia no final do século XVIII. Tal como é posto o reconhecimento das diferenças e singularidades que caracterizavam o pensamento dos ilustrados. As discussões dessa intelectualidade partiam primordialmente das academias que eram grandes centros dinamizadores do conhecimento científico do período.

No século XVIII foram fundadas diversas academias que reuniam as pesquisas e procuravam discutí-las entre os seus participantes. Foram elas: Academia Brasílica dos Esquecidos (Bahia), Academia dos felizes (Rio de Janeiro, 1736), Academia dos Seletos (Rio de Janeiro 1752), Academia dos Renascidos (Bahia, 1758), Academia científica do Rio de Janeiro (1881), e Sociedade Literária (Rio de Janeiro, 1794).

---

<sup>158</sup> Prof<sup>a</sup> Mestre em História (UEFS), estudante de Especialização em História da Brasil (UESC); e-mail:[fabyandrade27@gmail.com](mailto:fabyandrade27@gmail.com); Orientação: Laila Brichta

Em Portugal o processo de “renovação das luzes” aconteceu já em meados do século XVIII e foi acompanhado de amplas reformas e investimento. De acordo com Novais (2005) o ápice da Ilustração portuguesa ocorreu, particularmente, no momento em que assumiu o trono D. Maria I, devido ao reforço das práticas Ilustradas de caráter pragmático-científico. Havia uma proposta do absolutismo português de revitalizar a economia do seu país e gerar o “desenvolvimento” a partir do investimento da ciência no trato com a história natural. Sendo o centro aglutinador desse conhecimento a Academia Real das Ciências de Lisboa. Muitos intelectuais americanos eram sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Segundo Lorelay Cury (1995) os espaços de sociabilidade constituídos pelas academias, museus de história natural, sociedades científicas e literárias formavam em si mesmo um campo de dinamismo e transformação científica e cultural. O absolutismo ilustrado nesse ínterim vai procurar manter um equilíbrio entre uma monarquia que sustentava setores ligados a antiga estrutura agrária e de corte e o pensamento iluminista de base anticlerical e potencialmente crítico com relação às estruturas de poder do Antigo Regime. Vamos dialogar sobre uma academia que não chegou a se concretizar, mas podemos refletir os discursos do período que circulavam entre o grupo de intelectuais baianos que almejavam a sua criação.

Maria Odila Dias (1968) ressalta que os naturalistas estavam voltados para o ensino das ciências nas colônias portuguesas, porque fazia parte do projeto da Coroa portuguesa preparar brasileiros e depois inseri-los em sua máquina administrativa de pesquisa. Os documentos produzidos por eles estão a serviço das necessidades da coroa: melhoramento das técnicas agrícolas, utilidades das espécies da flora brasileira. A autora também percebe que os ilustrados luso-brasileiros, também estavam preocupados com a sua terra e descrevem discursos com esse objetivo. Afirma ainda, que parece não existir um nacionalismo visível nos intelectuais de formação dos setecentos e tão pouco nos que eram legistas e não essencialmente naturalistas de ofício.

Entre os sócios que assinaram o Estatuto da Academia Bahiense dos Homens de Letras estavam Luis Antônio de Oliveira Mendes, o que escreve o documento e parece ser o grande idealizador do projeto, assinou também o documento como revisores; Antônio das Neves, João Guilherme Chistiano Miller, Ricardo Raimundo Nogueira, Francisco de Paulo Travassos. Além dos sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa que foram incorporados como; Custodio Joze de Oliveira, José Bonifácio de Andrade, Domingos Vandelli, José Martins, Frei Joaquim Santa Clara, João Guilherme Chistiano Muller, Diogo de Barros Coitão, João Antônio de Sá, Patrício da Silva, Vicente Antônio Esteves de Carvalho.

Em um período onde as taxas de analfabetismo eram enormes os sujeitos que possuíam formação pertenciam a uma considerada “elite” intelectual que conhecia o fazer científico do período. Com o objetivo de promover o conhecimento esse grupos de intelectuais portugueses e brasileiros pensaram em diversas propostas para a socialização do conhecimento na Bahia. A Sociedade Bahiense proposta pelo grupo de intelectuais seria composta pelo cargo de Presidente, que deveria ser ocupado por um membro da família real portuguesa, como vice-presidente o governador da Capitania, e o secretário seria eleito pelos sócios da academia. Para ser secretário o sujeito necessitaria possuir uma relação mais próxima com o Continente da América. Ao secretário e vice-secretário competia apresentar as memórias, responder as correspondências, e notificar aos sócios as publicações em “Academias Estrangeiras”.

Atendendo aos requintes das linhagens familiares e dos títulos de nobreza a primeira ordem dos sócios deveria ser tirada do “Corpo da Nobreza”. As obras seriam revisadas pelas diversas “classes” de ordem dos sócios ocupantes das academias. A sociedade seria integrada por cinco ordens: nobreza, efetivos, livres, graduados ou supranumerários, Aspirantes ou Correspondentes. A sociedade também deveria eleger um cronista que exerceria a função de memorialista com a função de escrever sobre todas as pesquisas acadêmicas e histórias de vida dos seus sócios.

Com o objetivo de promover o conhecimento a Sociedade integraria ao grupo uma categoria de doze indivíduos que seriam chamados de alunos e seriam instruídos praticando a aprendendo com os demais sócios. Para manter a instituição o sócio devia doar certa quantia em dinheiro para auxiliar na manutenção. Faria parte também dois sócios com a responsabilidade da “Diretoria das Artes” com a incumbência de distribuição das obras. A ideia de “ciência” e o seu método como era compreendido e praticado no período também é descrito pelos intelectuais com base da experimentação e observação da natureza.

Como o principio base, e origem das ciências consiste na observação indagação, e combinação de tudo quanto nos apresenta a Natureza, segundo suas qualidades, leis, propriedades, efeitos, o que compreende a Metereologia, Química, Anatomia, Botânica, Matéria Médica, e a História Natural, e a segunda classe será a filosofia simples que não passa de mera observação, indagação e combinação. (Estatuto, pág 08, 1910).

Para Stevem Shapin (1996) foi dura à disposição diversa da prática cultural com o objetivo para compreender, explicar, e controlar o mundo natural, cada qual com diferentes características e cada experiência com uma diferente mudança de modo. Nos agora somos repletos de dúvidas sobre qualquer coisa do método científico. Ainda mais céticos para

aqueles que localizam esse original nos setecentos onde a historiografia tradicional aponta como o grande momento da Revolução Científica. Para o autor os historiadores tem recentemente estado há muitos anos insatisfeitos com a tradicional maneira de tratar ideias como se elas pairassem em um espaço conceitual. Recentes versões têm insistido na importância de situar em seu contexto social e cultural. Portanto, o termo ciência aqui é compreendido como uma prática social própria do seu tempo e que dependia também da leitura que os intelectuais faziam do seu mundo e dos seus próprios fazeres. Seguindo ou não o método de Lineu ou Boyle existiram particularidades que diferenciaram os cientistas nesse período, por isso, não podemos generalizar as suas práticas e o método. No discurso podemos compreender a ciência no plural com as suas diversas particularidades e que tem base no método de observação e combinação da Natureza, com as suas leis e propriedades. Esse princípio era a base que deveria direcionar os seus estudos.

#### **Fontes:**

Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa – ACL – Lisboa – Portugal

Estatuto da Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras. Seção de Manuscritos-Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 19 págs, 1810.

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:**

CALVACANTI, Berenice. *Os letrados da sociedade colonial: as academias e a cultura do iluminismo no final do século XVIII*. Acervo: Revista do Arquivo Nacional. V.8, nº1-2 (jan,dez. 1995), Rio de Janeiro, 1995.

CHARTIER, Roger. *À beira da falásia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2002.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

DIAS, Maria Odila. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Revista do IHGB, primeiro trimestre: 105- 70, 1968.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. *As Ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: EDUC, 1997.

FOUCAULT. Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779*. Curitiba: UFPR, Educar, n<sup>a</sup> 25, p 39-57, 2005.

MUNTEAL, F. O. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

NOVAIS, F. *Portugal e o Brasil na crise do Antigo regime colonial (1777 – 1808)*. São Paulo Hucitec, 5ed. 1989.

SHAPIN, Steven. *The Scientific Revolution*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Linguagem, cultura, sociedade*. O Rio de Janeiro de 1808 a 1821. Tese apresentada no concurso de livre-docência na disciplina de Teoria da História. São Paulo: FFLCH – Usp, 1973, 2 vols.

\_\_\_\_\_. *O papel das academias no Brasil colonial*. Ver. Da SBPH, n.1, São Paulo 1983.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724 – 1759)*. Salvador: Editora Hucitec, 2004.

KURY, Lorelay. *Cultura Científica e Sociabilidade Intelectual No Brasil Setecentista: Um Estudo Acerca Da Sociedade Literária Do Rio de Janeiro*. Acervo: Revista do Arquivo Nacional. V.8, n<sup>o</sup>1-2 (jan, dez. 1995), Rio de Janeiro, 1995.

---

## **NEGÓCIOS E CLIENTELA: A TRAJETÓRIA DE UM COMERCIANTE DE ILHÉUS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX**

Zidelmar Alves Santos<sup>159</sup>

1. Este projeto objetiva reconstruir a trajetória de um comerciante da Ilhéus oitocentista: Joaquim José da Costa Seabra. A pesquisa fundamenta-se em um banco de dados dos registros do notariado daquela Vila, sediado no Centro de Documentação e Memória Regional – CEDOC-UESC, no testamento e inventário de Joaquim José da Costa Seabra. Busca-se estudar a composição do capital de Seabra, suas práticas comerciais, creditícias e suas estratégias econômicas.

---

<sup>159</sup> Discente do Curso de Pós-graduação (*lato sensu*) em História do Brasil da UESC, Ilhéus, Bahia. E-mail: [zid175@hotmail.com](mailto:zid175@hotmail.com). Orientador: Prof. Dr. Marcelo Henrique Dias (DFCH-UESC).

Sua atividade como negociante era bastante diversificada. Em sua casa de negócios circulavam pessoas dos mais variados segmentos da comunidade local. Desde as elites agrárias e urbanas às parcelas mais carentes da Vila. Pessoas que na sociedade oitocentista não tinham o prestígio e as posses dos senhores de terras, mas que recorriam a ele quando necessário. Moradores da vila de Ilhéus, pessoas que vinham “do sertão”, índios, escravos, alforriados, ciganos. Vestígios de que o Seabra não fazia vista grossa a origem social de seus clientes.

A trajetória de Joaquim José da Costa Seabra se torna relevante não apenas pelo que foi exposto acima, mas também em razão de sua vivência, suas redes clientelares e estratégias de preservação de seu patrimônio e de sua própria extirpe. Tais características podem trazer a luz também informações acerca do cotidiano e das relações sociais dos moradores da vila de Ilhéus em um período pouco visitado pela sua historiografia: a primeira metade do século XIX.

2. A base empírica do projeto é constituída pela série documental dos registros de escrituras e procurações dos livros de notas da vila de Ilhéus, 1804-1852 (aproximadamente 400 registros) e do inventário e testamento de Joaquim José da Costa Seabra, ambos pertencentes ao Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Todavia, os registros já se encontram processados em um banco de dados construído em formato Access. O inventário e o testamento encontram-se fotografados.

As lacunas existentes entre os livros no notariado de Ilhéus acabam corroborando a ideia de que uma massa documental considerável se perdeu no decorrer dos anos. Um fator que acaba gerando dificuldade na transcrição paleográfica é o estado de ilegibilidade de alguns registros. Há documentos que se encontram totalmente danificados, o que acaba limitando a transcrição e uma análise mais aprofundada de tais registros. Daí a necessidade de construção de um banco de dados que abarque a série de registros notariais para cruzar/confrontar as informações extraídas dos livros com outras fontes, tais como inventários e testamentos.

Somente o inventário de Joaquim José da Costa Seabra contabiliza mais de 250 folhas (mais de 500 páginas) de informações sobre o patrimônio e os negócios do comerciante, apontando outros negociantes (como Manoel Pereira dos Santos, senhor de engenho e provável irmão de Seabra), operações de crédito, natureza dos negócios etc.

O confrontamento e análise aprofundada destas fontes possibilitarão a identificação das redes comerciais e as redes de reciprocidades de nosso personagem. Não obstante, a adição de outras fontes de caráter quantitativo e qualitativo, como cartas de alforria e relatos

de viajantes, durante o desenvolvimento do projeto será de grande valia, visto que poderão trazer a luz informações importantes sobre o cotidiano e as relações sociais na vila de Ilhéus.

3. Joaquim José da Costa Seabra não era um cidadão comum. Melhor dizendo, ele possuía grande importância e posição privilegiada na sociedade ilheense da primeira metade do século XIX. Sua atividade diversificada garantia que ele transitasse entre todos os seguimentos da comunidade local, interagindo com a elite agrária, a elite urbana (principalmente os detentores de cargos da justiça local), as parcelas mais carentes da vila, que não tinham o prestígio e posses das elites locais, índios, escravos, pessoas que residiam nas imediações da vila, mas que recorriam a ela quando necessário, como as pessoas que vinha do sertão, da vila de Olivença, Una e outras localidades.

O fato de ele ser comerciante, com uma casa de negócios na vila, fazia com que transitasse as mais variadas pessoas em sua loja. Vendia fazendas secas e molhadas e demais artigos de primeira necessidade. Desde tecidos finos, linhas, varas de pescar, chumbo, pólvora, vinho, sem mencionar os gêneros alimentícios. Pio Xavier de Noronha, juiz municipal de órfãos, devia 46\$400 (quarenta e seis mil e quatrocentos reis), “produto de vinte nove canoas de capim para cavalo” que havia comprado a Seabra. Isso nos dá mais indícios de que sua atuação como comerciante era bem diversificada.

Entretanto, desperta a atenção em seu inventário sua grande quantidade de devedores. Com os altos empréstimos tomados a seus genros e outros prováveis negociantes da capital, fica claro que Joaquim José da Costa Seabra financiava as camadas mais abastadas da vila de São Jorge dos Ilhéus e as parcelas mais carentes da comunidade, visto que deviam para ele desde senhores de engenho, como Fortunato Pereira Gallo (dono do engenho Santo Antônio) a detentores de cargos da justiça, como Antonio Mendes de Castro (tabelião e escrivão de órfãos), Pio Xavier de Noronha (juiz de órfãos) alforriados, como João Antonio Callafate e etc.. Não obstante, muitos dos devedores de Seabra poderiam ter as suas dívidas originadas não no empréstimo, mas em outra forma de crédito, como o fiado.

Foram 384 dívidas ativas. 353 eram de devedores livres e 31 de escravos, contrastando com as 26 dívidas passivas de Seabra. Entre as maiores dívidas estavam as de Manoel Pereira dos Santos, 3:378\$855 (três contos, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reis), que, possivelmente, era irmão ou compadre de Seabra, a do Capitão Pascoal Gonçalves de Paiva, 1:452\$207 (um conto, quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e sete reis), Candido Narciso Soares, 843\$842 reis, a do já mencionado Antonio Mendes de Castro, 790\$750 reis, Manoel Francisco Avaris, 672\$370 reis, e Honório Mariano Pacheco, devedor de 542\$ 510 reis. As demais dívidas eram inferiores a meio conto de reis. Joaquim

José da Costa Seabra conseguiu construir um patrimônio, entre dívidas e bens, superior a quarenta contos de reis, talvez uma das maiores fortunas da vila de Ilhéus nos anos 1850.

Ainda há muito a se esmiuçar sobre a sociedade da Ilhéus oitocentista. Através de uma análise ainda mais minuciosa da trajetória e estratégias de construção e manutenção do patrimônio e estirpe de Joaquim José da Costa Seabra, aderindo, analisando e cruzando dados da documentação utilizada nesta pesquisa com novas fontes, pesquisas futuras poderão revelar mais detalhes da composição social da comarca e vila de Ilhéus e das relações sociais que constituíram o cotidiano, os fazeres, a luta pela sobrevivência de pessoas que durante décadas permaneceram anônimas, silenciadas, excluídas da história.

### **Fontes**

APEB. Seção Judiciária. Inventário de Joaquim José da Costa Seabra. Salvador, 1856.

APEB. Seção Judiciária. Testamento de Joaquim José da Costa Seabra. Salvador, 1856.

APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. MATRÍCULAS dos Engenhos da Capitania da Bahia Pelos Dízimos Reais Administrados Pela Junta da Real Fazenda. Salvador. 1807.

CEDOC/UESC. Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus (1810-1852), documentos digitalizados.